

SHEILA CRISTINA ALVES DE LIMA LUPPI

**CONDENADOS PELA CIVILIZAÇÃO:
A EUGENIA E O PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO FÍSICO E
MORAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NAS TRÊS PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ione Oliveira

BRASÍLIA
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

SHEILA CRISTINA ALVES DE LIMA LUPPI

CONDENADOS PELA CIVILIZAÇÃO:
A EUGENIA E O PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO FÍSICO E
MORAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NAS TRÊS PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Ione de Fátima Oliveira (Orientadora)
UnB – Universidade de Brasília

Professor Doutora Diva do Couto Gontijo Muniz
UnB - Universidade de Brasília

Professor Doutor André Luiz Joaquinho
UEL – Universidade Estadual de Londrina

AGRADECIMENTOS

Foram tantas as pessoas que cruzaram meu caminho nessa empreitada, que é perigoso nomeá-las, pois corro o risco de ser ingrata com alguém. Entretanto, algumas tiveram participações mais constantes e relevantes para a elaboração do trabalho. Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, especialmente à Diva Muniz, por ter acreditado neste projeto desde o início. Sem sua compreensão, eu certamente não teria chegado até aqui. Agradeço à minha orientadora, Ione de Fátima Oliveira, pelas correções minuciosas, por me auxiliar na organização das minhas ideias (sempre dispersas), por permitir que eu ousasse, contendo meus devaneios. Agradeço, ainda, ao professor André Joaquinho, que gentilmente aceitou participar da banca examinadora.

Quero agradecer a Vanderlei Sebastião de Sousa, pela atenção com que respondeu meus emails e me disponibilizou seu texto e algumas de suas fontes, muito obrigada. A Fabiana Macena, Carolina Veloso, Marcelo Tadeu Santos, Nayara Vieira, Diego Rafael dos Santos, Salatiel Ribeiro, Vitor Hugo Abranche e Eliana Calado, pela amizade, as longas horas de conversas dividindo as angústias típicas de quem experimenta trilhar um caminho até então desconhecido. Fábio Henrique, por sugerir e compartilhar material de pesquisa, Cristiane Portela, pelas dicas e leituras do meu texto. À Cláudia Santos, Surama Rosa e Gracielle Karla, amigas do coração.

Agradeço ao Departamento de Obras Raras do Arquivo Nacional pela localização e digitalização do material, assim como à Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que respondeu as minhas solicitações na busca das fontes. Ao apoio da CAPES que financiou esta pesquisa.

Por fim, ao meu filho Urtzi quero pedir desculpas pelas intermináveis horas de leituras, pesquisas e digitação e agradecer pela sua paciência, ao Márcio, pelo amor e compreensão e ao meu sogro, Arnaldo, pelo afeto e dedicação com que ele se ocupa de nós, família. Não poderia esquecer, à Damaris, pelo apoio incondicional, dedicação e amor. Devo a ela mais que a realização desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação trata do projeto de aperfeiçoamento da população brasileira elaborado pelos eugenistas nas décadas de 1910 e 1920. Meu objetivo maior foi identificar o modelo de brasileiro idealizado por aqueles que acreditavam na degeneração do mestiço. Para tanto, busquei em documentos e publicações da época, especialmente as *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, a constituição do homem eugenizado, em seus aspectos físicos e moral. Sinônimo de progresso, modernidade e civilidade, a eugenia mobilizou muitos intelectuais, alguns interessados em tirar o país do atraso, outros em salvá-lo da barbárie e destruição, cuja ameaça se personificava na figura do mestiço. Desse modo, eugenia, raça e racismo se confundem na busca de uma melhor definição da identidade nacional, em um debate marcado por contradições, preconceito e incertezas.

Palavras chaves: eugenia, degeneração, miscigenação, mestiço.

ABSTRACT

This thesis addresses about the design of improvement of the Brazilian population prepared by eugenicists in the 1910s and 1920s. My main goal was to identify the Brazilian model devised by those who believed in the degeneration of the mestizo. For that, I searched in documents and publications of the era, especially the *Minutes and Papers of the First Brazilian Congress of Eugenia*, the constitution of eugenic man, in its physical and moral aspects. Synonymous of progress, modernity and civility, the Eugenia has mobilized many intellectuals, some interested in ridding the country of delay, others to save it from barbarism and destruction, whose threat embodied in the figure of the mestizo. Thus, Eugenia, race and racism mingle in search of a better definition of national identity, in a debate marked by contradictions, prejudices and uncertainties.

Key words: eugenics, degeneration, miscegenation, mixed.

Partido alto

Diz que deu, diz que Deus, diz que Deus dará, não vou duvidar, ô nega
E se Deus não dá, como é que vai ficar, ô nega?
Diz que deu, diz que dá, e se Deus negar, ô nega
Eu vou me indignar e chega, Deus dará, Deus dará
Deus é um cara gozador, adora brincadeira
Pois prá me jogar no mundo, tinha o mundo inteiro
Mas achou muito engraçado me botar cabreiro
Na barriga da miséria nasci batuqueiro
Eu sou do rio de janeiro

Diz que Deus dará, diz que dá, não vou duvidar, ô nega
E se Deus não dá, como é que vai ficar, ô nega?
Diz que deu, diz que dá, e se Deus negar, ô nega
Eu vou me indignar e chega, Deus dará, Deus dará
Jesus cristo ainda me paga, um dia ainda me explica
Como é que pôs no mundo essa pouca titica
Vou correr o mundo afora, dar uma canjica
Que prá ver se alguém me embala ao ronco da cuíca
E aquele abraço prá quem fica

Diz que Deus dará, diz que dá, não vou duvidar
E se Deus não dá, como é que vai ficar, ô nega?
Diz que deu, diz que dá, e se Deus negar, ô nega
Eu vou me indignar e chega, Deus dará, Deus dará
Deus me fez um cara fraco, desdentado e feio
Pele e osso simplesmente, quase sem recheio
Mas se alguém me desafia e bota a mãe no meio
Dou pernada a três por quatro e nem me despenteio
Que eu já tô de saco cheio

Diz que Deus dará, diz que dá, não vou duvidar, ô nega
E se Deus não dá, como é que vai ficar, ô nega?
Diz que deu, diz que dá, e se Deus negar, ô nega
Eu vou me indignar e chega, Deus dará, Deus dará
Deus me deu mão de veludo prá fazer carícia
Deus me deu muita saudade e muita preguiça
Deus me deu perna cumprida e muita malícia
Prá correr atrás da bola e fugir da polícia
Um dia ainda sou notícia

Chico Buarque

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
RESUMO	05
ABSTRACT	06
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – A EUGENIA COMO INSTRUMENTO DE APERFEIÇOAMENTO HUMANO	16
1.1 – Eugenia: prática avançada do darwinismo social?	16
1.2 – Eugenia e modernidade em diferentes contextos	33
CAPÍTULO II – OS CAMINHOS QUE LEVAM À PERFEIÇÃO	52
2.1 – “Escopos incommensuráveis da eugenia”: os métodos para o aperfeiçoamento humano	52
2.2 – O branqueamento da população	63
2.3 – “O futuro da natureza humana”	83
CAPÍTULO III - O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA	88
3.1 – As Atas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia	88
3.2 – Discussão em torno da imigração	104
3.3 – O ideário eugênico após o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia	115
CAPÍTULO IV - A EUGENIZAÇÃO DOS MARGINALIZADOS	129
4.1 – Os eugenistas no mundo do trabalho	129
4.2 – As mulheres eugenizadas	142
4.3 – Eugenistas: racistas contemporâneos e humanistas	152
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	162
FONTES	167
BIBLIOGRAFIA	169
ANEXOS	180

INTRODUÇÃO

Imaginemos um lugar povoado por Eugênicas e Eugênicos, seres perfeitos bem dotados. Os homens seriam, necessariamente, belos, entre 1,73 e 1,90 de altura, os olhos esverdeados e corpo delgado, viril, forte e ágil, os cabelos castanhos bem claros e levemente ondulados. No mais, seriam educados, dóceis, puros de atos e pensamentos, dotados de senso de honra e de justiça, trabalhadores produtivos, limpos e disciplinados. Todos bem sucedidos em suas respectivas classes sociais, responsáveis e profundamente comprometidos com o bem estar de seus “semelhantes”. Um misto de São Francisco de Assis com Marlon Brando. Quanto às mulheres, essas seriam ainda mais belas, entre 1,55 e 1,70 de altura, pele branca, lisa e elástica, rosto de um oval regular, lábio superior levemente arqueado, nariz fino e reto, queixo redondo com covinha, cabelos claros cheios, compridos e ondulados, pernas longas, ventre plano e arredondado. Até seus pés estariam dentro da descrição da “perfeição plástica feminina”: estreitos, delicados, com tornozelos finos. Seu lugar nesse mundo limpo e belo? Nada menos que Rainha, do lar. Mãe-esposa-dona-de-casa dedicada e fiel. Nesse “mundo perfeito” não haveria amor, já que ele poderia levar um desatento a se interessar por uma pessoa feia. Afinal, quem ama o feio, bonito lhe parece. Contudo, o feio não era a única ameaça a esse mundo perfeito. Havia outros, degenerados – prostitutas, alcoólatras, sífilíticos, tuberculosos, sujos, pobres, idiotas, deficientes físicos e mentais e vagabundos –, que insistiam em levar uma vida imoral, desregrada e improdutiva. Por isso não contavam com a simpatia, nem ao menos com o senso de justiça dos “seres eugenizados”. Para evitar prejuízos futuros, os degenerados precisariam ser higienizados, esterilizados, segregados, expulsos do país, impedidos de se casar ou abandonados pelo Estado, pela Igreja e por toda a sociedade. Apenas uma parcela ínfima da população, naturalmente eugenizada, escaparia de tal destino. Esses sonhavam com o dia em que seu mundo se veria livre daquela escória, inimiga da beleza, da ordem e do trabalho.

Assim seria o Brasil se o projeto de aperfeiçoamento físico e moral da população, proposto por alguns eugenistas, especialmente na década de 1920, tivesse tido sucesso. Contudo, as controvérsias em torno dos métodos a serem adotados, da identificação dos que deveriam passar por tais procedimentos e dos objetivos a serem perseguidos geraram conflitos de toda ordem. Havia, ainda, pelo menos duas diferentes correntes de pensamento que

influenciavam a eugenia: os que acreditavam na influência do meio na constituição física e mental dos indivíduos (lamarckianos ou neolamarckianos) e aqueles que se voltavam para os estudos sobre genética (mendelianos). Enquanto alguns acreditavam que o homem nascia pronto, outros, como os sanitaristas, defendiam que de nada valia uma boa semente se o solo e o meio não garantissem seu desenvolvimento. Não bastasse, a relação entre eugenia e os estudos sobre raça tornava tudo mais complexo. No final do século XIX, início do XX, muitos intelectuais brasileiros, influenciados por correntes teóricas científicas, como o darwinismo social, passaram a acreditar na degenerescência inata do mestiço. Ainda que o negro, o índio e o branco não fossem degenerados, a miscigenação entre esses tipos corrompia o que eles tinham de melhor. O mestiço era, então, uma “sub-raça”, responsável pelo atraso e pelos problemas que o país enfrentava naquele momento e a mestiçagem era, segundo esses intelectuais, contrária à civilização, à modernidade e ao progresso.

O objetivo principal de minhas investigações foi identificar o modelo de brasileiro idealizado pelos eugenistas no início do século XX, com ênfase na década de 1920, quando a eugenia ganha notoriedade. Mais importante que isso, ser branco não seria o bastante, já que o aperfeiçoamento teria que ser também moral. Quais seriam as características físicas de um indivíduo moralmente eugenizado? O que caracterizaria uma pessoa regenerada?

Há uma quantidade significativa de material publicado sobre eugenia. Em 1917 o médico Renato Kehl, principal defensor da eugenia no Brasil, fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo e publicou, dois anos depois, os *Annaes de eugenia*, em que consta uma série de conferências e artigos, escritos por diversos autores, além do Estatuto da Sociedade e uma lista com seus 140 membros, organizada em ordem alfabética. Publicado pela *Revista do Brasil*, em 1919, o material fora metodicamente organizado por Renato Kehl e atualmente faz parte do acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro. A partir daí, Kehl publicou muitas outras obras. Em toda sua vida foram mais de trinta livros, além do *Boletim de Eugenia* (1929-1933), também iniciativa dele, e muitos artigos em jornais. Os que eu utilizei aqui foram: *A cura da fealdade*, de 1923; *Como escolher um bom marido*, de 1926; *Formulario da beleza e Tipos vulgares*, ambos de 1927; *Lições de eugenia*, de 1929; *Educação Moral* (s/d.); e *Sexo e civilização*, de 1933; além de alguns artigos publicados no *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* e no *Boletim de Eugenia*. Minha intenção, inicialmente, era observar em *Como escolher uma boa esposa*, o modelo de mulher e o papel que ela desempenharia na proposta de Kehl. Contudo, não encontrei essa obra e a substituí por

Como escolher um bom marido. Foi uma surpresa constatar que nessa obra Kehl “aconselha” critérios de seleção para escolha de um parceiro, independente do sexo.

Outra fonte, fundamental para minhas análises, foram as *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Nesse material podemos acompanhar, principalmente, o debate acalorado em torno do valor atribuído ao mestiço pelos eugenistas e busca de métodos de controle mais rigorosos da imigração. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia foi presidido pelo médico e antropólogo Roquette-Pinto e aconteceu na primeira semana de julho de 1929, no prédio da faculdade de medicina, no Rio de Janeiro. A iniciativa foi do médico e professor Miguel Couto, então presidente da Academia Nacional de Medicina. Na ocasião aconteceram, simultaneamente, o 10º Congresso Brasileiro de Medicina (em comemoração ao centenário da instituição), presidido por Azevedo Sodré, a 4ª Conferência Pan-Americana de Higiene, Microbiologia e Patologia, presidida por Carlos Chagas, e o 2º Congresso Pan-Americano de Tuberculose, presidido por Antonio Fontes. Esse material pertence à Biblioteca de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo e está em perfeito estado de conservação.

Relacionei, ainda, algumas obras que fazem referência ao Congresso de Eugenia. Em *Sexo e civilização*, de 1933, Renato Kehl refuta as opiniões de Roquette-Pinto, comentando os dados do trabalho por ele apresentado. Essa obra, assim como *Como escolher um bom marido*, constam na Biblioteca de Direito do Largo São Francisco. Nesse mesmo ano Roquette-Pinto publicou *Ensaio de antropologia brasileira*, comentando de forma elegante, às vezes irreverente, algumas das questões colocadas durante o Congresso. Do mesmo autor utilizei *Seixos rolados*, de 1927, que me possibilitou perceber mais claramente a relação da eugenia com a imigração e a mestiçagem. Por fim, a obra de Otávio Domingues, principalmente *A hereditariedade em face da educação*, publicado pela primeira vez em 1929, e *Eugenia. Seus propósitos, suas bases, seus meios*, de 1933, também fornece um esboço das estratégias e argumentos dos eugenistas nesse período. Essas foram as fontes principais utilizadas. Outros autores, dentre eles Silvio Romero, Monteiro Lobato e Oliveira Vianna foram utilizadas para elucidar a posição dos intelectuais no debate que antecede o debate eugênico.

Algumas obras importantes desse período, como de Gilberto Freyre (1933) e Artur Ramos (1934), não aparecem em minhas análises. Quanto a Arthur Ramos, só tomei

conhecimento do seu envolvimento nesse debate quando da sua participação no Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Preconceito Racial, de 1935, já no final das minhas investigações. Não obstante, em *O negro brasileiro*, de 1934, Ramos já condenava qualquer explicação biologizante para comportamentos sociais. Quanto a Gilberto Freyre, sua obra, extensa e controversa, requereria um tempo maior de análise, o qual não disponho.

No mais, o debate em torno da eugenia não se encerra com o Primeiro Congresso de Eugenia. Após incríveis avanços científicos – engenharia genética, desenvolvimento biotécnico – a eugenia chega ao século XXI. Habermas (2004) a denomina “eugenia liberal”. A preocupação do filósofo é quanto à utilização desses avanços na discriminação e segregação de portadores de determinadas características. A eugenia, nessa nova versão, continua a ameaçar a existência do ser humano. Do mesmo modo, o preconceito racial perdura em forma de xenofobia, intolerância ou aversão a tudo o que é diferente, sejam características étnicas, religião, formas de governo e cultura. A relação entre eugenia e racismo se manteve no que se convencionou chamar “racismo genético”. Com essa definição, o racismo passaria a ter uma base genética que, além de servir de justificativa para discriminação e segregação dos indivíduos com determinadas características, como observara Habermas, propõe explicar as diferenças e os comportamentos humanos a partir de premissas biológicas. Demasiadamente intrincado, o desenvolvimento do tema, da década de 1930 até a atualidade, extrapola as limitações da minha proposta ora apresentada.

Devido à complexidade do tema busquei primeiramente definir o que é eugenia. Dentre as diversas acepções elencadas – ciência, movimento, ideário –, penso ser a mais apropriada a interpretação da eugenia como um “ideário bio-social”, já que no Brasil aspectos biológico se misturavam a questões sociais e políticas. Como ciência, não houve preocupação em utilizar métodos de experimentação e observação que corroborassem com a ideia de degenerescência do mestiço ou de superioridade do elemento branco. Na verdade, essa ideia não chegou a ser consenso entre os eugenistas brasileiros durante a década de 1920. Roquette-Pinto, por exemplo, insistia não haver estudos científicos que condenassem a miscigenação e defendia que o aperfeiçoamento da população dependia de políticas públicas na área da educação e saúde. A falta de critérios e métodos científicos levou Arthur Ramos a definir a eugenia, já naquela época, como uma “pseudo-ciência”, que desconsiderava conhecimentos consolidados como forma de legitimar teorias discriminatórias ultrapassadas.

O debate em torno da modernidade, eugenia, raça, mestiçagem e identidade nacional eu trato no primeiro capítulo da dissertação. Não sou a primeira a constatar o quanto complexo foi esse período da nossa história, a ponto de parecer impossível qualquer análise. Foram mudanças de toda ordem: econômicas, sociais, culturais e políticas, como o crescimento da industrialização, a organização do movimento operário, a gênese da concepção do “moderno”, a crítica às instituições republicanas, o problema da assimilação dos imigrantes e a definição de critérios para a seleção dos futuros estrangeiros que ingressariam no país. Por influência de teorias científicas como o darwinismo social, a miscigenação passou a ser encarada como o empecilho ao desenvolvimento do país.

Assim, no final do século XIX, início do século XX, muitos foram os “cientistas-intelectuais” que se ocuparam dessas questões, entre eles Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu. Por certo não tive a intenção de esgotar tema tão fecundo, nem fazer uma crítica bibliográfica desses intelectuais. Busquei apenas apontar algumas de suas propostas de transformação social e modernização do país. No mais, a eugenia não foi uma ideia que surgiu do nada, de um instante para outro, mas uma resposta aos problemas de uma época, elaborada a partir das reflexões feitas por esses autores e de uma avaliação nem sempre apurada da realidade. Como veremos, era constante a recorrência a esses autores por parte de Kehl, Edgar Roquette-Pinto e outros eugenistas. Essa nova geração buscara articular propostas capazes de regenerar a população do país e transformar o Brasil numa nação civilizada.

Os procedimentos capazes de regenerar a população, eu trato no segundo capítulo. Renato Kehl dizia que os métodos eugênicos eram “inconmensuráveis”, e iam desde instruções de higiene pessoal à esterilização. Esses eram organizados, basicamente, em três tipos: eugenia positiva, negativa e preventiva. A eugenia positiva, mentora das boas gerações, consistia em educação sexual e eugênica, única medida capaz de controlar a “proliferação dos maus elementos. Já a eugenia negativa implicava técnicas pouco cristãs, como o exame médico pré-nupcial, aborto (em alguns casos bastante específicos), segregação e esterilização. Por último, a eugenia preventiva, entendida na época como “higiene da raça”. Seus métodos eram o combate ao alcoolismo e ao uso de drogas como a morfina e o tabaco, o que seria possível através de uma educação moral mais rígida. Mas havia muitas outras propostas, como a educação física, o controle da imigração, proteção e auxílio aos indivíduos bem dotados e o estímulo à miscigenação visando o branqueamento.

Alguns dos métodos propostos pelos eugenistas geraram controvérsias, como o exame pré-nupcial e a esterilização. Não havia consenso quanto à eficácia da esterilização nem quanto aos critérios para definição dos indivíduos a passarem por tal procedimento. Renato Kehl, por exemplo, defendia a esterilização de casais que não tivessem recursos financeiros necessários à subsistência e educação dos filhos. A medida também reduziria as despesas com a manutenção de débeis mentais e inaptos ao trabalho, esses em número cada vez maior. O mesmo se observa em relação à segregação. Quem seriam os segregados? De acordo com Kehl, seriam os “socialmente inadaptados”: prostitutas, alienados, tuberculosos, criminosos, sífilíticos, miseráveis e muitos outros. O autor não chega a elaborar um plano de ação, definindo instalações, atribuindo responsabilidades fiscais e administrativas, fosse do Estado, de instituições filantrópicas, da Igreja ou iniciativa privada.

Por fim, o branqueamento. Os intelectuais que acreditavam na superioridade do elemento branco passaram a defender a miscigenação como instrumento de “depuração” e “aprimoramento”, ou seja, de regeneração do mestiço. O elemento branco, quando presente na constituição do mestiço, prevaleceria no processo de miscigenação, por ser superior, levando inevitavelmente ao branqueamento. Oliveira Vianna, em *Evolução do povo brasileiro*, publicado em 1923, tentara elucidar, de forma bastante contraditória, através da compilação de obras, documentos e dados estatísticos, a inferioridade do negro e do mestiço em relação ao branco, ao mesmo tempo em que advogara a favor da miscigenação. Como veremos no segundo capítulo, não havia consenso quanto a essa ideia, como não havia em relação à maioria dos métodos eugênicos propostos.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, foi uma oportunidade singular para os eugenistas se encontrarem e discutirem suas propostas. Por isso dediquei o terceiro capítulo à apresentação do evento e discussão das *Actas e Trabalhos do Congresso*. Participaram dos debates intelectuais como Roquette-Pinto, Fernando de Azevedo, Miguel Couto e Renato Kehl. Os temas foram os mais diversos, desde educação, saúde da mulher, imigração, avanços científicos e, claro, a suposta inferioridade do mestiço. Na ocasião Renato Kehl fora criticado por seus pressupostos eugênicos defendidos em *Lições de eugenia*, publicado também em 1929, pouco antes do Congresso. Minhas investigações sobre o desenvolvimento eugênico no Brasil me deixaram com a impressão de que os eugenistas desconheciam a existência de uma população real, concreta no país. Isso não passou despercebido a Roquette-Pinto, que afirmara durante o Congresso: “O Brasil não é

uma vã e sentimental expressão verbal. É uma realidade, um fato”. O quarto capítulo trata daqueles que, embora marginalizados, não escapariam aos procedimentos eugênicos. Percebi, então, que os eugenistas não ignoravam a existência dessa população, simples, pobre, mas negavam-lhe qualquer valor, desqualificando-os em sua luta diária pela sobrevivência, desumanizando-os em sua feiúra e pobreza.

Esse é um quadro bastante complexo, que me fez pensar no destino do homem, rico ou pobre, bonito ou feio, produtivo ou não, frente à civilização que ainda hoje nos “arrasta com sua força implacável”, como Euclides da Cunha observara a mais de um século atrás. Depois de tantos avanços científicos e desenvolvimento cultural o homem continua infeliz, e parte significativa da população do país ainda não consegue suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Então tentei, já na conclusão, uma reflexão sobre civilização, baseada em *Mal estar na civilização*, um ensaio de Freud de 1929. Na ocasião o autor observara as dificuldades de manutenção de uma civilização que dependesse da domesticação de instintos às vezes indispensáveis à sobrevivência humana. Causa certo desconforto a constatação do quanto são atuais as colocações do autor. Essa leitura não foi muito animadora, então busquei em *Educação e emancipação*, de Theodor Adorno (2000), uma alternativa à proposta eugenista de aperfeiçoamento humano, através da educação. Famoso por seu pessimismo, chamado por Umberto Eco (2006) de apocalíptico, a análise de Adorno não foi mais reconfortante que a de Freud.

I: A EUGENIA COMO INSTRUMENTO DE APERFEIÇOAMENTO HUMANO

... para a formação de uma mentalidade nova; para a constituição de uma sociedade sã e moralizada; para a composição de uma humanidade de indivíduos integralmente fortes e bellos, – elementos de paz e de trabalho” (KEHL, 1929, capa).

1.1 – Eugenia: prática avançado do darwinismo social?

Pensar a adoção dos preceitos eugênicos por parte da elite brasileira nas primeiras décadas do século XX apresenta muitos perigos ao pesquisador. Em um contexto um tanto “louco”, como afirmara José Murilo de Carvalho (2004, p. 42), marcado por profundas transformações, esse ideário atraiu indivíduos de vários segmentos sociais, de diferentes orientações político-partidárias, e foi defendido por sociólogos, educadores, médicos, leigos e profissionais de diversas outras áreas. Mudanças na situação política e econômica interferiam na ordem social e davam origem a novos problemas e questionamentos que precisavam ser pensados. Além disso, com os avanços nas áreas das ciências da saúde, a eugenia passava a ter significados e métodos distintos em diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

Há diferentes conceitos e formas de compreensão da eugenia. Stepan afirma se tratar, principalmente, de um movimento “estético-biológico”, preocupado com a beleza e feiúra, pureza e contaminação: “Tratava-se, evidentemente, de um movimento pelo aprimoramento da raça” (2005, p. 149). Para Schwarcz, a eugenia era uma espécie de “prática avançada do darwinismo social”:

Como ciência ela supunha uma nova compreensão das leis de hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de nascimentos desejáveis e controlados; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (1993, p. 60, grifos meus).

Ciência, movimento, ideário, a eugenia era entendida, no início do século XX, também, como uma “ciência bio-social”, ou seja, orientada não apenas pelo conhecimento

biológico e pelas diferentes disciplinas médicas, mas pelo conhecimento social e político, como a sociologia, a pedagogia, a demografia e a antropologia. A argumentação é do médico Renato Kehl, principal defensor da eugenia no país:

[...] a pesquisa e a aplicação dos conhecimentos úteis à reprodução, à conservação e ao aperfeiçoamento da espécie humana, cuidando, particularmente dos assuntos da hereditariedade e da seleção no que for aplicável à espécie; das questões relativas ao meio; da situação econômica; da legislação e dos costumes; sobre o valor das gerações sucessivas e sobre suas aptidões físicas, intelectuais e morais (...). É, pois, uma ciência vasta e que compreende problemas dos mais importantes, biológicos, sociais, políticos, higiênicos e médicos (KEHL, apud SOUZA, 2006, p. 83, grifos meus).

Outro defensor dos preceitos eugênicos foi Fernando de Azevedo (1894-1974), sociólogo e educador que assim entendia a eugenia:

[...] aplicação de uma educação enérgica para a conquista da plenitude das forças físicas e moraes, tirando-nos deste plano inclinado da fraqueza neurasthenicas onde pouco a pouco escorregamos para deformações somáticas e para as moléstias que mais horrorizavam; é a regeneração física dos povos por uma completa cultura sportiva, que os impulse, a todo panno, dos lagos mortos onde jazem estacionários pela inércia para o vasto esplendido tumultuar da vida higienica intensamente vivida em pleno ar acrysolado no ouro do sol (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 117).

A argumentação do autor ilustra a visão de muitos intelectuais brasileiros do início do século quanto à fraqueza física e moral da população¹ que condenava o país ao atraso e à barbárie. Azevedo entendia a eugenia, ainda, como engenharia sanitária e profilaxia contra taras hereditárias. Numa linguagem um tanto poética, o autor observa a importância da educação, especialmente da educação física, nesse processo de aperfeiçoamento da população na máxima *mente sã, corpo sã*: “A seiva do corpo assegura sua plenitude, necessária à vida interior” (1919, p. 128), afirmara Azevedo. Menos poético, Kehl observou que não apenas a falta de educação, mas a fome, sede ou frio interferiam no funcionamento do corpo, causando “abatimento moral” (1923, p. 349). Sendo assim, desde seus primórdios a eugenia confundia aspectos físicos com educação e costumes e, como veremos, a maioria da população precisava ser regenerada através da eugenia.

¹ O termo população será utilizado ao longo do texto com o sentido de “povo”, como aparece nos autores aqui analisados. A elite, certamente, não se julgava objeto de aperfeiçoamento, nem se via parte da população do país.

Edgar Roquette-Pinto (1884-1954) fez algumas considerações interessantes sobre o tema. Ao observar que os eugenistas tinham objetivos diferentes, o autor os dividiu em dois grupos: o primeiro ocupava-se, principalmente, com o indivíduo, comprometidos que estavam com a reprodução de gente fisicamente saudável. O segundo buscava na eugenia tratamento para grupos étnicos diversos, pois estavam preocupados com o futuro da raça e com a reprodução de gente “moralmente boa”. Roquette-Pinto trouxe ainda um conceito diferente daqueles que observei em minhas investigações. A eugenia ou “rassenhygiene, como a chamam os alemães, é synonymo de guerra aos judeus: ‘antisemitismus’” (1927, p. 168). O autor não faz observação ou comentário sobre essa conceituação. Ele a utiliza para ilustrar a necessidade de se recorrer a Francis Galton (1822-1911), criador do termo eugenia (*eugenics*) que assim a definia: “sciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades innatas de uma raça e também das que são capazes de desenvolver ao maximo aquellas qualidades” (GALTON apud ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 169).

Galton, tal qual seu primo, Charles Darwin, estava interessado em estabelecer de que forma hereditariedade e ambiente pesavam na determinação de nossas aptidões e características, acreditando, como havia afirmado Gregor Mendel, que as habilidades humanas estavam relacionadas à hereditariedade e que unidades hereditárias não sofriam influência do meio físico, ainda que fossem realizadas alterações no ambiente social. Essa preponderância dos aspectos biológicos não significava, todavia, o abandono dos aspectos sociais. Galton entendia, de acordo com Roquette-Pinto, que naquele momento não era possível agir diretamente nas unidades hereditárias, então propôs, entre outras medidas, promover a educação, tanto a especializada quanto aquela capaz de apontar para a importância nacional da eugenia, seu lado prático, transformando-a em assunto de família.

Para Germaine Greer² (1987), contudo, era evidente o esforço de Galton em utilizar dos escritos de Darwin para justificar sua opinião quanto à suposta superioridade da raça branca. De acordo com a autora, o debate sobre homens superiores e inferiores teria tido início com Alfred Russel Wallace (1823-1913), um naturalista que em 1858, enviara um

² A australiana Germaine Greer é escritora e feminista ativista. Apesar das polêmicas geradas em torno de seus escritos e declarações, nessa obra, *Sexo e destino. A política da fertilidade humana*, a autora comenta médicos, cientistas, políticos e mesmo literatos envolvidos no debate em torno da eugenia na Europa, no início do século XX. Um deles foi o sociólogo Richard Louis Dugdale, cuja publicação, *The Jukes: A Study in Crime, pauperismo, doença e hereditariedade*, teve repercussão entre eugenistas do mundo todo e foi citada inúmeras vezes nos *Annaes de eugenia* (1919) e outros textos de eugenistas brasileiros.

artigo a Charles Darwin, com suas conclusões sobre os mecanismos da seleção natural. Anos mais tarde, em 1871, Wallace escreveria:

Nos tempos atuais não é possível que a seleção natural atue de qualquer forma para garantir o progresso permanente da moral e da inteligência, pois são incontestáveis os mediócrs, se não os inferiores, tanto em relação à moral como à inteligência, que sucedem melhor na vida e se multiplicam mais depressa (Apud GREER, 1987, p. 284, grifo meu).

A seleção natural, por alguma razão, não estava impedindo que os mediócrs e inferiores se reproduzissem. Greer indaga por que Wallace teria declarado “incontestável” algo que, nem mesmo ele, na condição de cientista, poderia provar. Certamente esta era uma declaração pautada em “convicções emocionais ou fé, em vez de observação informada”, conclui Greer (1987, p. 284). A elite inglesa, durante o século XIX, estava preocupada com a alta natalidade entre a classe trabalhadora, o que teria motivado muitos cientistas, entre eles Galton e Wallace, a investigarem sistematicamente os mecanismos da evolução humana. Contudo, antes que esses pudessem chegar a qualquer conclusão, já era corrente a ideia de que a Inglaterra tornara-se um país super povoado, mas pelo aumento do número de pessoas erradas. A elite, segundo Greer, aguardava ansiosamente por uma solução científica para o problema. Galton, então, apresenta a eugenia – “estudo dos instrumentos sob o controle social que pode melhorar ou piorar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física ou mentalmente” (1987, p. 286). Embora estivesse, por toda sua vida, mais atraído pela eugenia positiva, defendendo a educação eugênica, por exemplo, a eugenia negativa estava incluída nos planos do ilustre cientista, embora ele não a tenha descrito em termos concretos.

A defesa de Galton pela eugenia positiva tinha uma razão bastante curiosa. Ele sabia que a seleção natural era uma “lei natural”, o que impossibilitava a interferência do homem nesse processo. A educação eugênica possibilitaria que os superiores se multiplicassem em segurança. Com isso a seleção natural dar-se-ia entre “seres eugenizados”, e qualquer um que sobrevivesse ao processo não comprometeria o ideal eugênico. Já a esterilização dos inferiores seria uma forma de impedir que esses nascessem antes que a seleção natural acontecesse. Para Greer faltava a Galton certo “bom senso e imaginação” (1987, p. 287), já que ele parecia não perceber como eram inviáveis seus planos de controlar a vida das pessoas, além de não ter a menor suspeita da vastidão e mistério do processo genético.

Quando Galton morreu, em 1911, o biólogo Karl Pearson e seu companheiro de estudo, David Heron, assumiram a empreitada de provar a relação negativa entre fertilidade e posição social. Segundo Greer, Pearson teria entrado numa discussão infrutífera com outros eugenistas, entre eles Bateson, que havia realizado importantes estudos sobre genética, baseados na coleta de genealogias humanas, medições e coletas de estatísticas. Suas pesquisas tinham por finalidade provar que a miséria, a embriaguês, a insanidade, debilidade mental e criminalidade eram manifestações de um único gene. Os nomes das famílias escolhidas por Bateson tornaram-se populares, como o do pescador Jukes, cujas histórias seriam contadas inúmeras vezes pelos eugenistas brasileiros, especialmente Renato Kehl.

Os estudos baseados na coleta de dados genealógicos feitos por Galton e seus discípulos eram, de acordo com Greer (1987), absolutamente inconclusivos. Todavia, a falta de resultados irrefutáveis não impediu que muitos países adotassem a esterilização como procedimento eugênico, mesmo naqueles onde não havia uma legislação que autorizasse tal prática. Um exemplo foi o Dr. Harry Sharp, do Estado de Indiana, que em 1912 escreveu um artigo à *Eugenics Review*, descrevendo a fase pós-operatória da vasectomia, em que o paciente passava a ter mais disposição e o intelecto aumentava. Suas observações eram tão descabidas, que alguns eugenistas que leram suas opiniões teriam especulado, segundo Greer, se o próprio Dr. Sharp não deveria passar pela “operação milagrosa” (1987, p. 290). Contudo, mesmo muito antes da publicação do artigo do Dr. Sharp, já havia estados norte-americanos onde a esterilização tinha respaldo legal: Connecticut, em 1896; Kansas, em 1903; Nova Jersey, em 1905. Em 1918 existiam vinte e duas unidades federativas nos EUA com leis de esterilização. Vários países da Europa, entre eles a Suécia, Dinamarca e Suíça, aprovavam leis de esterilização, baseadas na crença de que o fim da civilização estava próximo. Durante a década de 1920, os eugenistas brasileiros buscavam nos EUA e na Europa justificativas para suas propostas de esterilização. Nos escritos de Kehl, por exemplo, há muitas referências a Raymond Pearl e Pearson, que naquele momento participavam do debate sobre a eugenia em diversas partes do mundo.

Sinônimo de beleza, pureza de raça e de superioridade, a eugenia já circulava entre os gregos da Antiguidade, embora não tivesse essa denominação. Não se trata aqui de discutir permanências e rupturas do ideário eugênico ao longo dos séculos. Contudo, a recorrência à Antiguidade era comum entre os eugenistas para justificar seu ideal de belo e sua relação com a natureza. Já que foram eles, de acordo com Renato Kehl, os “precursores do

aperfeiçoamento humano” (1923, p. 14). O próprio Galton afirmara que a mais nobre das raças era a dos gregos antigos. Em sua obra *Lições de Eugenia*, Renato Kehl apresentou um histórico sobre o tema desde Licurgo, (possivelmente VIII a. C.), a quem chama de “o primeiro eugenista prático do mundo” (1929, p. 12), discorrendo em seguida sobre a Idade Média até Galton. Nos textos dos *Annaes de Eugenia*, de 1919, muitos foram os autores que fazem referência ao ideal de beleza e perfeição dos gregos da Antiguidade.

Os eugenistas brasileiros³, a princípio, sofreram forte influência da eugenia francesa lamarckiana. Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) era um naturalista que investigava a evolução das espécies e sua relação com o meio, sem para isso recorrer às ideias criacionistas.⁴ No início do século XX, os seguidores da teoria de Lamarck, denominados “neolamarckistas”, na tentativa de entenderem a diversidade humana, confundiam natureza e cultura: “uma orientação particular para problemas de interação entre a genética e o meio, preservando, assim, lugar tanto para uma ação social proposital quanto para escolhas morais” (STEPAN, 2005, p. 07). Trounson, eugenista britânico contemporâneo de Kehl, acreditava que as preocupações dos eugenistas brasileiros com aspectos físicos, intelectuais e morais da população, teriam dado à eugenia brasileira um caráter mais “sociológico” (SOUZA, 2006, p. 45).

Na Grã-Bretanha e Alemanha, nessa mesma época, a eugenia baseava-se numa concepção mendeliana, cujos adeptos defendiam a criação de uma “raça pura” a partir da implantação de um método de seleção humana baseada em premissas biológicas. Já os eugenistas latino-americanos transitavam livremente entre as duas correntes de pensamento, mendeliana (pensavam a evolução a partir de premissas biológicas) e lamarckista (valorizam as influências do meio físico e social no processo de evolução), sem atentar para o fato de que uma contrariava a outra. Stepan (2005) observa que na Europa e nos Estados Unidos isso também acontecia. No Brasil essa situação começou a mudar no final da década de 1920, quando os avanços nos estudos sobre genética desencadearam novos debates sobre objetivos e aplicação de métodos eugênicos no país.

³ Entre os eugenistas brasileiros estavam Edgar Roquette-Pinto, Miguel Couto, Fernando de Azevedo, Emílio Ribas, Belisario Penna e Renato Kehl.

⁴ Criacionismo: teoria metafísica que afirma a existência de um ser criador do mundo e que serve de fundamento para diversas religiões do mundo.

Stepan (2005) afirma que o termo eugenia esteve relacionado desde seus primórdios ao conceito de raça, e ambos estavam intimamente relacionados aos avanços e à interpretação da ciência. Etimologicamente, eugenia deriva do grego, *eu* = boa, *genus* = geração. A palavra raça veio do italiano “*razza*, que por sua vez deriva do latim *ratio*; e significa sorte, categoria, espécie”.⁵ O vocábulo surgiu, segundo Antônio Guimarães (1999), no início do século XVI a fim de designar pessoas que possuíam uma origem comum, mas sem qualquer conotação biológica. Posteriormente, no início do século XIX, o termo foi introduzido na literatura especializada por Georges Cuvier⁶, quando se estabeleceu a ideia de existência de “heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 47). Não há consenso atualmente quanto ao significado social ou operacionalidade dessa ideia. Contudo, as particularidades e características físicas ainda são usadas por nós, como observa Gomes, “para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil” (2005, p. 48). Embora não seja meu objetivo aqui discutir as relações entre negros e não-negros no Brasil, esses esclarecimentos são importantes, já que o desenvolvimento do eugenismo no Brasil esteve intrinsecamente relacionado à discussão sobre raça. Além disso, a recusa em creditar qualquer valor aos mestiços por parte dos eugenistas, de certa forma se perpetuou, caracterizando o que hoje se denomina “racismo à brasileira” (TELLES, 2003).

Enquanto raça sugere a existência de heranças físicas permanentes entre diferentes grupos humanos, o racismo é a utilização política dessas diferenças entre “raças ou grupos sociais ou dos grupos étnicos humanos, de forma a justificar a superioridade de uma determinada raça sobre as demais”, (MATTEUCCI, 1986, p. 1059). Haveria, ainda, segundo Matteucci, diversos tipos de racismo, sendo o mais perigoso deles aquele que se traduz em política de governo ou um comportamento coletivo. O que o autor denomina “racismo contemporâneo” é o resultado da mistura de três correntes de pensamento bastante distintas entre si: “aquela que decorre dos estudos científicos das raças, o nacionalismo e, uma atitude mística e irracional em política” (1986, p. 1060). Em muitos países esses estudos sobre as raças acabaram por estabelecer uma hierarquia entre elas: em primeiro lugar os brancos; no meio estariam os amarelos (que sofriam de falta de imaginação e dedicados totalmente aos interesses materiais); e, no mais baixo dessa hierarquia, os negros, mais próximos dos animais

⁵ MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acessado em 1/06/2009.

⁶ Georges Cuvier (1769-1832) era um naturalista francês, colega de Jean Baptiste Lamarck, e elaborou renovadoras teorias sobre dinâmica das leis naturais e a classificação das espécies. Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GeoreCuv.html>. Acessado em 13/03/2010.

por serem incapazes de raciocinar, além de serem preguiçosos, indolentes, caprichosos e sensuais.

6 O racismo contemporâneo, ainda de acordo com Matteucci, se apoia tanto na teoria da hereditariedade dos biólogos raciais, como no darwinismo social – uma interpretação de aspectos sociais feita por antropólogos, sociólogos e historiadores baseada em conceitos das ciências naturais. Dessa maneira, a evolução do racismo⁷ enquanto paradigma estaria relacionado aos postulados publicados em *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1858. Tal teoria serviu, segundo Uemori (2008), de legitimação do capitalismo, do interesse pessoal em detrimento do coletivo, avalizou concepções conservadoras, como a eugenia, além de ser justificativa para o racismo de autores como Agassiz, Buckle e Gobineau, que se ocupavam do tema antes de Darwin. Em *Ensaio sobre as desigualdades das raças*, de 1853, Gobineau afirmara que os latinos, assim como os judeus, eram degenerados devido à mistura de raças, ressaltando que a “chave” para a interpretação da história era a raça. Considerado pai do racismo e o mais radical defensor da raça ariana, “a mais nobre de todas” (RAEDERS, 1988, p. 11), Gobineau foi ministro da França no Brasil entre abril de 1869 e maio de 1870 e seus escritos tiveram forte repercussão entre os intelectuais brasileiros no início do século XX.

O darwinismo social refletia fé no progresso material que a Europa experimentava em meados do século XVIII, com a industrialização. Não obstante todo o otimismo, o processo de pauperização da população, especialmente em Paris – a “menina dos olhos” do Brasil – era uma preocupação constante. O parisiense do século XIX era vista como um ser horrível, “um povo macilento, curtido” (BRESCIANI, 1990, p. 76). Londres era uma cidade marcada pela promiscuidade, pela diversidade, violência, desemprego, doenças e cortiços. Na capital inglesa, de acordo com Bresciani, o darwinismo também foi importante, pois “proporcionou a cobertura biológica para a teoria da degeneração urbana hereditária, reforçando a posição privilegiada do imigrante para as tarefas especializadas e de responsabilidade” (1990, p. 30). Estava justificado o preconceito em relação ao trabalhador nascido e criado na capital, opinião corrente na época. Aqueles que não conseguiam regular

⁷ Sobre as origens do racismo, Guimarães faz a seguinte observação: “Uma vez implantado o sistema escravista, o etnocentrismo, o preconceito de cor transformou-se rapidamente, ainda que talvez não imediatamente em racismo”, sendo assim anterior à publicação de *A origem das espécies*. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci_arttext. Acessado em 20/12/2010.

suas vidas pela disciplina do trabalho eram chamados de “resíduos sociais” (1990, p. 42). No Brasil, esses eram denominados, também, de “resíduos humanos” (KEHL, 1933, p. 191) – os pobres, vagabundos, doentes mentais, sífilíticos, tuberculosos, que precisavam ser compelidos a não procriarem (esterilizados), eliminados, abandonados. Consequência dessa lógica, a filantropia, seja por parte da Igreja, seja através do Estado, era criticada, vista como responsável pela manutenção de um peso morto.

Apesar da descrição da população inglesa feita por Bresciani, as péssimas condições de vida da classe operária, a pobreza sem precedentes experimentada pela população londrina, Galton acreditava que a Inglaterra estava apenas dois graus abaixo dos atenienses. Este havia organizado a populações em geral em classes:

Acima da média: A. B. C. D. E. F. G. X. (todos os graus acima de G). Abaixo da média: a, b, c, d, e, f, g, x (todos abaixo de g). Nas classes mediocres (a, b, A, B) encontra-se a imensa maioria dos indivíduos. C – contem indivíduos um pouco mais elevados; D – a massa dos que conseguem as vantagens ordinárias da existência (ordinary prizes of live); E – um pouco acima; F – é a classe dos que confinam com os gênios (G), na qual, em toda a história da humanidade, Galton encontrou, apenas, 400 nomes (GALTON apud ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 194, grifo no original).

De acordo com Galton, os ingleses teriam descido da classe F para D, por negligência com a moralidade pública e pelo aumento no número de filhos cujas mães eram de “classes intelectualmente inferiores” (Apud ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 196). Além disso, em qualquer país pequeno como a Inglaterra e com grande movimento migratório, os costumes tendiam a se dissolverem, e a raça a sofrer e decair. Sobre a raça afirmara:

As classes E e F da raça negra podem ser postas em paralelo com as classes C e D da raça branca(anglo-saxões). “The average intellectual stantard of the negro race is some two grades bellow our own”. O número de negros semi-tolos, continua, é muito grande. “Eram tão infantis os erros commettidos no trabalho, que muitas vezes me envergonhei da minha própria espécie”, acrescenta, narrando passagens de sua viagem na África (GALTON apud ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 195, grifo meu).

Roquette-Pinto não esclarece quanto aos erros a que Galton se refere, nem questiona essa hierarquização das raças proposta pelo autor, justificada por combinações complexas entre caracteres dominantes e recessivos. Todavia, optei por citar esses dados a fim de ilustrar o pensamento de Galton e a forma como este foi posteriormente interpretado e

adaptado por seus seguidores, servindo a alguns para legitimar a teoria da superioridade branca. Anos mais tarde, essa teoria seria desacreditada por avanços na ciência, que passariam a defender a miscigenação das raças como um fator essencial à sobrevivência das espécies. Sendo esse processo natural e aleatório, ou seja, independente da razão humana, não haveria motivo para acreditarmos que um grupo com determinado conjunto de caracteres fosse superior ou inferior aos demais, como Galton afirmara.

O darwinismo social, francamente aceito por intelectuais brasileiros até a primeira década do século XX, aos poucos começou a ceder espaço para a eugenia. Segundo Kehl, a “inapplicabilidade das leis darwinistas” se tornava evidente quando observado que o espírito de sobrevivência do homem ultrapassava os limites da biologia, perpassando questões de ordem social. Ao pensar o problema da seleção natural Kehl observa: “O princípio darwinista do triumpho do mais apto, sendo a consequência da evolução e do progresso, é o que os ‘sophistas’ desejam ver applicado”. Kehl continua: o proprietário vive à custa do operário, esse sim forte e apto:

Sendo assim, o rico, que não é um elemento seleccionado, prepondera sobre os vencidos e ambos se arrastam na decadência. Os primeiros, pela inacção, e os segundos, vegetando na dura miséria. Realmente, onde estão as verdades do darwinismo social? Como se pode esperar da sua applicação o alevantamento da humanidade? (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 179).

Nessa passagem, Kehl parece se aproximar do pensamento de Manoel Bomfim (1868-1932), médico, psicólogo e pedagogo, autor de *A América Latina: males de origem*, publicada pela primeira vez em 1905. Na segunda parte dessa obra, intitulada “Parasitismo e degeneração”, Bomfim tenta um paralelo entre organismos biológicos e organismos sociais: “As sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência idênticos” (1993, p. 52). O autor afirma que o mesmo processo de degeneração observado no mundo animal pode ocorrer em organismos sociais. Quando um organismo ou uma sociedade não se desenvolve, passa a depender de outra, levando à degeneração de ambos, parasitas e parasitados: “Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar seus processos, nem de por em contribuição a inteligência [...]” (1993, p. 60). Bomfim compara Portugal e Espanha a parasitas, sendo essa a causa do atraso do Brasil e de toda a América Latina.

No entanto, a aproximação entre Kehl e Bomfim acaba nesse ponto. Crítico do racismo, do Evolucionismo e do Positivismo, Bomfim afirmava que a crença em teorias raciais era uma evidência do atraso brasileiro quando não a ausência de tradição científica. Para ele tais teorias não passavam de “um sofisma objeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata e covardemente aplicado à exploração dos mais fracos pelos mais fortes” (BOMFIM, 1993, p. 243). Isso porque não havia, segundo ele, modificação orgânica particular que pudesse justificar ser o mestiço um regredido. Já o ideário eugênico defendido por Kehl e outros eugenistas reintroduzia, como observa De Luca, a noção de “raças e de seres biologicamente superiores e inferiores” (1999, p. 230).

Depois de argumentar quanto à “inapplicabilidade” do darwinismo social na questão da seleção natural Kehl afirma: “[...] temos felizmente na EUGENIA a alavanca seleccionadora que precisamos para arredar dolorosos presságios sobre o futuro da humanidade”. Mais adiante: “nós, eugenistas, contrapomos à dureza do darwinismo social a lhanza das theorias de Galton” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 180). Assim, o autor propõe a substituição do darwinismo social pela eugenia, numa tentativa de construção de um discurso legitimador do ideário eugênico no país. O darwinismo social pautava-se num determinismo biológico que condenava o Brasil ao atraso e, no futuro, ao desaparecimento, devido à mestiçagem. Sendo assim, a salvação do brasileiro só seria possível pela eugenia, “por definição, a ciência do aprimoramento racial”, como observa Stepan (2005, p. 54).

Com esse mesmo objetivo de validar a eugenia, muitos estudiosos utilizavam do sucesso obtido na aplicação de técnicas eugênicas mendelianas em animais e plantas. Kehl, por exemplo, afirmava ter chegado a hora de melhorar a raça humana, “tendo em mãos – a bagueta magica – da selecção, que são as leis da hereditariedade, [...] comprovadamente valiosos como se verificam entre plantas e animaes?” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 219). Anos mais tarde, em *Lições de Eugenia*, Kehl observara a utilização de técnicas eugênicas na zootecnia na reconstituição de raças consideradas por ele decaídas:

Pelo que dissemos da zootecnia, ninguém poderá duvidar da efficacia dos processos da hominicultura. Os conhecimentos oriundos da prática e da experiência, provenientes de tantos annos de selecção animal e vegetal, constituem valiosas indicações para o futuro apuramento do gênero humano (1929, p. 20).

Em contrapartida, Roquette-Pinto observou não ser possível a utilização e verificação de tais técnicas no homem por diversas razões: prole muito reduzida, presença de caracteres individuais que mascaram os específicos e a moral que, “em taes assumptos, não permite experiência” (1927, p. 61). O médico, zoólogo e eugenista Octavio Domingues, também escreveu sobre o tema. Embora concordasse com aplicação do mendelismo⁸ na interpretação da evolução do homem – “já que as leis da hereditariedade são as mesmas para animais e vegetais” (1935, p. 74) –, Domingues advertira quanto às dificuldades, “senão impossibilidades” de realizar experiências genéticas como aquelas feitas em animais e vegetais, em humanos:

- 1 – não há garantia de pureza nas chamadas raças humanas [...];
- 2 – as uniões entre os humanos são de escolha espontânea dos membros do casal; não há como proceder-se a acasalamentos visando uma experimentação científica;
- 3 – como provocar a dissociação de irmãos, se o casamento entre parentes do mesmo sangue é irrealizável e essa reprodução entre irmão é imprescindível na analyse do patrimônio de uma linhagem;
- 4 – o grande número de descendentes que se obtém de um só individuo nas plantas ou nos animais, e dentro de um espaço de curto tempo, não é possível conseguir no homem onde a reprodução é lenta e a sua prolificidade reduzida;
- 5 – o desenvolvimento de um ser humano é lento, e só na idade adulta é que se dá a expansão de seus attributos, donde o dilatado número de annos que requereriam taes experiências;
- 6 – a complexidade de fatores hereditários no homem é uma realidade (1935, p. 64).

Domingues observa, ainda, que, até aquele momento, não era possível apontar o fator que determinaria a inteligência e a moral do homem: se a “hereditariedade, a educação ou o meio” (1935, p. 45). A insistência de Kehl, assim como a ambiguidade da argumentação de Domingues, hora confirmando, hora negando a aplicação do mendelismo na reprodução humana, são evidências dos limites e dificuldades quanto às “operações da sciencia” da época, como se queixara Roquette-Pinto (1927, p. 165).

⁸ Octavio Domingues define mendelismo: “conjunto de princípios biológicos que tem por base as leis da hybridação, descobertas por Mendel em 1865” (1935: 52).

Talvez pudéssemos pensar o caráter sociológico da eugenia no Brasil (observado anteriormente pelo eugenista britânico Trounson), como uma consequência da relação entre diferentes áreas do saber – medicina, sociologia, pedagogia, política, entre outras – com o ideário eugênico. Domingues, adepto da corrente mendeliana, era professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros e foi presidente da Sociedade de Zootecnia Brasileira por dezessete anos (1951-1968).⁹ Fernando de Azevedo, sociólogo, professor e primeiro secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo, também relacionava perfeição física, excelência moral e, ainda, com atletismo, “arte plástica e sciencia biológica, erigida ao primeiro plano nessa educação sábia que se destinava a formar o cidadão completo, segundo o ideal da antiguidade clássica” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 115). A mobilização esportiva seria útil na regeneração da raça e seu abandono enfraqueceria nossa nacionalidade. Nesse mesmo texto, Azevedo relacionou raça, nacionalismo e eugenia, declarando fé na “formidável acção eugênica”, capaz de integrar numa “nacionalidade homogênea e característica” as “flutuantes correntes ethnicas” que formavam a população do país (1919, p. 132).

De acordo com Kehl, (1929), Sousa Lima teria sido o primeiro (em 1897) a propor uma lei que tornasse obrigatório o exame pré-nupcial e impedisse o casamento de tuberculosos e sífilíticos. Se considerarmos que em 1883 Galton definiu de forma sistemática o que ele nomeou eugenia, teremos então uma evidência do quanto os médicos brasileiros estavam atentos aos movimentos da ciência na Europa.¹⁰ Em seu discurso na solenidade inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 15 de janeiro de 1918, Kehl falara sobre Galton, Spencer, apontara para o estado “avançado” da eugenia na Europa e nos Estados Unidos, onde já existiam Sociedades para estudos das questões relativas ao melhoramento das gerações futuras, sempre esclarecendo que todos esses esforços visavam ao bem da “raça”, fosse a francesa, norte-americana, brasileira. Aqui há nomes “illustres” que antes da Sociedade já defendiam os “ideaes eugênicos”, como Olegário de Moura, Arnaldo Vieira de Carvalho, Sousa Lima e Amâncio de Carvalho. Não por coincidência eram todos médicos,

⁹ Disponível em http://w3.ufsm.br/zootecnia/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=40
Acessado em 10/11/09.

¹⁰ Em 1865, segundo Renato Kehl (1929), Galton havia publicado um breve artigo expondo suas primeiras conclusões sobre hereditariedade. Em 1883 Galton publica *Hereditary Genius*, e anos depois, em 1904 e 1905, ele apresentou à Sociedade de Sociologia de Londres suas ideias definitivas.

pois, de acordo com Kehl, a eles competia a direcção da hominicultura¹¹: “jogando com as leis biológicas, como os chimicos jogam nos seus laboratórios com os reactivos, precisamos proteger as gerações futuras da deliquescencia” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 04).

Através dos textos publicados nos *Annaes de Eugenia* podemos acompanhar os primeiros passos desse ideário no Brasil. São comunicações, conferências e palestras feitas por iniciativa da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por Kehl um ano antes. Apenas um texto é anterior à fundação da Sociedade, “Conferência de propaganda eugênica”, de 13 de abril de 1917. Na ocasião Kehl descrevera o contexto em que a eugenia ganhara notoriedade, momento do “pleno desenvolvimento de idéaes nacionalistas”: “A campanha eugênica é oportuna neste momento em que no Brasil se despertam forças regeneradoras” (1919, p. 67). A eugenia estaria em destaque em outros países por cuidar da “hygiene da raça” exatamente em nome da “grande nacionalidade”. Kehl segue falando do sofrimento e pobreza causados pela Grande Guerra, “flagello ceifador de vidas” e outros fatores disgênicos, como o álcool, a sífilis e a tuberculose. São aspectos importantes do pensamento de Kehl, que nos permitirá perceber o desenvolvimento do seu projeto regenerador ao longo de toda a década de 1920 e início da década de 1930.

Os eugenistas buscavam na ciência a legitimação para seu projeto de aprimoramento da raça brasileira. Embora o aspecto científico de uma ideologia seja entendido por Arendt (1989) como secundário (o principal é o político), a própria autora observa que a política e a ciência do século XIX e XX foram profundamente afetadas por cogitações raciais. Os aspectos políticos da eugenia podem ser observados, por exemplo, no Estatuto da Sociedade Eugênica de São Paulo, que teria, entre outros objetivos: o “estudo e a applicação das questões relativas à influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações succesivas e sobre as aptidões physicas, intellectuais e morais” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 257).

Merece atenção a relação que Kehl estabelece entre eugenia e Direito. Em texto anteriormente citado, “Conferência de propaganda eugênica”, Kehl questionara os critérios utilizados por legisladores na definição do que seria um criminoso: “O Direito pune um

¹¹ Hominicultura vem do latim *homine*, “homem + cultura. Disponível em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/hominicultura>. Acessado em 11/11/09.

criminoso que fere um seu semelhante, mas deixa impune um individuo syphilitico que, consciente do seu mal, se casa, infecciona a mulher e dá a nascer filhos heredo-syphiliticos!” Mais adiante Kehl afirma:

[...] espíritos superiores têm insistentemente procurado convencer nossos legisladores da necessidade inadiável de proteger a família, a prole, a raça e a nacionalidade, contra a invasão de degenerescências [...] mas [...] o legislador brasileiro, aferrado ainda ao dogmatismo jurídico mal compreendido, recusou-se a satisfazer a essa aspiração nacional, talvez levado pelo receio de cercear a decantada liberdade individual (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 77).¹²

Os eugenistas brasileiros, em nenhum momento, deixarão de tentar influenciar na elaboração de leis, seja defendendo a prática legal de esterilização de degenerados, pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial, seja pela implantação de políticas compulsórias em prol da saúde pública, ou ainda pela adoção dos rígidos critérios de controle da imigração. Em seus argumentos, os eugenistas brasileiros recorriam a exemplo de outros países, especialmente os Estados Unidos da América, que adotaram preceitos eugênicos para elaboração de leis que visavam o nascimento de indivíduos fortes e virtuosos. Com a finalidade de ilustrar a importância dessas propostas Kehl, em 1917, narra a história de um pescador, filho de um alienado, nascido em 1720, Max Jukes, que teve mais de mil e duzentos descendentes, sendo 60 ladrões habituais, 370 criminosos diversos condenados a penas graves, sete assassinos, 440 vagabundos e 300 ociosos que nunca procuraram emprego. Anos mais tarde, em maio de 1929, no *Boletim de Eugenia*, Kehl relata a mesma história, acrescentando que o filho do alienado era um homem “fraco de espírito”, e compara o destino deste com o de outro homem, Jonathan Edward, que teve muitos descendentes, todos prósperos, médicos, oficiais de justiça, escritores e políticos, senadores e até um vice-presidente da República. Essa história será retomada várias vezes, por diversos autores e em diferentes momentos, sempre com o objetivo de exemplificar os benefícios da eugenia para a sociedade. Contudo, como bem observa Diwan (2003), ela não explica nada. Primeiro porque o pescador do século XVIII não pode ser o responsável direto pelo destino de seus

¹² O Código Penal Brasileiro (artigo nº. 213) prevê pena de seis a dez anos para crimes que envolvem transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, como o estupro. Atualmente se discute a criminalização da transmissão do HIV, tema bastante polêmico. Muitos juristas entendem que, não se tratando de estupro, a responsabilidade de se prevenir da AIDS é dever de cada indivíduo. Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/monografia-tcc-tese.aspectos-juridicos-da-transmissao-dolosa-do-virus-hiv-e-sua-repercussao-no-direito-penal,24041.html>. Acessado em 01/11/2010.

descendentes e, segundo, porque Kehl desconsidera impedimentos econômicos e políticos que certamente concorreram para a infelicidade do pescador Max Jukes.

Ao mesmo tempo, Schwarcz (1993) assinala a disputa por poder e hegemonia intelectual entre profissionais da área do Direito, médicos, “homens da ciência”, e “homens de letras”, acusados de estarem alheios às questões políticas e sociais da época: “Enquanto os ‘profissionais médicos’ pretendiam curar as doenças e nossas heterogeneidades, bacharéis acreditavam encontrar no Direito uma prática acima das diferenças sociais e raciais observadas” (1993, p. 174). Havia, ainda, a disputa entre médicos da Bahia (voltada para a medicina e a antropologia criminal) e Rio de Janeiro (voltada para a medicina tropical, pesquisa e atuação na área da higiene pública). Não obstante tais singularidades, segundo Schwarcz, as relações entre as duas faculdades foram pontuadas por camaradagem e por uma divisão de áreas de pesquisa quase consensual, o que acontecia entre a medicina e os profissionais do direito. Mais intrigante que pensar nessa disputa, de acordo com a autora, é pensar como todas elas se utilizavam das teorias raciais para explicar a situação do país e ponderar sobre as melhores formas de modificar aquele quadro.

Consta ainda nos *Annaes de Eugenia* a conferência de Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade, intitulada “Saneamento – eugenia – civilização”. Através desse texto podemos observar a dificuldade em se pensar a eugenia na década de 1910, mesmo pelos seus defensores. O autor começa afirmando que saneamento e eugenia eram uma mesma coisa: “Quem quiser chame Saneamento. Quem quiser chame Eugenia. Ao Brasil o que interessa é que coisa caminhe, é que a questão se apresente a todos, [...] é que a questão vai se derramando na collecvidade brasileira e se vá infiltrando na consciência nacional” (1919, p. 83). Moura acreditava ser importante observar o instante da evolução brasileira, e apontava o saneamento e a eugenia como “a magna questão nacional”, comprometidas que estavam com defesa da nacionalidade, como “a alma da Nação” e “o amor à pátria” (1919, p. 84).

Em sua argumentação, Moura citara Alberto Torres, Olavo Bilac e Monteiro Lobato, que teriam feito um balanço realista da situação do país e apresentado suas propostas: educação física, militarização, saneamento e eugeniação do Brasil. Embora condenasse a guerra, Moura acreditava ser ela necessária ao aperfeiçoamento humano. Respondendo às críticas de “gente que por índole se dá ao trabalho de ridicularizar idéas justas e necessárias” (1919, p. 86), o autor usou de certa ironia. A necessidade da guerra ficava evidente, na

opinião do autor, no título do importante Congresso da Paz: “O nome, Congresso da Paz,¹³ foi certamente dado para melhor serem ventilados assumptos da... guerra. Tanto assim é, que veio á téla dos debates a famosa questão ‘O direito da força e a força do direito’” (1919, p. 85). Na página seguinte: “E’ a face... sentinella avançada... que defende o nacionalismo nos momentos de perigo, que é a primeira a verter sangue sagrado na suprema defesa dos interesses nacionais”. Justificada a defesa da militarização do país, Moura esclarece a relação desta com a educação física, o saneamento e a eugenia:

E’ claro que um exercito composto de impaludados agudos e chronicos, ankylostomizados, embarbeirados, alcoolistas, syphiliticos, cegos pelo trachoma, etc., e que lesões de toda ordem lhe alterem a saúde do corpo, e a saúde da mente, é lógico, senhores, que se um exército de tal natureza se oppuzer um exercito de homens eugenizados daquelles males, é indiscutível que o exercito formado intelligentemente nessas condições é um exercito de verdade, é um exercito na sua mais pujante expressão de força physica e moral (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 87).

Moura se refere ao texto de Lobato, *Problema vital* (1918), e defende o autor da acusação de estar desacreditando o país aos olhos dos estrangeiros, assombrando os imigrantes. Depois de propor a “sciencia medica e a hygiene” como solução para os problemas apontados por Lobato, Moura encerra afirmando que “Saneamento-Eugenia é Ordem e Progresso” e que, através da eugenia, “a civilização brasileira [...] mostrará ao mundo que o trabalho humano é grande alavanca, a única capaz de assegurar a felicidade e o bem-estar” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 90).

Na conferência “Fatores de degeneração de nossa raça e meios de combatê-las”, anteriormente citada, Rubião Meira afirmara ser a modernidade a causa do enfraquecimento das raças. A argumentação do autor é um tanto dúbia. A lei de 13 de maio teria sido a “causa da decadência, da ruína, do esphacelamento dessa raça até então laboriosa e pujante, operosa e forte” (1919, p. 51). Mais adiante, nessa mesma página, Meira afirma: “Não fora a libertação dos escravos, subsistisse ainda aquelle regimen nefando, aquella prisão de costumes, aquella impossibilidade de vícios, e a raça negra estaria hoje no apogeu de sua força [...]”. Embora o autor tenha declarado ser a escravidão uma desonra, uma afronta ao progresso, pareceu em concordância com Oliveira Vianna em *Evolução do povo brasileiro* quanto ao papel “civilizador” da escravidão:

¹³ Olegário Moura se refere à Conferência da Paz, realizada em Paris, em janeiro de 1919, onde foi assinado o Tratado de Versalhes, que definia os termos de paz com as nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial. Para alguns estudiosos esse “acordo de paz” acabou por levar à Segunda Guerra Mundial.

Quando sujeitos á disciplina das senzalas, os senhores os mantem [os negros escravos] dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, á raça superior. Desde o momento, porem, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, á sua própria direcção, decáem e chegam progressivamente á situação abastardada, em que os vemos hoje (VIANNA, 1938, p. 176).

Em Oliveira Vianna, a condição de escravo parece intrínseca à raça negra, que ele declarara inferior.¹⁴ Quando abolida a escravidão, o negro fora condenado à marginalidade. Já na afirmação de Meira, o negro pertencia a uma raça forte, mas sua condição de vida não era mais compatível com a vida civilizada, cujas enumeras exigências deu origem à fadiga física e mental. A civilização teria entrado em conflito com o homem, incitando-o ao consumo de álcool, tabaco, morfina e cocaína, situação desconhecida, segundo o autor, nos tempos do Império, período marcado pela “calmaria da nossa situação interna, social, política e econômica” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 52).

1.2 – A modernidade em diferentes contextos

Antes de prosseguir sobre o desenvolvimento do tema eugenia no Brasil, penso ser relevante discorrer sobre o contexto em que esta ganha notoriedade, assim como apresentar alguns conceitos dos debates sobre nacionalidade e identidade nacional travados nesse momento, final do século XIX, início do século XX, entre os intelectuais brasileiros. Isso porque a eugenia não foi uma ideia que surgiu pronta. Como observa Berstein, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações até que uma nova ideia “penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos” (1998, p. 356).

Foram muitas as mudanças pelas quais o Brasil passou a partir de 1870, como a extinção da escravidão, o incentivo à imigração, a secularização da política e a proclamação da República. Nesse contexto, muitos intelectuais se mobilizaram em torno do debate sobre modernidade, identidade e o caráter nacional. Essa também foi uma fase de renovação do pensamento brasileiro, com a introdução de ideias europeias, como o Evolucionismo e o

¹⁴ A opinião de Oliveira Vianna quanto ao valor do negro e dos mestiços no Brasil eu trato mais adiante, quando discuto a tese de branqueamento sistematizada pelo autor.

darwinismo social e, por fim, a eugenia. Tais pensamentos não foram introduzidos como uma “cópia” fiel dos pressupostos originais, mas interpretados e, depois, adaptados à realidade brasileira.

Sendo assim, a construção de um determinado conceito, fechado, definitivo para eugenia, seria pueril. Koselleck (1992), observa que os conceitos são dinâmicos e guardam ambiguidades que denunciam a presença de sentidos que se contrapõem na tentativa de conferir legitimidade e longevidade para determinadas experiências. No entanto, sua elaboração é indispensável na formulação das perguntas que orientarão as pesquisas. No mais, ainda de acordo com Koselleck, um conceito, mais que fenômeno linguístico, “relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (1992, p. 136).

Partindo dessas observações de Koselleck, busquei observar as diferentes formas de compreensão da eugenia, assim como o momento em que esta entra em debate, na década de 1910. Nesse período os intelectuais brasileiros estavam envolvidos no debate sobre identidade nacional que, por sua vez estava intrinsecamente relacionado ao de progresso e modernidade. Havia, ainda nessa época, a crença de que a mestiçagem que caracterizava o brasileiro era uma ameaça à constituição de uma nação soberana e rica, e a “questão social” – crescimento da população, desemprego, as péssimas condições de saúde, higiene e moradia da população, o aumento do custo de vida (CARVALHO, 2004, p. 24) – era uma preocupação constante.

Os estudos sobre identidade nacional, modernidade e nacionalidade frequentemente remetem, segundo Bresciani (2007), à fundação do IHGB, em 1838. Não obstante a importância do Instituto na criação de uma historiografia nacional vale salientar a reflexão elaborada por José Bonifácio de Andrade (1763-1838), acerca da população e da constituição nacional do país. Estadista e poeta brasileiro, Bonifácio pensou a constituição da nação brasileira em seus aspectos políticos e sociais e, a partir daí, elaborou um ambicioso “projeto civilizador” que fosse capaz de integrar o índio e propiciar unidade cultural e territorial ao país. Esse projeto, segundo Mota, baseava-se no uso da “razão, na experiência e na idéia de progresso” (2001, p. 81).

Um dos principais obstáculos apontados por Bonifácio a esse projeto, conforme Portela (2009), era a heterogeneidade racial e a miscigenação com o negro, a quem Bonifácio tratava com hostilidade e desprezo. A construção da nação necessitava de uma identidade nacional com relativa homogeneidade étnica e cultural. Todavia, para ele, essa identidade já estava definida: era “mulata” (MOTA, 2001, p. 79). A miscigenação consistia em “instrumento civilizador” em que o branco, superior, conduziria os demais elementos à civilização. Para civilizar os índios era preciso instruí-los na moral de Jesus Cristo, na língua portuguesa, e prepará-los para o trabalho através, por exemplo, da introdução do arado, para que não se sentissem “aviltados e igualados aos negros, puxando pela enxada” (MOTA, 2001, p. 87). Se assim fosse, a escravidão, improdutiva e degradante, seria abolida. Bonifácio reconhecia que os brancos impunham aos negros a condição de escravo e os reduziam a brutais animais. Os negros, por sua vez, inoculavam-nos toda sua imoralidade e todos os seus vícios. Somente a abolição corrigiria a situação. Já no caso do índio, Bonifácio os reconhecia donos da terra, ao mesmo tempo vítimas da exploração e da violência, levados a repelir tais ameaças através da guerra. Mota conclui sua argumentação afirmando que o projeto de transformação do Brasil e da população em nação independente elaborado por Bonifácio, sustentado por uma sólida “sociedade civil” (2001, p. 95), envolvia discussão em torno de cidadania, pátria, propriedade, fraternidade, liberdade, imigração e miscigenação.

No final do século XIX, início do século XX, muitos outros “cientistas intelectuais”¹⁵ buscaram definir um “padrão nacional” para o brasileiro, entre eles Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Manuel Bomfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Alcântara Machado, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Câmara Cascudo e Monteiro Lobato. Esses pensadores utilizavam, segundo Joanilho, diferentes correntes de pensamento de forma híbrida: Evolucionismo + darwinismo social + Positivismo + racismo, “obedecendo a uma única lógica, a da novidade” (2004, p. 25). Por isso, as reflexões desses pensadores foram marcadas por um cientificismo que invadia, de acordo com Schwarcz (1993), diversas áreas do saber, como a medicina, o direito e a literatura. Não seria possível nem é meu objetivo aqui fazer uma crítica bibliográfica desses intelectuais. Tentarei apenas observar como alguns deles interpretaram o Brasil, assim como algumas de suas propostas de transformação social e modernização do país. Nesse contexto a eugenia surgiu no Brasil, comprometida com os

¹⁵ De acordo com Herschmann (1994), há certa dificuldade de encontrar um termo mais apropriado para esses agentes sociais, devido sua atuação, que extrapolava os limites de suas ciências. Assim como o autor, não proponho nenhuma definição para “intelectual”, considerando dessa forma aquele que se reconhece e é reconhecido pelos outros como tal.

ideais de mudança social e de progresso científico, ainda que nomeando diferentes métodos de intervenção. Além disso, como veremos, a recorrência a esses autores por parte de Kehl, Edgar Roquette-Pinto e outros que se ocuparam do tema, especialmente na década de 1920, será constante.

Sílvio Romero (1851-1914), político e crítico literário, propunha buscar na literatura as leis que determinavam a formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro: “a poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos” (ROMERO, s/d., p. 4). De acordo com Rabello, dessa constatação partia sua crítica violenta ao romantismo, especialmente o indianismo, entendido por ele como uma “falsificação do espírito nacional” (1967, p. 43). Em oposição à figura do índio enquanto síntese da nossa nacionalidade, Romero elegeu o mestiço como a personificação do brasileiro: “o Brasil é um povo mestiço, pouco adianta discutir se isso é um bem ou um mal; é isto e basta” (s/d., p. 28). Se a mestiçagem não fosse de sangue, seria de ideias, sentimentos e crenças.¹⁶

Desde 1875, ano da publicação do seu ensaio *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, Romero vinha se ocupando da composição étnica do povo brasileiro, tema pouco estudado até aquele momento, segundo Rabello (1967). Em *História da literatura brasileira*,¹⁷ o autor discorrera de forma detalhada sobre a constituição étnica do Brasil e a forma como o “novo tipo brasileiro” (s/d., p. 114) sofria influência do meio. O Brasil era o resultado do cruzamento de três etnias distintas: o negro, o índio e o português. Para o autor, ao índio devíamos o conhecimento de técnicas de caça e pesca, plantas alimentares e medicinais, palavras, costumes: “foi do caráter destes que nossos sertanejos de agora, nomeadamente jagunços e cangaceiros, tomaram o ânimo triste, resignado, resistente, mas com tendência a depreciação” e “extraordinária acuidade dos sentidos” (ROMERO, s/d., p. 100). Todavia, por estarem no estágio mais primitivo da evolução das sociedades, esses logo

¹⁶ A obra *História da Literatura Brasileira* é de 1888. O exemplar aqui utilizado está disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>. Acessado a última vez em 23/02/2010.

¹⁷ No capítulo III dessa obra Romero discute várias ideias de Buckle, afirmando algumas, refutando outras. Sobre o Brasil Buckle afirma: “O povo ignorante, e, além disto, brutal, não praticando nenhuma restrição, e não reconhecendo lei alguma, continua a viver em seu antigo e inveterado barbarismo [...] Os hábitos do povo são tão bárbaros como dantes...” Sobre essa afirmação de Buckle, Romero conclui: “É certo que os primitivos habitantes do país não ultrapassaram os últimos degraus da selvageria; é exato ainda que a nossa atual civilização é toda impregnada de barbarismo. Só os patriotas desajuizados poderão contestá-lo”. (s/d., pp. 13-14).

desapareceriam. Para saber em que estágio do processo evolutivo os povos se encontravam, Romero analisava, entre muitos outros itens, as condições naturais (clima, vegetação etc.), a religião, os modos de produção e a organização social (se familiar e de que tipo, patriarcal, semi-patriarcal, família tronco ou instável).

Em relação ao negro, Romero afirmara haver um silêncio “absolutamente completo” por parte dos homens da ciência, inclusive “negros inteligentes e mestiços ilustrados”, quanto à contribuição destes para a formação do Brasil. Ninguém falava sobre o negro, segundo o autor, porque se temia ser identificado com a raça africana, “de passar por mestiço” (s/d., p. 75). Entre outras contribuições do negro, Romero destacou a econômica: “foram eles principalmente que abriram os caminhos, desbravaram as terras, cultivaram os engenhos e fazendas, mineraram os terrenos auríferos e diamantinos e fizeram todo o serviço doméstico; foram assim os principais fatores de riqueza pública e particular” (s/d., p. 113). Já ao português devíamos “a colonização por uma raça européia, seu sangue, suas idéias, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental” (ainda que esse não fosse um povo muito “inventivo e empreendedor” (s/d. p. 108)). Todavia, esse nos trouxe também seus “prejuízos de toda a casta, políticos, sociais, religiosos, econômicos e tantos males crônicos que lavram a alma daqueles povos” (s/d., p. 23). Para o autor, o português era um povo “apaziguado, brando de índole, avesso a tiranias e crueldade”, de gente “farta e feliz”, à qual devíamos “a língua, a religião, o direito, a arte, a poesia, a literatura” (s/d., p. 108).

Difícil, não obstante o que foi exposto até aqui, identificar em Romero um “elogio à ação das diferentes raças nacionais, um alento para a ‘boa mestiçagem’ que ocorria no Brasil” (SCHWARCZ, 1993, p. 137). O autor afirmara que, ao mestiço, produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil, devíamos “mais que aos outros elementos da nossa população, as cores vivas e ardentes do nosso lirismo, de nossas pinturas, de nossa música, de nossa arte em geral (s/d., p. 114). Entretanto, ao definir o mestiço como o “novo tipo brasileiro”, Romero esclarece: o produto final era um ser

[...] desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais contemplativo que pensador; mais lirista, mais amigo dos sonhos e palavras retumbantes do que de idéias científicas e demonstradas, [...] sub-raça mestiça e crioula, diferente da européia [...] apático, sem iniciativa, desanimado (s/d., p. 18, 20, 39, grifo meu).

Ao apontar os prejuízos da mestiçagem para o futuro da nação, a saber, “certa instabilidade moral na população”, “desarmonia das índoles e das aspirações dos povos” e “dificuldade de formação de ideal nacional comum”, Romero observa: “Os defeitos apontados, porém, são defeitos que podem ser reduzidos por uma severa educação” (s/d., p. 114). Contudo, Romero já havia afirmado anteriormente, ao discorrer sobre os três grupos étnicos que formavam o Brasil, que:

O Brasil não deve contar seriamente com os índios e os negros como elemento de uma civilização futura, ainda que estenda a eles os benefícios da educação primária. As futuras gerações, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães (s/d., p. 21, grifo meu).

Seja por seu comprometimento considerável com as doutrinas de Darwin e Spencer, seja por seu temperamento impetuoso, as contradições do pensamento de Romero lhe angariaram muitas inimizades. Para Benjamin Abdala Junior (2001), as incoerências do autor têm sua historicidade e estão relacionadas com as convicções da época. Contudo, penso que essa consideração pode nos levar a crer, equivocadamente, em certo tipo de determinismo. Manuel Bomfim não seria, então, um homem do seu tempo? Contemporâneo de Romero e, ao contrário deste, Bomfim escapou, como observou Uemori (2008), à força persuasiva das teorias raciais, que fizera adeptos em diversas partes do mundo no seu tempo.

Romero percebia a incoerência entre a censura da diversidade étnica brasileira e a constituição do povo europeu, também resultante do cruzamento de vários grupos étnicos e questionava por que Taine e Renan abandonaram a interpretação antropológica do conceito de raça em favor de outro, agora sociológico ou histórico. A conclusão de Romero é que a utilização de raça enquanto conceito sociológico sugere fenômeno humano, social, um *processus* que pode ser acompanhado com discernimento e convenientemente modificado:

Eis aí toda a pretensão em toda a sua nudez. Aqui anda erro conscientemente arranjado e aplaudido. Para chegar a isso prepararam de propósito a confusão e chegam ao ponto de, por sofisma, para o desacreditarem, estender o conceito de raças ao simples ramos, simples garfos, meras variedades de um grupo étnico qualquer, no claro empenho de, pela exageração da coisa, mostrar-lhe a sem-razão. Nada disso, porém, colhe perante a ciência, severa em métodos e estudos (s/d. p. 69).

Isso não aconteceria se o termo fosse usado no sentido antropológico, fenômeno em que a vontade humana é quase nula. Interessados em justificar os interesses dos seus, ou ainda “encobrir e desculpar defeitos nacionais”, Taine e Renan passaram a negar violentamente o sentido antropológico ou “naturalístico” de raça.

Inconformado com o ataque de Bomfim aos teóricos do racismo, Sílvio Romero rejeitara violentamente suas opiniões, chamando-o de “mestiço ibero-americano”. Para Romero, ao contrário de Bomfim, as desigualdades étnicas nada tinham a ver com a política. Ao analisar *A América Latina: males de origem*, de Bomfim, publicada pela primeira vez em 1905, Romero criticara o abuso de metáforas, a escassez de fontes históricas, dando-se ao trabalho, segundo Ventura (2001), de enumerar erros gramaticais presentes na obra. Muitos anos mais tarde, ao prefaciar a 4ª edição de *A América Latina. Males de origem*, o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997) chamara Romero de “idiota” que, habitado por pensadores europeus de sua época, “só sabia papagaiá-los” (1993, p. 12).

A discordância entre os dois autores, Romero e Bomfim, poderia ser, segundo Oliveira (1990), uma explicação para o ostracismo a que Bomfim foi relegado até o início da Grande Guerra, quando as teorias racistas começaram a ser questionadas. Ventura (2001) observa ainda haver outros fatores que teriam contribuído para o silêncio em torno de sua obra, como o abandono das noções biológicas pelas ciências humanas e sociais a partir de 1930, uma vez que Bomfim utilizou muitas categorias da biologia em suas argumentações. No entanto, penso que esse silêncio em torno da obra do autor teve outras motivações. Primeiro, porque essa renúncia às noções biológicas por parte das ciências humanas e sociais nunca foi consensual. Uma evidência disso talvez seja as diversas áreas da Antropologia, a criação da Sociobiologia, pelo biólogo norte-americano, Edward Wilson, no final da década de 1960,¹⁸ ou, mais recentemente, o “neodarwinismo”, um novo tipo de darwinismo que estaria, segundo Ricardo Waizbort,¹⁹ influenciando a sociologia desde a década de 1980. O suposto abandono das noções biológicas pelas ciências humanas e sociais ainda hoje não é algo concreto.

¹⁸ SILVA, Gláucia. A sociobiologia e a crítica dos antropólogos. *Revista Eletrônica de jornalismo científico*. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=17&id=169>. Acessado em 19/05/2010.

¹⁹ WAIZBORT Ricardo. *Notas para uma aproximação entre o neodarwinismo e as ciências sociais*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/04.pdf>. Acessado em 19/05/2010.

Outro fato que poderia explicar o silêncio em torno da obra de Manoel Bomfim, de acordo com Uemori (2008) é a aproximação de Bomfim com o socialismo, que o teria levado a responsabilizar o Estado, assim como a elite brasileira, pelos males que afligiam a população. Em *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, Bomfim afirmou:

Aqui, não se dará nunca que os dominantes preparem a massa popular para ser efetiva soberania da nação. Equivaleria a realizar a própria revolução. Mesmo que a prática da democracia se faça com absoluta sinceridade, o grande número, absorvido pelo ganha-pão, não terá meios, nem lazes – para o tirocínio de preparo geral. Destarte, os dirigentes democratas podem derrear-se em liberalismo [...] sem que isto venha redimir a maioria – os trabalhadores da inferioridade em que se encontra e que reflete os formidáveis privilégios econômicos e financeiros a que essa maioria tem de servir (1996, p. 562, grifo meu).

A revolução proposta por Bomfim deveria derrubar o Estado, incompetente que era, e substituir aqueles que dificultavam as reformas e mudanças necessárias ao progresso do país. A inspiração viria, segundo Bomfim, da Revolução mexicana, cujas “condições históricas” se aproximavam muito da nossa, brasileira (1996, p. 572). Bomfim defendia ainda a educação popular e a reforma agrária. Numa sociedade fortemente hierarquizada, autoritária, onde diferentes grupos da elite competiam pelo usufruto do poder, não é difícil imaginar como os escritos de Bomfim foram recebidos.

Assim como Bomfim, Romero percebia a falácia por trás da condenação do mestiço nos escritos de autores como Buckle, Taine e Renan, o que me leva a crer que a recusa de Romero em aceitar as críticas de Bomfim estavam muito mais relacionada com seu temperamento “indisciplinado”, conforme observara Rabello (1967, p. 77), do que a convicções da época, que o teriam mantido preso a superstições científicas. Segundo Silvío Rabelo, isso poderia ser, ainda, reflexo, da “inteligência rigidamente unilateral” de Romero (1967, p. 78).

Em 1876, ano seguinte à publicação de *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, Capistrano de Abreu publicou no jornal *O Globo* dois ensaios em resposta a Romero, ambos com o mesmo título. No primeiro, publicado em 21 de janeiro, Capistrano se ocupa de refutar as opiniões de Romero: “É impossível em tão pouco espaço emitir idéias tão incongruentes, baseadas em argumentos tão fracos, tudo em nome da crítica moderna” (1976,

p. 03). A primeira crítica de Capistrano é quanto à limitada participação do índio na constituição do povo brasileiro:

Tenho indicado que o brasileiro ficou um quase retrato do português. A natureza, como agente de transformação, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e contra a civilização européia. O caboclo, tipo quase perdido que vai se esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também nesse sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais, tem alterado sem vantagem nossa fisionomia pretérita. (1976, p. 13).

Capistrano usa do mesmo teórico citado por Romero, Buckle, de quem era “admirador” (VAINFAS, 2008, p. 174), para argumentar a força dos aglomerados populacionais na feitura do caráter nacional. A participação do índio nesse processo não poderia ser insipiente. A utilização de termos sem definição prévia parecia irritar Capistrano, que conclui o ensaio definindo o pensamento de Romero por “pobre filosofia” (1976, p. 14). No segundo ensaio, publicado em nove de março, Capistrano discute as mesmas ideias, mas desta vez não faz referência a Romero. A tese que o autor se propõe discutir é: “o fator étnico fornece uma explicação empírica e ilusória do nosso estado social?” (1976, p. 18). Para tal explicação seria necessário analisar a funcionalidade das instituições brasileiras. Capistrano recua até o período colonial, quando a economia era pouco desenvolvida, e aponta as dificuldades com a industrialização. Em seguida, observa o contraste entre a moral doméstica e a pública, em desajuste uma com a outra. O mesmo acontecia com a religião e a produção artística, aquela em desacordo com os sentimentos da população, essa raramente expressão do consciente do povo. Já a ciência padecia com a falta de verba e de autonomia, nunca vista como necessidade social. Por fim, trata das funções governamentais, criticando o servilismo, o idealismo, “este vezo de antes de tudo indagar o que a nosso respeito dirão na Europa” (1976, p. 23). Essas seriam, de acordo com Capistrano, as razões para o estado social em que o Brasil se encontrava no último quartel do século XIX, e não no fator étnico.

Monteiro Lobato (1882-1948) também participou ativamente dos debates sobre identidade nacional e modernidade brasileira. Em 1918, ele publicou *Problema Vital*, denunciando a farsa denominada por ele de a “tríplice miragem da nossa riqueza”: um povo inteligente e sensato; um povo rico em poetas, jornalistas e mensagens governamentais; e um país que nunca foi vencido nem humilhado. Lobato refutara uma por uma essas afirmativas. Não era mais possível fugir à realidade, graças a Osvaldo Cruz e aos avanços da ciência:

O povo cretinizado pela miséria orgânica, de mãos dadas à mistificação republicana, olha em torno e só vê luz no farol erguido por Osvaldo num recanto sereno do Rio [...] Foi de lá que reboou esse vementíssimo brado de angustia que é o livro de Belisário Pena – “O Sancamento do Brasil” – voz de sábio que encarna ao vivo as mazelas do país idiotizado, exangue, leishmanioso, papudo, faminto na proporção de 80 por cento, e grito de indignação dum homem de bem contra a phitiriase organizada em sistema político que rói com fúria acarina o pobre organismo inânime (1946, p. 229).

Lobato talvez tenha sido o autor mais controverso e mutável nessa discussão. Em 1926, ele publicou *O presidente Negro*, seu único romance, em que narra a história do jovem Ayrton que, após sofrer um acidente é socorrido por um cientista que havia inventado um *porviroscópio* – um equipamento que permitia ver o futuro. Ayrton e o cientista acompanham a eleição para a presidência dos EUA, no ano de 2228. Nesse país não houve mistura das raças e a eugenia havia esterilizado os degenerados, reduzindo-os a um número insignificante. Os negros foram segregados, mas não antes de passarem por um processo de branqueamento. A única característica visível que restara foram os cabelos crespos. Todavia, o número de negros era muito maior que o de brancos. A proximidade das eleições presidenciais e a candidatura do negro Jim Roy mobilizaram os brancos, que buscaram uma solução para a ameaça de ter um negro como presidente do país. Os brancos então lançaram um produto capaz de igualar definitivamente a aparência de brancos e negros: todos teriam cabelos lisos. Todos os negros adquiriram o produto; o que eles não sabiam é que esse produto, além de alisar os cabelos, esterilizava os homens e as mulheres. Era o aniquilamento da raça negra.

O jornal *A manhã* notificou a publicação da obra, uma propaganda que Habib acredita ter sido escrita, provavelmente pelo próprio Lobato: “É um hino de louvor à Eugenia, às leis espartanas revividas na América e um brado d’almas em prol do princípio mágico que está fazendo da América do Norte um mundo dentro do mundo – a Eficácia” (Jornal *A manhã*, apud HABIB, 2003, p. 95). Esse romance é, segundo a autora, um dos muitos exemplos de como Lobato comungava com as ideias eugênicas de seu tempo. Encantado com os EUA, onde os negros estavam devidamente segregados, Lobato comenta as práticas da Ku Klux Klan,²⁰ em carta a Arthur Neiva, em abril de 1926:

Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da

²⁰ A Ku Klux Klan é uma organização racista que tem por objetivo defender a supremacia branca e impedir a integração social dos negros nos EUA. Seus membros perseguem, ainda, membros de outras religiões que não a protestante. Ver <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=185>. Acessado em 21/05/2010.

imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva (Apud HABIB, 2003, p. 125).

Talvez pudéssemos especular sobre as motivações para a violenta queixa do autor, quanto a situação da imprensa carioca. O ano de 1926 foi especialmente difícil para Lobato. “Empresário da cultura”, como observara De Luca (1999, p. 60), editor consagrado e respeitado, sua editora, *Revista do Brasil*, (a qual publicou o diário de viagem de Belisário Penna, *Saneamento do Brasil*, e os *Annaes de Eugenia*, da Sociedade Eugênica de São Paulo) havia falido um ano antes e ele estava cheio de dívidas. Nesse mesmo ano, Lobato concorreu a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas perdeu. Na carta a Arthur Neiva anteriormente citada, Lobato afirmara que a imprensa brasileira não era séria, por estar nas mãos da “mulatada”, que era “feeble-minded”. Contudo, nem Lobato, nem Habib, que faz referência à carta, esclarecem quem eram as pessoas a quem Lobato se referia com o termo mulatada.

Devido à vitória de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos, em 2008, a obra *O presidente negro* ganhou notoriedade e uma nova edição (Ed. Globo, 2008). O debate ocorreu sob diferentes perspectivas: pelo caráter “visionário” de Lobato, pelas comparações entre o racismo praticado nos EUA e no Brasil e, principalmente, a evidente afinidade de Lobato com o ideário eugênico. As acusações de racista e eugenista são as que mais pesam contra o autor. Diwan discute o caráter apologético da obra, além da sua interpretação “a-histórica” dos problemas sociais que marcaram a época, onde “tudo se reduz aos problemas raciais e eugênicos” (2003, p. 119). Seus métodos também não eram os mais ortodoxos. Em carta a Kehl, de abril de 1936, Lobato fornece a receita para “concertar o Brasil”: “Um terremoto de quinze dias para afogar a terra; e uma chuva de... adubo humano por outros quinze dias, para adubá-la. E começa tudo de novo” (Apud DIWAN, 2003, p. 136).

Contudo, como observei anteriormente, Lobato estava convencido dos benefícios da ciência para a melhoria das condições de vida da população. Ainda que a preocupação com o “bem-estar” da nação escondesse o objetivo de aperfeiçoar a raça, hierarquizar e ordenar a população, como aponta Habib, tal preocupação o aproximou de nomes como Arthur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Penna, levando-o a integrar o “rol” dos grandes cientistas do seu tempo (HABIB, 2003, p. 52-56). Ao mesmo tempo, Habib observa a acusação que pesava sobre Lobato de antinacionalista, por difamar o país em suas crônicas, como em *Problema*

Vital (1919). O autor teve uma contenda com Arthur Bernardes, então presidente da República, a quem responsabilizava pelas mazelas do país. Em abril de 1926, Lobato publicou *O pátio dos milagres*, observando o “esplêndido contraste” entre a riqueza das damas que circulavam pela Avenida Central, com seus belos vestidos, suas jóias e miçangas de Paris, e as “belíssimas chagas” dos mendigos, que forneciam aos turistas um belo espetáculo, especialmente quando do “estrebuchamento final, rico em convulsões em pleno sol” (apud HABIB, 2003, p. 85).

Não obstante a defesa dos preceitos eugênicos observados nas correspondências de Lobato com personalidades do seu tempo, e em suas obras (Habib observa também a eugenia presente em *O Sítio do pica-pau amarelo*), há ainda outra interpretação possível a todo o legado do autor. Segundo Alves Filho, através das “metamorfoses” do personagem mais famoso de Lobato, o Jeca Tatu, “um atávico caboclo de barba rala, espécie de homem baldio, semi-nômade, semi-selvagem, inadaptável à civilização,” um parasita, “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (2003, p. 31-33), é possível acompanhar as transformações pelas quais o Brasil passara no início do século XX. Esse “caboclo de barba rala”, alusão ao resultado da mestiçagem entre o branco e o índio foi, para Lobato, a personificação da realidade nacional.

Em 1918, ao ler a obra de Belisário Pena, *O saneamento do Brasil*, Lobato afirmara em carta ao amigo Godofredo Rangel: “Virei a casaca. Estou convencido de que o Jeca é a única coisa que presta neste país” (apud ALVES FILHO, 2003, p. 66). Assim, o Jeca Tatu preguiçoso transforma-se em Jeca doente. Anos mais tarde, em 1931, Lobato transforma esse Jeca doente em Jeca subdesenvolvido, reflexo do seu deslumbramento com os EUA e, em 1941 em Jeca urbano.

Penso que as dificuldades em compreender as transformações pelas quais o Jeca passou se devem ao fato do autor não deixar claro como este se transformara em um próspero fazendeiro, homem de negócios e, depois, em operário. Sendo o caboclo incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, não apenas pela sua precária condição física, mas também pela sua “forma de pensar o mundo”, como ele poderia mudar essa situação? Como o tônico Fontoura (Jeca Tatu era o garoto propaganda desse produto) salvaria não apenas o corpo, mas a alma de Jeca? Além disso, Lobato não parecia convencido da redenção do Jeca, apesar de suas metamorfoses. De acordo com Aluizio Filho, “nem Jeca, nem Zé Brasil prosperaram”

(2003, p. 75). A ciência, o saneamento, a Ku Klux Klan, a educação, nada pôde salvar o Jeca da miséria. Contudo, a responsabilidade não era mais da “raça brasileira”. Em 1947, Jeca passara pela sua última metamorfose. Surge então o Zé do Brasil, operário, trabalhador dedicado, “vítima de certo tipo de relação de produção”, responsável, segundo Aluizio Filho, pelas precárias condições de sobrevivência da população (2003, p. 74). A exploração exercida pela elite econômica, que contava com a omissão do Estado era, agora, a responsável pelas péssimas condições de vida da população e pelo atraso do país. Contra a exploração, só haveria uma saída: “procurar saber. No dia em que todos souberem como as coisas são, ah, nesse dia tudo começa a mudar, e em vez da felicidade ficar só com as centenas, passará a ser de milhões” (apud ALUIZIO FILHO, 2003, p. 76).

Foi nesse contexto que a eugenia ganhou notoriedade. Como afirmara João Cruz Costa, “o pensamento é sempre produto do meio” (1956, p. 14) e, durante a década de 1910 o Brasil era, segundo Miguel Pereira,²¹ um “grande hospital”. Em 1919, Lobato assim classificava os 25 milhões de habitantes que o Brasil possuía: dezessete milhões de opilados²², três milhões de idiotas²³ e dez milhões de impaludados²⁴. A população como um todo sofria com a leishmaniose, a sífilis, a anemia profunda, e o alcoolismo. A salvação estava na ciência: “a nova versão da idéia de progresso dava ainda maior ênfase à ciência e à técnica como fatores de transformação social” (CARVALHO, 2005, p. 109). Os intelectuais questionavam que tipo de nação poderia ser formada a partir de uma população doente, analfabeta e miserável, resultado da mistura de brancos, negros e índios. Porque a diversidade étnica da população brasileira era entendida como obstáculo à modernização do país, esses intelectuais acreditavam necessário aperfeiçoar a “raça” brasileira, tornando-a sã e moralizada. Aqui se faz necessário discutir alguns conceitos que orientavam o debate em torno desse projeto de “construção da nação”.

De acordo com Oliveira, pensar nacionalismo e identidade nacional brasileira é entrar em um “terreno pantanoso” (1990, p. 12). Isso porque de meados do século XIX até o

²¹ Miguel Pereira, 1916. Disponível em www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf. Acessado em 25/05/2009.

²² Opilados: pessoas afetadas por um verme que causava o ‘amarelão’, ou ‘mal da terra’. Os sintomas, segundo Lobato era inteligência atrofiada, tristeza, ‘incapaz de vontade’ e ‘incapaz de progresso’. *Problema vital*. Obras Completas de Monteiro Lobato. Vol. 8. Editora Brasiliense Limitada, 1946, p. 231.

²³ Pessoas com a Doença de Chagas. LOBATO, Monteiro. *Problema vital*. Op. cit., p. 239.

²⁴ Pessoas afetadas pela malária. LOBATO, Monteiro. *Problema vital*. Op. cit., p. 247.

final da década de 1920 havia diferentes nacionalismos em voga. O modelo “jacobino exacerbado”, anti-inglês e anti-lusitano, inspirou a destruição da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, que foi em seguida “afrancesada”. Por outro lado, havia dois tipos de nacionalismo de influência portuguesa: aquele identificado por Raul Pompéia (apud OLIVEIRA, 1990, p. 129) como o responsável pela manutenção do preconceito de cor, então desconhecido do brasileiro e “demolidor do civismo nacional”, e aquele que valorizava a herança portuguesa, especialmente a língua, o “nacionalismo jacobinismo português”. Havia ainda outros modelos, como o “nacionalismo raça-latina”, que propunha copiar a constituição norte-americana, e o “nacionalismo ufanista”, defendido por Afonso Celso no início do século XX e posteriormente veementemente criticado por Lobato (1946). Já o nacionalismo francês do final do século XIX, ou “nacionalismo biológico” (OLIVEIRA, 1990, p. 66-73) – pautado num cientificismo contrário ao racionalismo dos positivistas – influenciou o pensamento social brasileiro desse período até início da Grande Guerra.

Benedict Anderson afirma que, ainda que os fatos sejam claros, nacionalismo, nacionalidade e nação são termos de difícil definição, “que dirá de análise” (2008, p. 28). Etimologicamente nação vem do latim *nascere* e significa conjunto de pessoas da mesma origem. O termo apareceu durante a Revolução Francesa e atualmente pode ter significado político, antropológico e sociológico distintos. Segundo Rossolillo, nação pode ser concebida como um “grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos” (1986, p. 796). Nesse caso, a expressão “laços naturais” sugere a ideia de raça e pode ser entendida, segundo Anderson, como “a beleza da comunidade”: “a condição nacional é assimilada à cor da pele, ao sexo, ao parentesco e à época de nascimento – todas essas coisas que não se pode evitar” (2008, p. 201). Não obstante, a utilização do conceito de nação, seja pela antropologia, sociologia ou política, implica, também, certa unidade proveniente de um sentimento profundo de história, religião, originalidade cultural, inclusive linguística. Sendo assim, a ideia de raça passa a ser insuficiente para esclarecer o conceito de nação. Uma coesão baseada ainda na conformidade de credos econômicos e políticos, símbolos e experiências, é o que possibilita à nação sua forma política.

Anderson observa ainda a relação entre racismo e nacionalismo: enquanto este pensa em termos de “destinos históricos”, o racismo pensa em “contaminações eternas”, (2008, p. 208). Hannah Arendt já observara, em 1951, a relação entre esses dois ideários. Para a autora o racismo era um conceito “a-nacional” que, na prática tendia a “destruir a estrutura

política da nação”, por levar a uma cisão entre os diferentes grupos que formam a população de um dado país, engendrando conflitos civis, preparando-o para a guerra civil (1989, p. 191). Ainda de acordo com Arendt, o racismo sempre esteve a serviço da classe dominante, uma ideologia elaborada por Boulainvilliers (1658-1722), anti-nacionalista que combatia a ideia de igualdade entre os homens, em favor de uma aristocracia que estava ameaçada de perder seus privilégios para a ascendente burguesia francesa. Seu último herdeiro, Gobineau, um nobre frustrado e também preocupado com a perda de privilégios de sua classe, teria procurado segundo a autora, substituir a aristocracia por uma “raça de príncipes” (1989, p. 203). O racismo teria, então, sua origem nas ideologias de classe, “e não nas de nação: sobretudo nas pretensões de divindade entre os dirigentes e nas pretensões de “linhagem” e de sangue azul ou branco entre as aristocracias” (ANDERSON, 2008, p. 209).

Arendt definiu ideologia como um “sistema baseado numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante amplo para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna” (1989, p. 189). Seguindo o raciocínio de Arendt, a ideia suficientemente forte entre os intelectuais do início do século XX foi quanto à inferioridade do mestiço e à necessidade de regenerá-lo, através do branqueamento. Em *Lições de eugenia*, Kehl propôs o “registro de *pedigree* das famílias”, “segregação dos deficientes criminaes e esterelização dos anormaes e criminosos”, medidas que garantiriam a formação de uma “aristocracia eugenizada” (1929, p. 155).

Outro tema presente nos debates travados no final do século XIX, início do século XX é o de modernidade. No Brasil, este foi um processo marcado por contradições, com características bastante específicas. Apesar dos avanços sociais (o fim da escravidão), e tecnológicos, tal processo sofreu, de acordo com Carvalho, uma resistência extraordinária. A mais forte e trágica teria sido a Guerra dos Canudos, quando sertanejos ditos fanáticos e loucos despertaram a ira da República recém proclamada, e acabaram violentamente massacrados, “tudo em nome da civilização e do progresso” (CARVALHO, 2005, 114). Essa constatação parece de acordo com Giddens (1991), que entende a modernidade como um fenômeno marcado por continuidades e descontinuidades que alteram aspectos íntimos da vida cotidiana dos indivíduos. O autor aponta os aspectos positivos da modernidade, a produção de conhecimento, as novas oportunidades de crescimento profissional, o progresso material e, por outro lado, avalia a combinação do poder político, militar e ideológico, geradora de conflitos capazes de erradicar completamente a humanidade. A modernidade

seria, então, um processo caracterizado por ambiguidades e contradições, em que a ideia de progresso científico e civilização estariam atreladas à de barbárie e de certo empobrecimento moral, marcado pela exclusão e marginalidade (GIDDENS, 2002, p. 13).

Essa contradição observada na ideia de modernidade é ainda mais evidente na argumentação de Walter Benjamin (1892-1940), um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Em seu texto intitulado *Sobre o conceito de história*, Benjamin faz uma analogia entre a ideia de progresso e tempestade:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Nele vê-se um anjo que parece distanciar-se de algo sobre o qual crava o olhar. Tem os olhos arregalados, a boca aberta, as asas estendidas. O anjo da história deve ter este aspecto. Seu rosto está voltado para o passado. Onde nosso olhar parece entrever uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe, que acumula incessantemente ruína sobre ruína e as lança a seus pés. Ele gostaria de se debruçar sobre o desastre, cuidar das feridas e ressuscitar os mortos. Mas uma tempestade sopra do paraíso, prende-se em suas asas e ele não consegue mais fechá-las. Esta tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta às costas, enquanto o acúmulo de ruínas, à sua frente, sobe ao céu. O que chamamos de progresso é esta tempestade. (1994, p. 226).

O progresso seria, então, algo breve, incontrolável, como uma tempestade. Para Benjamin, a ideologia do progresso, fosse ela pautada na ampliação das forças produtivas, no crescimento do domínio sobre a natureza e no evolucionismo darwinista, implicaria luta pela sobrevivência, competição, violência e destruição. Em outro texto, *Teses sobre o conceito de História*, de 1940, Benjamin relaciona modernidade a “danação infernal” (apud LÖWY, 1992, p. 122), marcada pela exploração e degradação humana e da natureza. O autor condenava a crença cômoda em um progresso automático, contínuo e infinito, baseado na ampliação das forças produtivas e no crescimento do domínio sobre a natureza.

Compartilhavam do pessimismo de Benjamin outros dois grandes pensadores da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno (1903-1969), e Max Horkheimer (1895-1973). Para ambos a modernidade transformou a racionalidade em instrumento de barbárie (ADORNO, 1983).²⁵ Já para Habermas (1929), outro grande nome da Escola, não é possível negar as vantagens dessa racionalização, responsável pela “desintegração do universo social tradicional” (LÖWY, 1992, p. 125). Embora a colocação de Habermas represente uma

²⁵ HORKHEIMER, ADORNO. Conceito de Iluminismo. In: *Textos Escolhidos*. 2ª ed. Editor Victor Civita, 1983, pp. 89-116, Coleção Os pensadores.

“ruptura com a tradição frankfurtiana”, como afirma Löwy (1992, p. 124), há certas restrições, por parte do autor, quanto à ideia de “redenção advinda da modernidade”. A crítica é quanto ao determinismo econômico e a monetarização da reprodução simbólica e cultural nas sociedades.

Quanto à história, esta era para Benjamin uma série de intermináveis catástrofes: “a catástrofe é o *continuum* da história” (apud LÖWY, 1992, p. 120). Ao analisar o último texto de Benjamin, *Teses sobre o conceito de História*, Löwy observa como as experiências com a guerra levaram Benjamin a interpretar a história a partir do ponto de vista dos oprimidos, o que se aproxima muito, a meu ver, da definição de história social proposta por Hobsbawm: “história das classes pobres ou inferiores e a história de seus movimentos” (1998, p. 83). Entendo a história social como uma oportunidade de se conhecer a participação de pessoas comuns nos processos de mudanças e transformações ocorridos numa determinada época. Contudo, esses estudos parecem apontar mais para o desenvolvimento geral da humanidade (HOBSBAWM, 1998, p. 92), cuja amplitude e complexidade acabam por se tornarem um problema para a história social. Soma-se a isso a falta de um “modelo operacional de pesquisa e a indefinição de conceitos, como “classe”, que não define, segundo Hobsbawm, um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações (1998, p. 99). Não obstante, não vejo outro caminho para compreendermos os conflitos e movimentos sociais, os processos de transformação social ou, ainda, no caso específico desse estudo, a frustrada tentativa de constituição de uma população homogênea no início do século XX, senão buscarmos superar esses problemas. Nesse último caso a maior dificuldade, para mim, foi atentar para o contexto em que um emaranhado de diferentes interesses – defesa do Estado e desenvolvimento econômico, por exemplo – geraram conflitos de ordens diversas, e acomodaram diferentes “modelos” de brasileiros.

No Brasil, as ideias de progresso, modernidade e civilidade, estavam pautada nos avanços da ciência. A institucionalização da ciência se fez através da criação de Manguinhos, em 1900, e da Sociedade Brasileira de Ciência, em 1916 (em 1921 ela recebe outra denominação, a de Academia). José Jerônimo Alves observa que os profissionais que sonhavam com a modernização do país, geralmente engenheiros e médicos, utilizavam amplamente o termo “regeneração”, um “movimento em que a cultura tradicional era completamente negada em favor de uma nova mentalidade identificada com os padrões europeus, sobretudo com o modo de vida parisiense” (2001, p. 186). Esse processo de

substituição, ou melhor, de fusão da cultura tradicional em favor de outra, importada, por certo gerou contradições que, por sua vez, geraram conflitos.

O projeto eugenista esteve intrinsecamente relacionado ao projeto de modernização do país, de constituição de um novo modo de produção, de definição da nacionalidade do povo. Daí a preocupação com a imigração e a questão social, que se formalizou nas discussões sobre as condições de vida do trabalhador urbano (FAUSTO, 2000). Contudo, Carvalho (2005) afirma que, mais que indiferente à população, a modernidade brasileira tinha horror a ela. Quando não se observava uma absoluta ausência do povo, este era visto de forma negativa. Segundo o autor “a própria república não era moderna” (2005, p. 120), pois excluía 95% da população, não incorporando a ideia de igualdade. Primeiro não tinha povo, e quando tomou conhecimento deste, não fez esforço algum para incorporá-lo ao regime. Modernizar, de acordo com o autor, significou excluir. Não por coincidência, a maior parte da população era hostil ao novo sistema de governo, quando não indiferente.

Não seria possível, de acordo com Ricardo Luiz Souza, compreendermos identidade nacional²⁶ e modernidade isoladamente: “Identidades nascem de uma relação de poder na qual setores dominantes da população buscam construir uma imagem de si e uma representação histórica compatível com seus interesses” (2007, p. 24). A dificuldade de entender tal construção é que essas não são empiricamente demonstráveis. Ao longo do texto o autor busca problematizar o conceito, considerando diferentes perspectivas, como a interação entre diferentes identidades presentes em um único grupo, a construção de uma imagem que representasse os interesses do grupo dominante de uma determinada sociedade e a dinâmica presente na construção dessa imagem, qualquer que seja ela.

Seguindo o raciocínio de Ricardo Souza, é possível pensar as dificuldades encontradas pelos eugenistas em legitimar seus preceitos frente a outros grupos de interesses distintos. Como esses médicos poderiam reformar a população do país inteiro, transformando-a na sua imagem-semelhança e em concordância com seus interesses? Talvez por isso os eugenistas tenham sido acusados de defender uma utopia. Uma análise apurada da realidade

²⁶ Há inúmeros trabalhos e publicações sobre identidade nacional. O tema voltou a ser amplamente discutido quando da comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Ver Motta, *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC, 2000

teria evidenciado a inviabilidade dos métodos propostos por Kehl, que extirparia do corpo social os considerados “resíduos humanos”, já que tal definição abarcaria bem mais que a metade da população do país. Esses métodos serão tratados no segundo capítulo.

II – OS CAMINHOS QUE LEVAM À PERFEIÇÃO

Imitemos os gregos dos tempos heróicos, no que elles tinham de bello e salutar. Esforcemo-nos como elles para rehabilitar physica e moralmente os attributos humanos, que a degeneração se propõe alterar (KEHL, 1923, p. 14).

2.1 – “Escopos incommensuráveis da eugenia”: os métodos para o aperfeiçoamento humano

A eugenia foi pensada pelos intelectuais brasileiros no final da década de 1910 e durante a década de 1920, como instrumento de aperfeiçoamento da população em seus aspectos físicos e morais. Aspectos tão distintos requeriam métodos os mais variados. Enumerá-los seria impossível, como afirmou Kehl em textos publicado nos *Annaes de eugenia*: “os escopos da Eugenia são incommensuráveis” (1919, p. 222). Para fins didáticos, busquei pensar primeiro a metodologia proposta por aqueles que se preocupavam com o aperfeiçoamento físico da população e, depois, naqueles que estavam ocupados com a reprodução de gente moralmente saudável. Entretanto, devido ao caráter “poliforme” da eugenia brasileira, já descrito por Sousa (2007, p. 82), não foi possível delimitar esses dois campos, moral e físico, o que para minhas análises foi um complicador. Identificar os instrumentos de edificação de corpos e mentes sãs pode parecer simples, mas raramente essas propostas não incorporavam um forte apelo moral. É o caso da defesa da “esterilização econômica e social”, por exemplo, proposta por Renato Kehl (1933, p. 194). A esterilização econômica era indicada no caso de casais incapazes de fornecer, pelo próprio esforço, os meios necessários para garantir a subsistência e a educação dos filhos. Já a esterilização social, deveria reduzir as despesas progressivas que a coletividade era forçada a assumir com a manutenção de asilos de débeis mentais e inaptos ao trabalho, cada vez maior em número. Deveriam passar pelo controle compulsório de nascimento, ainda, os degenerados, alienados e pervertidos, grandes criminosos e miseráveis, doentes mentais e mulheres que, depois de repetidos partos, corressem perigo de morte (o que deveria ser evitado, mesmo que para tanto fosse necessário fazer um aborto, evitando que os demais filhos ficassem órfãos).

Assim como o exame de sanidade pré-nupcial proposto por Kehl em muitas de suas obras, a esterilização dos degenerados foi considerada por alguns um abuso, uma utopia, uma imoralidade, como o próprio autor observa em texto publicado no *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, em 1925. No entanto, essas medidas “dignas de applauso” eram imprescindíveis para impedir a “proliferação de individuos anormaes e perigosos” (1925, p. 69). A argumentação de Kehl demonstra sua consciência quanto às complicações de implantação da esterilização como método de aperfeiçoamento humano: “Em primeiro lugar porque, uma vez adoptadas, daria margem aos maiores abusos (...) e em segundo lugar porque (...) iria de encontro aos melindraveis direitos individuaes” (1925, p. 71). Os abusos a que Kehl se refere dizem respeito aos critérios para se determinar quem deveria passar por tal procedimento. Era preciso evitar que a esterilização fosse praticada aleatória e clandestinamente. Além disso, Kehl admitia que os limites da ciência ainda não permitiam prever com absoluta segurança o aparecimento de taras ou degeneração nas descendências. A fim de contornar o problema, o autor propõe uma acurada “annanmese familiar, a fim de estabelecer a procedência da tara hereditária” (1925, p. 73).

Nos textos aqui analisados o termo moral foi empregado de forma aleatória, sem que os autores tivessem a preocupação de defini-la. Roquette-Pinto fala de “moralidade absoluta” (1927, p. 169), enquanto Kehl se refere a diferentes tipos de moral: humana, social, cristã e, por fim, a moral eugênica: “respeito ao patrimônio vital hereditário e o desejo de melhoramento progressivo” (1933, p. 77). Mediante tudo isso, optei por uma concepção epistemológica do termo moral, – do latim *mos/mores* – que significa costume. Também me atentei à observação de Otaviano Pereira quanto à relação desta com o trinômio “cultura/história, sociedade e natureza humana” (2004, p. 14). Esta observação me possibilitou ponderar os diversos aspectos da eugenia, além daquele físico ou biológico. O desafio foi pensar como a eugenia, assentada que era sobre as leis de hereditariedade, poderia intervir nos costumes da população.

Em publicação nos *Annaes de Eugenia*, Noé Azevedo afirmara ser a eugenia a “moral racional” que haveria de ser a “religião do futuro” (1919, p. 210). Em seguida: “a moralidade sã, suprema, é viver conforme a natureza, mas o homem precisa educar seus instintos”. O texto parece uma crítica à moralidade cristã que, segundo o autor, dificultava a conscientização dos jovens quanto a uma vida sexual saudável. Kehl também condenava a Igreja por ter separado o corpo do espírito, valorizando este em detrimento daquele, impondo

sofrimento físico como forma de purificação, ignorando assim os avanços da ciência capazes de propiciar uma vida melhor a seus fiéis:

Soffre a humanidade inteira; e a moral religiosa, a moral christã não se comove, ante dor tamanha; antes rejubila-se porque tal sofrimento é a confirmação dos seus dogmas, segundo os quaes este mundo não deve passar de um valle de lágrimas e miserias, onde os homens devem carpir a vida interia, para a expiação do peccado original (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 210).

Ao mesmo tempo, a eugenia não deveria ser entendida como contrária aos preceitos do cristianismo, nem de religião alguma, pois deveriam estar todos comprometidos tanto com a “perfeição moral, como com a corpórea”. A eugenia pretendia uma moradia condigna para uma “alma pura”, através da “santificação do corpo”, que não fosse monstruoso ou abominável (KEHL, 1929, p. 37).

Havia ainda a crítica à “desorientação filantrópica” da Igreja (KEHL, 1933, p. 226), entendida como a responsável pela preservação dos mediocres, vadios, os de senso moral baixo, fracos e degenerados. A eugenia de Kehl divergia, então, dos métodos adotados pela Igreja. O autor se declara a favor da solidariedade e da caridade, desde que esta favorecesse a parte “aproveitável da sociedade”. Já a filantropia da Igreja obrigava que cada homem saudável arcasse com o sustento de quatro indigentes, “peso morto” impossibilitando dessa forma que o país caminhasse rumo ao progresso, segundo cálculos de Kehl. Tal prática impediria, também, a seleção natural de eliminar os “resíduo humanos” a seu tempo (1933, p. 226).

A defesa pela eugeniização passava também pela educação. Mas por quê? Segundo Octávio Domingues, o homem demora mais que os outros animais para alcançar a fase adulta, tendo mais tempo de receber e processar influências externas: “A educação tem muito mais tempo para moldal-o, modificá-lo, encaminhando os bons instintos, aproveitando as boas índoles” (1935, p. 43). Além disso, as “faculdades humanas” – conjunto de funções e métodos de reações que dependem em parte do mecanismo orgânico, e em parte do ambiente e da educação – são mais aptas para receber uma educação mais profunda e variada. Para o autor, a educação se reduzia à “formação de hábitos” que, por sua vez, eram “formas usuas que revestem nossas reacções, e são inherentes ou adquiridos” (1935, p. 44).

Como o conhecimento era, até a década de 1920, um “bem escasso”, segundo Bomeny (2003, p. 15), privilégio apenas daqueles que podiam pagar por ele, o índice de analfabetismo era muito alto, atingindo 80% da população. Para Belisário Penna, essa situação, somada ao precário estado da saúde pública era a condenação do projeto de modernização do país. Em 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio regularizara o Ensino Profissional no Brasil. Todavia, o ensino técnico “regenerador” era visto como uma extensão da dimensão negativa do trabalho: “A educação profissional nasce associada aos cidadãos de ‘segunda classe’, os miseráveis, os necessitados da misericórdia pública”, de acordo com Bomeny (2003, p. 24).

Em outubro de 1924, um grupo de educadores liderados por Heitor Lyra da Silva fundou a ABE – Associação Brasileira de Educação – com o objetivo de influir na implantação de políticas para a educação. Não se tratava, segundo Bomeny, de um órgão de classe, e sim de uma organização que “encarnava um movimento” (2003, p. 31). Embora a Associação se declarasse apolítica, “defensora desinteressada do progresso nacional”, esta foi, segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (2002, p. 131), uma fracassada tentativa de formar um partido político. Suas práticas educacionais visavam ao controle social, tornando-se, então, um dever. A educação secundária e universitária capacitaria os filhos da classe dominante a conduzir o país ao progresso, enquanto os pobres receberiam uma educação primária que possibilitasse o “adestramento do operariado”. O povo era visto, também pela Associação, como degenerado, o que justificava esse modelo autoritário e excludente, de inspiração norte-americana e francesa. Fernando de Azevedo, “fiel à versão francesa”, segundo Bomeny, acreditava que cabia à elite o “papel civilizador das massas” (2003, p. 43).

Como a maioria dos intelectuais aqui citados, Azevedo também se mostrou incoerente em muitas de suas propostas. Em 1932, junto com outros 25 intelectuais, entre eles Roquette-Pinto, Azevedo elaborou algumas propostas e diretrizes de uma política educacional, que se transformou no famoso “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O Manifesto defendia a reforma integral da educação, abrangendo desde o jardim de infância até a universidade, o que seria possível com a adoção de “métodos científicos”, ou seja, observação, pesquisa e experiência. Segundo observações de Marcus Vinicius da Cunha²⁷,

²⁷CUNHA, Marcus Vinicius. *O manifesto dos pioneiros de 1932 e a cultura universitária brasileira*. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Jose%20Carlos%20Sousa%20Araujo/Marcus%20Vinicius%20da%20Cunha%20-%20Texto.pdf> Acessado em 10/04/2010.

para Azevedo o “ponto nevrálgico da questão” era o ensino secundário, “reduto dos interesses de classe” – de uma classe, aliás, a “classe média (burguesia)”, que impedia a unificação entre trabalhadores manuais e intelectuais. Contudo, o modelo tradicional que Azevedo criticava estava de acordo com a versão francesa por ele defendida anteriormente.

A nova proposta de educação, presente no Manifesto, teve como principal opositora a Igreja, defensora do fortalecimento da rede privada de escolas confessionais, assim como a obrigatoriedade do ensino religioso em “todo o sistema educacional do país” (BOMENY, 2003, p. 48). Outro ponto de discordância com a Igreja era a defesa pela educação sexual, vista pelos eugenistas e educadores como instrumento regenerador da saúde e da moral popular. Mas esta, “conforme é executada, presentemente, descuida-se, de modo lamentável, do ‘crescei-vos e multiplicai-vos’”, diz Kehl, o que se processa “à vol d’oiseau”, (1929, p. 208), de forma inconsciente.

A educação sexual deveria possibilitar uma nova mentalidade, que favorecesse o nascimento de pessoas equilibradas e, conseqüentemente, a regeneração eugênica. A educação sexual tinha como alvo também os ricos, cujos “excessos orgiâscos” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 210) eram os disseminadores da sífilis. Não bastava “extirpar” da sociedade aqueles maus elementos, portadores de “doenças sociais”. Era preciso ainda “curar os desvios de caráter que habitam também as classes abastadas e impediam o bom desenvolvimento de políticas públicas que contribuíssem para o progresso do Brasil” (DIWAN, 2007, p. 136). A masturbação feminina, por exemplo, assim como o aborto indiscriminado, ambos condenados pelos eugenistas, eram práticas comuns entre as mulheres abastadas. A masturbação era causada pela “ociosidade da mulher rica” (RAGO, 1987, p. 84). Já o aborto era considerado por Kehl como um “attentado ao patrimônio humano”, quando praticado por mulheres ricas, “das mais elevadas da sociedade, que melhores elementos devem fornecer á nacionalidade” (1929, p. 178).

Kehl assinala a resistência à educação sexual das crianças, cujos maiores obstáculos eram ignorância, falso escrúpulo e preconceito. Em sua argumentação o autor recorre à Freud²⁸ que, por sua vez, apontara para a precocidade do interesse da criança pelo

²⁸ Provavelmente Kehl se refere à obra *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905. Entretanto, os pressupostos lançados por Freud nessa obra, sobre sexualidade e infância, serão permanentemente retomados em

“enigma do sexo” (1929, p. 211). Ao fazer a distribuição de responsabilidades dos pais em relação à educação sexual dos filhos, o autor observa: à mãe caberia responder às primeiras perguntas, mais simples; ao pai, advertir aos filhos quanto aos perigos das perversões sexuais, “amedrontando-os quanto às conseqüências nocivas das leituras, conversas e práticas obscenas” (1929, p. 215). Kehl encerra sua argumentação afirmando: “Os pedagogos modernos são favoráveis à educação sexual, bem como as maiores autoridades médicas que se dedicam aos estudos médico-sociais” (1929, p. 212).

Embora fosse uma atitude inovadora, Kehl tinha uma visão bastante conservadora quanto à sexualidade humana, nada condizente, aliás, com a de Freud. Enquanto a Igreja negava o prazer carnal, os eugenistas entendiam que esse era um bem natural e que não devíamos contrariar nossos impulsos espontâneos, mas educá-los, interpretando-os com racionalidade, e não com paixão, como anteriormente ressaltou Noé Azevedo. Por outro lado, Kehl defendia a abstinência sexual, condenava a masturbação e a prostituição, mesma postura da Igreja. No entanto, “só fallamos”, diz o autor, “em nome da hygiene, deixando de lado os preconceitos da moral, que se impõem tão legitimamente, nesse assunto” (1923, p. 216, grifo meu). Caberia aos jovens se compenetrar na “pureza dos costumes”. Kehl lamentava que os moços brasileiros não se guardavam puros para o casamento. Novamente, a defesa da educação sexual: “a miséria sexual que reina entre a mocidade masculina é attribuida em grande parte á culpa dos paes” (1923, p. 219). Os pais teriam importante papel, também, na repreensão da masturbação, “pernicioso vicio [...] deprimente e vergonhoso”. Além disso, a masturbação era prejudicial à saúde, pois causava excitação nervosa e perda de memória. Kehl se referia à masturbação masculina: “Isto acontece principalmente com indivíduos fracos de espírito, depravados, que não tem noção de vergonha e moralidade” (1923, p. 221). Nas mulheres, como mostra Rago (1987), os prejuízos pareciam ainda maiores: distúrbios digestivos, disfunções do aparelho circulatório e respiratório, tosse, rouquidão, epilepsia, insônia, loucura, hipocondria e muitos outros.

A preocupação com a educação infantil levou Kehl a publicar várias obras, como *Fada Hygia* (1923), considerado, segundo Souza (2007), o primeiro livro sobre educação

seus trabalhos posteriores. Ver Freud, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud*. Vol. 7, 1980.

higiênica e moral dirigido às crianças²⁹, a *Cartilha de Higiene* (1936) e *Educação Moral*³⁰. Este último seria uma forma de pais e mestres verificarem a “sensibilidade moral da criança” (apresentação do livro): o que possibilitaria uma educação mais eficiente, voltada à repressão de hábitos indesejáveis, por exemplo, o de se masturbar. O livro foi escrito em linguagem muito simples e nele constam mais de cinquenta ilustrações, os homens com chapéu, terno e bengala, as mulheres elegantemente vestidas, as crianças de aspecto saudável, todos de boa aparência, exceto pelo desenho de um mendigo, usado para ilustrar a 20ª palestra (s/d., p. 91), intitulada “O protelador”, pessoa sem força de vontade, preguiçosa e dolosa.

Como se falasse às crianças (Kehl se dirige a seus pequenos leitores chamando-os de “amiguinhos”), o autor explica o assunto tratado no livro: a forma como as pessoas devem proceder em casa, na escola, na rua, para se tornarem “pessoas queridas, apreciadas e respeitadas. Vamos tratar do que se denomina bons costumes” (s/d., p. 09, grifo no original). A defesa dos bons costumes estivera presente em outras obras do autor, como em *Tipos vulgares*, de 1927, que comentarei mais adiante.

A obra em questão, *Educação Moral*, foi organizada em três partes. A primeira consta de palestras, onde Kehl apresenta práticas que as crianças devem incorporar: delicadeza, respeito, disciplina, obediência, ordem, bondade (que significa ser justo, caridoso, piedoso e indulgente), honestidade e vontade. Na segunda parte, o autor apresenta as “regras de moral”. Aqui a máxima é: “não faça aos outros o que não quer que lhes façam” ou “só faça aos outros o que quer que lhe façam” (s/d., p. 55). Buscando convencer as crianças da importância dessas práticas, Kehl cita Benjamin Franklin, inventor do para-raio, homem de temperança, ordem, moderação, trabalho, enfim, um homem virtuoso, perseverante, que todos deveriam ter como exemplo. Em contrapartida, o autor critica os “maus costumes” (s/d. p. 68): imprudência, mentira, agressividade, indecisão, preguiça, desorganização, destruição, descontrole financeiro.

²⁹ SOUZA, Vanderlei. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. Disponível em <http://www.laktech.com/exemplos/cds/rhr/export/322-895-1-PB.pdf>. Acessado em 14/03/2010.

³⁰ No exemplar que utilizei não consta data de publicação, mas nele há uma propaganda da publicação de *Cartilha da Higiene*, de 1936. Sendo assim, essa obra, *Educação Moral* certamente foi publicada posterior a essa data.

O título da terceira e última parte do livro é “Civilidade” (s/d. p. 107), onde constam 24 conselhos sobre a forma como as crianças devem se comportar. Optei por transcrever algumas aqui, pois elas ilustram bem o mundo idealizado por Kehl. Os termos e expressões usados em sua argumentação, como “pessoas de fino trato”, “cavalheiros”, “mal vistos” denunciam uma visão burguesa, preocupada com uma educação pragmática, que preparasse a criança para assumir altos cargos, tomando-as “necessárias, úteis”, de forma a se destacarem na sociedade. Aquelas que fracassavam nessa campanha, diz Kehl, “têm grande responsabilidade no insucesso, entre outros motivos, convém destacar, por falta de civilidade, ou seja, pela educação e trato apurado para manter [...] boas relações sociais” (s/d., p. 109). Entre os conselhos estão:

Não se apresentem, logo pela manhã ou durante o dia, pela casa ou fora dela, de chinelo e pijama;

Não se apresentem, nem mesmo aos íntimos, antes de lavar o rosto, de pentear-se e arranjar-se decentemente; [...]

Não se utilizem de objetos de tocador de outras pessoas; [...]

Mantenham-se discretos, calmos e pacientes. Esperem a sua vez. Não demonstrem impaciência nem contrariedade; [...]

À mesa portem-se com distinção e natural elegância. Aprendam a servir-se, a usar os talheres, a levar os alimentos á boca e a mastigá-los com a mesma fechada; [...]

Não se intrometam com a vida dos vizinhos, nem procurem saber, por intermédio dos criados, o que se passa na casa alheia; [...]

Não se exaltem quando estiverem conversando [...] não gesticulem, não gritem [...] (s/d., p. 122).

O mundo descrito por Kehl era marcado pela limpeza, elegância e discrição para com os criados. O contraste entre as observações de Kehl e a realidade descrita por Rago (1987), Maram (1979), e Chalhoub (2001), entre outros – a penúria e a falta de moradia, que interferiam na organização familiar, os cortiços onde não havia espaço para todos, a luta diária pela sobrevivência, enfim, as dificuldades enfrentadas pelas populações mais pobres do país – é gritante. Se não fosse o seu desprezo declarado, poderíamos pensar que Kehl desconhecesse por completo a existência desses grupos populacionais.

Algumas das medidas eugênicas de Kehl denunciavam como ele pensava os problemas sociais que tanto afligiam a elite política e econômica do Brasil. Além da

esterilização econômica e social anteriormente citada, Kehl indicava a segregação dos “socialmente inadaptados” e, por outro lado, proteção e auxílio aos indivíduos de reconhecidas capacidades superiores, mas desamparados por motivos sociais imprevistos; e, por fim, uma legislação destinada à reprodução das boas estirpes (1933, p. 217). Como observei anteriormente, Kehl defendia o “crescer e multiplicar” da espécie humana, não o pobre, incapaz que era de garantir a subsistência e educação dos filhos, mas os “casais superiores” geralmente advindos da “elite dirigente, branca, portadora de troncos hereditários melhores, tanto do domínio mental como do físico” (1933, p. 45). Kehl lamentava a baixa natalidade entre “casas eugenicos” e, por outro lado, a “procreação desenfreada dos elementos das classes pobres e incultas, onde se conta maior número de incapazes e degenerados” (1929, p. 147, grifo no original). Depois de dividir os indivíduos em “superiores” e “inferiores”, Kehl definiu diferentes categorias, que pareciam castas³¹. Fazia parte uma mesma categoria – “resíduos sociais” ou “resíduos humanos” (1933, p. 36) – os alienados, tuberculosos, criminosos, sífilíticos, prostitutas, miseráveis e os fracos de espírito (os “pobres”, de acordo com Diwan, 2003, p. 170). Outra categoria, que Kehl chamara de “contingente negativo” (1933, p. 74) era formada por lavadeiras, cozinheiras, ou seja, mão de obra não especializada. Essas categorias deveriam ser mantidas.

Kehl desaconselhava, como medida eugênica, o casamento entre pessoas de classes diferentes (1933, p. 85). O gênio, indivíduo eugenizado por excelência, poderia ter seu contingente eugênico molestado pelo casamento com alguém do “contingente negativo”, influenciando assim no seu próprio valor e no de sua descendência. Para ilustrar sua tese, Kehl narra a história do músico e compositor Ludwig van Beethoven (1770-1827), um gênio que teria tido sua saúde prejudicada por um pai de talento, mas tarado, e uma mãe camareira.³² A história serve para justificar as vantagens do casamento não só dentro da mesma raça, mas da mesma classe social e, “quando possível, dentro da profissão paterna ou da profissão predominante da família. Esta proposta nós a apresentamos” diz o autor, “sem qualquer intuito nacionalista, nem qualquer preconceito de raça” (1933, p. 231). Afirma, ainda, ter consciência da existência de indivíduos superiores nas classes de agricultores, criadores, artistas, como na classe de artífices e todo o indivíduo com um ofício, seja de mecânico,

³¹ Giorgio Bianchi assim define casta: “grupo social fechado que se reproduz de forma endógama e cujos membros levam vida social inversa e, enquanto possível, separada do resto da sociedade” (1986, p. 150). As castas de justificam em características raciais, como na Índia (casta = varna, cor), ou se pautam na distribuição de tarefas, como acontece em muitos países da África.

³² O título do texto é “Exemplo de homem superior tarado” (KEHL, 1933, p. 155).

seleiro ou pedreiro. O que essa medida visa, continua Kehl, é a “união de classes, com o propósito elevado de defesa e de progresso de seus membros” (1933, p. 232).

Evitando que raças e classes se misturassem, Kehl acreditava que seria possível elevar a média dos valores humanos e normatizar comportamentos, “homogeneizá-los em classes, porque tanto mais pacífica é a vida numa coletividade, mais homogenia suas classes de indivíduos dotados das mesmas constituições, dos mesmos temperamentos”. Segundo o autor, se não se processasse tal heterogenismo, então “não teríamos tal variedade de tipos e temperamentos; tal Babel, em que reina a desordem, a indisciplina” (1933, p. 238-245).

A crítica dos eugenistas em relação ao Estado era quanto à sua ineficiência, sua política assistencialista e, ao mesmo tempo, a falta de políticas públicas. Kehl fala sobre o descaso do governo para com o alto número de filhos sem pais e acusa o legislativo por não haver leis modernas que regularizasse o casamento e protegesse as mães e a infância (1933, p. 164). Além disso, Kehl observa:

Num clima magnífico, num paiz ricamente prendado pela natureza, o povo que o habita é, em grande parte, doente. Não possui habitações convenientes, não sabe presumir-se contra as doenças e adversidades do meio, não tem educação de espécie alguma, alimenta-se mal, ignora, em summa, noções preliminares de hygiene (1923, p. 168).

A crítica à falta de políticas públicas se misturava àquelas ao assistencialismo estatal, entendido por Kehl como o mantenedor dos fracos, viciados e degenerados, causadores da miséria e do infortúnio, que constituíam um “pesado ônus econômico”, não só para o Estado como para a classe produtiva (1933, p. 36). Entretanto, o autor não esclarece a quem caberia garantir habitações convenientes, saúde e educação à população.

As propostas de Kehl para o aperfeiçoamento da população nos fornecem uma pista do Brasil por ele idealizado: uma sociedade hierarquizada, limpa, forte, bela, saudável, produtiva e, principalmente, branca. Contudo, os brasileiros, ao contrário, eram “feios esqueléticos, fracos, minguidos” (1923, p. 167). Em vários de seus textos o autor sistematiza tais propostas que, com o passar do tempo vão mudando, sem com isso, perder a direção. Até 1927, a eugenia de Kehl estava, de acordo com Vanderlei Souza, “estritamente associada com o movimento sanitarista” (2007, p. 123). No entanto, a partir de 1928, quando da sua viagem à Europa, especialmente à Alemanha, Kehl passou a sonhar com os “valores

arianistas” (2007, p. 127) e a entender eugenia como “a religião do entendimento” ou “a sciencia-religião da perfeição moral, intellectual e physica”, como esclarece o próprio autor em *Lições de eugenia* (1929, p. 38).

Se em 1918, quando da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, Renato Kehl³³ era um jovem médico entusiasta do ideal de aperfeiçoamento e melhoramento da população brasileira “oriunda”, segundo ele, de “raças de boa tempora” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 24), em *Sexo e civilização* ele se mostrava pessimista não só em relação ao Brasil, mas à civilização:

Todos os recursos até hoje ensaiados, vem falhando, lamentavelmente: a educação não consegue reduzir o numero dos inimigos da sociedade; a medicina não consegue reduzir o numero de débeis mentais e de alienados; a filantropia não consegue reduzir a miséria, a fome; a legislação não estabelece a paz no seio da familia. Dois mil anos de civilização cristã não foram bastante para aplacar os instintos perversos, para modificar a alma social (1933, p. 37).

Essa obra parece ser uma resposta de Kehl a questões colocadas durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, no Rio de Janeiro. Nela Kehl sistematizou, como fizera em *A cura da fealdade*, suas propostas de eugeniização da população. Todavia, o programa reproduzido abaixo está em *Lições de eugenia* (1929, p. 155) e visava, segundo o autor, a “melhoria racial” do brasileiro:

- 1 – Registro do pedigree das famílias;
- 2 – Segregação dos deficientes criminaes;
- 3 – Esterilização dos anormaes e criminosos;
- 4 – Neo-malthusianismo com os processos artificiais para evitar a concepção nos casos especificos de doença e miséria (controle de natalidade);
- 5 – Regulamentação eugênica do casamento e exame pré-nupcial obrigatório;
- 6 – Educação eugênica obrigatoria nas escolas secundarias e superiores;
- 7 – Propaganda popular de conceitos e preceitos;

³³Kehl nasceu em Limeira, interior de São Paulo, em fevereiro de 1889. SANTOS, Ricardo Augusto. *Quem é bom já nasce feito? Uma leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-1937)*. Disponível em <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano4n2/Texto%20de%20Ricardo%20Augusto%20dos%20Santos.pdf>.

- 8 – Lucta contra os factores dysgenizantes, por iniciativa privada e pelas organizações officiaes;
- 9 – Tests mentaes das crianças entre 8 e 14 annos;
- 10 – Regulamentação da situação dos filhos illegitimos;
- 11 – Estabelecimento de cuidados pré-nataes das gestantes e pensões para mulheres pobres;
- 12 – Regulamentação da immigração sobre a base da superioridade media dos habitantes do paiz, estabelecida por tests mentaes;
- 13 – Estabelecimento dos defeitos hereditários dysgenicos que impedem o matrimônio e os que podem servir de base a pleiteação do divorcio;

A discussão em torno da imigração e da participação da mulher no projeto eugênico tratarei mais adiante. Contudo, não foi minha intenção esgotar a discussão sobre as propostas e métodos indicados. O que busquei fazer foi apontar para as diferentes áreas do conhecimento que, de alguma forma, participaram do debate sobre o melhoramento da população durante as três primeiras décadas do século XX.

2.2 – O branqueamento da população

Assim como a maioria da intelectualidade do início do século XX, Kehl se preocupava com a opinião de europeus, que consideravam o mestiço brasileiro um tipo inferior, degenerado e condenado a desaparecer. Como escapar de tal condenação? Através da miscigenação, agora instrumento de “depuração” e “aprimoramento”, que possibilitaria o nascimento de regenerados. O elemento branco, quando presente na constituição do mestiço, prevaleceria no processo de miscigenação, por ser superior, levando inevitavelmente ao branqueamento. Assim, o elogio à mestiçagem não se justificava no valor do mestiço, mas no fato de que este viria a ser branco um dia.

Thomas Skidmore (1976) aponta alguns fatores que teriam contribuído com a crença no branqueamento da população brasileira: a suposta baixa fertilidade do negro; a maior incidência de doenças e uma desorganização social atípica; a imigração europeia que adentrava o país com intensidade desde 1870 e, por fim, a disposição que negros e mestiços

teriam de escolher companheiros mais claros, possibilitando assim a depuração do sangue. Estrangeiros como Pierre Denis e brasileiros como João Batista Lacerda e Oliveira Vianna compartilhavam do otimismo para com o branqueamento do brasileiro. Isso porque, não só naquela época, muitos intelectuais compartilhavam da ideia de ser o negro “incivilizável” e incapaz de produzir dentro do sistema de trabalho livre.³⁴

Skidmore (1976) credits a Francisco José Oliveira Vianna (1883-1951) a formulação sistemática da tese de branqueamento. Jurista, historiador e sociólogo, em 1920 Vianna publicou *População Meridional do Brasil*, um “verdadeiro *best-seller*”, segundo José Murilo de Carvalho (2002, p. 899), iniciando com esta obra uma prestigiada carreira de escritor e intelectual. A proposta do autor era entender a história do país e definir a caracterização social do brasileiro para, a partir daí, elaborar um programa nacional de reformas políticas e sociais. Era, então, essencial conhecer o povo. Para tanto seria necessário considerar a raça, a língua e as pressões históricas e do meio físico. Entretanto, Vianna buscou em teóricos e intelectuais franceses ferramentas para sua interpretação:

Há hoje um grupo de ciencias novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico. É a antro-po-geografia, cujos fundamentos lançou-os o grande Ratzel. É a anthro-po-sociologia, recente e famosa ciência, em cujas substruções trabalharam Gobineau, Lapouge, e Amomon, gênios possantes, fecundos e originais (1933, p. X).

Por esse motivo, o esforço de Vianna de interpretação do Brasil foi marcado por argumentos racistas. Essa recorrência a autores estrangeiros seria mais que retórica, “uma assimilação de ideias e métodos”, de acordo com Carvalho (2002, p. 903). Ao mesmo tempo, o autor contrariou a opinião de muitos desses “gênios possantes”, especialmente no que diz respeito à mestiçagem. Lapouge, por exemplo, afirmou que o Brasil se tornaria um estado negro, se antes não caísse na barbárie. Gobineau, por sua vez, achava que os mulatos estariam extintos em poucos anos.³⁵ Não obstante, Vianna vai advogar em defesa da mestiçagem, entendida por ele como um instrumento de “arianização” da população brasileira.

³⁴ Célia Maria Marinho cita Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Celso Furtado, intelectuais que defenderam a ideia da inferioridade natural do negro, incapaz de “sentir, pensar e agir socialmente como homem livre” (1987, p. 25).

³⁵ O comentário que faço aqui sobre Lapouge e Gobineau está em Carvalho (2002, p. 906), que traz uma lista com os principais autores estrangeiros citados por Oliveira Vianna em *Populações Meridional do Brasil*.

Segundo Gildo Marçal Brandão seria necessário ignorar as “velharias racistas” (2001, p. 302), a fim de melhor compreender o pensamento político e social de Vianna, o mesmo sugerindo Carvalho que, embora considere o racismo o que “há de pior no autor” (2002, p. 908), declara que isso não representa prejuízo à obra de Vianna como um todo. Em 1991, Carvalho publicou um artigo analisando três aspectos do pensamento de Vianna. O primeiro seria suas visões históricas; o segundo, a interpretação das raízes brasileiras; e o terceiro, suas utopias sociais – o distanciamento do liberalismo, do totalitarismo e o surgimento de uma nova sociedade, agora hierarquizada, corporativa, integrada à tradição católica e ao moderno capitalismo.

Na primeira parte, *Descida aos infernos*, Carvalho discorre sobre os “crimes” de Vianna – racismo e apoio à ditadura Vargas. O autor, contudo, apresenta alguns atenuantes à condenação de Vianna. Sobre a acusação de racismo, Carvalho alega que quase toda a elite da época era racista, o que pode ser observado na promulgada Constituição de 1934, a qual, segundo ele, “pregava a eugenia” (1991, p. 82). Quanto à segunda acusação, o argumento de Carvalho é parecido: Vianna não teria sido o único intelectual a aderir ao novo sistema e a formular políticas para o governo varguista. Carvalho cita o poeta Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade, dos quais tal engajamento não foi cobrado com tanto rigor. Ainda de acordo com Carvalho, Vianna sempre fora um pessoa íntegra que, mesmo estando tão perto do poder, nunca buscou se beneficiar disso.

Todavia, não poderei ignorar aqui as “velharias racistas” de Vianna, pois essas são o “ponto basilar” da tese do branqueamento do autor, sistematizada na obra *Evolução do povo brasileiro*, publicada em 1923. Na ocasião, Vianna se declarara convencido da impossibilidade de elaboração de “leis geraes da evolução dos povos, de que a propria sciencia acabava de instaurar o processo de fallencia” (1938, p. 43), ao admitir que tais leis não comportariam a realidade de infinitas formas de vida existentes. O autor se refere às leis evolucionistas que buscavam explicar a origem do homem e as mudanças sociais, políticas ou econômicas que aconteceram em todo o planeta, em todos os tempos, através de leis universais, como se o processo evolutivo não guardasse especificidade alguma.

Vianna acreditava que, para conhecer a evolução da sociedade, da raça e das instituições brasileiras, seria necessário partir da observação da realidade: “Meu objetivo principal é mostrar as correlações existentes entre os individuos e o território em que habitam:

é, pois, um estudo de anthropogeografia econômica e política” (1938, p. 51). O livro foi organizado em três partes: Evolução da sociedade, Evolução da raça e Evolução das instituições políticas. Na segunda parte, o autor reafirma a necessidade de se estudar o povo brasileiro e assim conhecer os “typos nacionaes” (1938, p. 139), formado por diferentes etnias, sendo que cada uma dessas teria “estructura anthropológica própria e uma constituição psychologica específica”, que influenciariam na construção desses tipos.

Ao definir os três grandes grupos étnicos que constituem o brasileiro, Vianna discorre sobre godos, suevos, normandos, burguinhos e árabes, cuja miscigenação daria origem ao português. Depois cita os inúmeros grupos indígenas, como os tupys e tapuyas, denominações que também englobam diferentes grupos. Por fim, o negro, cuja diversidade Vianna declara ser “desconcertante” (1938, p. 155). Sua argumentação é pontuada por termos como “fealdade repulsiva” e “indolência”. Ainda assim os negros são superiores ao índio em operosidade e obediência (1938, p. 156-164). Haveria tribos de temperamento dócil e civilizável, pacífico, humilde e obediente, mas essas parecem ser exceção. Negros e índios são incivilizáveis, estes “absolutamente inferiores” àqueles. O negro nunca poderá, segundo o autor, assimilar completamente a cultura ariana, sua “civilizabilidade não vae além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco” (1938, p. 174). Ainda que o negro, “nos seus exemplares mais elevados e mais eugenicos” conquistasse um pedaço de terra e lá construísse uma choupana, não traria contribuição alguma para nosso progresso. Esta era “obra exclusiva do branco”:

O negro é inferior ao branco não apenas pela pequena capacidade eugenistica da raça negra, não o é apenas pela acção compressiva dos preconceitos sociaes, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco (1938, p. 178).

Quando pondera sobre os mestiços, Vianna afirma que o mameluco, resultado do cruzamento do branco com o índio, é superior ao mulato por ser este descendente de uma “raça escrava” (1938, p. 181). Essa condição estaria evidente em sua pele escura, seus cabelos encrespados e seus traços fisionômicos, “que nem sempre guardam a pureza e elegancia do typo aryano” (1938, p. 209). Isso não aconteceria com os mamelucos, que tinham a pele mais branca e cabelos lisos.

Nesses termos Vianna advogara em defesa da miscigenação. Depois de caracterizar negros e índios como inferiores e incivilizáveis, afirmara que esses concorriam com “elementos eugenicos” (1938, p. 179) quando perdiam sua pureza e cruzavam com o branco. O mestiço resultante desse cruzamento não seria absolutamente superior nem inferior. Seu valor dependeria do valor dos elementos cruzados. O mestiço norte-americano, por exemplo, era considerado por Vianna como superior ao brasileiro por ser resultado do cruzamento de negros possantes, que tiveram que lutar contra um adversário mais forte que o português, os anglo-saxões. Esses seriam “perfeitos mestiços, autênticos mulatos, cuja superioridade deve provir provavelmente do sangue aryano que trazem nas veias” (1938, p. 175).

Ainda que o mulato fosse inferior ao mameluco, por sua descendência servil, os mestiços eram, “em regra”, mais inteligentes e vivazes, especialmente em relação ao negro. Os melhores mulatos seriam aqueles resultado do cruzamento entre o branco com negras “fulas”, que Vianna classificara como “dotadas de intelligencia e de sentimentos”, e os que mais se aproximam do tipo branco. Esses eram lavradores, sitiantes que formavam a base da população rural ou vegetavam nos pequenos “ofícios manuaes (...) ao lado dos “brancos inferiores que ainda não ascenderam” ou não tinham capacidade para ascender. Já o branco, esse não trabalhava com os braços, mesmo quando criado com a enxada na mão: “o trabalho enxadeiro é deprimente para o branco”. É esse o elemento formador da aristocracia rural: “Nesta classe é que se encontram os elementos brancos superiores” (1938, p. 168-171).

Sendo o branco superior, esse elemento deveria prevalecer sobre os demais. No entanto, Vianna acreditava que a caracterização definitiva do brasileiro dependia de uma “lenta elaboração histórica” e que os tipos observados estavam ainda muito próximos de suas origens: “o brasileiro é naturalmente um povo moreno e de estatura não elevada” (1938, p. 188-191). O autor se declarava confiante no futuro, pois observa uma “tendência para a aryanização progressiva dos nossos grupos regionais”.

Com o objetivo de ilustrar sua tese, Vianna apresenta fotos, gráficos e tabelas com dados sobre a proporção de brancos, negros e mestiços em diversas partes do país, em diferentes períodos. Há ainda estatística sobre a imigração “das melhores raças européas” e sua distribuição por diversas regiões do Brasil entre 1908 e 1920. Além da imigração outros fatores colaborariam com o “processo reductor dos elementos barbaros: as selecções naturais

e sociaes”. Entre esses fatores estariam a baixa natalidade entre os mulatos e a “inclinação natural”, que negros e mestiços teriam de escolher parceiros mais claros (1938, p. 194-196).

A distribuição da população por todo o território do país também foi objeto de estudos de Roquette-Pinto e Renato Kehl. Roquette-Pinto observou a distribuição de mestiços em diferentes áreas do Brasil, dividindo-o em três “zonas de influência” (1927, p. 54): zona do caboclo (MT, AM, PA, norte de Goiás, todo o nordeste até as vizinhanças da foz do São Francisco); zona de influência africana (PE, AL, SE, BA, MG, ES, RJ, sul de Goiás e norte de São Paulo); e, zona de influência europeia (o litoral a partir do RJ até os Estados do Sul do país). Para Roquette-Pinto, a raça negra, “sem a qual não haveria, aqui, hoje, nem união nem progresso” (1927, p. 55) estava diminuindo por “causas puramente sociaes”: o Brasil, depois de acumular riquezas, através do cultivo da terra, havia expulsado os negros, empurrando-os para as cidades, onde acabaram esmagados pela concorrência. Desse modo, a distribuição e oscilação do número de negros e mestiços estariam relacionadas a determinantes geográficos e agrícolas.

Kehl, por sua vez, organizara a população brasileira em três grupos, “três typos, quase sub-categorias ethnicas” (1923, p. 165): os nortistas, localizados no Ceará; as populações do centro do país, paulistas e mineiros, e os gaúchos, ao sul. Os fatores que estariam, segundo o autor, contribuindo tanto para a diminuição de negros como para a degeneração do mestiço, além de sua inferioridade inata, seriam a ignorância, a miséria, as endemias e as doenças, como malária, febre amarela, sífilis e muitas outras. Embora concordasse com essas colocações de Kehl, para Roquette-Pinto enfermidades não caracterizavam inferioridades. Um homem saudável, são, não seria um preguiçoso, pois a preguiça era um sintoma de uma doença: “tudo que tem apurado, no laboratório de anthropologia do Museu Nacional confirma [...] a nossa população mestiça, quando sã, não apresenta nenhum caracter de degeneração physica ou psychica” (1927, p. 202).

Soma-se à lista de causas para a diminuição de negros e degeneração do mestiço, elaborada por Kehl, diversos vícios, como alcoolismo e prostituição. O autor observa ainda a falta de habitações convenientes, boa alimentação, educação e higiene, entre outros. A lista de fatores do autor parece não ter fim, assim como suas indicações terapêuticas. Curiosamente, Kehl inclui o preconceito como fator concorrente para a “inferiorização” do mestiço (1923, p. 177). Contudo, estava convencido da inferioridade destes. Entre as

conclusões que o autor apresenta no final desse capítulo consta: “Sob o ponto de vista eugênico contra-índico toda e qualquer união de raça, isto é, entre indivíduos da raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarela, e assim por diante” (1923, p. 179). A afirmação evidencia a preocupação de Kehl com a preservação do elemento branco. Nenhuma palavra, esclarecimento ou conclusão quanto à mistura entre os outros dois grupos, negros e índios.

Embora lamentemente não haver estudos sobre esses fatores Vianna arriscara, baseado em registro de casamentos, demonstrar como a miscigenação acontecia. Ao concluir o autor argumentara a favor do branqueamento, sugerindo a seleção sexual como prática: “Tendo que cruzar-se com raças barbaras, que absolutamente não primam pela beleza, os brancos procuram os exemplares menos repulsivos e que mais se aproximam do seu *typo physico*” (1938, p. 210). Vianna sugeria ainda que a reprodução humana fosse encarada tal qual um problema da zootecnia, que tomaria as medidas necessárias a fim de evitar o atavismo, ou seja, o ressurgimento de características das raças inferiores envolvidas no processo de miscigenação.

Da mesma maneira que aconteceu com os demais autores aqui citados, a dificuldade com os textos de Vianna está no fato de ele usar de muitos termos sem se preocupar em defini-los. Ao falar sobre eugenia, afirma: “não há raça sem eugenismo. O que principalmente as distingue é a sua maior ou menor fecundidade em eugenicos” (1938, p. 172). Vianna explica, em nota de rodapé, referir-se ao eugenismo moral e intelectual e não físico.³⁶ Porém, isso não elucidava o que o autor entende por eugenia, muito menos por eugenismo moral e intelectual.

Outro termo bastante usado pelo autor é “ariano” e “dólico-louro”. Vianna já havia defendido em *Populações meridionais do Brasil* a ideia de “arianismo bandeirante”, recebendo por isso muitas críticas, como observou Carvalho (2002, p. 905). Anos antes, Galton havia apontado a decadência dos dólico-louro: “É curioso notar quão insignificante para a moderna civilização tem sido o outr’ora famoso e bem parecido ‘nordico’” (apud ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 197).

³⁶ Na página 173 há a seguinte nota: (11) “Entenda-se: eugenismo *psychico* (moral e intelectual) – e não *physico*. Este, nas suas possíveis correlações com o eugenismo *psychico*, não entra na conceituação da *thèse* formulada”.

Esse mito da superioridade ariana, segundo Juan Comas, surgiu da necessidade de hierarquização biológica e psicológica “dentro da própria raça branca” (1970, p. 38). Depois de várias definições – indo-europeu, indo-germânico – o termo ariano foi adotado, baseado na crença da existência de uma raça, a “raça ariana” da qual descendia os hindus, persas, gregos, romanos, eslavos, celtas e germânicos. Anos mais tarde, Gobineau se encarregou de formular a “doutrina do arianismo”, na tentativa de defender não os interesses da raça, mas de sua “própria casta” (COMAS, 1970, p. 40). Porém, seus escritos influenciaram homens de letras, políticos e pseudo-cientistas da época, que passaram a defender a suposta raça ariana como a origem da mais evoluída e adiantada de todas as civilizações que já existira. Sob a influência de Gobineau, o inglês Houston Chamberlain, genro do compositor Richard Wagner (amigo de Gobineau), por exemplo, tornou-se “ardente defensor da teoria racista do ‘nórdico loiro dolicocefalo’” (COMAS, 1970, p. 41).

Contudo, Vianna estava convencido da superioridade do homem branco e da inevitabilidade do branqueamento da população. Apesar de fartamente ilustrada em *Evolução do povo brasileiro* (título bastante elucidativo), com gráficos, tabelas e figuras, a tese de branqueamento da população brasileira de Vianna, dissertada em *Evolução do povo brasileiro* (título bastante elucidativo), não se deve à originalidade do seu pensamento. Antes dele outros intelectuais brasileiros já especulavam quanto a esse fenômeno, como Silvio Romero, que teve grande influência em Vianna, de acordo com Carvalho (2002) e João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro entre 1895 e 1915. Em julho de 1911, quando da realização do I Congresso Internacional de Raças, Lacerda apresentou a tese *Sur les métis au Brésil*, “Dos mestiços do Brasil”,³⁷ com o objetivo de convencer os presentes de que o mestiço não era necessariamente um degenerado e que o brasileiro estava “embranquecendo”. Lacerda declara ser o negro o responsável pelos vícios e concepções erradas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, ignorância, falta de dignidade humana, sensualismo baixo, enfim, “pelo que há de baixo e vil nas raças brasileiras”. Sobre o mestiço Lacerda declara que este não constitui uma raça verdadeira, e sim um tipo étnico transitório, produto da união sexual do branco e do negro, apresentando tendência de retornar a uma, qual seja, a branca. Embora declare ser o mestiço inferior ao negro em resistência corporal e força física, este teria colaborado com os brancos em sua ação pelo progresso do país, com inteligência, aptidões técnicas e artísticas, muitas vezes, concorrendo com o branco.

³⁷ Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Batista%20Lacerda.pdf>. Acessado em 03/02/2010.

Por fim, Lacerda afirmara que a população estava “embranquecendo”: “O próprio mulato se esforça por suas uniões [com mulheres brancas] de fazer retornar seus descendentes ao tipo puro do branco”. A “seleção sexual das raças” seria, então, um mecanismo seletivo espontaneamente praticado na sociedade. Graças a isso, não demoraria um século e a maioria da população brasileira seria branca, tempo suficiente para fazer o índio e o negro terem desaparecido. Para ilustrar tal ideia, Lacerda apresentou a tela *A redenção de Can* (1895), de Modesto Brocos.



Valéria Piccoli (2007) fez uma análise cuidadosa dessa obra, a começar pelo título, relacionando-a com uma história bíblica e depois transportando-a para a época em que a obra foi pintada.³⁸ Can, filho de Noé, ridicularizou seu pai, ao surpreendê-lo em sua tenda, embriagado e nu. Noé então amaldiçoa não a Can, mas ao filho deste, Canaã, a ser servo de

³⁸ Há pouco material disponível na web sobre esta obra. O texto de Valéria Piccoli a que me refiro aqui está disponível em <http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.rede/numero/rev-NumeroOito/oitovaleria>. Acessado em 03/02/2010.

seus irmãos. Os africanos seriam, então, descendentes da Canaã e por isso foram feitos escravos? Afinal, os negros não seriam naturalmente inferiores? Seria necessário me afastar por demais da minha proposta de estudo, contudo é instigante observar que ainda hoje teólogos e estudiosos do tema recorrem aos relatos do livro de Gênesis para pensar a escravidão ou justificar interesses político-econômicos de diferentes grupos e países.

De acordo com Piccoli, Modesto Brocos buscou inspiração nessa história ao pensar numa forma de libertar os negros do Brasil da maldição de Canaã e executar essa pintura. A obra retrata a cena de uma família humilde, em que a miscigenação acontecia de forma aleatória.³⁹ A criança branca, no centro da cena, está sentada no colo da mãe, uma mulata. Do lado esquerdo do quadro, o pai, também mestiço, e do outro lado a avó, negra, com as mãos erguidas aos céus, em sinal de agradecimento. De acordo com a cena, seriam necessárias três gerações para que o sangue do mestiço fosse depurado e a população brasileira se tornasse branca. Lacerda calculava um século, e Silvio Romero seis ou sete para que a população se tornasse branca.

Ao discorrer sobre “os elementos étnicos constituídos da população brasileira”, Kehl faz referência a esta obra⁴⁰, prova visível do sucesso do processo de branqueamento:

De acordo com as regras da evolução e com os factos que se vão evidenciando, é certo o prognóstico, de que a futura raça brasileira será branca, pela desassimilação, pela depuração, que se vae lentamente operando, isto é, com a eliminação de caracteres recebidos das raças negras e selvícola (1923, p. 172).

O autor parece tentar se convencer dos benefícios da miscigenação no Brasil, que possibilitaria o aperfeiçoamento do povo: “o negro desaparecerá fatalmente do Brasil e, ao contrário, multiplicar-se-á indefinidamente nos Estados Unidos da América” (1923, p. 175). O problema era quanto ao resultado do cruzamento de “raças que possuem caracteres muito diferenciados, como entre a branca e a preta ou entre esta e amarella” – o mestiço:

O ‘mestiço’, resultante de mistura de raça diferentes, representa um typo intermediário no qual se installam a desharmonia e o desequilíbrio

³⁹ Skidmore afirma que a obra se refere também a uma “vasta casta média” (1976, p. 93) e não apenas aos mais humildes.

⁴⁰ Kehl descreve a mesma cena do quadro de Modesto Brocos, mas afirma se tratar de um quadro de Parreiras. O autor não esclarece quem era Parreiras, se proprietário da obra (Kehl, 1923, p. 172).

organicos, consequentes do 'conflicto' de caracteres incompatíveis; – O mestiço, ao invés, pois, de ser um producto superiorizado, é um producto não consolidado [...]; – O mulato, o mameluco e o cafuso são typos plasticamente feios na sua generalidade [...]; – Em summa, o cruzamento entre raças “é elemento perturbador da evolução natural” e portanto não constitui meio de aperfeiçoamento ethnico. Os que sustentam o contrário não o fazem com fundamento scientifico [...] Os mestiços, collocados em paralelo com os representantes de raças não cruzadas, sem mescla, não resistem a termos de comparação, só a falsa visão poderá accetar a sua igualdade ou sua superioridade (1923, p. 178-179).

Embora um tanto longa, essa passagem ilustra bem o debate em torno do valor atribuído ao mestiço, tema predominante no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o qual tratarei mais adiante. Kehl acreditava que a mestiçagem era a responsável pelas “deficiências” do caráter brasileiro: “índole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante” e, ainda, pelos “vícios políticos e sociais de nossa gente”. Anos mais tarde, em *Lições de eugenia* Kehl apontaria uma solução para todos esses problemas: “a nacionalidade embranquecerá à custa de muito sabão ariano!” (1929, p. 188).

Em *A cura da fealdade*, Kehl afirmara ser contrário à mistura de raças com caracteres muito diferentes. Não demoraria muito, porém, para ele se transformar num crítico convicto da miscigenação, vista como “dissolvente, desmoralizante e degradante” (1933, p. 231). Tudo indica que esse era um assunto controvertido. Roquette-Pinto, por exemplo, afirmara, primeiro, que a ciência não aceitava, “absolutamente” (1927, p. 175), a fusão ou caldeamento das raças. Em seguida aponta: “Biólogos modernos, experimentados estudiosos de genética mendeliana, argumentam favoravelmente ao cruzamento entre raças distantes” (1927, p. 202), pois a variação entre caracteres cruzados aumentaria o número de combinações possíveis, ampliando as chances de restrição de traços indesejáveis.⁴¹

A exposição de Roquette-Pinto não me possibilitou definir o que ele entendia por “experimentados estudiosos de genética mendeliana”, principalmente se considerarmos que tais estudos compreendiam uma área relativamente nova (Willian Bateson, considerado “pai da genética” usou o termo pela primeira vez em 1902). Além disso, Roquette-Pinto advertia quanto às dificuldades com as “operações da sciencia”, que embaraçam estudiosos. No caso

⁴¹ Roquette-Pinto reproduz a argumentação de H. Walter: “Outcrossing always increases heterozygous combinations in the germplasm and covers up undesirable recessive traits though the introduction of additional dominant traits. Inbreeding, on the contrary tends to simplify the germplasm, that is, to make it more homozygous and so to bring recessive defects to the surface” (1927, p. 202).

da antropologia, essas dificuldades seriam ainda maiores, pois, além de ser também uma ciência nova, sofreria constante interferência de seu objeto de estudo, o homem: “São, positivamente, de todos os seres estudados pela Historia Natural, os mais difficeis da Creação. Collaboram, apaixonam-se e baralham as cousas” (1927, p. 166).

A discussão sobre miscigenação foi um dos principais temas debatidos durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, e orientou diversas propostas eugênicas, inclusive de controle da imigração, o que discuto no capítulo III. Contudo, as opiniões expostas aqui nos fornecem uma pista de como seria o modelo perfeito de brasileiro: branco. Mais que uma pista em *A cura da fealdade*, de 1923, *Formulario da belleza e Tipos vulgares*, ambas de 1927, Renato Kehl definira com riqueza de detalhes esse modelo por ele idealizado, objetivo principal das minhas investigações. A argumentação do autor se desenvolve em torno dos conceitos de normalidade, fealdade e beleza. A fealdade seria um mal extremamente generalizado. “ella tanto pode ser physica, moral, como psychica ou intelectual” (1923, introdução, s/n), fatores que serão observados em relação à beleza. Todavia, tentarei observar os aspectos fisicos aos quais o projeto de aperfeiçoamento faz referência, para depois me ocupar dos demais aspectos.

Kehl afirma que belo é “todo individuo dotado de saúde, vigor e robustez e que apresenta uma compleição physica e psychica normaes” (1923, p. 26). No livro, organizado em três partes, o autor dedica toda a primeira parte, quinze dos trinta capítulos do livro, à definição de normalidade. O conceito é importante porque, segundo o autor, “o ‘homem eugenizado’ é o homem em estado de normalidade” o que, por sua vez, significa “harmonia synergica entre a perfeição somática e a psychica” (1923, p. 28). Para ser normal seria necessário um corpo que funcionasse em pleno gozo de sua potencialidade fisica, e, ao mesmo tempo belo, ou seja, “relativa proporção das partes constitutivas do corpo, harmonia nas formas, traços physicamente delicados, boas cores, delicadeza nos gostos e graça nos movimentos” (1923, p. 23). A fórmula seria esta: **homem eugenizado = são + robusto + belo**. Quando apresenta os conceitos de “belleza e fealdade humanas”, o autor afirma não haver critérios universais de avaliação, “cada raça, como para cada individuo, há um modo particular e diverso de percepção esthetica” (1923, p. 23). Tal compreensão não impedia Kehl de declarar “aberrações” ou “esquisitices” padrões muito diferentes dos seus.

Kehl discorre de forma detalhada sobre características físicas, “profilaxia da fealdade”, sobre “fatores degenerativos” (sífilis, alcoolismo, tuberculose) e, ainda, sobre “higiene conjugal”, cuidados com a alimentação, higiene e vestimenta dos bebês (1923, p. 193). O autor trabalha com muitos gráficos, fotos e desenhos, principalmente de gregos da Antiguidade, ilustrando proporção entre partes do corpo, peso ideal, relação entre idade, sexo e estatura, tudo segundo variações da raça. Há ainda inúmeras tabelas com as medidas de circunferência ideais do pescoço, braço, antebraço, coxa e peito, em inspiração e expiração (1923, p. 90). Embora reconheça serem raríssimos os tipos absolutamente perfeito, Kehl é minucioso ao definir forma e dimensão do crânio, a forma do nariz, boca, olhos, orelhas, pescoço, mãos e pés, isso depois de falar sobre tórax e bacia. Kehl discorre ainda, sobre funções fisiológicas: intestino, aparelho circulatório e respiratório entre outros, mas não informa sobre como tais funções poderiam indicar degenerescência. Como uma resposta a Kehl, em 1927, Roquette-Pinto afirmara que, “estatura, perímetro thoraxico, capacidade vital, índice nasal, etc., etc., não denunciam absolutamente nenhuma inferioridade biológica” (1927, p. 202).

Kehl não teve o mesmo cuidado em descrever a perfeição masculina como quando trata da mulher, no capítulo VII, “perfeição plástica feminina” na obra em questão. Em geral, um corpo perfeito deveria ter mãos com a mesma medida da altura do rosto, do queixo até a linha frontal dos cabelos; o corpo dez vezes a altura do rosto; os braços, três alturas de cabeça, enquanto as pernas precisariam ter quatro vezes essa medida. Um corpo feminino que tivesse essas medidas seria considerado “normal”, enquanto qualquer afastamento destas corresponderia a uma anormalidade, ou um “defeito” (1923, p. 89). A mulher perfeita deveria ter entre 1,50 e 1,70 de altura, e sua bacia não deveria ultrapassar 16% da estatura, enquanto a cintura deveria oscilar entre 38 e 40%. Kehl descreve desde o formato das mamas – nem grandes nem pequenas, chatos, pontuados, mas com o formato igual à de um cone – até a distância que deve haver entre elas: “quando bem proporcionados e conformados, representam ornamento de grande valor” (1923, p. 101, grifo meu). Em *Formulário da beleza*, Kehl determina até mesmo o formato e a quantidade dos pelos pubianos, que deveriam ter “limite retilíneo e baixo” (1927, p. 91). Nessa obra também há muitas fotos de esculturas gregas, com seus músculos bem definidos. Novamente Kehl admite ser este um padrão inalcançável, para não dizer desumano: “Raríssimas as mulheres que podem ter a pretensão de serem rainhas da plastica, possuindo, a rigor, as justas proporções das partes, [...]

esbeltez do talhe, [...] epiderme rosada e fina, [...] predicados indispensáveis de saúde e robustez (1927, p. 16).

O quadro reproduzido a seguir foi organizado por Kehl (1923, p. 86) e é bastante ilustrativo quanto ao seu ideário de beleza:

Perfeições

Symetria das duas metades do corpo
Situação mais baixa do meio do corpo
Peso do corpo normal
Pele lisa e elástica
Desenvolvimento muscular regular
Articulações finas
Fendas palpebraes rectas
Lábio superior arqueado
Dentes perfeitos e bem dispostos
Rosto de um oval regular
Nariz fino e recto
Queixo redondo e "covinha"
Hombros arredondados
Columna vertebral direita
Thorax regularmente abaulado
Ventre plano e arredondado
Dorso de linhas perfeitas
Membros superiores de dimensões regulares
Cotovello arredondado
Mão estreita
Segundo dedo mais longo que o quarto
Dedos terminados em ponta (fuso)
Pernas directas longas
Pé estreito
Artelhos longos e direitos
Segundo artelho mais longo que o primeiro

Imperfeições

Assymetria das duas metades do corpo
Situação mais alta do meio do corpo
Peso acima ou abaixo do normal
Pele dura e rugosa
Desenvolvimento muscular irregular
Articulações volumosas
Fendas palpebraes obliquas
Lábio superior saliente, espesso, muito curto, leporrino
Dentes imperfeitos e irregularmente dispostos
Molares salientes, masseteres salientes
Nariz largo ou chato
Queixo duplo (dos gordos), saliente ou curto
Hombros angulosos, fortemente caídos
Columna vertebral com desvios
Thorax chato, em carena, deprimido, em funil
Ventre pontegudo, cahido, de batrachio, ou flácido
Dorso achatado, abaulado, ou escavado
Articulação do antebraço baixa, saliência da cabeça do cubital
Cotovello pontudo
Mão larga
Quarto dedo mais longo que o terceiro
Dedos de extremidades chatas
Pernas curtas, curvas, em O, em X,
Pé grosso e largo (pé chato)
Grande artelho curvo para dentro
Primeiro artelho mais longo que o segundo

Ao que parece, a perfeição feminina estava muito mais relacionada à estética, enquanto no homem, o que a caracterizava era a funcionalidade e a robustez. Em *Formulário da beleza*, Kehl argumentara ainda que a fealdade era algo “revoltante e imoral”, sendo ultrajantes os “ventres bojudos, as pernas de jaburus e os tórax exprimidos” (1927, p. 18).

Kehl não faz diferenciação entre características físicas, psicológicas e culturais, procedimento típico da medicina do início do século XX, especialmente na psiquiatria. Jurandir Freire Costa observa que os psiquiatras daquele tempo explicavam fenômenos psíquicos e culturais pela hipótese de uma “causalidade biológica que, por sua vez, justificava a intervenção médica em todos os níveis da sociedade” (1989, p. 72). Influência da psiquiatria organicista alemã, esse “biologismo” orientou a criação e funcionamento da LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental – criada em 1923. Tratava-se ainda, de um “biologismo eugênico”, de fundamento ideológico e “não-científico”, que servia, de acordo com Freire Costa, de legitimação aos preconceitos da época e não de verdadeiras hipóteses biológicas (1989, p. 77). Foi a eugenia que possibilitou à medicina, especialmente à psiquiatria, um projeto de intervenção nos meios escolares e profissional, até na organização familiar.

Essa relação entre características físicas e psicológicas foi colocada, embora de forma bastante difusa, em *Tipos vulgares*, também de 1927. O autor afirmara seu entusiasmo com os estudos que, segundo ele, confirmavam “biologicamente, as oscilações entre o corpo e o caráter” e esclareciam a forma como alguns traços da personalidade estavam relacionados à “fatores hereditários, morfológicos, dinâmico-humorais” (1940, p. 17). Essa “ciência nova da indivíduos-personalidade”, citada por Kehl, apontava para três grupos de características morfológicas. Fazem parte de um mesmo grupo indivíduos baixos e curtos, estáveis, pacatos e dotados de movimentos lentos. Os indivíduos compridos, que formam o terceiro, geralmente são explosivos, instáveis, de inteligência pronta, mas avessos às atividades que exigem paciência. Entre esses dois grupos há o “normotipo”, constituído pela maioria dos tipos intermediários (1940, p. 21).

Os tipos vulgares descritos por Renato Kehl são: felizes e infelizes, gordos e magros, o velhaco, o impulsivo, o preguiçoso, o medroso, o bajulador, o invejoso, crentes e crédulos, o sestroso, o inconsequente, o “farcista”, o confusionista, o criticador, o escravo do álcool, o indisciplinado, o ciumento, o jogador, os castos forçados e os corretivos. Penso ser pertinente uma reflexão sobre essa obra, por se tratar de uma visão muito particular do autor.

Como um “homem de ciência”, Kehl não admite justificativas religiosas para problemas de ordem científica. A felicidade, por exemplo, não poderia consistir em “merecer a graça” (1940, p. 26), mas em ter saúde. A infelicidade seria, então, resultado da desordem orgânica, psíquica e mental do homem, origem de perversidades, crimes, injustiças, desorganizações sociais, nacionais e internacionais. Aqui está a afirmativa que parece orientar o pensamento de Kehl: “quem é bom já nasce feito” (1940, p. 27). A infelicidade seria determinada pela doença e, assim como a felicidade, dependeria da hereditariedade:

Só pode ser completamente feliz o indivíduo que, nascido de boa estirpe, de linhagem sadia e equilibrada, receba dos avós e dos pais um mosaico de caracteres somato-psíquicos que se desenvolvam, que se apresentem morfológica e funcionalmente dentro da normalidade indispensável para que se constituam as quatro fontes [...] naturais e duráveis de felicidade: a beleza, a saúde, a bondade equilibrada e a verdadeira sabedoria (1940, p. 30).

Kehl observa ainda que os indivíduos felizes, “inatamente ditosos”, estariam psicologicamente mais habilitados a enfrentar dificuldades. A fim de ilustrar tal afirmativa, Kehl cita sua própria família, cujo parentesco com um médico e professor de uma universidade alemã poderia ser provado através de um “característico hereditário” importante: “uma alegria inata de viver” (1940, p. 34). Kehl descenderia de uma “família feliz”, apesar do seu pessimismo, amargura, sua má vontade para com a humanidade, o que pode ser observado em todo sua obra ou, pelo menos até 1933, ano da publicação de *Sexo e civilização*.

Embora o autor tenha afirmado que sua análise nada tenha de metafísico ou sentimental, a utilização de preceitos religiosos e termos como “bons” e “maus” é constante. Ao explicar porque o gordo seria mais feliz que o magro, Kehl argumenta que naquele predominaria o “nervo da paz”, responsável pelo equilíbrio nas funções endócrino-vegetativas. Os gordos seriam, por esse motivo, amáveis, de “bom coração” e livres de antipatias: “quási nunca manifestam amor próprio e vaidade exagerada; tem alma, como dizem o alemão” (1940, p. 38, grifo meu). Contudo, o autor não esclarece o sentido científico de “alma”. Além disso, em *A cura da fealdade* e, mais tarde, em *Formulário da beleza*, Kehl criticaria os repugnantes “ventres bojudos”, e indicaria tratamentos, como exercícios físicos, para solucionar o problema de excesso de peso.

Ainda que consideremos a influência da frenologia no estabelecimento da relação de aspectos físicos com características da personalidade no início do século XX, a

classificação dos “tipos vulgares” de Kehl me pareceu bastante confusa. Não consegui definir seu critério de classificação dos tipos humanos, uma vez que ele discorre sobre o “velhaco” e o “impulsivo”, aquele oportunista, este assassino (um caso “indiscutível” de determinismo biológico, segundo o autor), e em seguida sobre o preguiçoso, que sofreria de uma “doença universal” (1940, p. 48-57) sem observar distinção alguma entre eles. Segundo Kehl, os velhacos viviam e prosperavam à custa da “união de classe”, e faziam de tudo para enriquecer, mas que, quando ricos, continuavam velhacos, “escravos da triste mitomania” (1940, p. 42). Esses viveriam confortavelmente, bem vestidos, porém, por meio de intriga e trapaças. Em sua argumentação, Kehl afirmara ser o velhaco um “caso clínico”, devendo ser acompanhado à distância, por ser algo “repulsivo”, uma “aberração nosológica” (1940, p. 41). Ele lamenta a forma como a sociedade tolera essas práticas, o que contribuiria para o surgimento de “velhacos mirins”, que logo estariam aptos para cometer seus crimes. É evidente a irritação e o desprezo de Kehl para com esses “malandros” ou “tratantes”. O autor critica até as manifestações de compaixão quando esses caíam em desgraça, ou de apreço, quando morriam: “Coitado! Dizem alguns – era um velhaco, um patife, um desavergonhado, mas no trato – uma boa pessoa. Se morre, recebe necrológios sentimentais: Coitado! Morreu!” (1940, p. 47).

O mesmo não se verifica em relação ao impulsivo. Ao falar sobre este, Kehl curiosamente cita o islamismo, argumentando que o crime passional bem poderia ser entendido como “coisa do destino”, pois o indivíduo não teria escolha, condicionado que era pela sua biologia: “Neste sentido têm razão os mussulmanos de serem fatalistas. Há indivíduos maus, perversos, porque assim nasceram e assim serão por toda a vida” (1940, p. 56). Os impulsivos seriam aqueles que, nessa condição, se deixaram arrastar para a criminalidade, condenados por sua herança genética.

Ao falar sobre o “sestroso”, outro tipo vulgar, Kehl apresenta a ideia de moralidade. O sestroso seria uma pessoa que não se sujeita às conveniências do grupo a que pertence: “constituem, talvez, um sub-gênero mental, cuja presença incomoda, irrita, ofende” (1940, p. 100). Haveria ainda, duas espécies nesse subgênero: os verdadeiros débeis mentais e os sestrosos afrouxados de hábito, por vício, por má educação ou por má convivência – hábitos como colocar os pés nos móveis, ou gesticular ao falar, por exemplo. Antigamente, “em tempos idos”, esses indivíduos só eram encontrados nas “baixas esferas”, observa o autor. Em seguida, a solução: “É preciso fazer com que os filhos e discípulos, pela ação

repetida de bons hábitos criem uma segunda natureza moral, gravando, conscientemente, no inconsciente, o sentido ético da boa conduta” (1940: 106, grifo meu).

O que seria uma “segunda natureza moral”? Anteriormente, Kehl definiu moralidade como “estabelecimento de normas de conduta, sujeições, sanções” (1940, p. 97). O homem não seria o único animal a ter tais normas ou sanções. “Há moralidade entre homens como entre abelhas, formigas, leões, tigres e lobos. Ela varia de acordo com as exigências bio-sociais de cada um destes seres” (1940, p. 98). Aqui também não há esclarecimento algum quanto às exigências bio-sociais desses animais e sua correlação com as necessidades humanas. Kehl observa o procedimento de alguns animais, como os elefantes, que punem os membros do grupo quando esses se tornam “anti-sociais ou simplesmente mal-educados, implicantes ou ranzinzas”, obrigando-os a viverem sozinhos, isolados do restante do grupo. Assim como ocorreu quando falou dos velhacos, Kehl usa o termo “repugnante” para definir práticas como sentar-se sobre as mesas, por os pés nos móveis ou fazer algazarra nas ruas e nos bondes (1940, p. 103). Visando impedir tais práticas seria necessário uma “educação doméstica”, que impedisse “liberdades ofensivas aos preceitos da civilidade”. Mais adiante, Kehl observa: “Os pais e as mães devem compenetrar-se de que a única moral eficaz é a moral inconsciente criada pelos hábitos (1940, p. 105, grifo meu)”. Estaria Kehl se referindo a práticas que, com o tempo, se transformariam em costumes? Qual a relação entre hereditariedade, doença e “moral inconsciente criada pelos hábitos”? Kehl não esclarece. Ao concluir o livro, propõe os “corretivos”:

Pela emulação, tendo em vista o exemplo de crianças e adultos educados; pela persuasão, tendo em conta o valor utilitário da civilidade; e, pela criação e fixação da “consciência da boa educação”, de modo que ela constitua uma segunda natureza, para ser automaticamente praticada (1940, p. 156).

Novamente, a educação é apontada como solução para problemas de origens as mais diversas: comportamento, vícios, doenças e características hereditárias. Ao final do livro, Kehl apresenta um pequeno esquema, intitulado “caracteriologia” (1940, p. 165), na qual aponta fatores “constantes”, ou seja, hereditários e congênitos, e “variáveis”, como os estímulos fisiológicos, psíquicos e sociais. Não bastasse a falta de referência a estudos mais profundos que pudessem corroborar com a argumentação do autor, o quadro é pouco esclarecedor, já que Kehl não estabelece relação alguma deste com o conteúdo do livro. Mais

uma vez aparece a combinação disparatada de fatores congênitos e outros de origem social ou econômica sem uma explicação sobre sua finalidade.

Busquei nessas três obras, *A cura da fealdade*, *Formulario da belleza* e *Tipos vulgares*, noções, dados e informações que me possibilitassem pensar o modelo de brasileiro idealizado pelos eugenistas, principalmente Kehl, que se dedicara com afinco a essa tarefa. As duas últimas obras (ambas de 1927) me pareceram uma continuação de *A cura da fealdade* e, ao mesmo tempo, uma tentativa de tratar separadamente os aspectos físicos e os “não físicos”. Também busquei entender os motivos que levaram o autor a condenar a mestiçagem e a possível relação desta com a degeneração do mestiço. Essas obras nos fornecem uma descrição bastante clara quanto à aparência que o brasileiro deveria ter. Contudo, o mesmo não aconteceu em relação ao aperfeiçoamento moral. Ao apontar as causas da decadência ou os “fatores degenerativos” do brasileiro e fazer “indicações therapeuticas”, Kehl não faz menção à mestiçagem. Não constatei uma possível relação entre a opinião do autor quanto à suposta inferioridade biológica do mestiço e sua estética. Por várias vezes o autor afirma que seu objetivo não é o belo, e sim o eugênico, ou seja, um corpo que funcionasse de acordo com sua função. No entanto, em momento algum ele explica porque uma mulher de lábio superior arqueado, o rosto de um oval regular, com um nariz fino, queixo redondo e “covinha” seria mais eugenizada que aquela que não possuísse tais características. Também não observei relação entre sua constatação de problemas fisiológicos com a perfeição psíquica ou moral, ao qual o autor se referiu quando apresentou seu conceito de “bello”.

Kehl se ocupara da fealdade por entendê-la como um fator degenerativo: “A fealdade é encarada, nas páginas que se seguem, sob o ponto de vista galtoniano e, como tal, emprestei-lhe o sentido claro de *dysgenesis* ou *cacogenia*” (1923, p. 05). Além disso, ao descrever um corpo bonito, fazer indicações terapêuticas, tendo, para tanto, segundo Diwan, o aval da “indústria do embelezamento” (2003, p. 139), tornava-se possível a construção de uma sociedade homogeneizada. A eugenia pretendia, então, “certa regularidade nos traços *physiomaticos*” (KEHL, 1923, p. 27), assim como nos movimentos do corpo e gestos.

Aluizio Alves Filho, em *As metamorfoses do Jeca Tatu* (2003), relaciona as transformações de um dos personagens mais famosos de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu, com a evolução do pensamento do autor, conforme citei anteriormente. As observações de Aluizio, assim como as inúmeras ilustrações de Moisés Silva de Oliveira que constam nesse livro,

fizeram-me refletir acerca das transformações que teriam sofrido o modelo de brasileiro idealizado pelos eugenistas no início do século XX. Logo no início das minhas leituras percebi que o “novo tipo brasileiro”, forjado pelos eugenistas, teria outras características além de ser branco. Havia uma proposta de eugenizar moralmente o indivíduo, o que se supunha possível através de modificações físicas.

Os tipos apontados por Kehl não parecem elaborados a partir de uma observação objetiva e apurada da realidade. Transparece em seus argumentos seu juízo de valor quanto ao certo e o errado, o intolerável, o irreconciliável. Não há dados sobre a porcentagem de cada um desses tipos em relação ao total da população, nem referência aos tipos menos comuns. Ao contrário do que acontecera quanto à definição da perfeição estética, nessa obra, *Tipos vulgares*, a mulher não aparece.

2.3 – “O futuro da natureza humana”

Curioso observar o debate em torno dos objetivos, critérios e métodos de aperfeiçoamento do homem, já nos primórdios da eugenia. A quem caberia a decisão de esterilizar aqueles considerados degenerados? Quais os critérios para se definir um indivíduo como tal, uma vez que o próprio Kehl reconhecia a insuficiência dos avanços científicos da época para prever o aparecimento de uma tara ou degeneração nas descendências?

Diwan (2003), ao tratar das mulheres envolvidas com a eugenia no início do século, conta a história de uma jovem espanhola, Hildegart, estudante de Direito que fora criada de acordo com conselhos pedagógicos, médicos e preceitos eugênicos. Amiga de Leonard Darwin, filho de Darwin, e de Renato Kehl, com quem trocava correspondência, Hildegart simpatizava tanto com as ideias libertárias anarquistas como pela eugenia. Em 1933, quando tinha dezenove anos de idade, a moça foi assassinada pela mãe, por querer tornar-se independente. A história ficou muito conhecida em toda a Espanha, segundo Diwan (2003).

Duas coisas me chamaram a atenção na história. Primeiro, a questão da autoridade para definir quem seria “aperfeiçoada” pelos métodos de eugenia. Quem estaria habilitado a decidir o que seria melhor, seja para o indivíduo, seja para a coletividade: a ciência, o Estado, ou os pais desses futuros indivíduos? Depois de passar dezenove anos mantendo a filha eugênica, a mãe não pareceu confiante nos resultados e, temendo que a filha se tornasse uma degenerada, preferiu matá-la.

Atualmente, mais de um século depois do início dos debates sobre a eugenia, podemos perceber, através dos avanços nas pesquisas com células tronco, diagnóstico de pré-implantação (DGPI), clonagem e engenharia humana, que o projeto de aperfeiçoamento da espécie humana não foi abandonado, persistindo a questão quanto à legitimidade da autoridade daqueles supostamente aptos a apontar as características do “protótipo de homem ideal”. A crítica de Jürgen Habermas (2004) ao que ele chama de eugenia liberal – utilização de técnicas capazes de modificar a natureza humana através da manipulação genética – está relacionada a essa questão. Não haveria forma possível – seja a legalização do uso de técnica genética, seja a adoção de “ordens morais” –, de garantir a não agressão ao indivíduo por parte de interesses alheios a ele, pelo menos não numa sociedade pluralista, mesmo porque essas ordens são “construções frágeis” (2004, p. 47). A história de Hildegart ilustra bem a preocupação de Habermas com a necessidade de garantia de liberdade para que façamos o melhor de nossas vidas, de forma autônoma. A única maneira de justificar o poder de decidir o que seria melhor em relação à composição física (e conseqüentemente pessoal) de alguém, ainda que tal proposta partisse dos pais, seria através da “deturpação despótica, a privação de direitos políticos, da destituição de direitos sociais e da exploração econômica” (2004, p. 88).

Habermas comenta ainda a forma como as intervenções biotécnicas mudarão a concepção de mundo do homem a partir do momento em que ela mudar sua natureza: “[...] o desenvolvimento biotécnico revela uma dinâmica que ameaça derrubar os longos processos normativos de esclarecimento” (2004, p. 25). As “barrigas de aluguel”, por exemplo, interferem na forma como entendemos a família e as relações de parentescos. A sociedade se faz cindida pelas disputas de investidores, pelo interesse do Estado (que reivindica ações bem sucedidas capazes de garantir o bem-estar de seus cidadãos) e daqueles que temem a intervenção biotécnica na natureza humana. Isso ocorre porque não dispomos de informações suficientes para nos posicionarmos. Na verdade, de acordo com Habermas, esse debate mal

começou. Não se delimitou ainda os limites entre intervenções terapêuticas e aqueles que visam o aperfeiçoamento da espécie. Falta estabelecer uma ética da espécie a fim de evitar que a modernização social não ameace a adaptação cognitiva do homem às condições de vida objetiva:

Mistura explosiva de darwinismo com ideologia de livre-comércio, que se disseminou na virada do século XIX para o século XX, sob a proteção da Pax Britânica, [a eugenia] parece renovar-se sob a influência do neoliberalismo que se globalizou (HABERMAS, 2004, p. 30).

Habermas faz ainda uma observação que me fez refletir sobre os desdobramentos do ideário eugênico em nossos dias. A rapidez com que as transformações acontecem, o liberalismo político e os avanços tecnológicos, segundo o autor, estariam levando à superação das doutrinas e modelos de conduta, “dignos de imitação”, como aqueles propostos pela metafísica (2004, p. 04). Com isso, a elaboração desses modelos de “vida boa”, passaria a ser resultado de uma autocrítica do indivíduo, que deveria buscar identificar sua constituição enquanto pessoa na consciência de sua própria existência (apropriação crítica do passado). Não obstante as colocações do autor penso que nossa concepção de mundo se altera a todo o momento, não só pela aplicação de intervenções biotécnicas, mas em função das dinâmicas da modernidade, apontadas por diversos autores que se ocuparam do tema, inclusive pelo próprio Habermas.

As promessas da modernidade do início do século XX de transpor barreiras geográficas, étnicas, sexuais, políticas, econômicas e outras não se concretizaram. A ideologia do progresso caiu por terra, mediante a realidade do *apartheid*, da xenofobia, do neonazismo, das guerras pela libertação da Argélia, África do Sul e muitas outras. Apesar da publicação da *Declaração das raças*⁴², documento da UNESCO, de 1950, negando qualquer valor científico às teorias racistas, a Inglaterra manteve o *apartheid*, um sistema político constitucional de segregação racial (implantado em 1948), o único no mundo, até 1994. Aluizio Alves Filho observa que no mesmo ano de 1994, dois professores de Harvard publicaram *The Bell*, em que argumentaram que negros e pobres são “intelectualmente inferiores” (2003, p. 120), não havendo, então, razão para o governo norte-americano gastar dinheiro com eles. Isso confirma

⁴² UNESCO. *Declaração das Raças*. Disponível em http://www.achegas.net/numero/nove/decla_raças_09.htm Acessado em 14/06/2009.

a análise de Garland Allen,⁴³ acerca da resignificação da eugenia que, embora tenha sofrido transformações, tais mudanças foram apenas superficiais, “deixando intactos seu núcleo de convicções e as estruturas sociais a ele associadas – raça, classe” (apud STEPAN, 2005, p. 207).

Quanto à relação entre eugenia e racismo, a versão recente parece ser mais o que se convencionou chamar “racismo genético”. Com essa definição, o racismo, antes baseado na cor da pele ou na origem étnica, passaria a ter uma base genética. Essa é, a meu ver, a versão reformulada da eugenia do final do século XIX, que tem por objetivo buscar em bases biológicas uma explicação para as diferenças e os comportamentos humanos. Ainda me parece uma “ideologia pseudo-científica”. A preocupação agora se refere à utilização da tecnologia para discriminar e segregar portadores de determinadas características. Demasiadamente complexa, as discussões atuais escapam às limitações da minha proposta ora apresentada. Entretanto, entendo esse debate como remanescente daquele ideário de constituição de uma “raça humana superior”, defendida pelos eugenistas no início do século XX.

O outro fato que me chamou a atenção na história de Hildegart foi a relação entre eugenia e anarquismo. De acordo com Stepan, “línguas eugênicas de esquerda, radicais e socialistas” (2005, p. 62) existiam em diversos países europeus, como Espanha, Rússia e Alemanha, e ainda de casos na América, com México e Argentina. No caso da Espanha, de acordo com Diwan, essa aproximação era bastante comum, “tendo em vista uma eugenia que proporcionava a melhoria do corpo através da saúde corporal e mental, do naturalismo e da educação sexual” (2003, p. 89). A isso se soma a preocupação com a saúde da mulher e com a maternidade, que levou mulheres não só da Espanha, como do México, Alemanha e outros lugares do mundo a se aproximarem da eugenia.

No México, a eugenia surge como solução a problemas decorrentes da Revolução Mexicana, numa conjuntura bem diferente daquela observado no Brasil ou na Argentina. Problemas como mortes, doenças e pobreza, tornaram o país receptivo aos avanços científicos que possibilitassem uma humanidade melhor. Assim, o desenvolvimento da eugenia mexicana esteve relacionado à sobrevivência, e não à necessidade de aperfeiçoamento da população.

⁴³ Garland Allen é professor de biologia na *Washington University*. Disponível em <http://wubio.wustl.edu/allen>. Acessado em 20/12/2010.

Nesse período, início da década de 1930, marcado por um “relativo conservadorismo dentro da revolução”, segundo Stepan (2005, p. 63-64), foi fundada a *Sociedad Eugénica Mexicana* e Alfredo Savedra elaborou, em 1933, o “Código Mexicano de Eugenia”.

Ao contrário do México, na década de 1930 a Argentina tinha uma situação econômica estável e contava com uma grande classe médica, que conseguiu controlar as epidemias e endemias decorrentes do alto número de imigrantes pobres que vinham da Europa em busca de melhores condições de vida. Segundo Stepan, “na Argentina a eugenia associou-se, primeiro, aos grupos anarquistas seculares e modernos da esquerda, grupos esses que desempenhavam importante papel na vida cultural e política do país” (2005, p. 64) durante as duas primeiras décadas do século XX. A *Sociedad Eugénica Argentina* foi fundada em 1918, pelo médico Víctor Delfino, amigo de Kehl e membro correspondente da Sociedade Eugênica de São Paulo. Com o final da Grande Guerra, a Argentina começa a enfrentar uma crise econômica que, somada às crescentes preocupações nacionalistas, levaram as elites e o governo a assumirem uma atitude de desconfiança e rejeição aos imigrantes.

Já no Brasil a situação era bem mais complexa. Os anarquistas, por exemplo, muitas vezes se viam defendendo uma forma política que eles combatiam em seus países de origem – a república e o estado de direito, ao mesmo tempo em que se apropriavam de ideias racistas e excludentes da classe dominante, tema que tratarei mais adiante.

III – O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA

Já todos sabemos: não é possível tratar os humanos como um rebanho. As leis eugênicas são, até certo ponto, inexecutáveis se tomadas de modo absoluto [...] pelo seu carácter anti-social ou desumano [...] (DOMINGUES, 1935, p. 154).

3.1 – As Atas e os Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia:

O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia aconteceu na primeira semana de julho de 1929, no prédio da faculdade de medicina, no Rio de Janeiro. A iniciativa foi do médico e professor Miguel Couto, então presidente da Academia Nacional de Medicina. Além do 10º Congresso Brasileiro de Medicina (em comemoração ao centenário da instituição), presidido por Azevedo Sodré, e do primeiro de eugenia, cujo presidente era Roquette-Pinto, aconteceram a 4ª Conferência Pan-americana de Higiene, Microbiologia e Patologia, presidida por Carlos Chagas e, o 2º Congresso Pan-americano de Tuberculose, presidido por Antonio Fontes. Além de médicos, foram convidados a participar do 1º Congresso de Eugenia sociólogos, educadores e, segundo as *Actas e Trabalhos* do congresso, todos aqueles cujo interesse já fora despertado pelos “problemas da eugenia” (1929, p. 12).

Muitos dos autores aqui citados – Vanderlei Sousa (2007), Stepan (2005), Diwan (2003), Skidmore (1978) e De Luca (1999), entre outros – discutiram sobre o evento. Contudo, procuro fazer aqui uma análise mais detalhada sobre o Congresso, pois compreendo-o como um marco na discussão sobre os preceitos eugênicos no Brasil, seus métodos e objetivos. Durante o Congresso e no período imediatamente posterior, pelo menos até 1933, quando foi publicado *Sexo e civilização*, de Renato Kehl e *Ensaio de Antropologia brasileira*, de Roquette-Pinto, o debate sobre eugenia se adensou, ao mesmo tempo em que avanços nos estudos da genética davam novos rumos a essa discussão.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia foi organizado em três partes: Antropologia, Heredologia e Educação e legislação, sendo esta última, de acordo com a ata da sessão inaugural, a que trataria “verdadeiramente” de eugenia; “porquanto só pela resolução dos problemas a ella attinentes se encaminhará o aperfeiçoamento da raça” (ACTAS E

TRABALHOS, 1929, p. 12). Em seu discurso de abertura das atividades, Miguel Couto destacara a importância do debate sobre a imigração, esta por si só capaz de “frustrar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a ciência em prol da raça que habitará o nosso solo” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 07). A imigração, vista como uma ameaça, um perigo, por si só capaz de degenerar o povo, capaz de comprometer as iniciativas daqueles comprometidos com a ciência, foi tema constante durante todo o Congresso.

As conferências e trabalhos apresentados abordavam temas os mais variados. Levi Carneiro, em sua conferência intitulada *Educação e eugenia*, afirmava que, apesar do peso da hereditariedade, caberia à educação “transformar os sentimentos humanos” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 107), condição primeira para o aperfeiçoamento do homem. Para que caracteres adquiridos se tornassem hereditários, era preciso um esforço coletivo e prolongado. A educação possibilitaria o desenvolvimento da inteligência, um instrumento a fim de corrigir ou refrear vícios ou defeitos hereditários. Em sua argumentação, Levi Carneiro defendera que o Estado deveria garantir a educação secundária, enquanto a igreja deveria se ocupar da educação moral. O autor discursou ainda sobre o divórcio, “altamente danoso à criação e educação da prole” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 113) e o feminismo, um perigo para nossa raça. Levi parece se aproximar de Kehl ao defender a esterilização dos degenerados e o controle da imigração. Contudo, concorda com Roquette-Pinto ao reconhecer a aptidão do mestiço para o trabalho, sendo o que lhe falta apenas educação. A conclusão de Levi é no mínimo inusitada:

Amollentados, mas tenazes e intrépidos; feios, mas rijos; incultos, mas sagazes e inteligentes – esses indivíduos não de constituir o povo verdadeiramente digno de seu habitat prodigioso, quando a educação se houver largamente, continuamente, durante algumas gerações de todos elles (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 116).

Em *A eugenia no Brasil*, Kehl observava a existência de ignorantes e desequilibrados entre povos ditos civilizados, constatação que, para o autor, era a prova da limitação da educação e das injunções religiosas, que não bastariam para “moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantropica” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 47). O que imprimia o temperamento e o caráter do homem, afirmava o autor, era a hereditariedade, e a interferência do homem no meio, ou a educação, não poderia regenerar o homem: “Enquanto o problema da regeneração humana não for encarado do ponto de vista biológico, teremos de encontrar sempre os contrastes sociais e

individuaes (...)”. A fim de ilustrar seus argumentos, Kehl citara os EUA, onde estudos teriam comprovado a multiplicação de “delinquentes, amoraes, imbecis, loucos e atrasados mentaes”. Segundo o autor, nesse país “a escoria humana” crescia, em detrimento da “parte boa da collectividade” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 48). O mesmo o autor observava em relação à Inglaterra e Alemanha.

Segundo Froés da Fonseca, havia nessa época uma confusão quanto aos meios e fins da ciência, especialmente no caso da antropologia. A utilização imprecisa de termos científicos os mais diversos teria levado a equívocos que, por sua vez, teriam gerado discussões estéreis. Buscando evitar tais equívocos, o autor começa sua conferência, *Os grandes problemas da anthropologia*, definindo antropologia: “biologia comparativa dos grupos humanos no tempo e no espaço” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 64). O autor confiava que essa nova ciência muito colaboraria para conhecermos os fatores da evolução dos organismos.

Froés observa ainda as dificuldades de utilização do termo “espécie” para se entender os diferentes tipos humanos: “a solução simplista de encarar-se a humanidade como uma espécie e subdividil-a em raças, desloca apenas para a discriminação desta o arduismo do problema” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 69). Quanto ao conceito de raça, esse é ainda mais problemático, segundo o autor. A palavra, geralmente utilizada como algo primitivo, não justificaria a hierarquização de “caracteres anthropológicos”, como alguns desejavam naquele momento:

Praticamente, sentir-nos-emos autorizados falar em raça tão somente quando um grupo de característicos correlativos, hereditariamente transmissíveis e convencionalmente admittidos como caracterizadores de raça, de tal modo se repita dentro de um grupo humano que lhe imprima feição diversa da dos demais agrupamentos congêneres (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 75).

O autor advertia que os tipos que constituíam as raças eram na verdade oscilações em torno de um tipo médio de equilíbrio. Não haveria, então, justificativa para a condenação da mestiçagem. O autor criticava a crença de superioridade racial ingênita, ideia que não contava, segundo ele, com confirmação científica alguma. Em sua argumentação, Froés recorreu a Franz Boas e E. Fischer, que afirmavam não haver indicio de degeneração dos mulatos, salvo nos casos de falta de higiene, educação, uso de álcool, ou entre aquelas vítimas da sífilis, malária e tantas outras doenças (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 75). O exemplo

era o mestiço brasileiro. Os trabalhos dos sanitaristas há muito haviam denunciado as péssimas condições de saúde do nosso povo, esse sim, motivo de degeneração da população brasileira. Froés cita ainda os estudos de Roquette-Pinto sobre a força e energia moral do mestiço que, quando em boas condições de vida (saúde, alimentação, higiene, moradia) “permitem encarar com optimismo o futuro”. Ao final, Froés conclui: “Podemos ter como definitivamente assentado que a mestiçagem não nos cria nenhuma condição de inferioridade e não nos offerece nenhum problema insolúvel” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 78).

Como foi dito anteriormente, a discussão em torno do valor do mestiço antecedia à realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Quando publicou *A cura da fealdade*, Kehl afirmara que, ainda que o preconceito racial contribuisse para a inferiorização do mestiço, este era “indubitavelmente” inferior (1923, p. 178), daí sua condenação a toda e qualquer união entre elementos de raças diferentes. Anos mais tarde, em *Lições de eugenia*, Kehl insistiria: “Comprovado está que os mestiços são inferiores, representando productos híbridos, faltando-lhes apenas a infecundidade para receberem essa designação integral” (1929, p. 190, grifo meu). Essa afirmativa chamou minha atenção, porque agora o mestiço não era mais apenas inferior em relação ao branco, mas um “produto híbrido”. O termo híbrido vem do grego *hybris* e pode ter diversos significados: irregularidade, aberração, anormalidade, monstruosidade.⁴⁴ Também pode ser utilizado em relação a aspectos culturais, como sinônimo de sincretismo, ou mistura, não no sentido de fusão, mas de justaposição. Embora Kehl não tenha definido o termo, híbrido aqui me parece ter o sentido de “deformidade humana”, “anormalidade” ou mesmo “semi-humano”. Se assim for, Kehl estaria em conformidade com o que ele mesmo afirmara antes, quanto à necessidade de “homogeneização da população”. A “desumanização do feio”, como bem observa Diwan (2003, p. 138), do diferente, legitimaria seu preconceito, condenação e intolerância quanto à diversidade étnica e estética que caracterizava a população. Anos mais tarde, em *Sexo e civilização*, Kehl usara do termo “infra-humano” (1933, p. 38), a fim de classificar os degenerados, pobres, loucos, comparando-os com os ratos, que se reproduziam de forma desordenada e aleatória. Curiosamente, esse termo era usado pelo psicólogo

⁴⁴ Disponível em <http://www.universitario.com.br/celo/index2.html>. Acessado em 14/06/2010.

comportamentalista Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), para se referir a ratos e pombos, que ele utilizava em seus estudos sobre comportamento.⁴⁵

O livro *Lições de eugenia* é composto de doze lições, que tratam desde os primórdios da eugenia, sua relação com outras áreas do conhecimento, fatores degenerativos, hereditariedade, até os diferentes tipos eugenia: positiva, negativa e preventiva. A eugenia positiva consistiria numa educação voltada para o matrimônio, ou “educação sexual”, cujo objetivo seria esclarecer quanto à finalidade do casamento: propagar aos “casais eugênicos o dever de terem o maior número possível de filhos (...) de modo a equilibrar a formidável procriação de inferiorizados” (1929, p.146). Kehl se declarava preocupado com a fecundidade dos deficientes e a alta taxa de natalidades de pobres, incultos e degenerados, “ameaça tremenda para o futuro da civilização” (1929, p. 149). A eugenia positiva impediria que tal ameaça se concretizasse, criando “meios legais e humanitários”, para que os “casais eugênicos” tivessem os recursos necessários para a educação de seus filhos. Já a eugenia preventiva era entendida como a “hygiene da raça” ou como “moral biológica”, visava esclarecer ao público em geral os problemas advindos de doenças, vícios, e dos males econômicos e sociais, como o “egoísmo econômico, o anticivitismo e o anti-patriotismo” (1929, p. 154).

No que se refere à eugenia negativa, Kehl esclarecera que esta apresentava vários recursos de “ordem científica”, ou “medidas legais” para evitar o nascimento de “mal dotados” ou degenerados. Entre essas medidas estavam o exame pré-nupcial, esterilização e segregação (1929, p. 151-153). Kehl assim conclui sua argumentação:

Seria bastante refletir um momento sobre [...] os pesos mortos aborrecimentos, ameaças, representados pelos parasitas sociais, pelos crapulas, pelos bebados, pelos maniacos, pelos degenerados impulsivos, que nos cercam a todo momento e em toda parte; seria bastante que essa gente egoísta refletisse um pouco sobre as contribuições pagas a miséria, pagas as covações, pagas ao Estado, este último para asyalar doentes e criminosos, afim de que se convencesse da necessidade de melhorar a vida alheia melhorando o meio social (1929, p. 153).

Vanderlei Sousa afirma que nessa época Kehl havia passado a sonhar com “valores arianos”, resultado da sua viagem à Alemanha no ano anterior (2006, p. 127). *Lições*

⁴⁵ Disponível: http://www.terapiaporcontingencias.com.br/pdf/skinner/o_que_e_comportamento_psicotico.pdf. Acessado em 14/06/2010.

de eugenia – um balanço dos quinze anos de campanha eugênica encabeçada por ele no Brasil – evidencia um autor radical e intransigente, bem diferente daquele que em 1919 declarara ser o brasileiro oriundo de “raças de boa tempora”, ainda que precisasse ser aperfeiçoado.

Em sua conferência, Froés fez menção a essa obra, lamentando a forma como Kehl professava seu preconceito racial e criticando aqueles que aceitavam suas ideias. O autor se questionava quanto às vantagens de uma intervenção direta e selecionadora capaz de levar uma população mestiça como a do Brasil a um estado de purificação homogeneizante, um povo formado por tipo padrão. A resposta a essa pergunta é não. Não era vantajosa a homogeneização de uma espécie, pois se esta se estabelecesse, também estacionaria, o que implicava não progredir: “E cremos bem que foi na mestiçagem originária e progressiva que encontrou a humanidade as condições de progresso em contraposição aos anthropoides de organismos especializados estabilizados na sua adaptação às condições de vida (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 79).

Froés estabelece uma relação singular entre a condição de mestiço e a modernidade. O mestiço estaria mais apto à moderna divisão do trabalho, por contar com diferentes habilidades. De nada adiantaria trazer ao Brasil estrangeiros atrasados, que buscavam escapar a condições muito parecidas às que os mestiços enfrentavam no Brasil, como falta de oportunidade e de qualidade de vida (segurança, trabalho, acesso à educação e saúde).

Para Roquette-Pinto, mais que a preocupação com a falta de mão-de-obra, a eugenia deveria se ocupar do melhor aproveitamento e aperfeiçoamento do trabalhador existente no país. Em seu trabalho *Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil*, Roquette-Pinto examinara dois argumentos em defesa da imigração para o país: a necessidade de ocupação territorial e a falta de mão de obra capaz de explorar as riquezas do país. Depois de calcular a média de habitantes por metro quadrado, Roquette-Pinto comparou os resultados com países europeus, Espanha, Itália e Portugal, concluindo que os números obtidos nesses locais não eram os ideais, pois já indicavam *plethora*⁴⁶ de gente. Eram esses os países da Europa em que “maior imigração se verificava” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 120). Após apresentar alguns dados sobre o crescimento populacional do Brasil, o autor indaga

⁴⁶ Pletora: Superabundância de sangue e de outros humores: excesso de seiva: de superabundância; profusão; exuberância. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=19946>. Acessado em 03/05/2010.

quanto ao número de habitantes que o país teria no final do século XX, cerca de 150 milhões, sem levar em conta a imigração, que certamente faria esse quantitativo aumentar consideravelmente.

O segundo argumento, de que faltariam braços para o trabalho, era para Roquette-Pinto, o mesmo que “afirmar a insuficiência de nossa gente” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 122). Com o objetivo de ilustrar a destreza do brasileiro, o autor cita o movimento bandeirante, a ocupação da Amazônia e a conquista de Rondônia. Já o imigrante em pouco tempo começava a apresentar diminuta eficiência, como o brasileiro, pois principiava a sofrer dos mesmos males: falta de educação e não-participação das riquezas.

Roquette-Pinto aponta para as deficiências da política de povoamento do Brasil, “desde o início baseada em maus expedientes” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 123):

- a) Trucidou o índio;
- b) Importou negros escravos – o que foi uma necessidade – mas os deixou absolutamente embrutecidos. Não deu um passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade;
- c) Mandou buscar, a preço de ouro, gente branca, sem escolha, nem fiscalização, entregando-lhe desde logo capital apreciável; terra, casa, ferramentas, assistência...
- d) Abandonou á triste sorte sua indigência os melhores elementos nacionais;

Em seus estudos sobre os tipos antropológicos dos brasileiros, Roquette-Pinto, observou jovens entre 20 e 22 anos, netos e filhos de brasileiros, sadios e sujeitos às mesmas condições de vida. A partir daí o autor organizou a população brasileira em quatro grupos: os leucodermos (brancos); os phaiodermos (brancos X negros); xanthodermo (branco X índio); e os melanodermos (negros). O primeiro grupo – leucodermos – teria entre 1,63 e 1,69 de altura, e assim descritos por Roquete-Pinto: “indivíduos de pelle branca, [...] cabelos negros e ondulados, olhos em geral escuro [...] estatura mediana ou pequena”. Já o segundo grupo – os mulatos – tinha em média 1,64 de altura, pele parda, cabelos ulotrichos (crespos) e face

estreita. Os xanthodermos, ou caboclos, tinham em geral cabelos negros, lissotrichos (lisos), olhos escuros, face larga (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 127-130).⁴⁷

Segundo Roquette-Pinto, nenhum dos caracteres por ele observados (estatura, o índice cefálico, nasal, o perímetro torácico, comprimento da face, largura bi-zygotica e espirometria), permitiria declarar os mulatos “typos involuidos” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 129). O texto traz muitas tabelas com muitas medidas, cálculos e ilustrações. A conclusão do autor é que, tanto do ponto de vista fisiológico quanto intelectual, o mestiço era um tipo normal, que não se mostrava em coisa alguma inferior ao branco. Os autores que defendiam a ideia de inferioridade do mestiço o faziam, segundo Roquette-Pinto, sem uma apuração dos fatos, sem observação da realidade. Este reconhecia as dificuldades em definir características próprias do mestiço, pois essas não eram resultado apenas de “factores biológicos, mas também sociaes” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 136). A falta de educação, de saúde, os vícios dos grandes centros, tudo isso concorria para o limitado desenvolvimento do mestiço.

Há pelo menos três afirmações contraditórias no trabalho de Roquette-Pinto em questão. A primeira é quanto ao temperamento do mestiço. Depois de afirmar que os mestiços não eram intelectualmente inferiores aos brancos, ele ressaltara: “E’ verdade que eles não são tão profundos, embora sejam, as vezes, mais brilhantes. Mas ahí é possível citar exemplos denunciando que é sobretudo uma questão de cultura [...]”. Nesse ponto Roquette-Pinto parece contrariar o que ele mesmo havia afirmado anteriormente: se mestiços e brancos recebessem o mesmo modelo de educação, apresentariam índices de desenvolvimento bastante semelhantes. Contudo, segundo o autor, os mestiços recebiam educação técnica (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 137), modelo que teria nascido associado à categoria de cidadãos de “segunda classe”, miseráveis necessitados da misericórdia pública, com afirmara Helena Bomeny (2003, p. 24). Já os brancos, eram “estudantes ou empregados de escritórios e outros que habitualmente não exercitavam seus músculos, como “os trabalhadores ruraes e operários” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 136). A educação, como foi dito anteriormente, era nesse momento um dos maiores problemas do país, com um analfabetismo que atingia 80% da população.

⁴⁷ Roquette-Pinto comenta ainda as características dos melanodermes, que não consta aqui, porque o material de que disponho está ilegível.

Logo em seguida, Roquette-Pinto afirma: “Do ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam uma accentuada fraqueza: a emotividade exagerada, optima condição para o surto dos estados passionaes” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 137-138). O autor relacionou traços de personalidade, emotividade exagerada, com moral, sem nenhuma explicação prévia, diferente da forma como vinha fazendo até esse momento. Sem apresentar nenhum dado elucidativo que pudesse esclarecer sua afirmativa, Roquette-Pinto conclui essa parte do texto. Também não define a palavra moral que, no sentido aqui entendida – costume –, não me possibilita pensar um grupo, uma comunidade de indivíduos que, sendo mestiços, seriam todos exageradamente emotivos. Em 1933, o autor fez uma afirmativa que talvez pudesse esclarecer sua opinião anterior. Ao analisar os trabalhos apresentados no segundo dia do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Roquette-Pinto chamava a atenção para o debate que ocorrera naquele dia e esclarecia, entre parênteses, o que teria levado a isso: “gente apaixonada, esses brasis” (1933, p. 43). Não seria apenas o tema do trabalho de Azevedo Amaral a razão daqueles debates acalorados, mas o temperamento do brasileiro. Roquette-Pinto parece partir do pré-suposto de que todos ali eram mestiços, de emotividade exagerada, passionais (relativo à paixão: do latim *passione*), daí “gente apaixonada, os brasis”.

Ainda nessa mesma página, o autor afirma: “O problema das raças não existe no Brasil. Negros, índios, mestiços ou brancos, todos gozam mais ou menos das mesmas condições sociaes, que só dependem do grau de instrução ou de riqueza” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 138). Minha indagação é: o que diferenciaria a condição social de um indivíduo, senão o grau de instrução e de riqueza? Não creio que Roquette-Pinto estivesse pensando em antigos títulos de nobreza, quando fez tal afirmativa, mesmo porque dificilmente esses se encontrariam nas mesmas condições de vida de milhões de miseráveis opilados, impaludados e idiotas que constituíam a população brasileira, de acordo com Monteiro Lobato em *Problema vital*.

O trabalho de Roquette-Pinto, *Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil*, pareceu-me uma resposta àqueles que pregavam a inferioridade do mestiço, especialmente Kehl, que havia recebido muitas críticas acerca de seus pressupostos eugênicos defendidos em *Lições de eugenia*, publicado no mesmo ano do Congresso, 1929. Ao investigar o Fundo

Pessoal Renato Kehl,⁴⁸ Vanderlei Sousa teve acesso a uma carta de Wladimir Kehl, em que este tentava confortar o irmão pelas críticas feitas à referente obra. Nessa correspondência, Wladimir Kehl desqualifica “Rq”, provavelmente Roquette-Pinto, segundo Sousa (2006, p. 193), chamando-o de “negróide”.

Em *Sexo e civilização*, publicado em 1933, Kehl usou das afirmativas de Roquette-Pinto quanto à emotividade exagerada do mestiço, para justificar suas ideias defendidas até então. O primeiro capítulo dessa obra – Degeneração, mediocrização, crime – é na verdade a conferência anteriormente citada, apresentada durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, de título *A eugenia no Brasil*, com alguns poucos acréscimos. A radicalização das ideias de Kehl é evidente. Agora os degenerados estavam por todo o mundo, os “infra-humanos”, “vadios de senso moral baixo ou nulo”, que se reproduziam como “ratos, prolificidade proporcional ao seu grau de imbecilidade” (1933, p. 38). Kehl se irritava com os altos números de natalidade, principalmente entre aqueles que ele acreditava inferiores: “povos da África, vivendo na mais rude selvageria subsistem, ao passo que outros, os europeus nasciam em número cada vez menor e começam a degenerar, apesar dos recursos que a civilização lhes faculta em todos os sentidos” (1933, p. 239). Sobre o povo indiano, primeiramente, o autor elogia os ingleses por terem submetido milhões de “plebeus medíocres” na Índia: “Que seria do mundo se esses e outros milhões de medíocres existentes no mundo tomassem as rédeas do carro e o impelisses ao sabor da ideia democrática niveladora, que é o governo pela massa ou duma tal maioria no seu proveito próximo (1933, p. 40).

Kehl já demonstrava, em *Lições de eugenia* sua insatisfação com a política democrática, ainda mais no Brasil: “Só um país de população inculta admite-se a existência de governo constituído por maus elementos” (1929, p. 182). Como o Brasil poderia ter bons políticos se esses vinham da massa popular? Os políticos brasileiros só se mostrariam sensatos e patriotas, quando se ocupassem da elaboração de uma política eugênica, fato que Kehl não observava no Brasil: “Questão de raça? “Isto fica para mais tarde”, dizem os nossos pseudo-estadistas” (1933, p. 208). Por outro lado, por várias vezes Kehl criticara a filantropia, seja do Estado, seja da Igreja. Ações filantrópicas geralmente beneficiariam o indivíduo em

⁴⁸ O Fundo Pessoal Renato Kehl pertence ao Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, no Rio de Janeiro. Tive esperanças de trabalhar com essa documentação, mas como ela não estava devidamente organizada e catalogada, as consultas estão suspensas por tempo indeterminado.

detrimento do coletivo. Instrução, educação, religião, conforto, progresso e dinheiro não bastariam para beneficiar biologicamente a espécie. Em *Sexo e civilização* (1933, p. 48), Kehl apresenta medidas que favoreceriam a sociedade como um todo:

- Seleção matrimonial;
- Exames prenupcial;
- Fomento da paternidade digna;
- Retardamento da paternidade indigna;
- Limitação da paternidade em casos indicados;
- Proteção às famílias de bem-dotados;
- Segregação;
- Esterilização;
- Imigração selecionada;
- Cruzamentos eugênicos, com impedimento para os dysgenicos;
- Consciência eugênica, política eugênica;

Kehl se mostrara profundamente desiludido com a civilização, que estaria, segundo ele, sacrificando os propósitos da seleção natural, impedindo que os "resíduos humanos" fossem eliminados a seu tempo, como aconteceria se tal seleção fosse presidida pela natureza (1933, p. 36). A civilização estaria, segundo o autor, distribuindo armas "a muitos que não as merecem, a muitos medíocres que deveriam ser sacrificados em holocausto à espécie". Quanto à ciência, essa não estaria sendo utilizada em benefício do próprio homem, de modo a "restringir a anarquia física, fisiológica e moral a sociedade" (1933, p. 66-67).

Ao professar a inferioridade do mestiço em *Lições de eugenia*, Kehl declarara que aqueles que sustentavam o contrário não o faziam com fundamentos científicos. Embora Roquette-Pinto tenha afirmado durante o Congresso não haver estudos que corroborassem com tais ideias, em 1933, Kehl volta a insistir, agora com outro argumento: "Está hoje provado, não obstante a grita de cientistas suspeitos, que o mestiço é um produto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução natural" (1933, p. 232, grifo meu). Eram vozes suspeitas, segundo Kehl, que advogavam a favor de tais cruzamentos ou os admitiam "inócuos para o futuro da nacionalidade". Quando solicitada indicação de mestiços que se equiparassem aos brancos em seu valor físico, psíquico e mental, citavam-lhe meia dúzia de homens que todos conheciam. "E o que mais?", indaga Kehl (1933, p. 201).

Ironicamente, Kehl questiona, em *Sexo e civilização*, numa parte intitulada “Opiniões insuspeitas sobre mestiçagem”, o trabalho apresentado por Roquette-Pinto durante o Congresso. Em sua argumentação Kehl cita a passagem em que Roquette-Pinto afirmara: “Do ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto do estado passional” (1933, p. 204, rifo no original). Além dessa afirmativa, Kehl comenta os dados de um estudo citado por Roquette-Pinto, realizado pelos norte-americanos Porteus e Babck, analisando oito aspectos da população de diversas partes do mundo, das quais Roquette-Pinto seleciona quatro: portugueses, japoneses, chineses e porto-riquenses. Os aspectos analisados são: previdência, resolução, estabilidade, *self-control*, *self-determination*, fidelidade, conciliação. Há certa confusão nos dados apresentados nos dois textos, de Roquette-Pinto, nas *Actas e Trabalhos*, e de Kehl, de 1933. Contudo, o que interessa aqui são os resultados, que teriam confirmado a inferioridade dos porto-riquenses (identificados por Kehl, entre parênteses, como mestiços (1933, p. 205)) em todos os aspectos analisados, exceto em “conciliação” (os portugueses são inferiores).

Mais relevante, contudo, é o silêncio de Kehl em relação ao caráter tendencioso da pesquisa e aos resultados sobre os japoneses. O autor observa que participaram desse estudo “25 juizes americanos autorizados no assunto” (1933, p. 205). Roquette-Pinto, por sua vez, comenta os resultados do estudo:

Os autores commentam, em seguida, os dados coligidos... mas se esquecem de dizer se não eram norte-americanos os taes juizes. A respeito dos porto-riquenses escrevem: “Racially the Porto Rican is a hybrid of widely different blood stains, a mixture of spanish, negro, and aboriginal Indian – (como os brasileiros) – so that in his racial affinities he may be said to out-Mexican the Mexican. He shaws the worst qualities of the Portuguse and the Philipino...” E’ quasi certo que os 25 juizes eram norte-americanos (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 142, grifo no original).

Oliveira Vianna, que também era contrário à vinda dos japoneses para o país, reconhecia a má vontade dos dois pesquisadores, Porteus e Babck, com os orientais, especialmente os japoneses. Não obstante, os dados coletados revelavam que os orientais não eram inferiores a nenhuma das raças europeias, e mais, em alguns aspectos eles se mostraram superiores. Para contornar a questão, surpreendentemente, Porteus e Babck continuam defendendo uma rígida política de exclusão dos japoneses, agora justificada na superioridade desses:

Our personal opinion of the inherent advantages that the Japanese race enjoys is so high that we would entirely favour a policy of rigid exclusão from Canada, EUA and Australia. If, however, we wish to avoid racial rancor and bitterness, it is well to state the grounds for this exclusion exactly as we have done so, and not from the standpoint of an unfounded racial superiority complex (apud VIANNA, 1932, p. 205).⁴⁹

Roquette-Pinto declara não ser necessário “encarecer as falhas do trabalho”, pois essas podem ser observadas no simples enunciado dos métodos e resultados. A proposta do autor era comparar os dados desse estudo com dois outros realizados no Brasil, nessa mesma época. No primeiro foram entrevistadas 15 pessoas, entre médicos, militares, naturalistas, professores, engenheiros e fazendeiros, “todas ellas conhecedoras profundas da terra e da gente, dotada de alto senso crítico, representantes das diversas raças” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 144). Foram avaliados os seguintes aspectos: previdência, pertinência, sugestibilidade, impulsividade, conciliação, decisão, *self-control* e fidelidade, sendo que nesses três últimos, os resultados apontaram para uma maior aceitação do mestiço, tanto em relação ao branco quanto em relação ao negro. Kehl também comenta os resultados deste estudo, e faz um único comentário: “José Verissimo e Nina Rodrigues, grandes conhecedores da nossa gente, se fossem responder a este inquérito, não dariam ao caboclo as qualidades aqui apontadas de decisão, *self control* e de fidelidade” (1933, p. 205).

O outro estudo foi realizado pela Sociedade Nacional da Agricultura, em 1926. Foram 166 entrevistados, entre médicos, agricultores, advogados, engenheiros, industriais, jornalistas e outros, que disseram o que pensavam sobre o trabalhador brasileiro. Os principais resultados foram: 84 opiniões “francamente favoráveis” e 21 “desfavoráveis” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 143). Em seguida Roquette-Pinto observa que os resultados eram suficientes para se concluir que nenhum dos tipos brasileiros apontados apresentava qualquer sinal de degeneração: “as características de todos elles são as melhores que se poderiam desejar.”

Ao investigar a suposição de ser o japonês “inassimilável”, em *Seixos rolados*, Roquette-Pinto declara: “Até agora não creio que alguém disponha de dados numéricos seguros capazes de provar esse absurdo” (1927, p. 220). O autor desafiara quem quisesse

⁴⁹ “Nossa opinião sobre as vantagens inerentes que a raça japonesa goza é tão alta que seria totalmente favorável a uma política rígida de exclusão do Canadá, EUA e Austrália. Se, no entanto, queremos evitar o rancor racial e da amargura, o melhor é indicar os motivos desta exclusão, exatamente como temos feito, e não do ponto de vista de um complexo de superioridade racial impeciente”.

provar, não com suposições, opiniões ou dogmas religiosos, mas com argumentos científicos e “documentos reaes”, que os japoneses eram socialmente inassimiláveis (1927, p. 222). Quanto à eugenia, Roquette-Pinto observa que não havia lei alguma que desaconselhasse o cruzamento entre indivíduos sadios, fossem esses europeus, japoneses ou brasileiros. O autor comenta ainda os esforços dos estadunidenses para manter os japoneses isolados, proibindo-os, por exemplo, de frequentar escolas públicas junto com crianças brancas. Roquette-Pinto parecia irritado com a preocupação de alguns em “transformar” o japonês em um “typo brasileiro”:

Só mesmo numa terra onde a petulância dos que “escrevem bem” dispensa-os de saber algo da sciencia sobre o que discorrem, esta pergunta pode ser formulada. “E’ muito diferente do nosso typo, da nossa raça!!...” E o cidadão que o afirma, parece, não tem espelho em casa, ou faz barba no escuro, ou nunca viu um brasileiro do typo commum em alguns Estados do Nordeste” (1927, p. 223).

Roquette-Pinto assim conclui o texto: “De tudo isso resulta que só se pode articular, de facto, contra os japoneses o argumento esthetico. Aqui, porém, quem quiser, no Brasil, que atire a primeira pedra...” (1927, p. 227). No mais, o que importava para o autor era se os japoneses seriam bons brasileiros.

Assim como muitos intelectuais da época, Oliveira Vianna, acreditava que o japonês era “inassimilável”. Ao discorrer sobre os motivos pelos quais era contrário à imigração japonesa para o Brasil, Vianna novamente utilizara de termos como “fealdade”, “promiscuidade” e “periculosidade”: “o japonez é como enxofre: insolavel” (1932, p. 205). Assim como Kehl, Vianna tinha consciência quanto à precária situação da ciência naquele tempo. Depois de um período de intensa investigação sobre as raças constituintes do brasileiro, feitos por autores como José Veríssimo, Silvio Romero, João Batista Lacerda e Nina Rodrigues, o tema estaria, de acordo com o autor, naquele momento, completamente abandonado. A interrupção dos estudos sobre o que ele definia como “patologia e psicologia diferencial das raças” seria consequência da “influencia exercida sobre o espírito dos nossos homens da sciencia pelas theorias tendenciosas, construídas para contrabater a theoria da superioridade racial dos povos germânicos [...] (1932, p. 20-21). Em seguida Vianna faz alguns apontamentos sobre “psicologia das etnias”:

Sciencia social, ramo da psychologia collectiva, estudando o que chamamos a “alma dos povos”, producto complexo, para cuja formação contribuem todas

as forças elaboradas da civilização e da evolução histórica dos povos: o meio physiografico, o clima, os agentes econômicos, os choques de cultura, as migrações, as luctas de classes, mil outros factores, inclusive no sentido zoológico (1932, p. 27, grifos meus).

Ao contrário da psicologia das etnias, a “psicologia das raças” era entendida como uma ciência natural, sendo raça um fator biológico, não tendo relação alguma com “psicologia dos grupos sociais (nacionalidade, povos, ethnias)” (1932, p. 27), pelo menos não de forma direta. A argumentação de Vianna pareceu-me uma tentativa desesperada de dar cientificidade ao conceito de raça, através da citação de autores que de alguma forma confirmassem suas opiniões. Frederico Mulher, por exemplo, em 1882, afirmara que o negro era um sensitivo, cheio de amor por frivolidades, desinteressado tanto pelo futuro como passado e, por outro lado cruel, cuja cólera se aplaca apenas com a morte de seus inimigos. O negro era, então, um desequilibrado: “da alegria mais intensa e mais insensata, elle passa ao mais amargo dos desesperos; da esperança sem limites ao extremo terror [...] Não este o retrato que do ciclothimico dá Kretschmer?” (VIANNA, 1932, p. 42). Ciclotimico é um transtorno em que a pessoa oscila entre o estado de euforia ao de apatia profunda.⁵⁰ Kretschmer foi um importante psiquiatra alemão que desenvolveu um sistema através do qual seria possível determinar o comportamento humano partindo de características físicas.

Há ainda referência a Niceforo, que utilizava de métodos os mais variados, fórmulas quantitativas e qualitativas para levantar estatísticas dos diferentes tipos constituintes de uma determinada população. Não há, contudo, relatos de experiências ou resultados alcançados a partir da aplicação desse aparato de pesquisa. A argumentação de Vianna é falaciosa, como observa Ramos (2003), já que esse aparato não estava disponível nem mesmo em países considerados referência em pesquisa sobre tema.⁵¹ Além disso, o próprio Oliveira Vianna reconheceu a precariedade dos estudos nessa área: “No tocante á biologia dos cruzamentos e ás leis que regem, tudo o que se tem feito alli nos dá uma impressão de contingente e provisório (1932, p. 202, grifo meu).

Na primeira edição de *Raça e assimilação* não consta o comentário de Vianna sobre o trabalho apresentado por Roquette-Pinto durante o Primeiro Congresso Brasileiro de

⁵⁰ Disponível em <http://www.psiquiatriageral.com.br/humor/tb03.htm>. Acessado em 09/08/2010.

⁵¹ RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de *Raça e assimilação* em Oliveira Vianna. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-597020030002000005&script=sci_arttext. Acessado em 09/08/2010.

Eugenia, ao qual Ramos faz referência. Como não encontrei essa edição (de 1934), consultei a edição de 1959 e lá estava: *Os tipos antropológicos brasileiros e o problema de sua classificação*. De fato, Vianna utiliza de ironia, para dizer o mínimo, ao comentar a classificação apresentada por Roquette-Pinto em *Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil*, (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 119). A crítica de Vianna é quanto à classificação dos tipos apresentada por Roquette-Pinto: leucodermos (pele branca), xanthodermos (pele amarela); melanodermos (pele preta) e phaiodermos (pele parda). Esta seria, de acordo com Vianna, “velha classificação popular e puramente empírica dos nossos tipos étnicos (branco, caboclo, negro e mulato), a que as denominações gregas revestem de um colorido científico” (1959, p. 183). Faltaria à classificação de Roquette-Pinto considerar as variações dentre de cada um desses grupos. Embora reconheça não possuir conhecimento suficiente para “penetrar nestes arcanos da ciência biométrica”, Vianna é arrogante ao indagar sobre os métodos de Roquette-Pinto: “O prof. Roquette-Pinto é um grande mestre no assunto e deve saber o que está fazendo. Não é possível que tenha procedido empiricamente ao esboçar a sua classificação dos nossos tipos antropológicos” (1959, p. 184).

De acordo com Ramos, a argumentação de Vianna ilustra o esforço do autor em deliberar um discurso legitimado na “ciência das raças”, investindo contra um antropólogo, especialista em biometria. Contudo, não estou certa de que Vianna tenha entendido a proposta do trabalho de Roquette-Pinto. Vianna alegara que Roquette-Pinto não interpretou corretamente os dados que ele mesmo apresentara para ilustrar o trabalho, dados esses reveladores da existência de pelo menos três tipos diferentes dentro do grupo dos leucodermos:

Basta, aliás, uma observação, mesmo ligeira, das curvas biométricas obtidas pelo prof. Roquette-Pinto; basta considerar a extrema irregularidade que apresentam [...] para chegar à conclusão de que são as séries [...] são demasiadas heterogêneas para que se possa considerar a distribuição da intensidade dos caracteres nela exibida como razoáveis “flutuações de um tipo homogêneo, de um verdadeiro tipo antropológico (1959, p. 185).

Essa era a tese que Vianna defendia: não existia um grupo que representasse um tipo único, fosse de branco, negros ou mestiços. Roquette-Pinto estaria subestimando a heterogeneidade dos dados biométricos por ele mesmo apresentados. Se por lado essa diversidade de dados comprovava a tese de Vianna, por outro ela impossibilitava determinar as condições de adaptação desses tipos antropológicos em nosso meio, o que,

consequentemente, impedia de resolver o problema de sua distribuição por todo o território nacional. Era isso que Vianna buscava no trabalho de Roquette-Pinto, que ele deliberasse sobre o problema das “diversas raças” que constituíam a população, pelas diversas “regiões climáticas do país” (VIANNA, 1959, p. 191). Como isso não aconteceu, Vianna se voltou violentamente contra Roquette-Pinto e seus técnicos que trabalhavam no Museu Nacional, criticando os métodos e negando qualquer valor ao trabalho em questão:

Para resolver estes problemas e lançar fundamentos verdadeiramente científicos da nossa antropologia étnica, temos que mudar de métodos; temos que rever a classificação de tipos do prof. Roquette; temos que iniciar novos estudos. Novas pesquisas, realizando novos cálculos, construindo novas curvas (VIANNA, 1959, p. 191).

Todavia, não fora esse o propósito de Roquette-Pinto. Assim como Kehl (1923), e Vianna (1923), em *Seixos rolados*, Roquette-Pinto apresentara dados sobre a distribuição de mestiços por diferentes áreas do país. Na ocasião o autor dividiu o território nacional em três áreas: zona do caboclo, zona de influência africana e zona de influência europeia. A concentração de grupos de pessoas com determinadas características físicas numa dada região não tinha relação alguma com suas características físicas, mas determinada por interesses econômicos. Em *Nota sobre os typos anthropológicos do Brasil*, que discuti anteriormente, Roquette-Pinto buscara mostrar a ausência de características antropológicas que indicassem degeneração da população: “[...] nenhum dos typos da população brasileira apresenta qualquer estigma de degeneração anthropologica. Ao contrario. As características de todos elles, são as melhores que se poderia desejar” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 145).

3.2 – Discussão em torno da imigração:

A imigração foi tema apaixonadamente debatido durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Em seu trabalho, *O problema eugênico da imigração*, Azevedo Amaral discorreu sobre o movimento migratório desde os nômades, processo esse que coincidia, segundo o autor, com a “systematização dos instintos de defesa” e também de conquista, fenômeno que pode ser observado no período de colonização da América (ACTAS

E TRABALHO, 1929, p. 328). Contudo, naquele momento o controle da imigração se fazia necessário, devido sua importância na “formação de uma raça nacional” (ACTAS E TRABALHO, 1929, p. 330). Ele acreditava haver nas diversas raças “atributos immortaes” que poderiam parecer perdidos por conta de fatores externos, mas que resistiam independente da educação, religião, política ou economia. “Obra da civilização”, afirma o autor, resultado do “abnegado esforço redemptor das elites, que teria levantado as massas do ‘abatimento a que as reduz a força gravitacional da hereditariedade’”. Para tanto, contavam com a educação, que precisava ser repetida em cada geração porque, “nos que nascem sobrevive a barbárie atávica que não fora modificada pela domesticação dos seus Paes”. As “massas taradas”, quando ameaçadas pela barbárie, consequência de “circunstancias perturbadora”, buscavam no “núcleo de privilegiados hereditários” os germes da civilização que salvaria a todos (Idem).

Há muitos pontos obscuros na argumentação de Amaral. O autor não apresenta evidências nem fez referência a estudos que corroborassem com sua tese pseudocientífica. Para ele, a superioridade nata das elites, assim como a inferioridade das massas era uma questão biológica. A hereditariedade definia quem seria pobre, degenerado, rico e inteligente, dentre outras características. As diferenças sociais eram então biológicas: “Apoiando-nos nessa convicção de desigualdade fundamental e hereditariamente perpetuada nos homens, temos que encarar o problema eugênico da imigração á luz de seus corollarios lógicos” (ACTAS E TRABALHO, 1929, p. 331). Tomas Skidmore identificara em Azevedo Amaral um “importante advogado da posição racista” de seu tempo (1976, p. 216). Para Amaral, era “inaceitável” a ideia de que alterações no meio físico, social, moral ou econômico possibilitariam modificações permanentes na população, e negava o “imaginário caldeamento ethnico” que poderia melhorar a carga hereditária do brasileiro. Suas ideias vinham ao encontro daquelas defendidas por Kehl. Ambos condenavam o casamento entre ricos e pobres, o que só serviria para corromper o que o rico naturalmente tinha de melhor. Esterilizando o degenerado, o pobre, por exemplo, a ciência estaria impedindo que outro pobre nascesse e se tornasse outro “estorvo” ao Estado e à classe produtiva do país, ou seja, “pesos mortos que impedem a vida normal da sociedade humana”, como Kehl afirmaria anos mais tarde, em *Sexo e civilização* (1933, p. 36).

Ao tratar da imigração, em *Lições de eugenia*, Kehl defendera que, sem a regulamentação da imigração o Brasil continuaria a ser o destino da “escoria social de várias

nações européas”, como durante o período monárquico, e mesmo no republicano (1929, p. 155). Teriam vindo para cá, de acordo com o autor, “typos boçaes e ordinários, que não conseguiram vencer a lucta diuturna pelo pão e pelo tecto, ou que se tornaram perigosos á tranquillidade publica” (1929, p. 193). Embora Kehl não cite as nações europeias, podemos especular quanto a possíveis restrições que o autor teria em relação aos portugueses, espanhóis e italianos. Também não há referência às consequências da Grande Guerra, que certamente motivou muitos europeus a buscarem refúgio na América, e que ele mesmo apontara como fator disgênico, “flagello ceifador de vidas preciosas”, alguns anos antes, nos *Annaes de eugenia* (1919, p. 67).

Os “indesejáveis”, segundo Kehl, eram as “raças negras e asiáticas” (1929, p. 196). Sobre os japoneses, o autor adverte quanto ao risco de se formar no Brasil um “formidável e inassimilável núcleo de filhos do Império do sol nascente”. Em *Sexo e civilização*, o autor se declarou contrário a imigração de japoneses e chineses para o Brasil, ainda mais patrocinada pelo Estado: “Se fossem suecos, noruegueses, ingleses ou alemães, ainda se conceberia” (1933, p. 208). Ao propor a imigração exclusivamente branca para o país, Kehl afirmara ter sido a terra, desde a era cristã, governada pelos povos do velho continente, pela “raça branca, como se diz, ou pelo menos tem-lhe cabido o bastão de mando, o controle do movimento político, econômico e social do planeta” (1933, p. 206). Já o Brasil, de acordo com o autor, seria um “melting pot de raças” dominado por “elementos xanto – negróides”, caso uma política imigratória enérgica não viesse por fim a tal ameaça (1933, p. 207).

Ao relativizar a necessidade da imigração que antes teria, em nome do desenvolvimento econômico, permitido uma “imigração promiscua” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 332), Amaral declarara que esta não era mais tão urgente. Avanços tecnológicos agora possibilitariam que um operário produzisse, apenas manipulando habilmente seus maquinários, o que cem trabalhadores inferiores produziriam. A defesa da imigração como forma de garantir a segurança nacional também não mais se justificava:

A sciencia também revolucionou a arte da guerra; com as armas automaticas e de grande alcance, e com explosivos de auto poder destructivo, com a aviação e com os recursos da guerra chimica permite ás minorias civilizadas sobrepujarem a força das nações que contam apenas com números (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 332).

Não obstante, a imigração ainda era necessária, já que o Brasil não contava ainda, segundo Amaral, com tecnologia suficiente para substituir o trabalho humano e aumentar a produção. Contudo, a prioridade deveria ser com a “formação de uma raça superior”, que gozasse de saúde e força física, robustez muscular, e ainda possuísse “atributos intelectuais necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura de que dependem o progresso material da civilização, a estabilidade moral da sociedade e a segurança política do Estado” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 333). Com esse objetivo, Amaral defendia uma “seleção mental”, que possibilitasse incorporar caracteres como inteligência. O autor cita estudos feitos nos EUA, que teriam levado à adoção do sistema de quotas, que definia o número de imigrantes a entrar no país, 2% do total de indivíduos de determinada nacionalidade já instalados no país. Ao defender a adoção desse sistema de controle da imigração no Brasil, Amaral observara que não poderíamos esquecer, “é claro” que isso não se aplicava aos africanos, mas a elementos pertencentes “exclusivamente” à raça branca:

Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano (...) seria inadmissível que consentíssemos na entrada de imigrante da raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do tipo europeu, e para atingir esse objetivo temos necessidade de não agravar, com o acréscimo de elementos étnicos alheios à raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente, em relação a outros povos mais imunes do que nós da mistura de raças coloridas (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 335, grifo meu).

Por certo a ideia de edificar uma civilização do tipo europeu encontrava eco entre muitos intelectuais da época, e não só entre os participantes do Congresso, daí a expressão “nossa finalidade”. A tese defendida por Azevedo Amaral foi para votação no segundo dia da segunda reunião do Congresso (02 de julho, 1929). Roquette-Pinto chamou a atenção dos participantes para esse trabalho, que sozinho seria suficiente como justificativa à realização do Congresso (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 16).

Amaral afirmara que civilizar é domesticar. Mas a única forma de domesticar, de acordo com Roquette-Pinto, seria por influência do meio e não da natureza. Contudo, Amaral não acreditava, como foi dito anteriormente, em benefícios advindos de interferências no meio físico, social, moral ou econômico. “É o homem o factor de civilização perpetuada pelo tempo através da raça” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 16). A discussão tinha por objetivo aprovar ou reprovar a décima conclusão do Congresso que dizia: “O Primeiro

Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha a exclusão de todas as correntes imigratórias que não sejam brancas” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 340). Em resposta à proposta, Roquette-Pinto argumenta:

Approvar a 10ª conclusão da these do Dr. Azevedo Amaral é negar todas as conquistas laboriosas feitas pelos brasileiros no desbravamento e ocupação de suas terras. O Brasil não uma vã e sentimental expressão verbal. É uma realidade. É um fato. E basta isso para que não de o seu voto á 10ª conclusão da these (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 17, grifo meu).

O trecho acima foi destacado por ser exatamente essa a impressão que tive quando do meu primeiro contato com as ideias de Renato Kehl e suas propostas de eugeniização da nossa população. Se considerarmos sua indicação de segregação e esterilização dos “portadores de taras hereditárias” e “ditos degenerados”, (e o mestiço era para o autor um degenerado por excelência), chegaremos à conclusão de que quase toda a população do país teria que passar por tais procedimentos. Como isso poderia ser viável? A mim ficava a impressão de que a elite brasileira se referia a outro país, imaginário.

Apesar dos discursos sobre a necessidade de desenvolver o Brasil e aperfeiçoar a população de forma a torná-la mais produtivas, quase não há referência ao trabalhador, nem nos escritos anteriores ao Congresso, nem nos trabalhos publicados nas *Actas e Trabalhos* do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. De acordo com Flávio Rabelo Verstani⁵², embora a década de 1920 (exceto 1929) tenha sido um período marcado por um vigoroso desenvolvimento econômico, a elite brasileira continuava professando que os mestiços eram os responsáveis pelo atraso do país. Poderíamos supor que a elite acreditasse que fosse ela a produtora de toda essa fortuna, porém a solicitação de mão de obra capaz de explorar as riquezas do país mostra que a elite estava ciente que seu suposto “espírito empreendedor” não era o bastante.

Em 1919, Kehl reconhecera a fadiga pelo trabalho como fator disgênico, assim como a pobreza. Anos depois, em *Lições de eugenia*, afirmara: “Universal e funesto é o pauperismo, de origem econômico-social, um dos maiores flagellos, causa e efeito desse estado de indigência generalizada, peculiar ás coletividades modernas” (1929, p. 43, grifo meu). A pobreza, combinada com o urbanismo, seria a origem de outros fatores disgênicos,

⁵² VERSTANI, Flávio Rabelo. Industrialização: a década de 20 e a depressão. Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppc/article/viewFile/343/282>. Acessado em 06/05/2010.

como a fome, a promiscuidade, o alcoolismo e vários tipos de doença. Sendo a pobreza um problema de origem econômico-social, do que adiantaria esterilizar os pobres, ou condenar o casamento entre ricos e pobres? Não há, entretanto, em “meios propostos” (discutido no capítulo II), indicação de medida alguma capaz de resolver o problema da pobreza. Em “conclusões”, Kehl apresenta mais cinco medidas que aumentariam o número de “indivíduos equilibrados, typos normais (que se poderiam denominar ‘puro-sangue’)”:

- 1) Reduzir até eliminar, paulatinamente, por processos biológicos, os subnormaes e anormaes, impedindo a reprodução de indivíduos apresentando taras nervosas e anormalidades físicas.
- 2) Incentivar o orgulho pela verdadeira nobreza de estirpe, consubstanciada de beleza física e psychica da família, organizando arvores genealógicas ou pedigree.
- 3) Promover a união conjugal de “eugenizados” para fomentar a formação progressiva dos “puro-sangues”.
- 4) Conservar, cuidadosamente fiscalizados, as melhores mutações ou variações hereditárias.
- 5) Melhorar, progressivamente, as condições de meio e de educação.

Se pensarmos na importância que Kehl atribuiu anteriormente ao pauperismo, problema “universal e funesto”, origem de outros fatores disgênicos, suas medidas são bastante tímidas, não só em relação ao problema da pobreza. A esterilização dos degenerados, por exemplo, método que causou tanto debate, era entendido por Kehl como uma “medida complementar” de uma “política eugênica”, a qual estabeleceria ainda o exame pré-nupcial, o impedimento à paternidade indigna dos “cacoplastas e desgraçados” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE EUGENIA, 1925, p. 70). Quanto tempo e energia foram gastos em defesa de uma “medida complementar”! O próprio Renato Kehl afirmava saber ser impossível controlar a reprodução humana de modo a favorecer o nascimento de “tipos superiores”, ou “eugenizados”, seja por questões de “moralidade”, por falta de um ideal uniforme, pela descontinuidade nos propósitos seletivos, ou ainda pela “dificuldade de se obter typos puros ou homozygotos” (1929, p. 226). Talvez tenha sido essa falta de objetividade científica de suas propostas uma das razões das críticas contundentes que Kehl recebeu de seus iguais, entre eles Froés da Fonseca durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

Durante o Congresso, quando a tese de Azevedo Amaral foi para votação acabou sendo recusada, num primeiro momento, por 20 votos contra 17, novamente, a evidência de que ele não era o único a sonhar e defender um modelo de brasileiro civilizado nos moldes europeu. Amaral afirmara que ibéricos e italianos estariam mais próximos dos “traços originários da nação” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 336). Entretanto, as populações mediterrâneas estavam, de acordo com o autor e com testes feitos pelos EUA, em “declínio intelectual”. Curiosamente, nos países mais adiantados da Europa (nesse texto o autor não diz quais países seriam), a ação conjunta entre Estado e filantropia particular teria melhorado as condições de vida do trabalhador e facilitado o acesso à educação, surgindo uma “elite operária”. Todavia, esses não seriam bons imigrantes para o Brasil, segundo Amaral, pois o “peso da fatalidade de uma herança inferior” os impossibilitavam de aproveitar as vantagens que a “democratização pedagógica” proporcionava “a todos” naquele momento (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 338, grifo meu). Quanto aos povos do norte europeu, poloneses e russos, esses também não serviam, pois eram, a julgar pelos testes feitos pelos EUA, “intelectual e, portanto, racialmente ainda mais indesejáveis” que os povos do Mediterrâneo.

Como Kehl, Amaral acreditava que a solução seria o imigrante da Alemanha e dos países escandinavos, os quais passariam por uma “selecção individual”, em que apresentariam “posses de título” e “contractos anteriormente feitos no país com técnicos especializados”. A questão era que, como observou Roquette-Pinto, um indivíduo com tais requisitos provavelmente não teria interesse em vir para o Brasil. Belisário Penna, por sua vez, via com restrições a imigração italiana e alemã, pois esses não se misturavam com o nacional, as crianças não aprendiam a língua portuguesa e os padres só pregavam em suas línguas maternas. Azevedo Amaral e Osvaldo Fontenelle rejeitaram a justificativa de Penna, alegando que este não era um problema eugênico, mas político. Pelo que podemos apreender nas Atas do Congresso, esse foi um dia tenso.

De acordo com as Atas do Congresso (1929, p. 18), as conclusões do trabalho de Raul Reynado Rigo, *O problema immigratorio no Brasil*, teriam sido prejudicadas, por serem opostas à tese de Azevedo Amaral. Então, as conclusões do autor vão para discussão: deveríamos ou não aceitar a imigração africana para o Brasil? Fontenelle, contrário à imigração, afirmara ser necessário deixarmos de sentimentalismo e admitirmos, “o cruzamento de raças diversas é máo” (1929, p. 20). Em sua argumentação, Fontenelle comparara a produção individual do Brasil por ano (50\$000), com a da Argentina, que teria

uma produção “notavelmente superior”. Roquette-Pinto refuta as colocações de Fontenelle, afirmando: “Todo o progresso do Brasil foi feito por essa gente proveniente de cruzamentos, ora taxada de inferiores” (1929, p. 20). A causa do atraso do Brasil em relação à Argentina, de acordo com Roquette-Pinto, eram as doenças e a falta de higiene, como apontara os trabalhos de Belisário Penna. Fontenelle, insatisfeito, retoma a tese de Azevedo Amaral, alegando ter havido confusão no momento da votação, solicitando a verificação dos resultados. Nesse momento, o médico e professor Fernando de Magalhães pede a palavra e afirma: “a eugenia não exclue humanidades (...). Demais, os pigmentos não excluem qualidades” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 20).

A argumentação de Magalhães buscava apontar para as incoerências das ideias então em pauta. As restrições de imigração a diferentes nações implicariam injustiça e suicídio: “Há uma injustiça, porque todo o nosso passado se funda no mestiço, e há um suicídio, porque todos somos mestiços, e assim nos excluimos” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 20). De acordo com a Ata, houve nesse momento muita confusão e prolongada discussão entre Xavier de Oliveira, Fernando Magalhães, Salles Filho, Miguel Osório e Fernando da Silveira. Por fim, a conclusão de Azevedo Amaral é novamente posta em votação. Amaral ainda tentou retirar sua conclusão, mas o presidente da reunião, Levi Carneiro não aceitou, alegando que se tratava de uma questão relevante e excluí-la seria uma falta. Feita a votação, a conclusão de Amaral foi novamente rejeitada, dessa vez por 25 votos contra 17 (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 21).

No dia seguinte, Xavier de Oliveira⁵³ voltara a defender a hierarquia das raças. Em trabalho intitulado *Da imigração européa para o nordeste brasileiro*, (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 22), o autor afirmara ter observado traços de inferioridade física no tipo étnico do nordestino, conclusões equivocadas, segundo Roquette-Pinto e Mello Leitão. Esses últimos argumentavam que a estatura não poderia ser um indicio de inferioridade. Além disso, faltaria ao trabalho de Xavier de Oliveira dados e gráficos ilustrativos, quanto à variação da estatura que ele afirmara ter observado. Xavier de Oliveira ainda apresentaria outro trabalho sobre imigração, porém, segundo a Ata, este foi transferido para outra mesa de discussão.

⁵³ Reis observa outros escritos de Xavier de Oliveira no *Archivos de Higiene Mental*, e faz o seguinte comentário: “Sua argumentação, em determinados momentos, toma uma direção que chega a beirar o ridículo, não fosse cruel e perigosamente racista” (1994, p. 168).

Se a estatura não era indicio de inferioridade, então, qual seria o critério de avaliação? Ernani Lopes sugeriu que fosse feito o teste de profilaxia mental, não apenas no indivíduo que tivesse interesse em imigrar, mas em toda sua família, como havia sugerido Juliano Moreira, diretor geral da assistência a alienados e presidente da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Em publicação nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, intitulada *A selecção individual de immigrantes no programma da hygiene mental* (1925), Juliano Moreira faz algumas observações sobre a situação da imigração nos EUA e como as altas quantias em dinheiro, gastas pelos hospitais psiquiátricos com estrangeiros doentes em Nova Iorque, permitiram que antigos preconceitos raciais orientassem determinações legais (1925, p. 111). O artigo traz ainda dados estatísticos sobre o número de doentes mentais do Hospital Nacional, entre 1905 e 1914. Entre 7.212 alienados internados naquela instituição, 2.258 eram estrangeiros. Os casos citados por Juliano Moreira não corroboram com a tese de “taras hereditárias”. São casos de estrangeiros que, quando doentes, voltaram para seus países de origem, fizeram tratamento e retornaram curados ao Brasil, sem nunca mais apresentarem a doença. Há também um caso bem sucedido de um tratamento contra o alcoolismo, esse também visto como um vício de degenerados. Entretanto, Juliano Moreira não advogara a favor da discriminação dos diferentes povos:

A questão tem que ser individualizada. Cada emigrante tem que ser examinado à parte, desde que se não possa fazer um confronto com a própria família, o que seria o ideal da selecção, porque um individuo mesmo são membro de uma família cheia de alienados é pouco menos perigoso que um alienado no meio de uma família de sãos (ARCHIVOS BRASILEIRO DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 114).

Outra sugestão de Juliano Moreira era de que os países que fornecessem os imigrantes também tivessem o controle das condições físicas e mentais desses, de modo a não comprometer a “boa reputação da gente do seu sangue e de sua nacionalidade” (1925, p. 115). Curioso observar a ingenuidade dessas propostas. Os funcionários que registravam a entrada desses imigrantes no Brasil não recebiam sequer orientação suficiente para tarefas simples, como determinar o país de origem dos recém-chegados. Sírios e libaneses, por exemplo, eram registrados como turcos, ou englobados na categoria “outra nacionalidade”, sem nenhuma outra discriminação. Isso porque até o fim da Grande Guerra, esses dois países estavam sob o domínio do Império Otomano. Além disso, muitos foram os imigrantes que vinham fugindo de guerras e da perseguição estatal. Como esperar que esses países, com problemas políticos e econômicos tão sérios, fornecessem um atestado de “boas condições físicas e mentais” a essa

população que não tinha outra opção senão buscar melhores condições de sobrevivência em outras partes do mundo?

Nesse mesmo dia, Fernando de Magalhães e o general Moreira Guimarães apresentaram a tese *Feminismo e a raça*, uma advertência de como o movimento feminista poderia ameaçar a raça. Infelizmente, os autores não apresentaram conclusão alguma sobre o assunto, e não houve votação. Em seguida, Medeiros de Albuquerque apresentou sua tese, *Accordo conjugal e eugenia*, e Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista falou sobre Registro genealógico. Foram apresentadas também teses sobre o alcoolismo e proposta a revisão da legislação penal com orientação antialcoólica.

Roquette-Pinto apresentou seu trabalho *Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil*, na quarta reunião, dia 4 de julho. Não houve discussão, e Roquette-Pinto pediu ao Congresso que não votasse suas conclusões, pois acreditava que o tempo diria se sua tese era ou não verdadeira. Em seguida, Jorge de Moraes apresenta sua tese *Da educação physica como factor eugênico e sua orientação no Brasil*. As discussões sobre o tema são temporariamente interrompidas com a chegada de Juan Ramon Beltran, que veio representar a Argentina no Congresso. Este abraça o presidente da sessão, simbolizando o abraço que a Argentina enviava ao Brasil. Participavam nesse momento da discussão sobre a importância da educação física, Mendes de Castro, Russomano, Renato Pacheco e Faustino Espozel.

Participou da quinta reunião o peruano Paz Lopes, que discutiu e apoiou a tese de Fernando de Magalhães, *Maternidade, função social*. Falou nesse dia Moreira da Fonseca, sobre seu trabalho, *Continência masculina antes do casamento*. O texto não consta na publicação dos trabalhos, mas de acordo com a Ata, o debate se deu em torno da eficiência ou não da castidade. O autor pareceu defender a orientação sexual, feita por padres e médicos. Já Edgar Altino observara a impossibilidade de se colocar de lado a “psychanalyse que diz poder a libido provocar nevroses de recalçamento” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 33). O autor declara não concordar com Freud, mas usa desse argumento para defender a educação sexual nas escolas. O delegado peruano Paz Lopes pede a palavra, afirmando que a castidade provocava a libertinagem nupcial, o que causou grande confusão.

Discutiram ainda nessa sessão a tese *A idade e o casamento*, de Leonídio Ribeiro, trabalhos sobre maternidade consciente, função social da maternidade, e outras questões

relacionadas ao matrimônio (por exemplo, auxílio à mulher grávida abandonada pelo marido), tema que também gerou muito debate. Fernando de Magalhães afirmara que a procriação é dever impostos aos seres vivos, o que perpetua a espécie, mas na espécie humana é ainda “dever social e de patriotismo em que se baseia a razão da organização e estabilidade do Estado, factores de consenso universal e que dispensam quaisquer commentarios” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 34). Por fim, foram apresentados os trabalhos *Immigração*, *Eugenia paulista*, *Immigração japonesa*, *Typos raciaes brasileiros* e *Estatisticas das doenças mentaes*, dos quais participaram Vergara Keller, do Chile, La Guardia, do Paraguai, e Paz Soldan, do Peru.

No sexto dia de Congresso, foram apresentados os trabalhos *Sport em ‘Zea mais’*, que tratava da influência da intensidade de nutrição sobre a atrofia dos órgãos sexuais e, em seguida, *Necessidade de uniformização dos serviços anthropometricos no Brasil*, *Grupos hemáticos*, *Consanguinidade*, *Índice tibio-pelvico*, *Investigacion de la paternidade – proteccion a la madre y al hijo – lues y embarazo*, de Vergara Keller. No dia seguinte, foram apresentados os trabalhos *Ficha familiar*, de Ernani Lopes; *Mães solteiras e investigação da paternidade*, de Astolpho de Resende; *Pedagogia da educação psysica*, de Mario Cardim; *La lucha anti-venerea*, de W. E. Cotts; *Factores de contaminação*, de Motta Rezende; *Delicto de contaminação*, de Oscar Fontenelle, também tema do trabalho de Edgard Altino. Até esse momento todos os trabalhos foram aprovados sem discussão e as conclusões aprovadas sem votação, por unanimidade. A tese de Edgard Altino levantou muita discussão em torno de pontos controversos em criminologia e penalidade, envolvendo Fontenelle, Silva Araújo, Gabriel de Andrade, Russomano, Levi Carneiro, Roquette-Pinto e Fernando Silveira. Foram apresentados ainda *Exame nupcial*, *Procreação consciente*, de Carlos Pennafiel e *Esterilização eugênica de criminosos*, de Alberto Farani. Depois de votarem as conclusões de Farani, Jorge de Lima apresentou sua tese, *Procreação voluntária*, e a sessão chega ao fim.

No último dia de Congresso não foram apresentados trabalhos. Os participantes foram notificados da impossibilidade de mudança no título do evento para Primeiro Congresso Americano de Eugenia, pois o embaixador de Cuba comunicara à organização que um evento com essa denominação já havia se passado naquele país. Depois se discutiu onde e quando deveria acontecer o Segundo Congresso Brasileiro de Eugenia, e a qual instituição caberia sua organização. Embora os doutores Rolando e Silva Araújo tivessem sugerido que a iniciativa deveria partir do Museu Nacional ou da pessoa do presidente dessa instituição,

Roquette-Pinto propõe: “que a Academia Nacional de Medicina se encarregue de convocar os Congressos Nacionaes de Eugenia, em local e data que a Academia marcar, não excedendo o prazo de dois annos entre um e outro” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 40), ficando assim decidido.

3.3 – O ideário eugênico após o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

Optei por comentar as Atas de forma mais detalhada, porque muitos trabalhos apresentados durante o Congresso não tiveram seus textos publicados, o que em certa medida limitou minhas análises. Houve, por exemplo, muita discussão em torno da esterilização dos degenerados, porém os trabalhos de Alberto Farani e Levi Carneiro, assim como os trabalhos sobre imigração de Oscar Coelho de Souza, Raul Reynaldo Rigo e Alfredo Ellis apenas constam na lista de trabalhos a serem publicados nos volumes II e III. Ocuparam-se do tema educação Mario Cardim, Achilles Lisboa, Americo Valerio, Cesidio da Gama e Silva, Alfredo Ferreira de Magalhães, e Maria Antonietta de Castro. O material aqui analisado consta no primeiro e único volume publicado.⁵⁴

A obra *Sexo e civilização*, de Kehl, foi de grande importância para minhas reflexões quanto à realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e os rumos que a eugenia tomaria a partir daquele evento. Nas *Actas e Trabalhos*, por exemplo, constam dez conclusões apresentadas durante o Congresso, todavia não há uma relação daquelas que foram aprovadas, o que Renato Kehl fornece nessa obra, de 1933. Na ocasião, o autor lamentara o fato de as conclusões não terem sido incluídas no primeiro e único volume publicado, e ressalta o fato de não terem sido publicados até aquela data, 1933, os outros dois volumes. Kehl transcreve do *Boletin Del Instituto Internacional Americano de Proteccion a La Infancia*, de Montevideu, as 31 conclusões aprovadas ao final do Congresso brasileiro, por considerá-las “bastante úteis e oportunas” naquele momento de “confusas reformas políticas e sociais” (1933, p. 259). Optei por citá-las por julgá-las indispensáveis para a compreensão do tema que me propus discutir.

⁵⁴ Anexo consta os títulos dos trabalhos que deveriam ter sido publicados nos outros dois volumes.

1°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia solicita do Congresso Nacional uma legislação destinada a preparar um meio ambiente que ofereça condições favoráveis ao aperfeiçoamento da raça.

2°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia solicita do Congresso Nacional a adoção de uma lei que cerque o casamento das condições eugênicas indispensáveis ao aperfeiçoamento da raça.

3°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia recomenda a necessidade da divulgação e do ensino especializado de eugenia.

4°

Os princípios da Eugenia e a observância de seus preceitos não excluem a influência benéfica da educação escolar, ou extra-escolar, física, intelectual e moral, convenientemente orientada.

5°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, reconhecendo o alto valor da educação moral, como fator eugênico, pede aos poderes públicos que desenvolvam essa educação na escola primaria e, particularmente, na secundaria.

6°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da República, às Casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados um apelo em que serão postos em foco os gravísimos perigos da imigração promiscua sob o ponto de vista dos interesses da raça e segurança política e social da República.

7°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que as influências micológicas não podem alterar no indivíduo os característicos hereditários transmitidos de geração em geração, julga que a seleção rigorosa dos elementos imigratórios é essencial e insubstituível como meio de defesa da nossa raça.

8°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha que no processo da seleção de imigrantes sejam levados em conta os atributos coletivos das populações, donde provierem as correntes imigratórias.

9°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, embora reconhecendo o valor da seleção por meio de um escala diferencial das correntes imigratórias em muito desejáveis, desejáveis e indesejáveis, julga, entretanto, que o critério seletivo mais eficaz é o exame das condições individuais de cada imigrante.

10°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia chama a atenção dos poderes públicos para o fato de que a saúde física dos imigrantes e a sua robustez muscular não

bastam como característicos do valor eugênico do individuo o qual só pode ser aferido pela apreciação das qualidades mentais e morais em que se traduzem os atributos profundos se sua herança e, portanto, do seu valor como elemento racial.

11°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia considera que os característicos referidos na conclusão anterior, embora sustentáveis de apreciação por processo diretos(testes), podem ser, entretanto, avaliados com suficiente precisão por meios indiretos, isto é, por provas de habilitação profissional ou técnica do imigrante, o seu contrato para serviços especializados por empresas ou pessoas idôneas do país, ou pela posse de quantia substancial.

12°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, entre as manifestações mais freqüentes das taras hereditárias que incapacitam o imigrante como elemento étnico indesejável figuram forma de desequilíbrio mental traduzidos em tendências anti-sociais, aconselha a exclusão inflexível de todos os imigrantes com antecedentes criminais.

13°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, nas condições atuais dos países super-populosos de alta civilização, os indivíduos que gravitam para ao pauperismo atestam com esse próprio fato inferioridade mental e moral, condena todas as formas de imigração subvencionada, que apenas podem concorrer para a entrada em nosso país de elementos indesejáveis.

14°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha de um modo geral uma política de reserva sistemática em matéria imigratória, lembrando aos poderes públicos da União e dos Estados que, nas condições criadas pelo desenvolvimento mecânico de todas as formas de atividade produtora, a questão numérica do povoamento passou a um plano secundário, dando-nos muito mais ampla liberdade de ação para exercermos desassombadamente severa vigilância na seleção de imigrantes.

15°

O serviço militar, tal qual se fez presentemente em nosso exército, melhora a quase totalidade dos indivíduos no ponto de vista da sua robustez física.

16°

As condições intelectuais e morais das praças devem também sofrer influência favorável naquele serviço.

17°

Sanadas as falhas que por ventura ainda existam na escolha dos recrutas e na vida dos casernas, os contingentes, ao deixarem as fileiras anualmente, formarão núcleos de homens fortes e sadios, capazes de influir eugenicamente na constituição de nossa população.

18°

Compete á officialidade do Exército e especialmente ao seu Corpo de Saude, cooperar para a máxima eficiência daquele serviço no aperfeiçoamento do homem brasileiro.

19°

Se na paz essa influência do serviço militar materialmente constatada entre nós, na guerra, à parte as desgraças que ela acarreta, os homens, que sobrevivem parecem ficar providos de maiores possibilidades para vencerem a luta pela vida, conforme verificações gerais em vários países.

20°

A investigação da paternidade deve abranger os filhos espúrios.

21°

A mulher, agravada em sua honra, tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quiser reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente a sua própria condição e estado, em termos idênticos aos estabelecidos no Código Civil Brasileiro.

22°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha aos governos que facilitem o mais que for possível a imigração europeia para o Nordeste Brasileiro, preferencialmente, de colonos agricultores.

23°

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha a criação de dispensários psiquiátricos com serviços sociais anexos aos hospitais de assistência pública e de assistência a psicopatas.

24°

O Congresso solicita dos poderes públicos providencias para que, tendo em vista os fatores de ordem eugênica, se exijam dos escrivães do registro civil fichas mais completas a propósito do registro dos recém-nascidos, fazendo-se com que nos respectivos assentamentos se mencionem sempre, pelo menos o nome de quatro avos do registrado, e se possível, esclarecimento sobre os ascendentes, idades, informações sobre o seu modo de vida até que se estude uma fórmula mais completa de consentania com as exigências da moderna eugenetica.

25°

O alcoolismo, veneno da humanidade, deve ser combatida por todas as formas, devendo constituir uma verdadeira preocupação política no Estado moderno.

26°

A educação antialcoólica (a não simples instrução literária) deve figurar em todos os institutos de ensino primário do país.

27°

Uma legislação antialcoólica é fator eugênico, hábil e adequada, é o mais eficaz e aconselhável meio de enfrentar os males presentes que decorrem do etilismo.

28°

A luta anti-alcoólica é fator eugênico de máxima importância. A luta antialcoólica deve ser baseada:

A) No dificultar a importação de bebidas e o consumo de álcool potável;

B) No favorecer a fabricação de álcool industrial;

C) Na educação antialcoólica obrigatória;

29º

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aprova e recomenda seja adotado pelos poderes públicos o plano de luta anti-alcoólica deferida pelo Dr. Severino Lessa e consubstanciado nos seguintes itens:

A) Sobretaxa proporcional ao teor alcoólico no primeiro ano, confirmada nos anos subseqüentes em progressão aritmética para as bebidas fermentadas e geométrica para as destiladas;

B) Limite, cada ano mais baixo, da porcentagem alcoólica permitida na licença para venda de bebidas.

C) Aproveitamento obrigatório da receita da sobretaxa para constituir um Fundo Especial, destinado exclusivamente á Instrução e Saúde Pública e a proteger o álcool motor.

30º

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aprova e recomenda o estudo do anti-projeto de legislação anti-alcoólica, elaborado de acordo com o deferido plano.

31º

Recomenda a conveniência de rever a legislação penal no sentido anti-alcoólico.

As conclusões acima transcritas evidenciam como a eugenia brasileira, em 1929, ainda era entendida como uma ciência bio-social, muito próxima do neolamarquismo, o que pode explicar a falta de consenso quanto aos métodos de aperfeiçoamento e proteção da população brasileira. A quarta conclusão, por exemplo, afirma que os preceitos da eugenia não excluem a influência benéfica da educação, física, intelectual e moral, enquanto a sétima conclusão assegura que “influências mesológicas não podem alterar no indivíduo os caracteres hereditários”. Ainda que nesse último caso entendamos que os eugenistas se referissem apenas a características hereditárias, essas declarações apontam, como observei anteriormente, para a falta de consenso quanto aos limites da intervenção eugênica, assim como da educação. Podemos supor que a defesa da educação, especialmente a educação moral (5ª conclusão), fosse pela manutenção de “caracteres adquiridos” e não dos hereditários, mas, ainda assim, alguns dos participantes do Congresso, como Azevedo Amaral, não concordavam. A “fatalidade de uma herança inferior” impediria, segundo Amaral, que o indivíduo se beneficiasse do acesso à educação.

Nove das trinta e uma conclusões aprovadas durante o Congresso eram sobre imigração (das dez conclusões presentes nas *Actas e Trabalhos*, apenas a 10ª conclusão, apresentada por Amaral, foi reprovada). Aqui também as contradições são muitas. A 12ª conclusão afirma que um indivíduo com antecedentes criminais seria um “elemento étnico indesejável” por possuir “tendências anti-sociais”. O termo “elementos anti-sociais de natureza política” (1929, p. 18), gerou muito debate durante o Congresso, especialmente entre Roquette-Pinto e Amaral. Roquette-Pinto afirmava que tendências anti-sociais políticas eram parte um de “fenômeno social” logo não poderia ser considerado um problema eugênico, e sim político. A solução, para que a conclusão fosse aprovada, foi relacionar “tendências anti-sociais” com “taras hereditárias” ou “manifestações mórbidas”, que figurava uma forma de desequilíbrio mental. Assim o problema passava a ser eugênico, e não mais político.

Não obstante, o que faria um desequilibrado mental de tendências anti-sociais? “Adversos á nossa ordem social e política” (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 19), esses criminosos atentavam contra os direitos fundamentais da sociedade brasileira. O texto não traz descrição alguma desses crimes e seus autores, mas penso que Azevedo Amaral e seus pares se referiam aos anarquistas e líderes do movimento operário, daí a defesa por um critério mais rigoroso no controle da imigração. Muitos imigrantes, especialmente italianos e espanhóis, participaram ativamente da organização do movimento operário no Brasil, o que levou à aprovação da Lei Adolfo Gordo⁵⁵ que, entre outras coisas, regulamentava a expulsão de operários estrangeiros envolvidos em “agitações”.

A surpresa, para mim, foi a aprovação da 13ª conclusão. Depois da defesa incisiva da educação como instrumento de transformação, capaz de livrar o homem da ignorância, e embora muitos participantes do Congresso entendessem a pobreza como uma questão econômica, a 13ª conclusão aprovada afirmava que o pauperismo atestava a “inferioridade mental e moral da população dos países super populosos e da alta civilização”. Os congressistas admitiam, com essa conclusão, que um simples trabalhador, poderia ser o responsável por problemas enfrentados pelos seus países de origem, como a superpopulação e o pauperismo. Não há referência à pobreza causada pela guerra. Há inclusive uma mudança

⁵⁵ A Lei Adolfo Gordo foi elaborada em 1907 e dispunha sobre a expulsão dos estrangeiros envolvidos em greves. Em 1923 Adolfo Gordo propôs a lei de censura à imprensa, que também chamava Lei Adolfo Gordo, mas ficou conhecida como “lei infame”. Ver <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>. Acessado em 22/06/2010.

substancial na forma de encarar a guerra, antes nefasto fator de degeneração humana, agora provedora de melhores condições de luta para aqueles que sobreviviam a ela (19ª conclusão).

Quero, ainda, chamar a atenção para o fato de não haver conclusão alguma referente à esterilização ou segregação dos degenerados. O tema foi apresentado no Congresso, no entanto, como afirmei anteriormente, os trabalhos não foram publicados, o que impossibilita qualquer análise sobre a discussão. Outro fato que merece atenção é o número de conclusões referentes ao álcool, cinco ao todo, aprovadas sem votação, por unanimidade. Também sobre esse tema não foi publicado trabalho algum.

Assim como Kehl, em 1933, Roquette-Pinto retoma os temas discutidos durante o Primeiro Congresso de Eugenia. A obra, *Ensaio de antropologia brasileira*, é composta de dezesseis ensaios, sem título e sem data, alguns constando de apenas três páginas. Pelo menos dois ensaios estão diretamente relacionados ao Congresso. O décimo quinto ensaio é o trabalho apresentado no Congresso, *Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil*, com modificações apenas na organização do texto. O nono ensaio foi escrito, segundo o autor, no segundo dia de trabalho do Congresso. Esse foi um dia atribulado, em que Azevedo Amaral apresentou seu trabalho, *O problema eugênico da imigração*, anteriormente citado. Roquette-Pinto observa o lugar da eugenia naquele momento: “na ponte que liga a biologia a questões sociais, à política, à religião, à filosofia e... aos preconceitos” (1933, p. 43). Contudo, era preciso esclarecer que eugenia não era mais filosofia, religião, educação ou higiene: “foram os tempos heróicos da Higiene, há uns trinta anos”, observa o autor (1933, p. 44). O verdadeiro domínio da eugenia era agora a herança hereditária.

Infelizmente, Roquette-Pinto não comenta o trabalho de Azevedo Amaral e sim a sobriedade e eloquência do autor que, em sua exposição, teria conseguido tocar no ponto nevrálgico da questão da eugenia naquele momento, ou seja, o problema da imigração. Em seguida, Roquette-Pinto cita as nove conclusões referentes à imigração aprovadas durante o Congresso e conclui: “Se o Brasil não tiver mais tarde uma boa lei de imigração – redigida à luz de ótimos preceitos antropológicos e eugênicos – não será culpa do Congresso de Eugenia” (1933, p. 47).

Por que Roquette-Pinto só fez referência às conclusões relativas à imigração? Segundo Giralda Seyferth, Roquette-Pinto escreveu pouco sobre o tema, sendo a eugenia e a

imigração encarada pelo autor como uma oportunidade de pensar a população do país (2008, p. 148). Em *Ensaio de antropologia brasileira*, Roquette-Pinto discorre sobre o movimento migratório do Nordeste para as regiões agrícolas do Sul do país e questiona a não utilização desses braços na lavoura. Esses poderiam ser preparados para o trabalho, através da educação. Roquette-Pinto parece responder àqueles que criticavam sua proposta e defendiam a imigração europeia: “Sei bem que esta minha utópica sugestão será, para muita gente, ideia absurda de um naturalista transviado”. A dificuldade maior era quanto à organização e manutenção dos centros de ensino. A fim de contornar o problema dos custos Roquette-Pinto propunha a utilização do dinheiro gasto com a imigração: “A metade, ou mesmo a terça parte, do que se gasta com a imigração estrangeira seria o necessário para preparar a imigração nacional, quando ela não puder ser evitada” (1933, p. 11).

A preocupação de Roquette-Pinto então se volta para o problema da seca. A utilização da irrigação artificial proposta por alguns não seria suficiente, pois implicaria mais gastos e, assim como no caso do nordestino, precisaria de preparação do homem. Caso contrário, adverte o autor, as novas técnicas transformariam a terra, mas deixariam o “homem tal qual, durante muitos e muitos anos” (1933, p. 12, grifo no original). Os colonos abandonavam seus lotes, vendiam o que lhes dava a União, o que aconteceria aos sertanejos em relação aos açudes: “A questão não é apenas de ‘água’ (Norte), como não foi de ‘terra’ (Sul). É principalmente de educação agrícola do homem”. Curioso observar a atualidade das colocações de Roquette-Pinto e, por outro lado, seu otimismo quanto aos “problemas da terra”, que ele acreditava estarem em “vias de solução”. Ele confiava que a educação possibilitaria a exploração geográfica e conquista econômica. Outros, “mais importantes e mais difíceis”, eram os “problemas da gente, raça e educação” (1933, p. 13).

Os demais ensaios, de uma forma geral, tratam de temas os mais variados. No terceiro ensaio, Roquette-Pinto comenta um concurso internacional de beleza feminina, tema a princípio banal, mas como observara o autor, teve o mérito de “chamar a atenção de todo o país para o problema da raça” (1933, p. 20). Roquette-Pinto pondera sobre os critérios de escolha dos juizes das provas:

Se fôssemos escolher o “tipo mais frequente [...] seria melhor não comparecer ao concurso, visto que ele será nos Estados Unidos, onde existe a conhecida *color line* e onde a mais pequena gota de sangue negro, que as vezes dá tão grandes atributos a alguns dos nossos mais belos tipos, é

desgraça definitiva”. [...] Nesses termos, o concurso das misses toma o aspecto de uma prova eugênica (1933, p. 16).

Então, o ideal seria um “tipo brasileiro branco”. Curiosamente, Roquette-Pinto observara que representantes da raça branca não atenderiam alguns preceitos eugênicos, como por exemplo, a extensão dos braços abertos, na horizontal igual ou ligeiramente maior que a estatura. Desse modo, deveriam ser excluído do concurso, segundo Roquette-Pinto, todas as candidatas que não satisfizessem essa relação, ou seja, a representantes dos “tipos da raça branca” (1933, p. 19).

O autor chamara a atenção para a subjetividade que envolve a ideia de beleza, tema que voltaria a tratar no sexto ensaio. “Para uns tanto senhores, gente bonita é gente boa; feia não vale nada” (1933, p. 29). Logo em seguida, Roquette-Pinto muda o foco da sua exposição e cita um artigo de Rudiger Bilden, em que o autor discorrera sobre os problemas que o Brasil enfrentava naquele momento: “Há, decerto, muita coisa, na vida do Brasil, que não é satisfatória. Mas atribuir tais condições à composição racial do país ou à mistura de raças, é completamente errado” (1933, p. 30). Para Roquette-Pinto, a razão de o país estar naquele estado era a escravidão. O Brasil por certo teria melhores condições de desenvolvimento se os escravos tivessem recebido algum tipo de instrução. Novamente, a evidência, em Roquette-Pinto, de que o problema não era biológico. De acordo com o autor, a situação social dos negros e mestiços seria a causa de certa “imperfeição moral”, da qual não estariam salvos os caucasianos, se vivessem em “situação social igualmente deprimida” (1933, p. 31).

Os comentários de Roquette-Pinto sobre o Congresso, no nono ensaio, me deixaram com mais dúvidas quanto ao destino do debate sobre eugenia no Brasil. O que teria levado os eugenistas a não organizarem o segundo Congresso, a princípio planejado para 1931? Por que não foram publicados os dois volumes com os trabalhos apresentados durante aquele Congresso? A discussão que se seguiu ao Congresso, as obras publicadas, são, a meu ver, evidências de que o tema não fora abandonado. Muitos autores buscaram uma melhor significação para eugenia. Renato Kehl, por exemplo, em *Sexo e Civilização*, assim a conceituou: “estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente” (1933, p. 56). Esse conceito consta em Francis Galton, “Eugenics, its definition, scope and aims”, *Sociological Papers* (apud GREER, 1987, p. 286), numa obra de 1905. Por que Kehl recorreu a um

conceito tão antigo? Ele não pareceu ter modificado sua maneira de compreender a eugenia. Somente dessa forma consigo pensar na utilização desse conceito e na insistência do autor em defender o exame pré-nupcial e a esterilização como métodos eugênicos, assim como sua recusa em creditar qualquer valor ao mestiço. Depois de reconhecer a pobreza, o problema sócio-econômico como fator disgênico, Kehl persistia na ideia de que “o grande mal do Brasil” era “a raça” (1933, p. 204).

Vejam os que o eugenista Octávio Domingues, colega de Kehl na Comissão Central Brasileira de Eugenia (fundada por Kehl em 1931) sobre a evolução do tema. Em *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios*, Domingues também cita o conceito de Galton, que Kehl apresentara anteriormente. Contudo, o autor chama a atenção para o apontamento “gerações futuras”, presente nesse conceito. Assim sendo, a intervenção eugênica não visava melhorar a geração atual, o que caberia à eutecnia – medidas de intervenção utilizadas para estimular e orientar o desenvolvimento das heranças biológicas, como higiene pré-natal, re-educação dos anormais e guerra aos entorpecentes (1933, p. 21).

Organizada em cinco lições, nessa obra, Domingues faz uma discussão minuciosa, desde os gregos da Antiguidade até a contemporaneidade. A preocupação com a hereditariedade estaria presente também entre a “primitiva civilização chinesa” e os hebreus, e poderia ser observada na aplicação de medidas capazes de garantir o melhoramento das gerações humanas, como a proibição do matrimônio entre pessoas que sofriam de “males crônicos” – epilepsia, tuberculose e lepra, entre outros. A eugenia surgiu, de acordo com o autor, como uma teoria e só depois da redescoberta das leis de Mendel é que esta pôde “assentar-se” nas leis da biologia, “iniciando-se a construção de seu edifício científico em alicerces definitivos” (1933, p. 16). Com isso a eugenia passaria a ser uma ciência, “que se propunha estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo, sadias de espírito” (1933, p. 21).

Essas especificidades teriam gerado dificuldades de compreender o significado da eugenia e seus propósitos. Aqui Domingues enumera os equívocos em torno dos objetivos da eugenia: criação de super-homens, gênios, pessoas perfeitas e belas, como num “culto ao corpo”, além da seleção e procriação de gênios humanos como se fossem bois ou cavalos, (1933, p. 24). A multiplicação da vasa humana, “tão prolífica desgraçadamente” deveria ser evitada através da esterilização e segregação. “Homens normais, homens capazes, homens

construtores do progresso material e moral de sua espécie – eis o que pede a Eugenia” (1933, p. 26). Apesar dos avanços, a ciência eugênica ainda acreditava que os supostamente “inferiores” se reproduziam de forma mais eficiente. O autor aponta para a presença de milhões de homens cuja mentalidade não era diferente dos “bárbaros ou de selvagens, e que procriam, em media, mais filhos que seus contemporâneos civilizados” (1933, p. 28).

Domingues afirmara ser um equívoco acreditar que a eugenia teria o propósito de criar tipos humanos perfeitos: “Absolutamente não. Ela visa, na verdade, com a eliminação dos resíduos, o encorajamento dos elementos sãos e, influenciando a hereditariedade e o meio, chegar a um tipo humano mais perfeito que o existente” (1933, p. 26). “Resíduos humanos”, “tipos humanos subnormais”, “geneticamente inferiores”. A argumentação em defesa de uma eugenia descomprometida com a criação de um tipo humano perfeito, desenvolvida pelo autor não me pareceu convincente. Seria um erro acreditar que o bom ambiente ou a educação poderia influir sobre a espécie humana e, mesmo considerando a eugenia como um “ideal social”, os eugenistas acreditavam que podiam, através da manipulação das leis da biologia, promover uma melhor propagação da espécie.

A eugenia teria, então, por propósito, o melhoramento do homem, tanto físico como intelectual e moral. O melhoramento, intelectual e moral, não visaria o indivíduo (esse seria preocupação das religiões), mas a espécie, ou seja, “todos os indivíduos, considerados em conjunto (1933, p. 30). Novamente, a preocupação com aspectos físicos se mistura com questões de comportamento e moral. Domingues insistia na ideia de que a eugenia buscava influenciar a biologia, as heranças, as “virtuosidades inatas” (1933, p. 30), sem esclarecer, contudo, quais seriam. A ideia de raças superiores, portadora de “qualidade invejáveis” persistia. Domingues recorrera a estudos realizados nos EUA, que teriam confirmado: “a humanidade cresce em quantidade e decresce em qualidade” (1933, p. 32). Os “tipos inferiores da raça”, delinquentes, imbecis, débeis mentais e malformados eram os que possuíam proles mais numerosas. Seriam esses “pesos mortos” dispendiosos na educação, no prover a subsistência, no cuidar. E quem era o responsável por essa situação? Em concordância com Kehl, Domingues acreditava que a ciência, a filantropia social e o Estado garantiam a sobrevivência e a multiplicação daqueles naturalmente inaptos “para a vida e para a civilização” (1933, p. 34).

A previsão para o futuro era “deveras acabrunhador”, de acordo com Domingues. O Estado e a filantropia não só garantiam a sobrevivência dos inadaptados, como impunham à classe produtiva encargos para sua manutenção. Além disso, não havia medida alguma a favor dos “tipos eleitos da raça” (1933, p. 34), de modo a garantir a formação de sua prole. Mesmo a conjugação de esforços da eugenia, da higiene, da educação e da religião, não poderia transformar a realidade. Contudo, Domingues declara crer na gradual diminuição dos “resíduos sociais”, “graças á intervenção inteligente e oportuna da ciência eugênica – com o concurso, é obvio, de todos os outros fatores de aperfeiçoamento somático do indivíduo” (1933, p. 35, grifo no original).

Na obra em questão, Domingues discorre sobre Galton e mais ainda sobre Mendel, cujos experimentos deram início aos estudos sobre hereditariedade. Sua exposição evidencia a falta de consenso quanto aos estudos sobre o tema. Havia, na época, muita discussão sobre a hereditariedade do alcoolismo, “sintoma de um estado mórbido herdado” (1933, p. 108), e acerca da importância do meio ambiente na caracterização dos indivíduos. Seria necessário abandonar a interpretação lamarckiana e aceitar que mudanças proporcionadas pelo meio não interferiam na herança biológica dos indivíduos. Já em relação à eugenia, o autor identifica três problemas: um de ordem biológica, outro moral e outro social. Em relação ao problema de ordem moral, este não era exatamente em relação às práticas eugênicas, mas na forma como esta era entendida pela sociedade. A eugenia era acusada de ser imoral e desrespeitosa, pois estaria pensando a reprodução humana nos mesmos termos que a zoologia pensava a reprodução dos cavalos, bois ou cães. Contudo, segundo Domingues, o que a eugenia defendia era uma maior atenção à questão biológica no momento da escolha do cônjuge, de modo a evitar o nascimento de degenerados, garantindo bem estar, paz, saúde e felicidade às futuras gerações. Aqui o autor apela para a consciência e honestidade de cada indivíduo, que deveria assumir o compromisso do matrimônio sem a necessidade da averiguação por parte do Estado.

De acordo com a argumentação de Domingues, a “incompreensão religiosa” estaria levando à reprovação da eugenia. As antigas leis estabelecidas por diferentes religiões há milhares de anos condenavam medidas de controle da natalidade, era preciso crescer e multiplicar. Essas leis não se baseavam numa rigorosa observação dos fatos, daí a ignorância quanto aos perigos da superpopulação para a sobrevivência da espécie. O problema social

seria, de acordo com Domingues, o desdobramento do aspecto moral: a sociedade deveria contar com medidas de persuasão para garantir a não multiplicação dos degenerados.

Por fim, Domingues comenta as medidas eugênicas, mais detalhadamente a eugenia negativa e as medidas “eutecnicas”. Ao argumentar em defesa da esterilização dos degenerados, o autor criticara a inaptidão do Estado em garantir que um degenerado não passasse adiante sua herança biológica infeliz, crítica esta entendida como um atentado contra a liberdade individual. “Mas e quanto àqueles que o Estado mandava matar, “em nome da moral (!) do direito (!) e dos costumes (!) – qual dos dois teve mais cerceada sua liberdade [...] mais alienada as suas prerrogativas humanas?” (1933, p. 131), indagara o autor. Quanto às medidas “eutecnicas” – higiene pré-natal e do ambiente, cuidados com a alimentação, educação, física, intelectual e moral – Domingues observara serem “fatores mais do que necessários, indispensáveis para a formação dos bons cidadãos, à custa da boa semente humana”, (1933, p. 141). Essas medidas forjariam um ambiente propício ao desenvolvimento da inteligência daqueles de “boa capa”, possibilitando-os superarem obstáculos concernentes ao meio e às condições adversas.

Tive por objetivo ilustrar o debate em torno do ideário eugênico após o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929. As opiniões expostas por Azevedo Amaral (1929), Oliveira Vianna (1934), Octavio Domingues (1933), Roquette-Pinto (1933) e Renato Kehl (1933) confirmam a falta de consenso quanto à necessidade ou viabilidade de um projeto de aperfeiçoamento da população brasileira pautado na utilização de preceitos eugênicos. O debate se arrasta por toda a década de 1930, sem que os discursos dos envolvidos sofressem, penso eu, mudanças substanciais. Ainda que a Constituição de 1934 tenha limitado a entrada de estrangeiros no país, isso não foi o suficiente para pôr fim à discussão e, em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o assunto volta a ser discutido, por exemplo, na *Revista de Imigração e Colonização* pelo menos até 1947, como observa Maria Salles (2004).⁵⁶ Nessa época, pressionado pela Organização Internacional de Refugiados de Guerra, o Brasil voltara a receber imigrantes, dando assim reinício aos debates. Deusdedit Araújo, em artigo intitulado *Imigração e Eugenia*,⁵⁷ afirma:

⁵⁶ SALLES, Maria do Rosário. *Imigração, Família e redes sociais: a experiência dos 'deslocados de guerra' em São Paulo, no pós Segunda Guerra Mundial*. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_586.pdf. Acessado em 11/08/2010.

⁵⁷ *Revista de Imigração e Colonização*, Vol.1, Março de 1946.

Continuamos a receber gente de todas as raças e latitudes, formando conosco um melting pot que é uma verdadeira babel étnica, em que a multivariabilidade morfológica e cromática é infinita. A amalgamação é de tal monta, [...] que não há tempo para termos, sedimentação étnica. [...] Eis porque nos devemos aparelhar para a complexa tarefa de receber as correntes imigratórias que se restabelecerão com o fim da guerra (Apud SALLES, 2004, p. 09).

Depois da Constituição de 1934, foram criados o Departamento Nacional de Imigração, em 1938, e a Delegacia dos Estrangeiros, em 1941, evidentes tentativas do Estado de manter o controle da imigração. Embora esse debate extrapole os limites do tema que me propus investigar, penso que a eugenia, nos moldes daquela defendida até então, fora abandonada depois da realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. A defesa pelo controle da imigração não se justificava mais na ideia de aperfeiçoamento da população, e sim de defesa dos interesses nacionais. No mais, a eugenia, da forma como era entendida por Kehl e seus pares, passou a ser desacreditada pelos avanços dos estudos sobre genética.

Contudo, não ficou clara, pelo menos não para mim, a relação entre esse romanesco projeto de aperfeiçoamento da população do país e aqueles que defino por “seres reais”. Quem eram essas pessoas a quem os eugenistas se referiam? Como quase não há referência direta às condições de existência dessa população nos escritos analisados até aqui, no capítulo seguinte tento uma investigação sobre esses indivíduos considerados degenerados pelos eugenista e pela elite da época.

IV: A EUGENIZAÇÃO DOS MARGINALIZADOS

O Brasil não é uma vã e sentimental expressão verbal. É uma realidade. É um fato. (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 17).

4.1 – Os eugenistas no Mundo do Trabalho

Entendo a advertência de Roquette-Pinto quanto à necessidade de se pensar o Brasil de forma mais realista como um indício do desconhecimento das condições de vida da população por parte dos eugenistas. Num balanço final sobre o projeto de aperfeiçoamento do brasileiro no início do século XX, busquei pensar a participação de homens e mulheres, simples trabalhadores, nesse projeto. Seriam eles os degenerados condenados à esterilização e segregação?

Contudo, tive dúvidas quanto ao termo que melhor definisse esses degenerados, se marginalizados ou excluídos. De acordo com Schmitt (2001), eu ainda deveria levar em conta a diferenciação entre marginalidade voluntária e aquela cotidianamente suportada, imposta pela sociedade como um todo. Essa última é que nos interessa aqui, devido ao grande número de pessoas que nesse modelo se inserem e pelos desdobramentos desse processo, presente em diferentes momentos da história do homem. Schmitt observa as mudanças ocorridas durante o século XI, quando o poder da Igreja e o desenvolvimento do Estado dão origem a novos conflitos e novos grupos sociais. Schmitt observa as mudanças ocorridas ao longo do século XI até o final da Idade Média, quando o poder da Igreja e o desenvolvimento do Estado dão origem a novos conflitos e novos grupos sociais. Poderíamos recuar ainda mais, à subjugação dos judeus pelos romanos, por exemplo. No entanto, mais relevante é observar a perpetuação desse processo até os dias atuais. O Brasil, que atualmente é a oitava economia mundial, ocupa o 75º lugar em desenvolvimento humano. O pobre ainda carrega o estigma de preguiçoso e o número de pessoas que vivem em condições de pobreza extrema em 2010 chega próximo dos 30 milhões. Um terço da população economicamente ativa do país, cerca de 28 milhões de pessoas, está excluído do sistema público de aposentadoria e de auxílios trabalhistas. São os

ninguém, segundo Clovis Rossi.⁵⁸ Dentre esses, 70% são negros. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,⁵⁹ em todos os estratos sociais a proporção de negros é inversamente proporcional à riqueza, ou seja, quanto mais alta a faixa de renda, menor é o percentual de negros que a integra.

Esses dados parecem tornar irrelevante a diferença entre marginalizados e excluídos. “Os dois fenômenos são distintos e de escala bem diferente, mas, em última análise, o sistema que está em questão é o mesmo”, argumenta Schmitt (2001, p. 354). Todavia, é a exclusão a qual pode levar a uma ruptura e justificar a perseguição, expulsão ou extermínio, o que podemos observar no caso dos loucos, pouco a pouco segregados em hospitais-prisões, ou dos judeus, perseguidos, explorados, expulsos e, por fim exterminados ao longo da Idade Média até a Segunda Guerra Mundial. Já o termo marginalizado se refere àqueles que estão à margem, às vezes se referindo a espaço territorial, outras a sistemas socioeconômicos ou socioculturais. Um bom exemplo do que seria o marginalizado na sociedade brasileira atual, a meu ver, é o trabalhador informal, que desempenha importante papel na economia do país, mas que enfrenta obstáculos no beneficiamento do sistema público de aposentadoria e auxílios trabalhistas.

Nos *Annaes de Eugenia*, de 1919, Kehl chamara a atenção para as precárias condições de trabalho do operário e a fadiga pelo excesso de trabalho como fatores disgênicos. Talvez pudéssemos especular sobre uma possível relação entre essas preocupações de Kehl e as greves que aconteciam naquele momento. Contudo, durante os anos seguintes, nos diversos momentos em que apresentara seu programa de melhoramento da população e definira métodos, Kehl não interveio a favor da regulamentação das oito horas diárias de trabalho, seguro contra acidente ou qualquer outro benefício reivindicado pelos trabalhadores.

Não obstante o desprezo da elite pelos demais membros da população brasileira, estes eram o alvo principal do projeto de eugeniização de médicos sanitaristas e higienistas. Em estudo minucioso, Margareth Rago investigou o projeto de domesticação da classe operária através da higienização das fábricas, para os médicos um lugar de “degeneração moral, antro de perdição e prostituição” (1987, p. 22), e para o operário um lugar de dominação e

⁵⁸ Clovis Rossi. *Jornal Folha de São Paulo*, ano 90, 03/10/2010, caderno 1, Opinião, p. A2.

⁵⁹ Disponível em <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1608&lay=rac>.

aniquilamento da criatividade da classe operária. Enquanto os empresários cobravam medidas por parte do governo, os médicos culpavam os empresários pelo estado de degeneração física e moral da classe operária, provocando, de acordo com Rago, “um alto custo econômico e social para a nação” (1987, p. 43). Entre esses médicos estavam Emílio Ribas e Francisco Figueira de Mello, ambos associados da Sociedade Eugênica de São Paulo.

As medidas de higienização das fábricas, a construção de casas, a imposição de regras de conduta, a diferenciação de salários, a concessão de prêmios e, por outro lado, as demissões e outros tipos de punição, foram tentativas de “domesticação das relações de produção” por parte da burguesia industrial (RAGO, 1987, p. 44). Os médicos sanitaristas, preocupados com questões relacionadas à higiene e saúde, assim como a exploração do trabalho feminino e infantil, apoiavam muitas dessas iniciativas. Para transformar a fábrica num ambiente produtivo, os industriais buscaram criar uma imagem desta como “a grande família”, enquanto a disciplina do trabalho era relacionada à ciência técnica e progresso.

Havia outras medidas visando disciplinar os trabalhadores. Rago observa a utilização de uma ficha de identificação do trabalhador, classificado como “indesejável” quando acusado por roubo:

Sua ficha era distribuída entre diversas fábricas, de modo que, demitido, não pudesse mais encontrar emprego [...] Cria-se, deste modo, um cerco completo sobre o operário, fechando-se absolutamente as portas do mercado e pressionando-o violentamente no sentido de evitar qualquer manifestação de insubordinação (1987, p. 45).

Para os operários esse fichamento era uma afronta, já que sugeria que qualquer trabalhador era um suspeito, um criminoso em potencial. Rago observa como essa prática possibilitou aos patrões, durante toda a década de 1920, expulsões, demissões e, ao mesmo tempo, a marginalização daqueles participantes em greves e manifestações, todos procedimentos de “disciplinarização do trabalho” (1987, p. 46).

Ao investigar o cotidiano do trabalhador do Rio de Janeiro durante a *belle époque*, época em que a cidade contava com grande número de negros, mulatos e estrangeiros, Sidney Chalhoub (2001) apontara para a evidente marginalização ocupacional dos não-brancos. Ao buscar as razões para isso, o autor recorre à obra de Florestan Fernandes, *A integração do*

negro na sociedade de classe (1978). Para o autor, a população de cor não possuía treinamento mentalidade e disciplina para o trabalho livre, não conseguindo assim aproveitar as oportunidades advindas do novo modelo econômico.

Sidney Chalhoub tem várias restrições à análise de Florestan Fernandes. A primeira é quanto à visão que este passa do negro – incapaz e despreparado – perigosamente próxima daquela propagada pela classe dominante da época. Sua tese de patologia social é empobrecedora, pois, segundo Chalhoub, sugere um problema individual, alheio à realidade na qual esse indivíduo está inserido. Além disso, para haver uma patologia social seria necessário haver, também, uma “normalidade”, um “modelo” de comportamento, segundo Chalhoub (2001, p. 84), o que não seria observável especialmente num contexto de profundas mudanças como no período em questão. Ao contrário, a pluralidade de conduta seria uma característica dessas culturas e sociedades, o que já implicaria resistência e confrontos e não patologias, como afirmara Florestan Fernandes. Os atos de violência e homicídios são interpretados por Chalhoub como indícios de tensões e lutas “inerentes à dinâmica de funcionamento de qualquer grupo humano” (2001: 186). São casos de brigas entre membros da família, filhos, genro e sogro, cunhados e enteados. Os conflitos eram consequências de problemas sociais como falta de moradia e penúria, que interferiam na organização familiar, gerando disputa por poder e influência no interior dos microgrupos sócio-culturais. O autor observa como o relacionamento entre homem e mulher, parentes e amigos, as práticas de solidariedade, hospitalidade e respeito mútuo eram fortemente condicionado pelas situações concretas da vida desses indivíduos. A quebra ou desrespeito às regras de conduta geravam conflitos que, por vezes, se transformavam em tragédias.

Ao falar sobre o mundo do trabalho no Brasil do início do século XX, Chalhoub (2001), Margareth Rago (1987) Batalha (2000), Boris Fausto (2000) e Sheldon Maram (1978), entre outros, discorrem sobre a presença de operários imigrantes. Esses também representavam uma preocupação constante no início do século XX, de médicos, políticos e elite econômica, que viam na figura do imigrante o instrumento regenerador da população, capaz de “branquear” o mestiço, tornando-o civilizado. Não servia, contudo, qualquer imigrante, mas os “assimiláveis”: brancos europeus. Não tardou para que a posição dos eugenistas entrasse em atrito com grupos de interesses econômicos, defensores da imigração com fins produtivos. Para agravar a situação, mesmo quando o imigrante atendia interesses eugênicos e econômicos, seus valores e tradições culturais geravam instabilidade política,

especialmente com a divulgação do anarquismo⁶⁰ entre o operariado brasileiro. Desse modo, as classes dominantes viram desmoronar a “imagem disciplina e laboriosa que haviam projetado sobre o imigrante europeu” (RAGO, 1987, p. 17).

A preocupação com a imigração ficou evidente durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. Das trinta e uma conclusões aprovadas durante o Congresso, nove eram sobre imigração. Vejamos, por exemplo, a sétima conclusão aprovada:

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, entre as manifestações mais frequentes das taras hereditárias, que incapacitam o imigrante, como elemento ethnico indesejável, figuram formas de desequilíbrio mental traduzido em tendências anti-sociaes, aconselha a exclusão inflexível de todos os immigrants com antecedentes criminaes (ACTAS E TRABALHOS, 1929, p. 41).

Penso ser o imigrante anarquista o “elemento étnico indesejável com tendências anti-sociais” citado na passagem acima. De acordo com Sheldon Leslei Maram, os imigrantes representavam, em 1893, cerca de “71,6% da força de trabalho” de São Paulo (1978, p. 16). O autor observa as variações desses dados até a década de 1920, assim como a liderança dos estrangeiros na organização do movimento operário, representando 67% dos 119 líderes sindicais identificados entre 1890 e 1920. A razão para isso estava no fato de que os patrões contratavam trabalhadores imigrantes para cargos qualificados e semi-qualificados, “cargos esses de muito mais pesos para a continuidade do sindicalismo” (MARAM, 1978, p. 30). Podemos imaginar que a marginalização do operário brasileiro daí advinda tenha causado muitos conflitos, sendo apontados por Maram como um dos principais obstáculos à organização do movimento operário brasileiro.

A relação entre estrangeiros e nacionais era contraditória, fossem eles patrões ou companheiros de trabalho. Ao analisar rivalidades e solidariedade entre trabalhadores da capital, estrangeiros ou não, Chalhoub trabalha com o conceito de “política do cotidiano” (2001, p. 87), e observa que a elite econômica da época tinha interesse em perpetuar esses conflitos étnicos e raciais como forma de impedir a organização da classe trabalhadora. Essa estratégia era parte do esforço das classes dominantes em elaborar uma nova “ética do trabalho”, em que este se torna “elemento ordenador, a sua lei suprema” (2001, p. 63). Nesse

⁶⁰ Anarquismo: “Sistema de filosofia social, que visa promover mudanças na estrutura da sociedade e, principalmente, a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres” (WOODCOCK, 2002, p. 11).

contexto as classes dominantes estabeleceram uma relação entre ociosidade e pobreza: quanto mais pobre mais ocioso. Contudo, o inverso não é observado, pois tendo meios de garantir sua sobrevivência o ocioso não representava uma ameaça à ordem estabelecida. Esse era o ocioso rico. Já o ocioso pobre, como bem observa Chalhoub (2001, p. 75), constituía verdadeira ameaça e precisava ser reprimido. Desde 1888, os parlamentares (e posteriormente os médicos eugenistas, como fica evidente nas propostas de Renato Kehl) passaram a admitir o desejo de reprimir os miseráveis, as classes pobres ou “classes perigosas” (CHALHOUB, 2001, p. 76), na definição de alguns parlamentares, como Rodrigues Peixoto.⁶¹

Chalhoub elabora uma pirâmide que representaria a hierarquização da sociedade de acordo com a ideologia dos nossos parlamentares. No topo dessa hierarquia estaria o patrão, seguido (um tanto distante) dos bons trabalhadores: “neste nível reina a ordem por excelência, já que os indivíduos aí localizados são aqueles de mais alto grau de moralidade, pois amam o trabalho e sabem respeitar a propriedade” (2001, p. 79). Depois temos o nível dos ociosos, em que ficam os indivíduos que não respeitam a lei do trabalho, daí certa depravação moral e tendência à desordem. Por fim, o nível dos criminosos, indivíduos de maus instintos, miseráveis, vadios. Dessa forma, diz Chalhoub, criou-se um sistema onde o mais trabalhador e ordeiro está mais bem situado na sociedade. Por outro lado, pobreza, ociosidade e criminalidade passam a ser quase sinônimos. Há uma naturalização da ideia da preguiça e da promiscuidade sexual do brasileiro por parte da classe dominante, que busca justificar sua dominação.

As medidas visando a disciplinarização do trabalho, por parte dos patrões, gerou resistência por parte dos operários. Não obstante, Rago observa haver certa “defesa dos padrões familiares e do modelo sexual burguês” (1987, p. 111) presentes no discurso anarquista, movimento geralmente identificado como porta-voz do operariado. A autora difere o posicionamento dos anarquistas no campo da moral em contrapartida à moral burguesa, assentada na exploração do trabalho e na dominação política, repressiva, opressora, pautada em relações sociais autoritárias, injustas e corruptas. Os anarquistas defendem emancipação da mulher, o amor livre, o direito ao prazer, a educação como veículo de emancipação. Todavia, nem sempre os anarquistas praticaram o amor livre, defendendo, ao contrário, a castidade pré-nupcial, a fidelidade, condenando o baile, o álcool, o fumo, até o carnaval. Rago entende essas

⁶¹ Chalhoub utiliza como fonte os *Anais da Câmara dos deputados, de 1888*. (CHALHOUB, 2001, p. 66).

contradições como uma forma de resistência às tentativas das classes dominantes de enfraquecer e entorpecer a classe operária. O carnaval, por exemplo, afastava o trabalhador da família e da luta cotidiana. Já o álcool, para muitos anarquistas além de enriquecer os empresários, mantinha o operário em estado de ignorância e alienação política.

A condenação das festas, bebedeiras, bordéis e bailes visava ainda proteger os operários da ação punitiva dos dominantes, segundo Rago: “O reforço da sanção moral poderia ser uma maneira de escapar da penalidade do Estado e da violência que recaíam sobre o trabalhador e os pobres em geral” (1987, p. 115). Tal condenação visava, ainda, construir um modelo normativo de comportamento militante. A imagem desse operário combatente aparece inúmeras vezes nos jornais operários: o jovem, saudável, estudioso, enérgico e limpo, símbolo do crescimento do país. Essa imagem se contrapunha àquela construída pela elite econômica, do operário bêbado, fumante, decaído, selvagem e arruaceiro.

A aproximação observada por Rago entre os anarquistas, a elite econômica e muitos intelectuais da época eu observei em publicação do jornal anarquista *La Battaglia*:

Aquí não existe uma verdadeira classe operária, construída por nacionais, todo elemento ativo industrial é importado, como importados são quase todos os produtos da indústria e da inteligência. Os imigrantes são pessoas que, no fim das contas, possuem alma mais evoluída que a dos brasileiros. [...] Tudo, portanto, pode ganhar o Brasil com a infiltração estrangeira [grifo meu].⁶²

Essa passagem demonstra que, mais que uma defesa dos padrões familiares e do modelo sexual burguês, conforme observou Margareth Rago, os anarquistas compartilhavam do preconceito da classe dominante contra o trabalhador brasileiro. No entanto, como podemos observar na análise de Chalhoub (2001), a ideia de inferioridade do brasileiro não era compartilhada apenas pelos anarquistas, mas pelos imigrantes de uma forma geral. O preconceito contra o mestiço normalmente aparece em contraposição à crença do branco virtuoso e, especialmente, trabalhador. Nos processos criminais por ele analisados fica patente a recorrência à opinião da classe dominante por parte do imigrante no que diz respeito ao preconceito contra o trabalhador negro. Na condição de patrão, o estrangeiro “discriminava

⁶² “Viva la República”, *La Battaglia*, nº 174, 05/07/1908. Citado por BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Battaglia” e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. In: Cadernos AEL. *Anarquismo e Anarquistas*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998: 139.

abertamente o brasileiro pobre por ocasião da contratação de seus empregados”, diz Chalhoub (2001, p. 117). Nos inquéritos, quando os conflitos entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros viravam caso de polícia, o imigrante, geralmente português, alegava ser “homem de trabalho”, enquanto o negro é acusado de ser vadio, bêbado e arruaceiro (2001, p. 143).

Chalhoub descreve uma festa em um cortiço, no começo do século XX, onde uma família negra comemora o aniversário de uma criança, possibilitando-nos perceber como vivem as pessoas simples, na penúria, sendo a maioria absoluta analfabeta, e trabalhando em subemprego. Embora haja muitas obras literárias que retratem o tema, como *O cortiço*, de Aluizio Azevedo, aqui Chalhoub usa de um depoimento para ilustrar o que afirmou anteriormente quanto ao preconceito dos estrangeiros, nesse caso um português contra um grupo de brasileiros negros, que estão festejando com um cavaquinho, uma harmônica e um violão, instrumento associado à vida boêmia, como observa Diniz (2006). Não é o caso da história narrada por Chalhoub, mas era um costume da polícia da época verificar as pontas dos dedos do acusado e se tivesse calos (os tinha quem tocava violão), prova de que esta seria a prova do delito de vadiagem.

Nesse contexto, os trabalhadores brasileiros viam sua sobrevivência e seus interesses ameaçados pela absoluta falta de políticas sociais. As condições de trabalho eram bastante precárias e o custo de vida, de acordo com dados levantados por Maram (1978), muitas vezes impossibilitava ao trabalhador suprir necessidades básicas, “condenando-se a si próprio a uma morte lenta... trabalhando mais que sua força permite e alimentando-se menos que seus corpos necessitam para funcionar normalmente” (1978, p. 121). Os ajustes dos salários não acompanhavam o aumento dos preços dos alimentos. De acordo com o autor, em 1919, o custo de vida teria aumentado 48%, enquanto o aumento salarial teria sido de 23% (1978, p. 121). Sobre as condições de trabalho, a situação era ainda pior. Jornadas de até quatorze horas de trabalho, seis ou sete dias por semana, ambientes insalubres: “a sina do proletariado era a privação e a exploração”, conclui Maram (1978, p. 124).

Havia ainda o problema da exploração infantil. Desde meados do século XIX, a necessidade de preservação da infância intensificou-se, tal qual observou Rago. Consequência disso, nas primeiras décadas do século XX surgem as primeiras instituições de assistência a crianças carentes e desamparadas. Curioso observar que a primeira instituição do gênero, de São Paulo, o Instituto Disciplinar de São Paulo, era destinado a “incutir hábitos de trabalho e

educar profissionalmente os ‘pequenos mendigos, vadios, viciados e abandonados’” (RAGO, 1987, p. 119). O mesmo incumbia aos orfanatos mantidos pelo Estado, onde os menores seriam educadas para o trabalho, o respeito à ordem, aos superiores e às pessoas mais velhas. Dessa forma, a nação logo contaria com braços obedientes e preparados para o trabalho.

Há uma observação em Rago quanto ao tipo de tarefas ideais para as crianças que me chamou a atenção. O trabalho deveria ter o papel de manter as crianças longe da vagabundagem e das ruas, a “‘grande escola do mal’, espaço público por excelência onde se gerariam os futuros delinquentes e criminosos irrecuperáveis” (RAGO, p. 121). Em concordância com essa lógica, o criminalista Noé Azevedo (que era eugenista) condenava a profissão de vendedor de jornal:

Correr e gritar pelas ruas, querem coisa mais conforme ao temperamento irrequieto dos menores? Subir nos veículos, saltar com agilidade, disputar o freguês aos companheiros, tudo serve de diversão. Entretanto (...) os trabalhos feitos na rua são os que fornecem a mais avultada porcentagem de delinquentes (Apud RAGO, 1987, p. 123, grifo meu).

Podemos observar a tentativa de formulação de uma nova ética do trabalho, apontada por Chalhoub. Nesse período, o trabalho passara a ser o “elemento ordenador da sociedade, a sua lei suprema” (2001, p. 70) e a diversão durante o trabalho era incompatível com o novo modelo produtivo de acumulação do capital. Essa lógica levou à condenação dos quiosques⁶³, onde baleiros, carregadores, vendedores de jornal e outros populares se reuniam para tomar uma pinga, enquanto aguardavam a chegada dos clientes. Chalhoub observa no hábito de frequentar os quiosques uma prática contrária à rotina de produção, já que os trabalhadores ficavam ali nos intervalos da jornada de trabalho. Considerados uma infâmia contra a civilização, os quiosques foram queimados por comerciantes locais, “homens de negócios”, segundo Chalhoub (2001, p. 258).

Pareceu-me uma falácia a argumentação de Noé Azevedo, quanto aos benefícios do trabalho nas indústrias para as crianças. De quais fábricas e quais crianças ele estaria falando? Ao analisar a década de 1920, Maram aponta para as péssimas condições de trabalhos em fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo, os castigos físicos, os turnos de doze

⁶³ Os quiosques eram armações frágeis de madeira, em estilo oriental, construídos nas calçadas do centro da cidade. CHALHOUB, 2001, p. 257.

horas diárias de trabalho, os salários baixíssimos, os inúmeros acidentes graves, as doenças, tudo justificado pelos industriais, alguns deles ditos simpáticos à causa operária, como o médico e industrial Jorge Street⁶⁴: “Se fossem deixados em casa enquanto seus pais trabalhavam, alegava Jorge, ‘estariam expostos a todo tipo de tentação, a todos os vícios, aumentando, assim, o número de... futuros delinqüentes...’” (apud MARAM, 1978, p. 124).

Rago também comenta os esforços de Street em legitimar o trabalho infantil, uma vez que em suas fábricas trabalhavam cerca de trezentas crianças. Visando manter a família junta, Street contratava os filhos, que trabalhavam dez horas diárias, como seus pais. Seu depoimento quanto à rotina de trabalho dos menores é de um sofisma de causar espanto:

Elas só prestam serviços leves [...] além disso é-lhes permitido levarem consigo certos alimentos, como pão, frutas, etc., e, quando querem, a qualquer hora, comer o que consigam levar [...] É de surpreender ver-se essa pequenada trabalhar e sempre tenho a impressão que eles o fazem sem grande esforço, impressão essa confirmada pelo modo como é feita a saída, depois do trabalho terminado. É uma verdadeira revoada alegre e gritante que sai à frente dos maiores, correndo e brincando (Apud RAGO, 1987, p. 137).

A cena descrita por Street mais parece de piquenique. Contudo, de acordo com estudos feitos por iniciativa do governo e artigos publicados nos jornais da época, as condições de trabalho das crianças nas fábricas eram bem diferentes. Em um ambiente insalubre, depois de exaustivas horas de trabalho ininterrupto, muitas vezes as crianças eram fatalmente feridas em máquinas. A maioria delas tinha tuberculose, doença responsável por muitas mortes prematuras.⁶⁵

A mortalidade infantil era uma preocupação constante, fossem elas causadas pela pobreza, problemas hereditários ou doenças. Rago observa que, para alguns médicos, a ignorância das mães pobres era a causa da alta taxa de mortalidade de recém-nascidos entre as

⁶⁴ Jorge Street também foi um destacado político, que participou da criação do Ministério do Trabalho, em 1931, e da fundação do FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1934. Há outros dados biográficos disponíveis em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jorge_street. Acessado em 17/08/2010.

⁶⁵ Maram consulta, além dos jornais *Correio da Manhã*, *A plebe*, *A terra livre* e *O paiz*, os relatórios do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido e no relatório de Antonio F. Bandeira Junior, publicado no Relatório da Federação Local de Santos. Embora estivesse informado quanto a triste realidade do trabalho infantil nas fábricas, Bandeira Junior acreditava que as crianças deveriam ser entregues aos cuidados dos industriais, desde a tenra idade (cinco anos), para que esses lhe ensinassem um ofício. Ver também Rago, 1987, p. 137.

classes populares. Em *A cura da fealdade*, Kehl aponta para a necessidade da educação eugênica voltada para a mulher como forma de garantir “o sucesso da restauração dos nossos semelhantes, sabido como é da ignorância das mães em questão elementares de hygiene resulta grande parte da lethalidade infantil” (1923, p, 268). Crentes de serem eles, médicos, os únicos aptos a determinar regras de conduta da população, como observara Rago, Kehl defendia a exigência legal do exame de sanidade anti-nupcial como forma de proibir o casamento entre indivíduos que, por algum motivo, não se encontrassem em condições de “gerar filhos fortes e bellos” (1923, p. 248). Na obra em questão há muitos conselhos sobre higiene conjugal, a forma correta de vestir as crianças, os cuidados com o quarto (deveriam ser arejados e iluminados), vacinação, alimentação e até esterilização das mamadeiras (que deveriam ser evitadas, já que o ideal era que a amamentação materna).

Embora não seja possível me estender em assunto tão fecundo, não posso deixar de observar o esforço da elite em responsabilizar a população carente do país por problemas graves como a pobreza ou a mortalidade infantil. Mais que isso, no “imaginário social”, observa Rago, os pobres eram “figuras culpadas porque se recusavam a pertencer ao mundo da produção, colocando-se à margem da sociedade; por isso deveriam ser reintegradas a todo custo” (1987, p. 139, grifo meu).

De acordo com Jesús Vázquez (1987), o termo pobreza pode apresentar diferentes significados: religioso, jurídico (penúria de bens econômicos), sociológico e antropológico. Contudo, não havia em nenhuma dessas instâncias, a compreensão de ser a pobreza uma opção, como se observa no caso do imaginário social, crença observável ainda nos dias atuais, penso eu. Já para os eugenistas, esse era um ponto controverso, sendo a pobreza entendida, às vezes, como um problema socioeconômico, outras vezes determinada pela hereditariedade. Assim, para muitos eugenistas da década de 1920, pessoas disformes, doentes, com déficit mental só poderiam ser pobres. Afinal, sabendo serem os problemas decorrentes da pobreza tão graves – doença, fome, miséria, violência e morte, entre outros – seria difícil imaginar quem em total controle de suas faculdades mentais optaria por viver nessas condições. Não haveria políticas públicas capazes de resolver o problema, daí a necessidade de esterilizar os pobres.

Antes de falar sobre a mulher eugenizada, faço uma última observação quanto às condições de trabalho, mais especificamente do imigrante, no início do século XX. Como o

Estado brasileiro adotara uma atitude de não intervenção nas questões trabalhistas, conforme observou Batalha (2000), e o estabelecimento de acordos quanto ao valor do trabalho, a duração de cada turno de produção, os direitos do trabalhador, entre outros, era instituído através de negociações feitas entre patrões e operários. Porém, se, por um lado, os trabalhadores não podiam contar com a interferência do Estado no sentido de assegurar-lhes direitos mínimos, o mesmo não podia ser dito no caso dos patrões. Prisões arbitrárias, invasão de domicílio, espancamentos, empastelamento de jornais e mortes em manifestações foram algumas das práticas adotadas pelo Estado contra o operariado, visando garantir os interesses dos patrões, especialmente em setores como portos e ferrovias, essenciais para o escoamento da produção cafeeira e algumas indústrias de grande porte, como a tecelagem.

Ao se envolverem com o movimento operário e na divulgação do ideário anarquista entre os trabalhadores brasileiros, muitos imigrantes passaram a sofrer violenta repressão. Além das prisões, espancamento e morte, o governo decidiu pela deportação dos ativistas operários: a lei de deportação permitia às elites “livrarem-se dos operários militantes sem perder a sua fachada de tradição jurídica tão cultivada nos setores urbanos como um contrate ao progresso e à civilização” (MARAM, 1978, p. 39). Entre 1907 e 1921 foram deportados 556 imigrantes, sendo 113 portugueses, 121 italianos, 181 portugueses, e 141 classificados como “outros”.

A lei de expulsão de estrangeiros foi elaborada pelo senador paulista Adolfo Gordo, em 1907, e revista em 1912, com o objetivo de revogar os artigos que garantiam alguns direitos dos imigrantes, como a proibição da expulsão daqueles que residiam no país por dois anos consecutivos, fossem casados com brasileira, ou ainda viúvo com filho brasileiro. Pedia, também, a revogação do artigo que garantia ao estrangeiro o direito de recorrer para o Poder que ordenou a expulsão. Adolfo Gordo buscava justificar a lei de expulsão dos estrangeiros naquele momento em que as práticas da civilização e as necessidades da vida moderna estariam gerando novos costumes, quebrando o isolamento dos Estados e impedindo que esses cumprissem com sua função, ou seja, garantir a segurança das pessoas e da propriedade, mantendo a ordem pública. A lei de expulsão dos estrangeiros que ameaçavam a ordem pública seria uma “manifestação do direito de soberania”. Dessa forma, a manutenção dos artigos anteriormente citados não só careciam de fundamento jurídico como eram altamente inconvenientes ao interesse público. A defesa do Estado não poderia ser condicionada pelo

tempo de residência de estrangeiro em território nacional, pelo fato dele ser casado com mulher brasileira ou de ser este viúvo com filho brasileiro.

Adolfo Gordo segue sua argumentação, citando outros países como a Bélgica, Alemanha, Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos, os quais há muito tinham leis que garantiam ao Estado o direito de expulsar qualquer um, estrangeiro ou não, que ameaçasse seus interesses. Na Argentina, depois de “bárbaros e estúpidos atentados anarquistas”, o Congresso foi forçado, segundo Gordo, a decretar a “lei de residência”, que garantia ao Estado o direito de expulsar estrangeiros anteriormente condenados por crimes e delitos comuns ou cuja conduta compromettesse a segurança nacional e perturbasse a ordem pública. O caso que mais me chamou a atenção foi o dos Estados Unidos: a lei de 20 de fevereiro de 1907 bem poderia chamar “lei eugênica contra estrangeiros”, pois permitia a expulsão dos estrangeiros considerados idiotas, imbecis, fracos de espírito, epiléticos, alienados (ou que tivessem sofrido de alienação mental nos últimos cinco anos), pobres, mendigos profissionais, tuberculosos ou afetados de qualquer moléstia repugnante, perigosa ou contagiosa, condenados por *felony* (traição, deslealdade) ou por qualquer outro crime ou delito que revelasse torpeza moral, polígamos, anarquistas, e outros.

Qualquer restrição ao exercício de soberania do Estado colocaria o Brasil, segundo Gordo, em situação de inferioridade em relação às demais nações e, pior ainda, deixaria abertas as portas do país aos vagabundos, mendigos e anarquistas, “fomentadores de desordens, profissionais do crime” e vinham ao Brasil com “planos sinistros”. Lendo seu discurso, tive a mesma impressão quando da leitura do texto de Renato Kehl, *A esterilização dos grandes degenerados e criminosos*, publicado em 1925 nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, primeiro, em relação à forte resistência a suas propostas e, segundo, pela exacerbada argumentação, como se ambos sentissem não haver legitimidade alguma em suas propostas.

Adolfo Gordo afirmara não ser contrário à imigração, pois o Brasil precisava dos estrangeiros para povoar o seu vasto território, explorar as suas riquezas naturais, desenvolver o seu comércio, a sua indústria, a sua agricultura e abrir assim caminho à sua grandeza e à sua independência econômica. Embora fosse o principal agente de tamanho feito, o imigrante era também a “presença ausente” nesses debates, como observa Chalhoub: “raramente os debatedores vão se referir a ele explicitamente” (2001, p. 66). Não há menção às denúncias de

trabalho semi-escravo nas lavouras de café, o não cumprimento do acordo de concessão de terras, às péssimas condições de vida do imigrante, que levaram, no caso do imigrante italiano, por exemplo, à aprovação do decreto Prinetti,⁶⁶ que proibia a imigração desses para o Brasil. Essa situação atingia os imigrantes de forma geral, independente da nacionalidade. Maria Helena Brito, ao tratar das condições dos alemães mandados para Goiás em 1924, comenta o envio de um técnico alemão que fez a seguinte afirmação sobre a situação desses imigrantes: “A tentativa de colonização do governo goiano é quase como um crime contra o povo alemão” (1992, p. 114). Assim como a população carente do país, os imigrantes não tinham acesso à escola nem à tratamento médico e a violência, física e moral, era uma constante. Apesar dessa triste condição, a expulsão dos estrangeiros era defendida por Adolfo Gordo como uma medida de profilaxia social.

4.2 – As mulheres eugenizadas

A análise de Chalhoub, contudo, vai além das relações de trabalho. Ao discutir problemas como a falta de moradia e a penúria, o autor ressalta como esses interferiam na conduta amorosa e na organização familiar da população pobre do país. Essa análise, por outro lado, passa pela observação dos padrões morais da ordem burguesa, pois eram a base da condenação dos costumes populares. A conduta amorosa e o significado do termo família para a população pobre não se ajustavam àqueles propalados pelas classes dominantes. O conceito de família, por exemplo, não se pautava em laços sanguíneos, mas em “redes de solidariedade e de ajuda mútua tão extensas, variadas e íntimas que se tornou impossível, em diversas situações concretas, estabelecer os limites entre as redes de solidariedade dita “familiar” e as de outro tipo” (CHALHOUB, 2001, p. 175).

A começar pelas relações homem-mulher, Chalhoub compara as descrições e definições dos médicos quanto aos papéis sociais do homem e da mulher. Da constatação de certa fragilidade física na mulher advinha a ideia de “debilidade moral” e, conseqüentemente, sua inferioridade em relação ao homem, caracterizado pela sua virilidade e força moral e pela

⁶⁶ LEVY, Maria Stella Ferreira. *O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101974000500003&script=sci_arttext. Acessado em 21/09/2010.

sua racionalidade. Assim se justifica a divisão de trabalho e a completa dominação do homem sobre a mulher. Ela deveria ser posta sob a proteção do homem, cuidar dos filhos e do lar, enquanto o homem se dedicava ao trabalho, “à posse da mulher e fiscalização dos filhos”, conforme observou Chalhoub (2001, p. 179).

Desde meados do século XIX, de acordo com Rago, os médicos brasileiros vinham se preocupando com a preservação da família, o que se intensificou no início do século XX. Nesse contexto, mulheres e crianças passaram a ser o centro das atenções; essas consideradas o futuro da nação; aquelas, responsáveis por gerar e criar as crianças. Talvez por essa razão a figura da mulher e a da criança aparecia sempre associada. Rago, contudo, acredita que essa associação se ajustava à crença da incapacidade de ambos de agir e pensar de forma independente. Sendo assim, os cuidados com a mulher deveriam ir além da estética, como observa Fernando de Azevedo, em texto publicado nos *Annaes de Eugenia*: “Além do seu aspecto esthetico e hygienico, envolve, e dahi o seu interesse maior, um sub-problema social, ethnico e economico” (1919, p. 149, grifo meu).

O que será que Azevedo queria dizer com “sub-problema social”? Podemos entender a preocupação econômica da questão, assim como sua relação com o étnico, já que a mulher era vista como a geradora da futura raça eugenizada. Por essa razão, Kehl condenava intensamente a prostituição, “peste terrível” (1923, p. 222), disseminadora de sífilis e outros males venéreos. O aborto e o divórcio eram práticas condenadas. Kehl acreditava que a incompatibilidade de gênio e as “difficuldades de vida” não eram as verdadeiras causas para o divórcio, essas residiam em “anomalias phisicas, em psychoses, em doenças” (1929, p. 179). A solução proposta por Kehl era a instituição legal do exame pré-nupcial, sendo o divórcio aceitável apenas em situações especiais, como medida de “prophylaxia social” (1929, p. 181).

A afirmação de Azevedo parece-me confirmar o que Rago afirmara quanto à ideia de debilidade da mulher, vista apenas como mero instrumento de transformação. Ao discorrer sobre a necessidade de cuidar da saúde da mulher e evitar a esterilidade, Azevedo observa que, pior que isso seria que a mulher viesse à “encher o mundo de criaturas doentias e abastardar a raça”. Era preciso aplicar os preceitos da eugenia, transformando as meninas, “criaturinhas pubescentes”, em mulheres “socialmente uteis” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 150). A mulher aparece aqui não como um ser pensante, capaz de discernir entre o que lhe convém ou não, mas como alguém que precisa ser transformada em algo útil à

sociedade. Para tanto, seria necessária educação física feminina, que implicava ambiente higiênico, exercícios de bola, remo e natação, mais estudos práticos sobre formação e direção do lar. A eugenia, por sua vez, possibilitaria obter da mulher o “maximo de encantos phisicos e moraes para o preenchimento cabal da missão de mãe e educadora, circumscriptas á orbita que lhe balisaram a natureza e as funções que lhe incubem” (ANNAES DE EUGENIA, 1919, p. 152).

A despeito da sacralização da “função biológica da mulher em face da conservação e melhoria da espécie”, como observara Kehl (1929, p. 220), Diwan (2003) lembra o quanto secundário era o papel da mulher. Em matéria publicada no *Boletim de Eugenia*, em 1930, Kehl relata a história de um casal que tivera doze filhos, sendo seis deficientes: “O mais interessante é terem sidos os homens os mais prejudicados, pois dos 12 filhos, seis são anormaes, sendo 5 rapazes e 1 menina. Os seis normaes são todos do sexo feminino” (Apud DIWAN, 2003, p. 158). Kehl parece lamentar o fato de serem os meninos os seres “anormaes” da família. Talvez eles representassem um custo social maior, já que não poderiam trabalhar e as meninas não eram seres economicamente produtivos. Ao mesmo tempo, Kehl se mostra inconformado com a saúde e a capacidade de adaptação da “desgraçada família”: “Estes pobres aleijões andam sobre os joelhos com relativa facilidade [...] fazem alguns trabalhos leves. Um delles, diz o pae, corta lenha e até atira laço! A saúde geral desses infelizes é boa” (Apud DIWAN, 2003, p. 158, grifo meu). Isso contraria o que o autor afirmara em *A cura da fealdade* quanto à relação entre beleza, saúde e normalidade. Em *Tipos vulgares*, Kehl novamente afirmara ser a infelicidade o resultado da “desordem orgânica, psiquica e mental dos homens” (1940, p. 27). O autor não esclarecera como isso acontecia, se a adaptação desses “infelizes” era uma resposta biológica às condições concretas de existência ou, ao contrário, uma falha no sistema natural de seleção.

A crença na debilidade da mulher é mais evidente em *Como escolher um bom marido*⁶⁷, obra de Kehl que, a meu ver, merece algumas considerações. Não obstante a declaração de Kehl quanto à “patente superioridade da mulher sobre o homem” (1926, p. 67), sua argumentação é no mínimo incoerente. Depois de caracterizar a mulher com adjetivos

⁶⁷ Minha proposta inicial era trabalhar com outra obra de Kehl, *Como escolher uma boa esposa*, na tentativa de melhor compreender o papel desempenhado pela mulher no mundo eugenizado idealizado por ele. Contudo, não encontrei a obra. Já a obra *Como escolher um bom marido*, encontrei um único exemplar, que pertence à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo.

como bela, carinhosa, meiga, flexível e vivaz, a rainha da criação, Kehl cita um médico lusitano que assim resumia o “enigma” da mulher: “ser bela para ser possuída. Ela não é feliz enquanto não se sente propriedade de alguém” (1926, p. 64, grifo meu). Se ser propriedade de alguém é condição de seres superiores, o que dizer dos proprietários desse seres? O texto, de um modo geral, sugere ser a condição natural da mulher uma pessoa física e moralmente frágil, desprovida de razão, cuja função mais nobre era a maternidade. A mulher era a “rainha da criação” (KEHL, 1926, p. 63). Quanto à beleza, essa era importante, pois garantiria sua sobrevivência – “sendo feia, a moça nunca iria se casar”, o que seria terrível, já que “todo o prospecto do futuro, todo o ideal de felicidade de uma moça está no casamento. Casar para ela é triunfar!” –, afirmara Luiz Pereira Barreto, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, em texto publicado nos *Annaes de Eugenia* (1919, p.140).

Kehl declarara ser a mulher brasileira merecedora de todo o louvor: “as virtudes que fazem do nosso povo um dos mais apreciáveis do planeta é obra sua” (1926, p. 66, grifo meu). Novamente, a dúvida: a que povo o autor se refere? Talvez a mulher fosse a responsável, sozinha, pela parte “apreciável” da população do país, enquanto o homem, seu proprietário, fosse, também sozinho, responsável pelos resíduos sociais que Kehl sonhava esterilizar. Talvez Kehl estivesse apenas sendo irônico.

Mais instigante ainda é a leitura das regras para se escolher um bom marido. Curiosamente, na maioria das vezes, Kehl não se dirige às leitoras, mas a qualquer um que buscasse adquirir matrimônio. Seriam elas incapazes de compreender os esclarecimentos quanto a cada regra? Optei por citá-las na íntegra (1926, p. 71), por entender que ilustram de forma bastante apropriada a visão de mundo de Kehl:

- 1 – Escolha sempre um par da mesma condição social;
- 2 – Tenha sempre em vista a ascendência familiar do par que vai escolher;
- 3 – Evite casar-se com pessoa de raça diversa;
- 4 – Escolha um par em perfeito gozo de saúde física, psíquica e mental;
- 5 – Procure um esposo de educação e instrução equivalente a sua;
- 6 – Dê preferência a um par de situação financeira idêntica e aproximada da sua;

- 7 – Verifique antes de casar-se se pode ser “verdadeira” para com seu esposo e vice-versa;
- 8 – Não se engane com bela aparência, nem com belas palavras;
- 9 – Examine antes de comprometer-se num noivado, se o seu candidato encara a vida com seriedade e com a necessária previdência para assegurar um lar feliz e tranqüilo;
- 10 – Escolha um par de idade conveniente;
- 11 – Evite casamento consanguíneo;
- 12 – Procure um jovem de afinidade psíquica e mental, de temperamento, gostos e predileções aproximadas, afim de evitar desentendimentos e malquerenças;
- 13 – Evite um par de gostos e tendências exclusivas quando estas não afinam pelos seus;
- 14 – Evite casar com um jovem cuja profissão não se conforma;
- 15 - Antes de dar o último passo para o compromisso matrimonial, leia todas as regras acima, pondere o que fazer e o que poderá acontecer, tendo sempre em mente que, casando-se, não vai viver para si só, mas para a família, para a descendência e para a humanidade.

Na ocasião, conforme podemos observar nessas regras, Kehl insistira em muitas de suas colocações anteriores, quanto à inegável inferioridade “somato-psíquico” do mestiço (1926, p. 73); a manutenção das classes sociais através da união entre descendentes de famílias de profissão e vocação idênticas: “filhos de médico devem preferir se casar com filhos de médico, de militares, filhas de militares, e filhas de agricultores, filhas de agricultores” (1926, p. 80). Mais que eugenizar, Kehl, conservador que era, buscava conter as mudanças decorrentes, por exemplo, de um casamento entre membros de diferentes classes sociais. Ao condenar o casamento entre “raças diversas”, o autor alegava haver certa “aversão entre brancos e amarelos, pretos e brancos” (1926, p. 73). O problema era ainda maior quando a mistura era entre brancos e negros.

Da mistura da raça preta com a branca não resultam produtos hígidos [...]. Outras razões acrescem que desaconselham os casamentos de raças heterogeneas: a não existencia entre elas de afinidade de gosto, de hábitos, de tendencia, de ideias, de atos. [...] ha, portanto, a incompatibilidade psico-social, pernicioso para a vida domestica (KEHL, 1926, p. 74, grifo meu).

A afirmativa do autor dispensa qualquer comentário. Apesar das contradições e inconsistências presentes em Kehl, seu ideal racista e classista se manteve ao longo de sua obra, pelo menos até 1933.

Na apresentação de *Como escolher um bom marido*, Eunice, mulher de Kehl, afirma estar a muito tempo comprometida com estudos referentes ao progresso feminino, o “papel da mulher mãe, dona de casa, educadora, enfermeira, propagandista de ideias e intuítos sociais altruísticos [...] e dos valiosos e alevantados principios ditados pela EUGENIA, ciencia digna do interesse de todas as moças inteligentes e cultas” (1926, p. 07). Nesse pequeno trecho podemos observar a condição às vezes controversa da mulher dentro do projeto de modernização do país no início do século XX. Segundo Macena⁶⁸, muitas mulheres ditas modernas utilizavam do discurso tradicional como forma de preservar seus privilégios na sociedade. Comparada à condição da mulher do século XIX aqui descrita por Kehl, enclausurada, sem direito à educação, mulheres como Eunice, instruídas, engajadas em buscar soluções para os problemas que afligiam a humanidade, podiam mesmo ser consideradas modernas.

Outro aspecto que quero ressaltar nesse discurso de Eunice é quanto à sua defesa da eugenia. De acordo com material que utilizei poucas foram as mulheres que participaram, ainda que de forma indireta, dos debates em torno dos preceitos eugênicos no Brasil, tal como Eunice Kehl. Além de Hildegart e Eunice, Diwan (2003) cita Cecília Meireles e Maria Lacerda de Moura. Essas informações constam no material consultado pela autora, as cartas que fazem parte do Fundo Pessoal Renato Kehl, ao qual não tive acesso.

Cecília Meireles (1901-1964) fora convidada por Kehl, em 1933, a escrever uma palestra sobre eugenia, a defesa da prole, a mulher como fator principal na defesa da nacionalidade, a mulher mãe e a mulher cidadã e o que deveriam fazer as mulheres pela higiene da raça. A palestra seria transmitida pela rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, e depois publicada nos principais jornais do país. Contudo, a escritora educadamente recusou o convite.

⁶⁸ MACENA, Fabiana. *Madames, mademoiselles, melindrosas: representações femininas na revista Fon-Fon (1920-1930)*. Disponível em <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/resenhafonfon.pdf>. Acessado em 20/06/2010.

Maria Lacerda de Moura (1887-1945), em carta enviada a Roquette-Pinto, questiona quanto à possibilidade de participar do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, com o trabalho intitulado “A emancipação feminina – liberdade sexual da mulher”. Moura critica a não participação da mulher nos debates sobre o tema: “Um congresso de eugenia só de homens é prova de que estamos muito distantes da solução do problema eugenico” (Apud DIWAN, 2003, p. 94). Embora endereçada a Roquette-Pinto, a carta faz parte do acervo pessoal de Kehl,⁶⁹ pois ele fora o secretário geral do Congresso. Diwan (2003) não traz outro comentário sobre a correspondência, se Moura teve ou não resposta à sua proposta. Contudo, partindo do título do trabalho proposto e dos comentários da autora sobre a condição da mulher naquela época – escrava social do preconceito sexual – podemos imaginar o entusiasmo de Kehl quanto à participação de Moura no Congresso.

Nas atas do Congresso consta o nome de três mulheres: Celina Padilha, Antonina Martins e Maria Antonietta de Castro. Celina Padilha era membro da Associação Brasileira de Educação, e durante a I Conferência Nacional de Educação, que aconteceu em Curitiba, em dezembro de 1927, apresentou a tese *Sobre a Educação Sexual*, juntamente com Kehl. Comprometida com as reformas educacionais da época, Padilha criticava a separação dos sexos nas escolas, que impossibilitava o intercâmbio intelectual e criava um ambiente artificial entre homem e mulher. Durante o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, a educadora foi secretária da seção de Educação e Legislação, responsável pelas atas. Antonina Martins apresentou um trabalho sobre mortalidade infantil e, em seguida, a chefe das educadoras sanitaristas paulistas, Maria Antonietta de Castro, apresentou o seu. Infelizmente, não há comentário algum sobre esses trabalhos, nem mesmo o nome dos trabalhos, ou o tema tratado por Maria Antonietta de Castro, “A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil” (este consta na relação dos trabalhos que seriam publicados nos volumes II e III).⁷⁰

Além de educadora, Moura foi fundadora da Federação Internacional Feminina, cujo objetivo era “canalizar todas as energias femininas dispersas no sentido da cultura filosófica, sociológica, ética, estética – para o advento de uma sociedade melhor” (*A Plebe*, apud RAGO, 1987, p. 100). A autora entendia que a degradação das relações familiares (que

⁶⁹ Fundo pessoal Renato Kehl. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz, RJ.

⁷⁰ *Actas e Trabalhos* (1929, p. 342).

Kehl buscara evitar através da esterilização e segregação dos tidos degenerados), só seria resolvida a partir de uma transformação radical das relações sociais, o que implicaria oportunidades iguais e respeito pelas diferenças entre homens e mulheres. Já a miséria, o alcoolismo, as doenças e a exploração seriam resolvidos quando todos entendessem que a verdadeira causa desses males era a ambição desenfreada do homem por riqueza e poder. Talvez por conta de sua consciência quanto às precárias condições de vida dos explorados e oprimidos do seu tempo, em 1937, quase dez anos depois de se mudar para uma pequena comunidade no interior de São Paulo, Moura tenha afirmado ter sido este o tempo em que fora livre: “livre de escolas, livre de igrejas, livre de dogmas, livre de academias, livre de muletas, livre de prejuízos governamentais, religiosos e sociais”.⁷¹

O protótipo de mulher elaborado pelos médicos eugenistas e sanitaristas, “modelo vitoriano de comportamento feminino” como afirmou Rago (1987, p. 65), estava muito distante daquele relatado por Chalhoub (2004), inviabilizado pelas condições concretas de sobrevivência. Kehl parecia não desconfiar da luta da mulher pobre para sobreviver, quando chamara de “contingente negativo” a classe de pessoas que se ocupam de tarefas domésticas, como lavadeira, engomadeira, doceira e faxineira. Embora mal remunerado, esse trabalho permitia que mulheres pobres não apenas garantissem sua sobrevivência, mas alcançassem “relativa independência” em relação aos companheiros, conforme observou Chalhoub (2004, p. 204).

Ao contrário do que afirmara o vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, Luiz Pereira Barreto, o casamento não era o ideal de felicidade da mulher pobre. Chalhoub observa a ocorrência de muitos casos em que a mulher, insatisfeita com seu companheiro, opta por abandoná-lo, passando a viver de seu próprio trabalho. Contudo, isso não aconteceria sem represália por parte do homem que utilizará de outro método de subjugação feminina que não a ciência médica e sanitarista: a violência. A independência financeira da mulher desobrigava-a de sujeitar-se às condições impostas por seu companheiro, gerando, assim, conflitos que muitas vezes acabavam em tragédias. Assim, de acordo com Chalhoub, os atos de violência contra a mulher resultavam da impossibilidade de exercício de poder por parte do homem, embora a polícia e advogados buscassem justificar a agressão

⁷¹ RAGO, Margareth. Disponível em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/moura.htm>. Acessado em 31/08/2010.

como um ato de defesa da “honra ultrajada” (2004, p. 217). Dessa forma, o crime em defesa da honra transformava um ato de fraqueza e impotência em demonstração de poder e dominação.

Ao questionar as razões para a constante condição de vítima da violência intraconjugal da mulher, Chalhoub observa a internalização dos estereótipos sobre o ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ disseminados pela classe dominante entre a população pobre, o que gerava “ambigüidades e insegurança” como observa Chalhoub, que, por sua vez, levariam ao recurso da violência (2004, p. 228). O homem pobre passava a acreditar que a mulher era (ou pelo menos deveria ser) sua propriedade privada. Contudo, suas condições materiais não permitiam que ele exercesse seu poder de proprietário, o que o frustrava.

Relacionei essa observação de Chalhoub àquela de Kehl, quanto ao desejo de serem as mulheres propriedade do homem, na tentativa de entender as bases dessa ideia. Certamente muitas mulheres deveriam concordar com ela, não por serem tolas, fúteis ou incompetentes. Rago observa que a opressão masculina pesava sobre as mulheres de todas as classes, já que sua emancipação era vista como uma ameaça aos domínios dos homens. Alguns eugenistas entendiam a emancipação da mulher como uma ameaça à constituição de uma raça forte, como defendera Azevedo Amaral juntamente com o general Moreira Guimarães em trabalho apresentado durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, intitulado *Feminismo e a raça*.

Rago observa vários recursos utilizados pelas classes dominantes para manter a mulher dominada. Não bastassem os discursos moralistas, a defesa e valorização da virgindade e a sacralização da maternidade, os cursos de especialização profissionais estavam praticamente fechados para as mulheres, uma evidente tentativa de mantê-las à margem no mundo do trabalho. Mesmo os anarquistas, que defendiam na participação da mulher nos movimentos reivindicatórios, concordavam com a ideia de despreparo e debilidade da mulher e, partindo dessa premissa, tentavam controlar esses movimentos. Como evidência, Rago cita uma matéria publicada no jornal socialista *Avanti*, em 1901, parabenizando as operárias pelo sucesso em uma manifestação em uma fábrica de tecidos, quando mais de 700 mulheres “despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos” tiveram forças de lutar contra “a prepotência do capitalismo esfaimador” (1987, p. 71).

Mais que uma completa desvalorização profissional, política e intelectual da mulher, a construção do modelo da “mulher-mãe-devotada” implicava sua anulação enquanto pessoa: “Essa desvalorização da mulher é imensa”, observa Rago, “porque parte do pressuposto que a mulher não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido” (1987, p. 65).

Não bastasse essa situação, a mulher trabalhadeira se transformou em concorrência, num mercado de trabalho já saturado. Em reação a essa situação, como acontecera anteriormente, o homem simples se apropriara do discurso da elite, quanto ao papel fundamental da mulher. Em 1917, o jornal *A Razão* publica a queixa de um operário:

Nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã virão a nos substituir, mas devemos fazer-lhes compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem estar da humanidade, pois assim elas demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainha do lar [...] (Apud FAUSTO, 2000, p. 115).

Rago traz muitos outros exemplos de publicações como essa em jornais como o *La battaglia*, *A luta proletária*, *A terra livre* e *O amigo do povo*, em que circulam a visão masculina sobre mulher, às vezes frágil, ingênua, passiva, outras trabalhadora e militante. Curioso pensar que, embora débil e despreparada, a mulher era uma ameaça aos interesses do homem, fosse em casa, na vida conjugal ou no trabalho, daí a exigência do seu confinamento à vida doméstica, uma forma de valorizar o trabalho e afirmar a posição social masculina. Numa espécie de retaliação, as mulheres recebiam menos para realizar as mesmas tarefas que os homens e os cargos de chefia eram interditados a elas. Vale ressaltar, ainda, a ideia de passividade feminina como algo natural, biológico. Rica ou pobre, a mulher deveria se submeter à autoridade masculina, em função da sua limitação física e moral. A observação do cotidiano, todavia, contraria essa tese. Conforme Chalhoub observou anteriormente, muitas mulheres pobres garantiam sua sobrevivência e a de seus filhos através do seu próprio trabalho. Quanto às operárias, são inúmeros os registros de greves deflagradas por elas: “Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca” (FAUSTO, 2000, p. 194).

Essa contradição Rago observa quando da constatação de duas imagens femininas fortemente contrastantes nos jornais da época: uma “submissa, que não sabe lutar e, ao

mesmo tempo, uma figura combativa que sai às ruas e enfrenta sem reservas as autoridades públicas e policiais” (1987, p. 73). A mulher submissa, ao contrário da combativa, se sujeitava às injustiças dos patrões por não saber lutar. Contudo, ambas eram trabalhadoras. Isso, novamente, contradiz a ideia de passividade da mulher.

4.3 – Eugenistas: racistas contemporâneos e humanistas

Os eugenistas muito se esforçaram por legitimar o projeto eugênico elaborado por eles. Desde o início da década de 1920, Renato Kehl trabalhava nesse sentido, ministrando palestras, organizando material para publicação e angariando apoio entre as elites para sua causa redentora. Em fevereiro de 1918, criou a Sociedade Eugênica de São Paulo. Os 140 associados pertenciam a diferentes setores da sociedade, embora a maioria fosse médicos. O presidente da entidade e médico fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho, era genro de Júlio Mesquita, fundador do jornal *O Estado de São Paulo*. Através da leitura do Estatuto da Sociedade podemos observar a eloquência do projeto de aperfeiçoamento da população. De acordo com os *Annaes de Eugenia* (1919, p. 257), nada escaparia à eugenia. A Sociedade tinha por objetivos:

1º – O estudo e a aplicação das questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie;

2º – O estudo e a aplicação das questões relativas à influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais;

3º – O estudo das ciências que se relacionam com a Eugenia;

4º – A divulgação entre o público de conhecimentos higienicos e eugenicos, para o bem do individuo, da collectividade e das gerações futuras;

5º – O estudo da regulamentação do meretrício;

6º – Concorrer para o exame pré-nupcial dos nubentes.

Também em 1918, Belisário Penna organizou a Liga Pró-Saneamento do Brasil, cujo objetivo era interferir na constituição das leis brasileiras, visando formular e implantar políticas compulsórias em prol da saúde pública. Dois anos antes, 1916, Belisário Penna e Arthur Neiva publicaram os registros de uma excursão que fizeram pelo interior do país, relatando o abandono dos sertanejos e os sérios problemas de saúde que atingiam essas populações. As propostas sanitaristas começaram a ter êxito após a epidemia de gripe espanhola, que atingiu as cidades, ignorando distinções sociais, daí o apelido de "gripe democrática".⁷²

Em janeiro de 1923, Gustavo Riedel (1887-1934) fundara a LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental, instituto que reunia a elite médica do país, entre eles Juliano Moreira, Antonio Austregesilo, Afrânio Peixoto e Renato Kehl. De acordo com José Roberto Franco Reis, a LBHM compartilhava com a Liga Pró-Saneamento e a Sociedade Eugênica o ideal de regeneração da população. Riedel afirmara ser a miscigenação um “degrao da incorporação sociogênica e nunca um equilíbrio ethnico estável” (REIS, 1994, p. 60). Durante muitos anos essas instituições compartilhavam do ideal de aperfeiçoamento da população.

Com os avanços nos estudos sobre genética, a corrente mendeliana se fortaleceu e Kehl, junto com Octavio Domingues, endureceram a defesa dos métodos da eugenia negativa, através de suas publicações no *Boletim de Eugenia*. A indistinção entre sanitarismo, mendelismo e neolamarckismo aos poucos vai desaparecendo. Alessandra Rosa (2005) observa como a radicalização do discurso em defesa do mendelismo acabou levando à condenação dos projetos nas áreas da educação e saúde, voltados às comunidades carentes, pois os benefícios daí advindos não eram transmitidos para as novas gerações. Novamente, o debate entre caracteres hereditários e caracteres adquiridos, ou seja, entre mendelianos e neolamarckistas. De acordo com Rosa, o embate entre sanitaristas e eugenistas se estabeleceu nos seguintes termos: “Se Renato Kehl, por um lado, argumentava que de nada adiantaria ter um bom solo se as sementes fossem ruins, Belisário Penna, por outro, defendia que de nada adiantaria ter boas sementes se o solo não fosse propício para recebê-las”. (2005, p. 120).

Outro argumento dos eugenistas contra o projeto sanitarista era seu alto custo financeiro. Domingues acreditava que a verba destinada à educação e saúde pública seria mais

⁷² Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_quesocial_mov_san.htm Acessado em 27/01/09.

bem empregada se investida em benefício daqueles que pudessem contribuir positivamente com a sociedade. Através da esterilização o número dos inaptos diminuiria, reduziria os gastos com assistência social e ainda impedia que a degeneração da população avançasse.

Essas associações lançavam mão da eugenia como uma forma de viabilizar suas propostas de transformação social. Todavia, segundo Jean-Pierre Rioux, as organizações surgem onde há “um vazio de controle social ou um vazio no poder, porque os poderes organizados ainda não tiveram tempo de se apoderar dele” (1996, p. 111). Um caso bem ilustrativo é o da LBHM que, já na época da sua criação, tinha “certa pretensão totalizante”, ou ainda, um “Estado dentro do Estado”, como observa Reis (1994, p. 64). Reis recorre ao psiquiatra Jefferson de Lemos, para quem a instituição não era “nada menos que uma tentativa de absorção, por um grupo limitado de cientistas de todos os poderes sociais, postos assim sob suas ordens.”

Em concordância com a afirmativa de Jean-Pierre Rioux, José Murilo de Carvalho (1998) observa que as associações fundadas no Brasil nas primeiras décadas do século XX ilustram o descaso da República e seus governantes para com os problemas que afetavam a população. Nesse contexto, o movimento sanitarista e o higienista ganharam notoriedade e, a partir daí, novas estratégias e execuções de políticas públicas foram formuladas. Kehl, por sua vez, apresentara em *Sexo e civilização* um novo programa de eugeniização, agora com 19 procedimentos. Muitos já foram discutidos, como a condenação à mestiçagem e a defesa do exame pré-nupcial. Contudo, nessa ocasião, Kehl foi bastante minucioso, revelando seu comprometimento com os interesses da classe dos “bem dotados”, um flagrante do quanto excludente era seu programa. Sem querer tratar a questão de forma exaustiva, citarei apenas as modificações presentes nesse novo programa⁷³ (1933, p. 232):

b) sindicalismo, união de classes, com propósitos elevados de defesa e de progresso de seus membros; [...]

d) dotação ou bolsa matrimoniaes para os que se revelarem expoentes nos cursos superiores, normais e profissionais, isto é, para que os que mais se distinguirem possam logo contrair casamento [...];

e) concursos de eugenia para adultos, com prémios que equivalerão á preferéncia para os cargos de responsabilidade;

⁷³ O programa completo está em Anexos.

- g) concessões especiais no tocante ao serviço militar para os indivíduos bem dotados;
- i) retardar a união dos indivíduos fracos, mediocres, fixando a idade mínima de 25 anos, quando não houver maior motivo para impedi-la, estabelecendo intretanto, a exigência legal de um salário mínimo compatível com o sustento do lar;
- j) criação de instituições *especiais* para a proteção dos órfãos dos tipos superiores [...];
- k) bolsas nacionais para a educação e auxílio dos filhos sadios de intelectuais e de artistas ligados à profissão que exercem;
- l) estabelecer que as famílias sadias e produtivas só sejam moderadamente atingidas pelos impostos;
- n) seguro do Estado para os indivíduos de categoria, isto é, chefes de famílias numerosas de bens dotados;
- o) todo casal de bem dotados e superiores, assim considerados por uma junta de eugenistas, receberá, mensalmente, um auxílio de 500 mil reis ao registrar-se o 5º aniversário do 3º filho, e de 200 mil reis a mais para cada filho que nascer [...];
- q) novo sistema de recenseamento da população, a fim de facilitar o histórico genealógico das famílias. Organização dos registros genealógicos ou dispensários eugenéticos nas cidades com o propósito de instruir os candidatos ao matrimônio, sobre os defeitos e qualidades e facilitando a formação de “family stocks”, favorecendo, assim, a procriação de genótipos da elite;
- r) propagar e encorajar a migração para os campos, que deverão tornar-se mais atraentes e a vida de trabalho melhor remunerada, especialmente para os tipos das classes superiores;
- s) combate aos latifúndios, política de colonização baseada em novos moldes seletivos no tocante ao valor dos colonos e suas tendências vocacionais. Divisão das terras como propriedades definitivas e hereditárias subordinadas ao número de filhos capazes;

Que porcentagem da população se beneficiaria desse programa? Quem arcaria com os gastos institucionais, bolsas, seguros e auxílio destinados aos bens dotados, se esses sequer contribuiriam com a arrecadação de impostos, a não ser de forma moderada? Já os degenerados seriam segregados, esterilizados e, sem assistência, logo estariam extintos. Quem ia produzir riquezas, explorar o potencial do país, já que a classe de bem dotados era muito reduzida (daí a necessidade desse programa)? Não creio que Kehl considerasse o operariado brasileiro como “bem dotado”, logo, não havia necessidade de manutenção dessa classe.

Uma proposta que me chamou atenção foi a criação de concursos de eugenia para adultos, cujos vencedores seriam preferidos para cargos de responsabilidade. Em 1933, Roquette-Pinto também sugerira a realização de concursos para escolher, entre trabalhadores rurais e operários das indústrias, um jovem casal que fossem “tipos de herança realmente eugênica, e qualidades pessoais relevantes” (1978, p. 17). O casal vencedor ganharia um pequeno aumento de seus patrões e com isso todos sairiam ganhando: o país, o patrão (que no futuro contaria com melhores artífices) e, o casal, pois ambos estariam em melhores condições ao adquirir matrimônio. Durante sua exposição, Roquette-Pinto se pôe dialogando com um amigo ranzinza e reumático, que contestava suas ideias. O tom (um tanto jocoso) sugere mais uma reflexão e sua proposta pareceu-me mais um incentivo que um instrumento de manutenção dos interesses de determinado grupo social, como se observa em Kehl.

Outra proposta de Kehl que merece algum comentário é a “criação de instituições *especiais* para a proteção dos órfãos dos tipos superiores”. Na década de 1920 existiam inúmeros orfanatos e institutos que cuidavam de menores desamparados, abandonados, pequenos mendigos e órfãos. De acordo com Rago (1987), essas instituições funcionavam de forma precária e a mortalidade infantil era uma realidade. Kehl certamente estava ciente dessa situação, daí sua solicitação por instituições *especiais* para cuidar dos órfãos dos tipos superiores, pois, nas que já existiam as crianças poderiam não sobreviver. Essa pareceu-me a mais desumana proposta apresentada por Kehl até esse momento. Na condição de médico da Santa Casa de Misericórdia, ele conhecia as dificuldades de sobrevivência da população carente e nem por isso se mobilizou em defesa de condições mais humanas, nem mesmo para as crianças que, segundo ele, eram o germe da futura nação.

Mais intrigante ainda é pensar nessa insistência de Kehl quanto à preservação daqueles que ele identificara como bem dotados. Naquela época não se tinha conhecimento ou ferramentas (como hoje não temos) que possibilitassem determinar se os filhos dos bem dotados seriam como os pais. Também não havia consenso quanto à definição de degenerado. Octavio Domingues, por exemplo, discordava de Kehl quanto à degenerescência inata do mestiço, embora concordasse com os métodos eugênicos propostos pelo colega eugenista, como a esterilização e a segregação. Kehl havia sido censurado por sua visão unilateral, que o impossibilitava de considerar a capacidade humana de adaptação às condições adversas. Hoje suas ideias poderiam ser refutadas pelos avanços nos estudos da psicologia e da utilização do conceito de resiliência (termo emprestado da Física e Engenharia), que sugere resistência ou

habilidade adquirida de superar adversidades. Maria Yunes aponta os resultados de experimentos feitos com crianças vítimas da pobreza, filhos de pais alcoólatras ou de baixa escolaridade: “melhor desenvolvimento intelectual; maior nível de auto-estima; maior grau de autocontrole; famílias menos numerosas; menor incidência de conflitos nas famílias” (2003, p. 79). Num exercício puramente especulativo podemos imaginar a relutância de Kehl em creditar veracidade a tais resultados (se pudessemos confrontá-lo), uma vez que esses contrariavam tudo o que ele acreditara e defendera.

Penso ser oportuno fazer uma reflexão sobre a defesa dos preceitos eugênicos por parte dessa elite intelectual brasileira tão diversificada e com pontos de vista distintos. Quando da seleção das fontes e da identificação dos eugenistas no Brasil, não encontrei, assim como Stepan, referência à eugenia na biografia de muitos dos participantes do movimento, entre eles Fernando de Azevedo, Belisário Penna e Roquette-Pinto, uma forma de silenciar o envolvimento desses cientistas ilustres com uma ideia posteriormente entendida como “pseudocientífica” (STEPAN, 2005, p. 12). Isso porque, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a divulgação dos crimes cometidos pela Alemanha nazista, a eugenia passou a ser vista como uma aberração histórica que deveria ser esquecida.

O desenvolvimento do eugenismo no Brasil, todavia, se deu em um contexto muito específico, diferente daquele vivido nos Estados Unidos ou na Europa no início do século XX. Desde seus primórdios, a eugenia fora vista como uma solução possível para os problemas que o Brasil enfrentava. Não quero com isso justificar “racistas ortodoxos”, na expressão de Reis (1994, p. 167), como Cunha Lopes, adepto declarado do regime político alemão, defensor da esterilização e segregação eugênicas, de acordo com Reis, nem de Xavier de Oliveira, Miguel Couto e, claro, Renato Kehl.

Contudo, é importante ressaltar que nem todos os intelectuais envolvidos nesse debate pensavam a eugenia nesses termos. Uma evidência disso talvez seja a postura de Roquette-Pinto. Médico, antropólogo e humanista, Roquette-Pinto se dedicava a estudos os mais diversos. Naquela época, início do século XX, a antropologia era entendida como “estudo científico das raças humanas (LIMA, 2008, p. 60), daí o autor se ocupar da mestiçagem e da imigração (especialmente japonesa). Embora compartilhasse da tese de

branqueamento da população nacional, pelo menos até o início da década de 1910,⁷⁴ e acreditasse na ideia de desigualdade entre as raças humanas, Roquette-Pinto entendia a eugenia como uma oportunidade de “absorver o homem brasileiro da implacável condenação imposta pelas teorias oriundas do racismo científico” (SOUSA, 2008, p. 215), dentre elas a própria eugenia. Quanto à miscigenação, a eugenia mendeliana mostrara ser esse processo benéfico, não se tratando de uma mistura de raças, mas de uma “combinação de fatores biológicos” (SOUSA, 2008, p. 225), do qual resultaria uma população sadia e culturalmente rica. Alberto Venâncio Filho, por sua vez, define Roquette-Pinto como “humanista” (2008, p. 40), benevolente que era para com todos os homens e, mais especificamente, penso eu, com o mestiço brasileiro. Em *Rondônia*, Venâncio Filho observa verdadeira apologia ao sertanejo: “Não é, nem pode ser nação involuída, a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heroísmos” (ROQUETTE-PINTO, 1919, apud VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 50). Preocupado com a marginalização e desvalorização do trabalhador nacional, anos mais tarde, durante a sessão inaugural do Primeiro Congresso de Eugenia, o antropólogo advertira quanto à necessidade de se aproveitar e, ao mesmo tempo, possibilitar melhores condições para o desenvolvimento do potencial biológico da população, tornando-a produtiva.

O acirramento das manifestações racistas levou Roquette-Pinto a assinar, juntamente com Gilberto Freyre e Artur Ramos, o *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Preconceito Racial*. Nessa mesma época, o neuropsiquiatra Antonio Austregésilo, presidente de honra da Liga de Higiene Mental, apresentou durante o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro um trabalho intitulado “A mestiçagem como valor eugênico”, atacando a ideia de inferioridade do mestiço: “Não satisfeito com isso, tratou de naufragar de vez com o ideal de branqueamento, denunciando o comprometimento ‘sanguíneo’ negro de praticamente todos os maiores homens nacionais” (REIS, 1994, p. 185). Tudo isso, somado à não realização do Segundo Congresso Brasileiro de Eugenia, previsto para 1931, e a não publicação dos dois volumes dos trabalhos apresentados durante o primeiro Congresso faz-me supor senão a condenação ou abandono, no mínimo certo desinteresse pelo tema.

Reis, ao contrário, entende o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia como um sinalizador do crescimento do movimento eugênico, além de uma “espécie de aval definitivo da corporação médica, e da intelectualidade em geral, às teses eugênicas” (1994, p. 278). O

⁷⁴Roquette-Pinto participou, em 1911, do Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, na condição de assistente de João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional.

autor indaga as possíveis causas da radical defesa da eugenia negativa, ratificada em discursos exacerbados publicados no *Boletim de Eugenia* e nas *Actas e Trabalhos da Liga de Higiene Mental*. Poderia ser a nova ordem política, ou a divulgação da eugenia alemã no Brasil, que teria sido amplamente aceita pela LBHM. No caso dessa última, a evidência seria a tradução e publicação da lei alemã dos doentes transmissores de taras, de 1933, que permitia a esterilização de cegos, surdos, epiléticos, alcoólatras, esquizofrênicos e portadores de qualquer outra tara hereditária, física ou mental. De acordo com os dados arrolados por Reis, a aproximação dos eugenistas brasileiros com a eugenia alemã é incontestável e assustadora, principalmente se considerarmos que mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial algumas vozes ainda podiam ser ouvidas em defesa da adoção de métodos eugênicos, com a mesma justificativa de antes: “saúde da raça” (REIS, 1994, p. 340).

Assim, o debate em torno da eugenia se estendera por toda a década de 1930, não só no Brasil. Embora Stepan (2005) e Schwarcz (1993) afirmem que a eugenia passou a ser defendida no Brasil quando já estava em descrédito em outras partes do mundo, penso haver poucos dados que corroborem com a tese das duas autoras. O segundo e o terceiro Congressos de Eugenia nos EUA aconteceram em 1932. O cientista e socialista Hermann J. Muller (ganhador do prêmio Nobel de genética, em 1927), defendia, em 1930, a inseminação artificial com esperma de “grandes homens” (STEPAN, 2005, p. 217). Isso sem falar na Alemanha, que utilizou de forma radical os métodos eugênicos de esterilização e segregação durante a Segunda Guerra Mundial. Esses exemplos evidenciam como era ampla a aceitação do projeto de aperfeiçoamento humano proposto pelos eugenistas em diversas partes do mundo e não apenas no Brasil.

Essa discussão, contudo, extrapola os limites da minha proposta inicial de investigação. Ainda assim, não posso me furtar ao exercício imaginativo de pensar o destino do projeto de aperfeiçoamento. Certa vez, ouvindo uma reprodução de um famoso programa de rádio das décadas de 1950 e 1960, o PRK30, me deparei com um quadro que começava assim: “Agora meninos, meninas, senhoritas, rapazes, velhos, velhas, macróbios e macróbias, todos a postos, vamos trabalhar! Nós precisamos eugenizar a raça! Portanto, Eugênicos e Eugênicas de todo o Brasil! Atenção! Vamos lá!”⁷⁵ O quadro era sobre os exercícios físicos que a população deveria fazer em casa. Interessante lembrar que a educação física era um dos

⁷⁵ Cd nº. 2, faixa 3. Acompanha PERDIGÃO, Paulo. *No ar: PRK30*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

métodos propostos pelos eugenistas para domesticar os corpos tanto para o trabalho como para a procriação. O programa, líder de audiência da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e da Rádio Tupi, em São Paulo, também tinha público no interior do país, onde a dupla de humoristas Lauro Borges e Castro Barbosa fazia apresentações. Teria sido esse o fim da eugenia no Brasil?

Penso se Kehl e seus pares estavam preparados para encarar a utilização criminoso da eugenia por parte do Estado, como no caso alemão. Que garantias eles tinham de que isso não aconteceria também no Brasil? Em 1925, Kehl admitira em artigo publicado nos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, que a legalização da esterilização poderia levar à sua utilização de forma abusiva. A solução proposta por Kehl é evasiva, já que ele mesmo reconhecera a impossibilidade de se determinar com precisão o aparecimento de taras ou sinais de degeneração nas gerações descendentes de tarados e degenerados. Mesmo sabendo que muitos defendiam métodos eugênicos como forma de beneficiar a sociedade como um todo, parece-me ingênuo acreditar que os defensores da eugenia negativa enfrentaram a Igreja, sem dúvida um forte combatente do ideário eugênico no Brasil, como observou Reis (1994) e muitos outros obstáculos, movidos apenas por “sentimentos humanistas”, não obstante Kehl ter argumentado que a esterilização era uma medida “pacífica e humanitária” (1925, p. 69). No mais, segundo Wieviorka, “o racismo é sempre uma violência, na medida em que constitui uma negação daquele que é sua vítima, uma alteração da humanidade da qual é portador” (2007, p. 65). Depois de desumanizar os pobres, feios, doentes, deficientes físicos e mentais e o mestiço, um híbrido, infra-humano, Kehl se volta para os bem dotados, que precisavam ser preservados tanto para o bem da espécie, como para a garantia de progresso do país.

Com o intuito de tornar esse embate inteligível organizei, grosso modo, dois grupos de eugenistas. Formavam o primeiro grupo os “eugenistas racistas contemporâneos”, por misturarem estudos científicos sobre raças, com ideias nacionalistas e, por adotarem uma atitude mística e irracional em relação à política, de acordo com a definição de racismo elaborada por Matteucci (1986) anteriormente citada. Pregavam a degenerescência inata do mestiço e defendiam a utilização de métodos eugênicos como a esterilização e a segregação. Usando da mesma sinceridade de Kehl, proponho essa definição sem preconceito ou qualquer juízo de valor. Essa caracterização se justifica inteiramente nos documentos e escritos aqui analisados. Renato Kehl, sem dúvida, é a grande personalidade desse grupo.

No segundo grupo estão os “eugenistas humanistas”. Não são os “mocinhos” que vieram salvar os aflitos. São eugenistas e, como tal, acreditavam que o homem precisava ser aperfeiçoado e trabalhavam nesse sentido. O conceito de humanismo não é menos complexo que os demais apresentados até o momento, pois suas vertentes são muitas: marxista, científico, pragmático, existencialista e vários outros. Contudo, utilizarei o termo no sentido mais filosófico, segundo Nicola Abbagnano: “das teorias que visam a salvaguardar a “dignidade” do homem diante das forças que a ameaçam” (2007, p. 603). Essa era compreensão de Roquette-Pinto, Arthur Ramos e Froés da Fonseca, para os quais a eugenia deveria estar comprometida com o bem estar, com a dignidade humana, o que certamente não seria alcançado com os métodos propostos pelos eugenistas racistas contemporâneos.

Conforme observei anteriormente, esse esquema é bastante precário, haja vista a variedade de métodos propostos e a falta de consenso quantos àqueles que deveriam ser eugenizados. Octávio Domingues, por exemplo, não considerava o mestiço um degenerado inato, porém sua defesa pelos métodos da eugenia negativa era mais radical que a de Kehl, segundo Rosa (2005). Havia, ainda, os eugenistas que acreditavam na influência do meio, como Belisário Penna, defensor de medidas sanitaristas. Isso não se observa, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a eugenia era vista como uma arma na “guerra contra os fracos” (BLACK, 2003) e medidas como saneamento, educação, saúde, melhores condições de vida e de trabalho não eram tidas como eugênicas. Por outro lado, esses atores estiveram em permanente movimento. Kehl, que na década de 1910 acreditava no potencial do brasileiro e na utilização de medidas sanitárias e educacionais para melhorá-lo, na década de 1930 suas propostas se radicalizam e ele passara a entender as medidas sanitaristas como auxiliares, já que não interferiam na constituição genética da população. Roquette-Pinto, que na década de 1910 acreditava no processo de branqueamento da população, na década de 1920 abandonara totalmente essa ideia, não creditando valor algum quando da observação desse acontecimento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, ele mesmo parte dessa natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de adaptação e realização (FREUD, [1929], 1996, p. 92).

Depois de concluir minhas investigações sobre o desenvolvimento eugênico no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, senti um misto de compaixão e de desilusão para com a humanidade (e obviamente comigo mesma). O motivo desse mal estar? Pela primeira vez compreendi o quanto ilusória é a ideia de redenção advinda da civilização, mesmo que esta implique em beleza, limpeza, ordem, desenvolvimento econômico e científico, realizações culturais e intelectuais e melhor controle do homem sobre a natureza. A “soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas de nossos antepassados” – como Freud entendia civilização (1996, p. 96) –, não nos tornou, afinal, “menos primitivos”. Apesar desses inegáveis avanços, o ser humano continua infeliz e sua sobrevivência, em muitos aspectos, ameaçada.

Muitos estudiosos que se debruçaram sobre o tema civilização apontam para a ambiguidade que este comporta. De acordo com Norbert Elias (1994), o processo civilizatório sempre fora marcado por avanços e retrocessos, às vezes facilitando e melhorando as condições de vida do homem, tornando-o mais produtivo, outras vezes gerando crises políticas e desorganização social. Contudo, através da exposição de Freud (1996), percebemos que, mais que ambíguo, a civilização parece ameaçar nossa existência. “A civilização é construída sobre a renúncia ao instinto” (1996, p. 104). A ideia de uma possível perfeição dos indivíduos (tão cara aos eugenistas) exigiria então que negássemos instintos poderosos, o que não poderia ser feito impunemente. “Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso” (1996, p. 104). O autor se refere ao comprometimento do desenvolvimento libidinal, causado pelo roubo da energia humana que seria utilizada em algo que, por sua vez, pouco ou nada lhe acrescenta.

Além de abrir mão de sua satisfação sexual (já que para isso ele precisaria de uma energia da qual não dispõe mais), o homem teria que praticar o “amor universal pela

humanidade”, seja por um estranho ou seu inimigo, como se fosse ele mesmo. Como isso seria possível? Seria necessário desconsiderar, novamente, outro importante instinto, o da agressividade do homem, como se este fosse uma criatura gentil que só quisesse ser amada, o que na prática não se observa. Essa exigência da civilização ameaça a liberdade individual em benefício do grupo e, “apenas os fracos se submeteram a uma usurpação tão ampla de sua liberdade”, diz Freud (1996, p. 110), sem resistir. Sua agressividade impedirá outra pessoa (a quem ele deve amar incondicionalmente) de tentar satisfazer sua agressividade sobre ele ou, ainda, “explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo” (1996, p. 116). Para manter o indivíduo subjugado, a civilização criou diversos dispositivos, como as leis, que puniam os infratores, aqueles que dão vazão à agressividade que deveria ser reprimida. Outros métodos seriam a opressão, a violência e o preconceito. Mas o mais eficaz parece ser o “sentimento de culpa”, algo como uma necessidade de punição, expiação (às vezes pública) dos próprios “pecados”. Ao mesmo tempo, a civilização possibilita um desenvolvimento cultural e intelectual que será usado como forma de diminuir o sofrimento do ser humano e tornar mais eficiente a domesticação de seus instintos.

A proposta de Freud é identificar os fatores causadores da hostilidade do homem para com a civilização (considero o contrário também válido) e assim pensar em alterações de modo a satisfazer as necessidades do homem e evitar sua infelicidade. Contudo, isso não poderia significar o abandono ou negação de nossos instintos. Se mudássemos o sistema político, por exemplo, para o comunismo, não eliminaríamos a agressividade do homem, pois ela não fora criada pela propriedade privada. Seria preciso permitir a liberdade completa da vida sexual, abolindo a família e, ainda assim, teríamos que enfrentar rivalidades culturais, intolerância religiosa, brigas de torcidas e outros problemas. Embora a crítica de Freud tenha por objetivo encontrar um caminho mais eficiente na superação de todos esses obstáculos, fiquei com uma sensação de impotência. Passaremos a nossa existência lutando contra nossos instintos? Que chances teríamos de transformar a civilização, de superar o conflito entre as naturezas animal e espiritual do homem? Freud acreditava fosse possível domesticar nossos instintos, embora esses não fossem totalmente manipuláveis. Todavia, ainda faltaria reconciliar na psicologia “tendências biologistas e sociologistas”, questão que mal foi colocada até o momento, como observara Philip Rieff (1990, p. 85).

Euclides da Cunha observara, em 1902, que as exigências crescentes da civilização somadas a outros fatores acabariam levando o homem à extinção: “Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (1950, p. IX). Mais adiante afirma: “Estamos condenados á civilisação. Ou progredimos, ou desaparecemos”. Há certa ambiguidade em sua afirmação, primeiro, porque Euclides estava ciente de que progredir não seria suficiente para evitar que desaparecêssemos e, segundo, porque ele não estava convencido dos benefícios da civilização. Ao comparar os civilizados soldados que atacaram Canudos, “mercenários inconscientes”, com os jagunços sertanejos, Euclides afirmara que “pouco nos avantajávamos aos rudes patricios retardatários”:

Estes, ao menos, eram lógicos. Insulados no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo etnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramento da nossa idade dentro de um quadrado de bairros, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas” (1982, p. 262).

Por certo não poderei discutir aqui as controvérsias em torno do pensamento de Euclides da Cunha, demasiado complexo, não apenas no que diz respeito às diferentes formas que o autor utiliza o termo civilização⁷⁶ e a influência de ideias científicas deterministas em suas análises. Contudo, a afirmativa de Euclides ilustra bem, penso eu, o que Freud afirmara quanto à necessidade de agressão imposta pela civilização, que não se abstém, inclusive, de usar de violência com o intuito de eliminá-la.

Se pensarmos a eugenia brasileira e seu apelo a favor da civilização e do progresso e seus métodos, perceberemos que ela se enquadra perfeitamente na descrição de Freud, embora com algumas particularidades. A suposta promiscuidade e liberdade sexual entre grupos diferentes comprometiam não apenas a produção, mas a construção de uma população saudável e produtiva. O projeto de aperfeiçoamento implicava também regular os relacionamentos sociais, daí o esforço de Kehl em manter as classes sociais, aconselhando quem deveria casar com quem. O preconceito racial se transformara em justificativa para a segregação da maioria esmagadora da população, gerando contradições que teriam tornado a proposta eugênica insustentável, não fossem as constantes modificações que esta sofria.

⁷⁶ Ver BENEVIDES, Mário Henrique Castro. *Um Conceito de Civilização – Escritos de Euclides da Cunha*. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/084/84benevides.htm>. Acessado em 20/05/2010.

Kehl não esclarecera como seria feita a segregação, mas certamente seria econômica e racial ao mesmo tempo, o que resultaria na exclusão social dos degenerados. “Separados e iguais, como reza uma fórmula racista utilizada principalmente pelos detentores do *apartheid*” (WIEVIORKA, 2007, p. 65). O autor parece não desconfiar dos desdobramentos da exclusão social, ainda mais nessa escala, o sofrimento que levaria ao embrutecimento e à violência, a uma vida improdutiva e sem perspectiva de mudança, o que certamente não contribuiria com sua proposta de construção de uma nação saudável.

Passados mais de meio século, o mundo idealizado pelos eugenistas, mesmo sendo utópico, absolutamente inviável, continua a nos ameaçar. Intervenções cirúrgicas radicais, cosméticos e medicamentos modernos, que prometem juventude eterna, transformaram o normal no feio. Bonito é ser artificial, tingido, esculpido. Por outro lado, apesar de todos os avanços tecnológicos, da aquisição de novos conhecimentos, o desrespeito aos direitos humanos é uma constante entre nós, a tortura e violência, principalmente por parte do Estado, ainda são toleradas. Convivemos com a pobreza generalizada, indiferentes à injustiça social que atinge um número exorbitante de pessoas por todo o mundo. O homem, mesmo o rico, continua infeliz. A promessa iluminista de libertação ou emancipação através do conhecimento e do uso da razão não se concretizou. Ao contrário, o sofrimento expõe os efeitos do conhecimento, muitas vezes desmedido, irresponsável e descomprometido com o bem-estar, a dignidade e a felicidade do homem.

Então, que alternativas temos? De acordo com Adorno (HORKHEIMER; ADORNO, 1983), por mais limitados que sejam o conhecimento e a educação, esses continuam sendo a melhor solução. Uma educação emancipadora, contra a barbárie, poderia evitar a destruição do homem por ele mesmo, levando-o a trabalhar em benefício da sua espécie. A exposição do autor evidencia os empecilhos para esse processo de desbarbarização: o individualismo, as contradições sociais, a competitividade. Não é, certamente, uma opinião otimista, tanto que Umberto Eco (2006) denomina as análises dos pensadores da Escola de Frankfurt como apocalípticas. Ainda assim, pareceu-me a mais apropriada.

Do final do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX, muito se debateu sobre branqueamento, imigração e sobre a necessidade de mão de obra qualificada (branca) que pudesse viabilizar a exploração das riquezas do país e a forma mais eficiente de transformá-lo numa nação civilizada. Contudo, o ponto nevrálgico desse debate era o mestiço,

responsável, para alguns, pela precária situação social e econômica que o país experimentava naquele momento e, para outros, a promessa de um futuro próspero. Havia, também, o projeto de construção ou definição de nossa identidade nacional. Quem seria o representante do brasileiro? Numa população de aproximadamente 20 milhões de indivíduos, a maioria não parecia digna de representar a Nação. Renato Kehl chegou a propor a esterilização dos mestiços, considerado por ele e outros eugenistas como degenerados, sub-raça humana condenada a desaparecer. Por outro lado, o próprio autor admitira ser seu modelo ideal de brasileiro uma utopia. Nem o mais puro dos caucasianos teria tamanha perfeição nas medidas e formas.

Somos, certamente, herdeiros desse debate. Mesmo sendo um país reconhecidamente multi-étnico, ainda hoje buscamos definir quem somos. Qual seria o melhor garoto propaganda do país? Quem seria o “verdadeiro” modelo de brasileiro atualmente? Nossa atual presidente, Dilma Rousseff? Sua condição de mestiça (Dilma é filha de uma carioca, Dilma Jane Coimbra Silva e um búlgaro, Pedro Rousseff) gerou desconfiança e se transformou em arma política. Talvez pudéssemos pensar no nosso último presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, também mestiço, nordestino e filho de sertanejos. Dois personagens importantes no cenário político do país, cujas origens estiveram presentes (positiva e negativamente) nos debates em torno da campanha pela presidência.

Entre 1890 e 1930, aqueles que pensavam o Brasil acreditavam que a população do país precisava ser, no mínimo, melhorada. Havia pontos de aproximação quanto aos métodos de aperfeiçoamento, como no caso da educação e melhores condições sanitárias. Contudo, nunca houve consenso quanto ao modelo de brasileiro e brasileiro ideal almejado pelos eugenistas, especialmente na década de 1920, período em que o tema foi exaustivamente discutido. Naquela época, o mestiço era tolerado, pois logo seria branco, fenômeno que não se concretizou.

Assim como acontecia naquela época, atualmente muitos intelectuais e parte significativa da opinião pública, creditam à população brasileira, especialmente a carente, a responsabilidade pelas mazelas do país: não sabe votar, não tem espírito empreendedor, é preguiçosa, corrupta, violadora de leis, ou ainda, um bando de homens e mulheres “cordiais”, movido mais pela emoção que pela razão (irracionalis?). Ainda lhe faltam educação, saúde, melhores condições de moradia e alimentação e seus traços de mestiço persistem.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS:

Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929. Faculdade de Direito Largo São Francisco. São Paulo.

Anaes de Eugenia, 1919. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Archivos Brasileiro de Hygiene Mental, anno I, nº. 2, 1925.

Boletim de Eugenia, ano I (1929), nº 1 ao 12; ano II (1930), nº 13 ao 24.

FONTES PUBLICADAS:

DOMINGUES, Octávio. *Eugenia. Seus propósitos, suas bases, seus meios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *A hereditariedade em face da educação*. São Paulo: Editora Melhoramentos de São Paulo, n/d.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co. Editores, 1923.

_____. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. In *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1925.

_____. *A interpretação do homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1951.

_____. *Como escolher um bom marido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

_____. *Educação moral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, n/d.

_____. *Formulario da beleza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927

_____. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. *Sexo e civilização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

_____. *Tipos vulgares*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940 [1927].

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaio de antropologia brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. *Seixos rolados - Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Mendonça, Machado & Cia., 1927.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, Theodor *Educação e emancipação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AVILA, Bastos de. *Questões de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- ABDALA JUNIOR, Benjamin. Sílvio Romero. História da literatura brasileira. In MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Um Banquete no trópico 2*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, pp. 191-217.
- ALMEIDA, Maria Herminia. Oliveira Viana. Instituições políticas brasileiras. In MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Um banquete no trópico 1*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, pp. 295-313.
- ALMEIDA, Miguel Ozório. *A vulgarização do saber*. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda., 1931.
- ALVES FILHO, Aluizio. *As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.
- ALVES, José Jerônimo de Alencar. As ciências na academia e as expectativas de progresso e modernização do Brasil – 1916-1929. In: DANTES, Maria Amélia (org.) *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001, pp. 185-201.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 383-418.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e cultura*. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLE, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa-Portugal: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-364.

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Bataglia” e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. In *Cadernos AEL. Anarquismo e anarquistas*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998, v. 8/9.

BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: A girafa editora, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BOMENY, Helena. *Os Intelectuais da educação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOMFIM, Manuel. *A América Latina. Males de origem*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *O Brasil nação. Realidade da soberania brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Oliveira Viana. Populações meridionais do Brasil. In MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Um Banquete no Trópico 2*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, pp. 299-325.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007, pp. 217-294.

BRITO, Maria Helena. *A colônia alemã de Uvá (1924-1954). Uma tentativa de colonização em Goiás*. Goiânia: Cegraf, UFG, 1992. Coleção Documentos goianos, nº 20.

BURKE, Peter. *A escola dos anais (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CAPISTRANO, Abreu. *Ensaio e Estudos; crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. 2º. Reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth; SHAPIRO, Harry; LEIRIS, Michel; LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva SA, 1970.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil. Um corte ideológico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1989.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 21ª ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1950.

DANTES, Maria Amélia (org). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

DOMINHGUES, Heloisa Maria Bertol; ROMERO, Magali; Glick (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003 (Coleção História e saúde).

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação da UNESP, 1999.

DIWAN, Pietra Stefania. *O espetáculo do feio. Práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. 1917-1937*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

_____. *Raça pura. Uma história da eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (org.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2003.

ECO, Umberto. 2006. *Apocalípticos e Integrados*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida. A utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009.

FAUSTO, Boris. Do corriqueiro ao histórico. In *Cult.* Ano 12, nº. 136, 2009.

_____. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud. Vol. VII, 1980.

_____. *Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud. Vol. XXI, 1980.

GREER, Germanaine. *Sexo e destino. A política da fertilidade humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GIDDERS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In *Educação anti-racista – caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, pp. 39-62.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Ed. 34, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – SP, 2003.

HAMBURGUER, Amélia Império; Dantes, Maria Amélia; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Conceito de Iluminismo. In: *Textos Escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Editor Victor Civita, 1983, pp. 89-116.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JOANILHO, André Luiz. *O nascimento de uma nação; A elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920*. Curitiba: Casa Editorial Tetravento Ltda. 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

LEVI, Lucio. Nacionalismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 799-806.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAN, 1999.

_____. SÁ, Dominichi. Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira*.

Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, pp. 57-84.

LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas. In *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.º. 32, 1992, pp. 119-127.

LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. Obras completas de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946, vol. 5.

_____. *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*. Obras completas de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946, vol. 8.

_____. *Urupês*. 37ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz e Ccbb, 1996.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARINS, Paulo Cesar. Habitação e vizinhança. In SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, pp. 131-214.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 239-272.

MATTEUCCI, Nicola. Racismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 1059-1062.

MOREIRA, Silvia. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500 a 2000. A experiência brasileira [Formação: história e a grande transação]*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, 1 v.

_____. José Bonifácio. Projetos para o Brasil. In MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Um banquete no trópico I*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, pp. 77-96.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, 2 v.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NAPOLITANO, Marcos, *A síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PERDIGÃO, Paulo. *No ar: PRK30*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

PERROT, Michelle. *Os excluídos: operários, mulheres e prisioneiros*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELA, Cristiane de Assis. *A Noção de Indigenismo na formação das nações Latino-Americanas: estudo Preliminar da presença indígena em Varnhagen e José Martí*. [Comunicação apresentada em Simpósio Temático “Por uma História Comparada Latino-Americana: Instituições, Elites e Ideias. Séc. XIX e XX”]. In XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, CE: julho de 2009 (Texto cedido pela autora).

PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades. Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAMOS, Jair de Souza. Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, Nisia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira. Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, pp. 179-211.

READERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil - o Conde Gobineau no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga brasileira de higiene mental (1920-30)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIEFF, Philip. O surgimento do homem psicológico. In: SOUSA, Paulo César (org.). *Sigmund Freud e o gabinete do doutor Lacan*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, pp. 99-140.

ROSA, Alessandra. *Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)*. Dissertação (Mestrado em História das ciências da saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, 2005.

ROSSOLILLO. *Nação*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 795-799.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 201-238.

SANDES, Noé Freitas. *Nação, políticas de saúde e identidade (1920-1960)*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX. Os sertões e a medicina-anropolgia do Museu Nacional. In: LIMA, Nisia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira. Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, pp. 123-144.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nisia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira. Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, pp. 147-177.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, pp. 231-270.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Ricardo Luiz. *Identidade nacional e modernidade brasileira. O diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A política biológica como projeto: A "Eugenia Negativa" e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das ciências da saúde). Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, 2007.

_____. "As leis da eugenia" na antropologia de Edgar Roquette-Pinto. In: LIMA, Nisia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira. Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, pp. 213-244.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia. Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: Introdução a um Programa de Organização Nacional*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (Coleção Brasileira, v. 16).

VENANCIO FILHO, Alberto. Roquette-Pinto, expressão de humanismo. In: LIMA, Nisia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira. Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, pp. 39-56.

VENTURA, Roberto. Manuel Bomfim. A América Latina: males de origem. In MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Um banquete no trópico 2*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, pp. 237-258.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932; 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

_____. *Populações meridionais do Brasil. Populações rurais do centro-sul*. In: *Interpretes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002, v. I.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

PUBLICAÇÕES EM SITES:

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1991, vol. 4, n.º. 7, pp. 82-99. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/149.pdf>. Acessado em 10/03/2009.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MOREIRA, Patrícia Fincatti. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Disponível em <http://www.portal.fae.ufmg.br/pensareducacao/downloads/resenhas/moldenacional.pdf> em Acessado em 30/07/2010.

CUNHA, Marcus Vinicius. *O Manifesto dos pioneiros de 1932 e a cultura universitária brasileira*. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Jose%20Carlos%20Sousa%20Araujo/Marcus%20Vinicius%20da%20Cunha%20%20Texto.pdf>. Acessado em 25/04/2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci_arttext. Acessado em 20/12/2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1945/1084>. Acessado em 02/08/2010.

MASIERO, André Luis. *Psicologia das raças e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica*. In *Psicologia: ciência e profissão*. 2002, v. 22, pp. 66-79. Disponível em http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000100008&lng=pt&nrm=iso Acessado em 21/11/08.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf> Acessado em 1/06/2009.

ROMERO, Silvio. *Historia da Literatura Brasileira, é de 1888*. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>. Acessado pela última vez em 21/10/2010.

SANTOS, Ricardo Augusto. *Quem é bom já nasce feito? Uma leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-1937)*. Disponível em <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano4n2/Texto%20de%20Ricardo%20Augusto%20dos%20Santos.pdf>. Acessado em 10/02/2010.

SILVA, Gláucia. *A sociobiologia e a crítica dos antropólogos*. Revista Eletrônica de jornalismo científico. Disponível em

<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=17&id=169>. Acessado em 19/05/2010.

UEMORI, Celso Noboru. *Darwin por Manoel Bomfim*. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2008, vol. 28, nº. 56, pp. 327-348. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000200003&script=sci_arttext. Acessado em 20/03/09.

UNESCO. *Declaração das Raças*. Disponível em http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm. Acessado em 14/06/2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1993, nº. 11, pp. 89-112. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos. Acessado em 31/05/2009.

WAIZBORT Ricardo. *Notas para uma aproximação entre o neodarwinismo e as ciências sociais*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/04.pdf>. Acessado em 10/04/2010.

YUNES, Maria Angela Mattar. *Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>. Acessado em 12/09/2010.

SITES

http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm

<http://pt.globalvoicesonline.org/2008/06/25/brasil-o-presidente-negro-antes-de-obama/>

<http://www.cpdoc.fgv.br>

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_quesocial_mov_san.htm

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/149.pdf>

<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html>

<http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=template%5Ffiocruz&tpl=home>

<http://www.memorialdoimigrante.org.br/>

http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100008&lng=pt&nrm=iso

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000200003&script=sci_arttext

<http://www.ufv.br/dbg/labgen/mend.html>

<http://www.pnud.org.br/noticias/reportagens/index.php>

<http://www.conteudojuridico.com.br/monografia-tcc-tese,aspectos-juridicos-da-transmissao-dolosa-do-virus-hiv-e-sua-repercussao-no-direito-penal,24041.html>

ANEXOS

- 1 – Lista dos 140 membros da Sociedade eugênica de São Paulo;
- 2 – Textos a serem publicados nos volumes II e III nas *Actas e Trabalhos* do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia;
- 3 – Programa de aperfeiçoamento de Kehl em *Sexo e civilização* (1933).

1 - Lista dos 140 membros da Sociedade eugênica de São Paulo

Membros Fundadores:

Senador Dr. Alfredo Ellis	CAPITAL
Professor Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho	»
Dr. Adriano de Barros	»
Prof. Dr. Aguiar Pupo	»
Dr. Aristides Silveira Lobo Sobrinho	JAHÚ
Dr. Assis Correia	SANTOS
Dr. A. Maximiliano Xavier Lisboa	ITAJUBÁ
Sr. Arthur W. Manuel	CAPITAL
Dr. Arthur Neiva	»
Prof. Dr. Alves de Lima	»
Prof. Dr. Adolpho Lindemberg	»
Dr. Ayres Netto	»
Dr. Angelo Vespoli	»
Dr. Argemiro Siqueira	»
Dr. Afrisio Gouvêa	»
Dr. Aluisio Fagundes	»
Dr. Alcides Nova Gomes	PIRSASUNUNGA
Dr. Afranio Amaral	CAPITAL
Dr. Anastacio Vianna	CAMPINAS
Dr. Alcides Leal Costa	CAPITAL
Dr. Americo Brasiliense	»
Dr. A. Sucupira	»
Dr. A. Vieira Bittencourt	»
Prof. Dr. A. de Souza Lima	RIO DE JANEIRO
Prof. Dr. Amancio de Carvalho	CAPITAL
B	
Prof. Dr. Benedicto Montenegro	CAPITAL
Dr. Bernardo de Magalhães	»
Dr. Belisario Penna	RIO DE JANEIRO
C	
Dr. Carlos de Castro	RIO DE JANEIRO
Dr. Caetano Petraglia	» » »

Dr. Constantino Guimarães	ARAXÁ
Prof. Dr. Celestino Bourroul	CAPITAL
Dr. Clemente Ferreira	»
Dr. Caetano Duarte Nunes	»
Dr. Campos Seabra	»
Dr. Cassio Motta	»
Prof. Dr. Cantidio de Moura Campos	»
Dr. Cesidio de Gama e Silva	»
Dr. Christiano de Souza	»
Dr. Corrêa Dias Filho	»
D	
Dr. Diogo de Faria	CAPITAL
Dr. Domingos Define	»
Dr. David Vargas Cavalheiro	»
Dr. Dorival C. Penteado	»
E	
Dr. E. Rodrigues Alves	CAPITAL
Dr. Emilio Ribas	»
Dr. E. Vainpré	»
Dr. Eduardo Monteiro	»
Prof. Dr. Etheocles Alcantara Gomes	»
Dr. Eduardo Martinelli	»
Dr. Edgard Costa Pereira	»
F	
Prof. Dr. Franco da Rocha	CAPITAL
Dr. F. de Paula Perruche	»
Dr. Francisco Lyra	»
Dr. Floriano de Lemos	RIO DE JANEIRO
Dr. Flavio M. Campos	CAPITAL
Prof. Dr. Fernandes Figueira	RIO DE JANEIRO
Dr. F. Figueira de Mello e Vasconcellos	CAPITAL
Dr. Flaminio Favero	»
Dr. Fernando de Azevedo	»
Dr. F. de Campos Andrade	»
G	
Prof. Dr. G. H. Paula Souza	CAPITAL
Dr. Gabriel Monteiro	»
Dr. Godofredo Wilken	»
H	
Prof. Dr. Henrique Lindenberg	»

J	
Dr. José Libero	CAPITAL
Dr. J. Luiz Guimarães	»
Dr. J. Ramos	CAPITAL
Dr. João Egydio	»
Dr. José Maria Gomes	»
Dr. José Augusto Arantes	»
Dr. João Florencio Gomes	»
Dr. Julio Ribeiro da Silva	»
Dr. Joaquim Domingos Lopes	»
Dr. J. Garcia Braga	»
Dr. J. Cassio Macedo Soares	»
Dr. J. Vignoli	»
L	
Dr. Lemos Torres	CAPITAL
Dr. Luiz Paes Leme	»
Dr. Luiz Pereira Barretto	»
Dr. Luiz de Campos Moura	»
Dr. Luiz Narciso Gomes	ARARAS
Dr. Licinio Dias	S. José R. Pardo
Dr. Luciano Gualberto	CAPITAL
M	
Dr. Martins Passos	CAPITAL
Dr. Mario Porchat	»
Dr. Mario Egydio de Souza Aranha	»
Dr. Macedo Forjaz	»
Dr. Mario Ottoni	»
Dr. Maximiano Ferraz Souza	»
Dr. Mario de Santis	»
N	
Dr. Nuno Guerner	CAPITAL
Dr. N. Scaff	»
O	
Prof. Dr. Ovidio Pires de Campos	CAPITAL
Dr. Olegario de Moura	»
Dr. Octavio de Carvalho	»
Dr. Oswaldo Portugal	»
Dr. Octavio Gonzaga	»
P	
Dr. Paula Novaes	SÃO CARLOS
Prof. Dr. Pinheiro Cintra	CAPITAL

Dr. Pedro Dias da Silva	CAPITAL
Dr. Pereira Gomes	»
Dr. Peixoto Gomide	»
Dr. Paula Santos	»
Dr. Paulo de Araujo	»
Dr. Proença de Gouvêa	»
Dr. Pedro Corrêa Netto	CAPITAL
R	
Dr. Raymundo Soter de Araujo	SANTOS
Dr. Rezende Chagas	CALDAS
Prof. Dr. Rubião Meira	CAPITAL
Dr. Renato Kehl	»
Dr. Raul Vieira de Carvalho	»
Dr. Roberto Gomes Caldas	»
Dr. Roberto Oliva	»
Dr. Raphael de Barros	»
Dr. Raul Vargas Cavalheiro	»
Dr. Rezende Pusch	»
Dr. Romeiro Sobrinho	»
Dr. Raul Briquet	»
S	
Dr. Soares Hungria	CAPITAL
Sr. S. J. Rangel	»
Prof. Sergio Meira Filho	»
Dr. Synesio Rangel Pestana	»
Dr. Schmidt Sarmento	»
Dr. Siqueira Zamith	»
Dr. Sylvio Aranha	»
Dr. Salles Gomes Junior	»
Dr. Souza Paraiso	»
T	
Dr. Tarcisio Leopoldo e Silva	CAPITAL
Dr. Theodoro Bayma	»
Dr. Thomé de Alvarenga	»
U	
Dr. Ulhôa Cintra	CAPITAL
Dr. Ulysses Paranhos	»
V	
Dr. V. Browne	CAPITAL
Dr. Vital Brasil	»
Dr. Victor Godinho	»
Dr. Vieira Marcondes	»

X

Dr. Xavier da Silveira

CAPITAL

Z

Dr. Zepherino do Amaral

CAPITAL

W

Dr. Wladimir Kehl

LIMEIRA

Membros Correspondentes :

Prof. Dr. Victor Delfino

BUENOS AYRES
ARGENTINA

Dr. Carlos Enrique Paz Soldan

LIMA — PERU

2 - Textos a serem publicados nos volumes II e III nas *Actas e Trabalhos* do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia:

Os trabalhos apresentados ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia serão publicados em 3 volumes. Nos vols II e III serão publicados:

- Contribuição ao estudo da raça nos pontos de vista antropológico e sociológico* — Geraldo de Andrade.
Tipos raciaes brasileiros — Alfredo Ellis (junior).
Aspectos medico-eugenicos da assistencia hospitalar — Victor Russomano.
Idas e Emboras — Vergara Keller.
Da esterilização nos degenerados — Alberto Farani.
Registro individual e arquivo genealógico de Família — Renato Kehl.
A educação physical na moderna pratica pedagogica — Maria Cardim.
O alcoolismo como factor eugenico — Constante Augusto da Rezende.
A limitação eugénica da luta anti-seccional — José de Moraes Mello.
Tentativas eugénicas através de História — Alberto Cláudio.
Investigação genética — Alfredo Ellis.
Registro genealógico — Afonso d'E. Lamy.
Alguns casos autenticos de procrizantes — J. A. Padberg-Dienkop.
Exame pre-nupcial e certificação médica — S. Paccaneci Neto.
O exame pre-nupcial como factor eugenico — João Elias Porto-Carrero.
Exame pre-nupcial e alcoolismo — Eudino da Valle.
Reques e aspectos sobre o problema sanitario das zonas rurais do Brasil e especialmente do Amazonas — Samuel Uchôa.
A esterilização eugénica dos degenerados — Levi Carneiro.
Mortalidade infantil em "Casa de Criança" de João — Celso Barrozo.
Praticas sociais da eugenicista — José Ignacio Lobo.
Experiência pratica da acção eugénica no Brasil — Achilles Lisboa.
Resumo — F. D. Silveira.
Experiência pratica da eugénica — Achilles Lisboa.
Experiência pratica nas I, II e III series — Alfredo Ellis (junior).
Experiência pratica da eugénica — Clemente Ferreira.
Algunas consideraciones en relacion con su aspecto científico y social — W. E. Gratts.
Extrato do Lev. sobre Investigação, de la Paternidad Ilégitima — Vergara Keller.
Extrato do Lev. de la Protección a la madre y al hijo — Vergara Keller.

- Educação anti-venerea* — Americo Valerio.
As mães solteiras, sua protecção e dignidade — Astolpho de Rezende.
A maternidade consciente — Edgard Braga.
O feminismo e a raça — Fernando Magalhães.
O feminismo e a raça — Moreira Guimarães.
A procreação consciente e a cultura social da raça — Carlos Penafiel.
O problema da mortalidade infantil em S. Paulo — Dalmacio de Azevedo.
O problema do alcoolismo no Brasil — Severino Lessa.
Delicto de contaminação — Oscar P. Fontenelle.
A luta contra a syphilis e molestias venereas em São Paulo — Mendes de Castro.
A influencia da educação sanitaria na redução da mortalidade infantil — Maria Antonietta de Castro.
Educação moral e eugenia — C. A. Barbosa de Oliveira.
A educação como elemento primacial na eugenia — Cesidio da Gama e Silva.
Educação eugenica em geral — Alfredo Ferreira de Magalhães.
A luta contra as doenças venereas no Exército Brasileiro — Arthur Lobo.
A acção eugenica dos secretos — Arthur Lobo.
A prophylaxia do espiritalismo como hygiene mental — Mario Ferraz de Carvalho.
Immigração — Oscar Coelho de Souza.
O problema immigratorio no Brasil — Raul Reyualdo Ribeiro.
Politica eugenica — Salles Filho.
Eugenia e accordo conjugal — Medeiros e Albuquerque.



qual com o interesse nacional que, neste ponto, acham-se em estado de conflito.

No XV capítulo de seu livro «What is Eugenics», sugere Leonard Darwin os meios por ele julgados capazes de aumentar o numero de individuos de boa estirpe e que, resumidamente, são as seguintes: a) diminuir a taxa da mortalidade nesta classe de individuos; b) estimular os componentes desta classe a terem em média 3 ou 4 filhos, apelando para o sentimento do dever e do patriotismo; c) condenar a ambição e o egoismo causadores da limitação da prole, despertando o ideal elevado de cada casal auxiliar o ideal eugenico no intuito de manter as boas linhagens.

Percorrendo a literatura eugenica encontram-se muitos trabalhos em que são indicadas as principaes medidas destinadas a elevar a media dos individuos em boas predisposições somato-psiquicas, portanto a combater a mediocrinização ou proletarização das futuras proles. Entretanto, esses trabalhos pecam pela falta de consciência ou, então, pela falta de um plano de «politica da estabilidade» que envolva, de modo claro e esquematico, os meios de ação para a diminuição da fecundidade dos individuos abaixo da média e o correlativo aumento da fecundidade dos individuos acima da média. — a primeira com caracter eliminatorio e o segundo com caracter eletivo e estimulador.

Um plano, nestas condições, torna-se indispensavel, quer como base para futuros estudos e discussões, quer como elemento substancial para a organização de planos praticos executáveis nos diferentes paizes, dadas as condições especialissimas de cada um.

Damos, a seguir, um tinido e sintetico esboço de um programa com o qual nos parecem colimar os fins eugenicos:

a) propagar as vantagens do casamento dentro da mesma raça, da mesma classe e, quanto possivel, dentro da profissão paterna ou da vocação predominante na familia. Esta proposta nós a apresentamos sem qualquer intuito nacionalista, nem qualquer preconceito de raça. Entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizante.

zadora e degradante, prejudicando, portanto, o espírito superior visado pela procriação eugénica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentaes ou aberrações morbidas fazem unir se v. g. um homem branco com uma negra ou vice-versa. É o produto deste contúbio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza; está hoje provado, não obstante a grita de alguns cientistas suspeitos, que o mestiço é um produto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução natural.

Os casamentos devem, portanto, se processar dentro da mesma raça e, de preferéncia, da mesma classe. Seria conveniente, também, quando possível, que tivessem logar dentro da vocação predominante na família, não só porque dariam margem á conjunção genética de caracteres vocacionaes, como viriam facilitar e consolidar, económica e socialmente a comunhão familiar.

b) sindicalismo, união de classes, com propositos elevados de defesa e de progresso de seus membros;

c) seguros, especialmente da paternidade e da maternidade, instituido pelo Estado;

d) dotação ou bolsa matrimoniaes para os que se revelarem expoentes nos cursos superiores, normais e profissionais, isto é, para que os que mais se distinguirem possam logo contrair matrimonio, — dotação esta em dinheiro que será posteriormente aumentada na proporção da respectiva prole, a começar do terceiro filho;

e) concursos de eugénia para adultos, com premios que equivalerão á preferéncia para os cargos de responsabilidade;

f) imposto indireto sobre os celibatarios, cuja taxa reverterá, quando casados, em beneficio dos proprios filhos;

g) concessões especiais no tocante ao serviço militar para os individuos bem dotados;

h) estabelecimentos do exame pré nupcial obligatorio e esterilização dos inaptos para a boa procriação (debeis mentais, tarados, criminosos);

- i) retardar a união dos indivíduos fracos, mediocres, fixando a idade mínima de 25 anos, quando não houver exigência legal de um salário mínimo compatível com o sustento do lar; fazer uma campanha de desencorajamento entre eles, mostrando os inconvenientes dos casamentos nas aludidas condições;
- j) criação de instituições *especiais* para a proteção dos orfãos dos tipos superiores, afim de torna-los social e eugenicamente aptos a se casarem em tempo oportuno;
- k) bolsas nacionaes para a educação e auxilio dos filhos sadios de intelektuaes e de artifices prendados na profissão que exercem;
- l) estabelecer que as famílias sadias e produtivas só sejam moderadamente atingidas pelos impostos;
- m) impostos successoraes elevados consideravelmente para as fortunas superiores a 500 contos. Uma taxa de 50% deverá ser paga nas heranças de 5.000 contos para cima;
- n) seguros do Estado para os indivíduos de categoria, isto é, chefes de famílias numerosas de bem dotados;
- o) todo casal de bem dotados e de superiores, assim considerados por uma junta de eugenistas, receberá, mensalmente, um auxilio de 500 mil reis ao registrar-se o 5.º anniversario do 3.º filho, e de 200 mil reis a mais para cada filho que nascer; a dotação será suprimida em caso de morte do filho na mesma proporção;
- p) lei da herança, de modo que o imposto seja proporcional, inversamente, ao numero de filhos. Se um pai «bem dotado» deixar mais de 4 filhos ficarão estes dispensados do imposto, a não ser que a fortuna seja superior a 1.000 contos;
- q) novo sistema de resenseamento da população, afim de facilitar o historico genealogico das famílias. Organização de registros genealogicos ou dispensarios eugenicos nas cidades com o proposito de instruir os candidatos ao huneau, sobre seus defeitos e qualidades

e facilitando a formação de «family stocks», favorecendo, assim, a procriação de geno-tipos de elite;

r) propagar e encorajar a migração para os campos, que deverão tornar-se mais atraentes e a vida de trabalho melhor remunerada, especialmente para os tipos das classes superiores;

s) combate aos latifúndios, política de colonização baseada em novos moldes seletivos no tocante ao valor dos colonos e suas tendências vocacionaes. Divisão das terras como propriedades definitivas e hereditarias subordinadas ao numero de filhos capazes;

t) estabelecer, desde já, uma forte campanha de educação para a criação da consciencia eugenica, com o fim de alcançar resultados satisfatorios e mais rapidos na applicação dos planos de politica eugenica.

16. C. Gode — Economia politica, 3.ª ed. port., 1931.
 17. Leonard Darwin — «What is Eugenics» — London, 1909.
 18. Jan Alfred Nilén — «Crescimento de raças e hereditariedade», Bol. de Eugenia, 32 e 35, 1931; Renato Kehl, Lições de Eufenia, 1934.